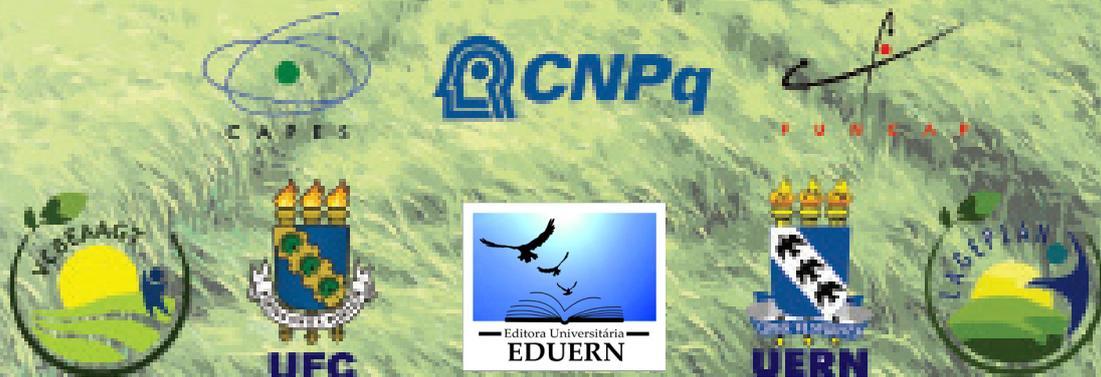


COLETÂNEA V
“PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL”

Edson Vicente da Silva
Rodrigo Guimarães de Carvalho
(Coordenadores)

TOMO 3
“PLANEJAMENTO E GESTÃO TURÍSTICA”

Nelson Furtado Sales
Anderson da Silva Marinho
Welligton Romão Oliveira
Edson Vicente da Silva
(Organizadores)



COLETÂNEA V

“PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL”

EDSON VICENTE DA SILVA
RODRIGO GUIMARÃES DE CARVALHO
(COORDENADORES)

TOMO 3

“PLANEJAMENTO E GESTÃO TURÍSTICA”

NELSON FURTADO SALES
ANDERSON DA SILVA MARINHO
WELLIGTON ROMÃO OLIVEIRA
EDSON VICENTE DA SILVA
(ORGANIZADORES)





Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitor

Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitor

Fátima Raquel Rosado Moraes

Diretor de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Anairam de Medeiros e Silva



Conselho Editorial das Edições UERN

Emanoel Márcio Nunes

Isabela Pinheiro Cavalcante Lima

Diego Nathan do Nascimento Souza

Jean Henrique Costa

José Cezinaldo Rocha Bessa

José Elesbão de Almeida

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho

Wellington Vieira Mendes

Projeto Gráfico:

Amanda Mendes de Amorim

Campus Universitário Central

BR 110, KM 48, Rua Prof. Antônio Campos,

Costa e Silva – 59610-090 - Mossoró-RN

Fone (84)3315-2181 – E-mail: edicoesuern@uern.br

Coordenação Editorial

Anderson da Silva Marinho

Andressa Mourão Miranda

Tacyele Ferrer Vieira

Projeto Gráfico

David Ribeiro Mourão

Diagramação

Nelson Furtado Sales

Capa e Ilustração

Ana Larissa Ribeiro de Freitas

Revisão

Edson Vicente da Silva

Rodrigo Guimarães de Carvalho

Catálogo

UERN

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Planejamento e Gestão Turística/
Nelson Furtado Sales... et al (Orgs.) – Mossoró – RN: EDUERN, 2017.
191p.

ISBN: 978-85-7621-196-9

1. Gestão Turística. 2. Turismo - Desenvolvimento. 3. Turismo - Planejamento.
4. Planejamento ambiental. I. Sales, Nelson Furtado. II. Marinho, Anderson da Silva. III.
Oliveira, Wellington Romão. IV. Silva, Edson Vicente da. V. Universidade do Estado do
Rio Grande do Norte. VI. Título.

UERN/BC

CDD 338.4791

Bibliotecária: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783



PREFÁCIO

As universidades, institutos de educação e pesquisa e as escolas públicas devem, cada vez mais, permeabilizar seus muros, como uma rocha calcária, para permitir uma maior porosidade e infiltração social. Abrir nossas portas e janelas, para saída e entrada de pessoas cidadãs, estudiosos e pesquisadores, afinal a população brasileira é quem nos constrói e alimenta.

Nosso retorno socioambiental é construir um tecido junto com os atores sociais, líderes comunitários, jovens entusiastas, crianças curiosas e velhos sábios. A integração entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais é a base para um desenvolvimento sustentável e democrático.

Encontros como o V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial têm sido realizados de forma integrada e aberta para a sociedade em geral. Como uma grande e imensa árvore que vai se desenvolvendo a partir de seus eventos, dispondo para todos os seus frutos de diletos e diversos sabores, como essas coletâneas e tomos, cultivados por diferentes pessoas desse nosso imenso terreiro chamado Brasil.

Coube a Universidade Federal do Ceará, através de seu Departamento de Geografia, a realização do evento e a organização final dos artigos que compõem os livros, e às Edições UERN, pertencente à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, a catalogação e publicação dos 31 livros pertencentes às 07 coletâneas. Essa parceria interinstitucional, que na verdade coaduna muitas outras instituições, demonstra as redes já estabelecidas de cooperação científica e ideológica que, em um cenário político-econômico de grande dificuldade para as instituições de ensino e para a ciência brasileira, se auto-organizam para o enfrentamento dos desafios de maneira generosa e solidária.

Rodrigo Guimarães de Carvalho (UERN)

Edson Vicente da Silva - Cacau (UFC)

SUMÁRIO

“PLANEJAMENTO E GESTÃO TURÍSTICA” (TOMO 3)

CONSIDERAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO TURÍSTICA.	7
ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO DO DELTA DO PARNAÍBA: SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO TURISMO SUSTENTÁVEL.	15
CARACTERIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TASSO FRAGOSO – MA, COMO PLANEJAMENTO DE GEOCONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO.	25
GEOTURISMO: UM OLHAR SOBRE A POTENCIALIDADE NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ESTRADA PARQUE DE PIRAPUTANGA, AQUIDAUANA – MS.	35
LEVANTAMENTO DA GEODIVERSIDADE, DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E GEOMORFOLÓGICO DA “CIDADE DE PEDRAS”, PIAUÍ, PARA FINS TURÍSTICOS E EDUCACIONAIS.	46
LEVANTAMENTO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO DO MANGUE/RN PARA FINS DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO.	54
PLANEJAMENTO AMBIENTAL E O TURISMO ESPELEOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE CAROLINA - MA.	64
PLANEJAMENTO AMBIENTAL E TURISMO: O POTENCIAL NATURAL DA ÁREA MARANHENSE DO DELTA DO RIO PARNAÍBA.	76
PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL NA ORLA MARÍTIMA DE PARIPUEIRA, ALAGOAS.	85
PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO TURISMO EM PACARAÍMA - RR: DIMENSÃO E POSSIBILIDADES.	97
PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS COMO VANTAGEM COMPETITIVA EM EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS.	110
PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO PLANO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL AO EMPREENDIMENTO “LAGO DO ROBERTINHO”, BOA VISTA/RR.	119
TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO LITORAL NORTE DA BAHIA E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL.	132
TURISMO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE SOBRE AS PROBLEMÁTICAS NO PARQUE URBANO DA LAGOA DO BEBEDOURO.	147
TURISMO E OS IMPACTOS SOCIOCULTURAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA.	158
TURISMO LOCAL E OS REGISTROS GEOGRÁFICOS EM UM ENCLAVE SUBSUMIDO NO NORDESTE BRASILEIRO: INVESTIGAÇÃO MULTICASOS.	173

CONSIDERAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO TURÍSTICA

*WELLINGTON ROMÃO OLIVEIRA
EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS
EDSON VICENTE DA SILVA
KELLY DOS SANTOS TAVARES
ANANDA PAULA RODRIGUES FERREIRA*

1. Introdução

O planejamento é um poderoso instrumento no processo de gestão dos recursos naturais, que pode contribuir tanto para a proteção do meio ambiente, quanto para a sociedade de uma maneira geral, buscando alternativas mais sustentáveis para o desenvolvimento. Segundo Petrocchi (1998), planejar:

É pré-determinar um curso de ações para o futuro. É um conjunto de decisões interdependentes. É um processo contínuo que visa produzir um estado futuro desejado, que somente acontecerá se determinadas ações forem executadas. É a atitude anterior à tomada de decisão. (PETROCCHI, 1998, p. 12).

Complementam ainda Rodriguez e Silva (2013), que a ação de planejar é inerente aos indivíduos, aos grupos e entidade sociais complexas. Quando uma entidade social como um país enfrenta a tarefa de realizar o planejamento, aceitam a ideia de intervenção, de forma que a sociedade possa de alguma forma intervir para alcançar determinado objetivo.

O ato de planejar era identificado desde a antiguidade, quando as civilizações mais antigas realizavam suas restrições de agricultura e pesca em função dos aspectos naturais presentes. No Brasil, de acordo com Santos (2004), as primeiras ações de planejamento podem ser identificadas nas primeiras décadas de 1800 no período do Império, com a elaboração de documentos por naturalistas que se preocupavam com a qualidade e quantidade dos recursos hídricos, proteção de florestas visando a conservação de mananciais e o saneamento urbano. Nesse período, houve um reflorestamento ao longo dos cursos d'água no Maciço da Tijuca, no Rio de Janeiro, estimulado por Dom João VI.

A partir da década de 1930, observa-se, no Brasil, avanços na consolidação da atual política ambiental, com a criação de algumas leis. Todavia, nesse mesmo período há um espírito "desenvolvimentista", que apresenta ao país a industrialização como prioridade, partindo como base na premissa de que o principal impacto era a pobreza, estimulando dessa forma, a geração de poluentes e exploração irracional dos recursos naturais (SANTOS, 2004). Esse tecnicismo gerou diver-

soos impactos, a partir dos meios e as formas de uso desses ambientes:

A crescente industrialização concentrada em cidades, a mecanização da agricultura em sistema de monocultura, a generalizada implantação de paisagens construídas e a intensa exploração dos recursos energéticos e de matérias-primas, como carvão mineral, petróleo, recursos hídricos e minérios, têm alterado de modo irreversível o cenário da Terra, levando com frequência a profundos processos degenerativos da natureza. (ROSS, 2009, p.51).

O Planejamento Ambiental, no caso, seria um ponto de partida, para que sejam tomadas decisões para a forma e a intensidade com que um determinado recurso venha a ser utilizado, ou o uso de determinada porção do território, levando em consideração também que devem ser incluídos nesse planejamento as pessoas e todas as suas organizações sociais e produtivas. Ainda de acordo com Rodriguez e Silva (2013), o planejamento ambiental em si, constitui-se por um processo organizado de coleta de dados, análise e reflexão sobre as potencialidades e limitações dos sistemas ambientais de um determinado território. Dessa forma, seria possível obter bases para definir metas, objetivos e estratégias para determinados espaços.

Faz-se necessário ainda, esclarecer dois termos que muitas vezes são utilizados como sinônimos, “planejamento ambiental” e “gestão ambiental”. Afirma Silva (2008), que o planejamento ambiental programa as atividades no território, levando em consideração os recursos naturais, já a gestão ambiental é que será responsável por colocar em prática as ações a serem programadas no planejamento ambiental.

Todo e qualquer tipo de planejamento é um processo que é estabelecido para funcionar dentro de um determinado período de tempo, seja este curto, médio ou a longo prazo. Assim também é com o Planejamento turístico. Ao longo dos anos, a atividade turística, apresentou um crescimento rápido e grande desenvolvimento, apesar de as localidades não possuírem planejamento adequado, que objetivasse minimizar os impactos negativos, realizando uma atividade com maior sustentabilidade. A ausência de órgãos responsáveis pelo setor também era um fator que contribua para que a atividade se desenvolvesse de forma desordenada.

Nessa premissa, afirma Duque e Mendes (2006), que o planejamento turístico vem suprir a necessidade de ordenamento da atividade, como forma de maximizar os retornos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento da atividade, estimulando essa forma uma resposta mais positiva por parte do núcleo receptor, especialmente quando isto se dá a longo prazo.

Segundo Petrocchi (2001), o primeiro modelo de planejamento turístico foi implementado na França, e foi desenvolvido pelo Estado. Posteriormente, a Espanha também fez seu plano turístico, e após a década de 1960 o planejamento turístico cresceu. No Brasil, o primeiro plano foi o projeto “Turis”, que contemplava a região litorânea Rio-Santos e foi elaborado na década de 1970 por iniciativa do Estado.

O Estado possui papel fundamental no desenvolvimento e planejamento turístico, por possuir a função de zelar pelo planejamento por meio das leis que e políticas necessárias ao planejamento e gestão da atividade. Ao longo dos anos, foram assumidos diversos papéis pelo Estado, adotando políticas que vão desde medidas relacionadas à alfândega até mesmo o *marketing* a fim de aumentar a rentabilidade do setor. Ressalta-se ainda que a partir da década de 1980 foram consolidadas as políticas de caráter regional com relação ao desenvolvimento do turismo, um exemplo de programa nesse sentido de estruturar a atividade turística no país é o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE). A partir de investimentos e de estruturas criadas com esse programa vários estados brasileiros investem no turismo como atividade

promissora, onde os estados do Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte tiveram maiores destaques.

Os primeiros planejamentos turísticos, segundo Duque e Mendes (2006), tiveram enfoques limitados, não levando em conta a visão sistêmica. Alguns planejamentos destacavam o uso do solo, outras as necessidades econômicas. Ainda de acordo com os autores, no Brasil, o fracasso no planejamento turístico ocorreu devido às sucessivas crises econômicas e ao não atendimento das necessidades com bases em um planejamento sustentável, com preservação ambiental, cultural, histórica e econômica.

O desenvolvimento da atividade turística, em especial nos países em desenvolvimento, se impõe com a proposta de uma atividade que servirá com fonte de renda as populações e no combate à pobreza, como destaca Coriolano (2006). A estagnação econômica e os baixos índices de renda fazem com que a atividade seja implantada como uma “tábua de salvação”. Embora os empregos, e os benefícios que a atividade venha a gerar possam ser crescentes e essas comunidades possam ser inseridas nesse “desenvolvimento”, ela ainda não é “tábua de salvação”, nem resolve os problemas sociais, como afirma Krippendorf (2009).

Seguindo ainda a temática do planejamento turístico, observa-se a necessidade de inserção da cartografia ao planejamento turístico, a fim de agregar as metodologias e valores ao planejamento turístico. A cartografia pode proporcionar maior confiabilidade aos dados obtidos, com sua contextualização no espaço e com a capacidade também do cruzamento de informações através dos mais diversos Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

Consolida Duque e Mendes (2006), que a cartografia pode ser utilizada no diagnóstico e prognóstico, que são etapas do planejamento turístico, funcionando como um agregador de informações. Na fase de diagnóstico, por exemplo, existem três atores distintos: o retrato da situação da comunidade, a pesquisa de oferta e pesquisa de demanda. E a cartografia pode auxiliar de diversas formas em ambos. Uma vez feito o trabalho em determinado SIG, com o levantamento de dados coletados em campo, gabinete e análise dos mesmos, chega-se ao diagnóstico, onde serão geradas informações que possibilitarão a análise da realidade do espaço estudado.

A partir dessas informações, o planejador, iniciará a elaborar estratégias e planos de ação, indicando a direção a ser seguida e estabelecendo normas e diretrizes a fim de alcançar os objetivos propostos. A cartografia, na elaboração do prognóstico, pode projetar cenários futuros, auxiliando ao planejamento turístico buscando, por exemplo, minimizar os impactos negativos da atividade em um determinado ambiente.

Durante o V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial foram apresentados quinze trabalhos científicos vinculados à temática do Planejamento e Gestão Turística. Em cada um dos capítulos a posteriori, há ricas contribuições, em diferentes abordagens e territórios, de forma a esclarecer como se mostra esse planejamento e gestão nos mais diferentes espaços e com realidades sociais e culturais diferenciadas.

Cada um dos capítulos do livro será discutido de forma sintética e objetiva, de forma a destacar os aspectos gerais de cada uma das pesquisas. Os artigos completos estão inseridos como constituintes dessa coletânea denominada de Planejamento e Gestão Territorial.

2. Experiências de integração entre o planejamento e gestão turística

Em “Análise do plano de gestão do delta do Parnaíba: sob a ótica da educação ambiental e do turismo sustentável”, é destacada a lógica da educação ambiental e do turismo sustentável enquanto ferramentas que podem auxiliar na conservação de áreas naturais protegidas, como é o caso da APA do delta do Parnaíba, que possui boa parte de sua área no litoral oriental maranhense.

O delta em si já possui um grande potencial para o desenvolvimento do turismo, especial-

mente o ecoturismo, visto os atrativos naturais e também os aspectos sociais e culturais atrelados as populações que habitam a área. Entretanto, observa-se que esse potencial não vem sendo explorado de maneira adequada e que condiz com a proposta de uso sustentável proposta pela unidade de conservação. Falta conscientização por parte dos moradores, visitantes e do Poder Público, na fiscalização e nas ações de educação na área.

Ao tratar sobre a “Caracterização do inventário de Tasso Fragoso – MA, como planejamento de geoconservação do patrimônio geológico”, os autores mostram o caso do município do extremo sul maranhense, e como a interpretação histórica e ambiental do patrimônio geológico local pode contribuir à conservação desses ambientes no cenário local, no estado do Maranhão e também servir de subsídio a outras áreas que possuam aspectos semelhantes.

A condição do patrimônio geológico deve ser gerenciada visando à manutenção de elementos diversos que irão influenciar na adaptação das condições de vida do cenário ambiental. As evidências também de resquícios arqueológicos possuem papel de resgate a complexidade que define o cenário atual da área, além de indicar o uso natural como manifestação cultural e dependência do ambiente para a sobrevivência. Dessa forma, os autores, destacam no trabalho a real necessidade de implantar ações efetivas de proteção.

O turismo, mais uma vez aparece como uma ferramenta que pode ser utilizada para a conservação ambiental em unidades de conservação em “Geoturismo: um olhar sobre a potencialidade na Área de Proteção Ambiental da Estrada Parque de Piraputanga, Aquidauana – MS”. Foram apresentadas as potencialidade geoturísticas, com os afloramentos geológicos, pinturas rupestres, vegetação nativa de cerrado, dentre outros, destacando o bom estado de conservação desses ambientes dentro da área.

Esse estudo foi possível graças ao uso de imagens de satélite, GPS para coleta de pontos, máquina fotográfica e outros equipamentos, sendo possível espacializar esses pontos e realizar um estudo bastante detalhado que poderá servir como subsídio a outros estudos ou ações relativas à gestão da área, como na elaboração do plano de manejo da unidade de conservação, que contribuiria para o desenvolvimento adequado e compatível com as normas de conservação necessárias.

Prosseguindo com a temática da geodiversidade o “Levantamento da geodiversidade, do patrimônio geológico e geomorfológico da ‘Cidade de Pedras’, Piauí, para fins turísticos e educacionais”, os autores destacam o papel dos estudos sobre a geodiversidade, patrimônio geológico e geomorfológico, geoturismo e outros no cenário internacional, visto a riqueza existente no Brasil e pontuando a carência existente de estudos com essas temáticas.

A “cidade de pedras” localiza-se na zona rural dos municípios piauienses de São José do Piauí e São João da Canabrava. Com grande potencial geológico e geomorfológico, ficou evidente a partir do estudo que existe um grande potencial para e atividades ligadas ao geoturismo e educação ambiental, de forma a contribuir diretamente para o desenvolvimento da geodiversidade a partir de propostas de uso mais sustentáveis.

Tratando de uma análise mais voltada a uma gestão turística local temos o “Levantamento de aspectos e impactos ambientais no município de Porto do Mangue/RN para fins de planejamento turístico”. A partir de pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo foi elaborado um *check-list* dos impactos observados nas áreas de interesse turístico no município.

Componente do Polo Costa Branca, o município de Porto do Mangue apresenta características ambientais e formas de uso que podem vir a acarretar diversos impactos negativos, caso não sejam adotados mecanismos de controle e fiscalização, ações que demandam planejamento e medidas de ação adequadas. A necessidade da fortificação de políticas públicas também é destacada, contribuindo efetivamente à proteção dos recursos naturais e ao desenvolvimento turístico

de forma mais sustentável.

O turismo espeleológico, segmentação do ecoturismo é abordado em “Planejamento ambiental e o turismo espeleológico no município de Carolina – MA”. O município do sul do Maranhão é bastante conhecido por possuir diversas formações rochosas, cachoeiras e cavernas e por estar na área do Parque Nacional da Chapada das Mesas, sendo um dos polos turísticos mais trabalhados pelo Governo do Estado.

É evidente que a área apresenta características únicas, que necessitam de proteção e de estudos mais detalhados de capacidade de suporte, por exemplo, já que foi demonstrado que cada uma das cavernas exploradas aspectos diferenciados. Políticas públicas que vissem o desenvolvimento sustentável da atividade turística na área, assim como que conscientizem população, visitantes e demais envolvidos também são relevantes para que a atividade seja planejada e gerida da forma correta.

Retornando ao delta do Parnaíba temos o “Planejamento ambiental e turismo: o potencial natural da área maranhense do delta do rio Parnaíba”, o trabalho vem para destacar o quadro ambiental, potencialidades e limitações da porção maranhense do delta. O viés turístico na área é bastante forte, então estudos voltados para o desenvolvimento sustentável da atividade são necessários, visto que além do turismo, outras atividades econômicas e formas de uso são realizadas na área.

Mais uma área litorânea é destacada em “Planejamento e gestão territorial na orla marítima de Paripueira, Alagoas”, de forma a avaliar as diferentes formas de uso e ocupação da orla, com o intuito de compreender o planejamento e gestão territorial com bases ambientais, utilizando-se das iniciativas de ordenamento territorial a partir do Plano de Gestão Integrada (PGI), implantado na área.

Como resultados foram diagnosticados diferentes formas de uso e ocupação na orla, e diversos conflitos socioambientais. Problemas de erosão, acúmulo de lixo na faixa de praia, construções irregulares são constantes em toda a orla do município. Os autores esperam que com a urbanização da orla possibilite um gerenciamento integrado e participativo, com a conscientização dos usos e no planejamento territorial e turístico da área.

Indo em direção ao Norte temos o “Planejamento participativo do turismo em Pacaraima-RR: dimensão e possibilidades”. O município do extremo norte do estado de Roraima é utilizado para demonstrar uma análise turística a partir da matriz S.W.O.T, que analisa pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças como ferramenta para um diagnóstico situacional. Essa matriz é uma das mais utilizadas em diversas áreas, por ser capaz de trazer resultados mais próximos da realidade e a partir disso se pode estabelecer metas ou ações para reverter alguns quadros.

Os resultados do trabalho mostram o planejamento participativo como uma peça chave na construção da gestão territorial voltado ao turismo. O município congrega diversos cenários de conflitos e interesses diversos, e o turismo, enquanto atividade dinâmica e complexa deve ser planejado e gerido de forma a oportunizar cenários socioeconômicos, culturais e ambientais articulados e democráticos.

“Práticas sustentáveis como vantagem competitiva em empreendimentos turísticos” mostram como o desenvolvimento de valores relacionados à sustentabilidade podem ser um diferencial competitivo no mercado. A imagem dos empreendimentos turísticos, além de transmitir seus valores, também envolve o público que deseja atingir. Segundo os autores, ter essas práticas não é mais um modismo, tornou-se um dever.

A elaboração de um plano turístico é abordada em “Proposta de elaboração do plano turístico sustentável ao empreendimento ‘Lago do Robertinho’, Boa Vista/RR”, o empreendimento possui o meio natural como seu principal produto, já que o lago é essencial para sua existência. A

partir disso, o plano turístico seria direcionado aos visitantes.

O plano seria pensado para ser idealizado em no máximo 10 meses e com validade de 3 anos. A pesquisa discute de forma mais teórica alguns pontos necessários para subsidiar e sustentar a ideia de estruturação do plano turístico, considerando, por exemplo, o turismo enquanto prática social e sua valorização cultural, assim como a divisão social e territorial do trabalho que a atividade promove.

As “Transformações socioespaciais no litoral norte da Bahia e a importância do planejamento territorial” destaca todo o contexto que existe nessa área do litoral baiano, com diversas atividades econômicas diferenciadas e que acentuam as desigualdades e intensificam a degradação dos ecossistemas. Sob o discurso de desenvolvimento econômico e social, diversas atividades se espalharam pelo litoral do Nordeste, entre as mais expressivas está o turismo.

A existência de comunidades tradicionais em algumas dessas áreas e a confluência das atividades criou diversos cenários de conflitos socioambientais. Cresce, dessa forma, a necessidade de repensar a lógica dos planejamentos para o litoral norte baiano, principalmente em prol das comunidades que são os principais impactados pelas transformações.

Os problemas socioambientais urbanos são tratados no artigo “Turismo e meio ambiente: uma análise sobre as problemáticas no Parque Urbano da lagoa do Bebedouro”. O Parque localiza-se na cidade de Parnaíba, no estado do Piauí e encontra-se com sua estrutura totalmente abandonada e degradada. O Poder Público não possui projetos ou iniciativas viáveis para a recuperação da área.

Na área da lagoa, a proliferação de aguapés, acúmulo de lixo, contaminação e inutilização da água para consumo e lazer são agravantes que contribuem para o abandono da área, tornando inviável o lazer e turismo no Parque. Os aspectos da segurança também são relacionados, contribuindo para a construção de uma imagem negativa do local.

O “Turismo e os impactos socioculturais, ambientais e econômicos em São José de Ribamar – MA” são elencados no penúltimo capítulo. A dinâmica urbana do município possui toda uma relação com o desenvolvimento da atividade turística, especialmente o turismo religioso. A atividade trouxe ao município problemas de grandes centros como a especulação imobiliária. Já a cultura é bastante explorada e também tem sofrido com as mudanças nos hábitos locais.

Os autores veem o planejamento turístico, de base sustentável, como uma solução para minimizar ou evitar os impactos negativos em São José de Ribamar. A responsabilidade por essas ações seriam não só do Poder Público, mas também da população. O turismo possui grande capacidade de desenvolvimento local e deve ser direcionado para trazer benefícios para todos os agentes da atividade.

Finalizando esse Tomo temos o “Turismo local e os registros geográficos em um enclave sub-úmido no Nordeste brasileiro: investigação multicasos”, mostrando outro lado do turismo desenvolvido no estado do Ceará, que na maioria das vezes só é relacionado ao turismo de sol e praia, desenvolvido em todo o seu litoral.

O maciço de Baturité, enquanto um enclave úmido dentro do estado possui um papel que diferencia o clima e que favorece o desenvolvimento do turismo voltado para alguns segmentos específicos e atrelado a atividades culturais também diferenciadas. A percepção geográfica do local possui uma importância no desenvolvimento da atividade turística na área, de forma que também pode contribuir ao controle ambiental da área, e no relacionamento com moradores e visitantes.

Vislumbram-se nos capítulos do livro, uma enorme diversidade de casos e estudos de planejamento e gestão turística, que podem referenciar a elaboração de novas pesquisas nesse sentido. O aporte de novas e diferentes metodologias que podem ser aproveitadas em pesquisa por

outros grupos de estudo, constitui uma grande contribuição ao intercâmbio científico entre as instituições de ensino e pesquisa e para que também se ampliem as práticas e experiências da extensão universitária e do ensino técnico-especializado, de forma a socializar os conhecimentos produzidos.

3. Considerações finais

Observou-se ao longo das discussões sobre os capítulos diversas formas de analisar e aplicar as condições do planejamento e gestão turística, seja está direcionada de forma mais aplicada a uma determinada região ou município, ou levando em consideração planos oficiais direcionados a esse planejamento. Na maioria das vezes, se observa que o planejamento não se aplica a gestão, pois o mesmo às vezes não leva em consideração a realidade local, as particularidades de cada uma dessas populações.

O turismo vem se desenvolvendo em diversas áreas, cidades, municípios e regiões diferenciadas. É interessante observar o contexto o qual a atividade se desenvolve, sem apoio do poder público, ou sem apoio da população. O planejamento não ocorre, não há estrutura na grande parte dos locais para isso. A participação da população nesse processo é interessante e importante, visto que os mesmos podem opinar e contribuir, por conhecerem a realidade local.

As áreas apresentam alguns casos grande fragilidade ambiental, ou estão em uma área de proteção ambiental, e o turismo, assim como outras atividades deve ser planejado e gerido de acordo com a legislação e com a realidade local. É preciso que haja fiscalização por parte dos órgãos responsáveis para que a atividade se desenvolva da forma mais sustentável possível. A inserção da população na atividade também seria uma forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável, a partir, por exemplo, de arranjos produtivos locais, como já acontecem em algumas áreas. Acredita-se que a atividade tenha força de gerar emprego e renda, de forma a inserir de forma mais igual às comunidades que ali estão inseridas.

Referências

CORIO, L. N. M. T. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

DUQUE, R. C.; MENDES, C. L. **O planejamento turístico e a cartografia**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3ªed. São Paulo: Aleph, 2009.

PETROCCHI, M. **Gestão de polos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

PETROCCHI, M. **Turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 1998.

RODRIGUEZ, J. M.; SILVA, E. V. **Planejamento e gestão ambiental**: subsídios da geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2009.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SILVA, J. M. O. **Monumento Natural das Falésias de Beberibe/CE:** Diretrizes para o Planejamento e Gestão ambiental. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.

ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO DO DELTA DO PARNAÍBA: SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO TURISMO SUSTENTÁVEL

*DANIELLE DE ASSIS ARAÚJO ALVES
THIARA OLIVEIRA RABELO
FELIPE SALOMÃO
ULISSES DENACHE VIEIRA SOUZA*

Resumo

O trabalho tem como objetivo analisar o Plano de Gestão da área de proteção do delta do Parnaíba, destacando o município de Tutóia, localizado na área maranhense do Delta do Parnaíba, sob a lógica da educação ambiental e do turismo sustentável. Logo, para o alcance dos objetivos foram feitos levantamentos e análises de material bibliográfico, levantamento de material cartográfico e jornadas de campo. Para que este turismo sustentável ocorra, é necessário que haja investimento na área utilizando a educação ambiental, tendo além de desenvolvimento sustentável, a geração de emprego para a comunidade, a melhoria na qualidade de vida e a conservação socioambiental da área.

Palavras-chaves: Ambiente; Conservação; Delta; Maranhão.

Abstract

The study aims to analyze the Management Plan of the Parnaíba delta protected area, highlighting the municipality of Tutóia, located in Maranhão area of the Parnaíba Delta, under the logic of environmental education and sustainable tourism. Therefore, to achieve the objectives were made surveys and analysis of publications, survey of cartographic material and field days. For this sustainable tourism to occur, there needs to be investment in the area using environmental education, and as well as sustainable development, the creation of jobs for the community, improving the quality of life and environmental conservation area.

Keywords: Environment; Conservation; Delta; Maranhão.

1. Introdução

A proposta de educação ambiental começou a ser discutida em meados do século XX, onde cientistas se preocupavam com o crescimento populacional e o consumo exacerbado dos recursos naturais. Em consequência disso, em 1972, em Estocolmo, na Suécia, houve a primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano tendo como tema central a poluição causada por indústrias e como resolução a ideia de que o cidadão deve ser educado para solucionar os problemas, pensando mundialmente e agindo localmente. Daí surge o que é denominado de educação ambiental, ser educado para preservar de forma correta o ambiente em que se vive.

No Brasil, bem antes de se falar em educação ambiental, ela já era praticada, pelo menos parcialmente, através de algumas iniciativas de professores criativos, em vários pontos do país (DOITOEVSKI, 1988, p. 36). Embora já tenha havido avanços neste sentido, no ramo do turismo, a educação ambiental ainda se encontra com falhas em sua prática, em alguns locais há ausência de conscientização e sensibilização da população para lidar com o ambiente.

No estado do Maranhão, onde se encontram diversos atrativos naturais, culturais e históricos, o turismo desenvolve-se de maneira desordenada e com falhas nas estruturas físicas e sociais para lidar com os turistas. A educação ambiental nem sempre é praticada nessa área, e muitas vezes, observa-se a degradação dos ambientes naturais.

Neste contexto, a área maranhense do delta do rio Parnaíba, é dotada de infinitos recursos naturais e belezas singulares. Posto isto, a necessidade de estudos que tenham como foco a preocupação com a qualidade e preservação da área são cada vez mais necessários. Sendo assim, torna-se importante conscientizar e sensibilizar a população para o uso sustentável do mesmo. Diante dessa realidade, foi criada uma área de proteção ambiental que abrange uma parte do delta maranhense.

A área de proteção ambiental do delta do Parnaíba foi criada em 1996, pelo decreto de 28 de agosto de 1996 abrangendo os estados do Piauí, Ceará e Maranhão, no Maranhão abrange Tutóia e Araiões. A APA foi criada com o intuito de proteger os recursos hídricos e remanescente de mata aluvial, melhorar a qualidade de vida das populações nativas, desenvolver o turismo sustentável e a educação ambiental, conseqüentemente, preservando além do ambiente natural, as culturas e tradições locais.

De acordo com SNUC (2000), a Área de Proteção Ambiental - APA é tida como uma área de extensão com certo grau de ocupação humana, a qual possui características abióticas, bióticas, estéticas ou culturais. Essa reserva visa proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Sendo assim, qualquer empreendimento poluidor não pode ser instalado nessas áreas.

Para garantia do alcance destes objetivos, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) em convênio com o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal e o Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IEPS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), elaboraram o plano de gestão da área, tendo como principal finalidade controlar as condições de ocupação do solo, as explorações dos recursos naturais e a organização social, com vistas na sustentabilidade ambiental da área.

Nesta perspectiva, o município de Tutóia possui grande potencial paisagístico e turístico, sendo dotados de praias, dunas, mangues, lagoas e rios. Além das belezas naturais, possui também atrativos culturais e históricos, porém, a qualidade ambiental da área é insuficiente levando em consideração sua localização em uma Área de Proteção Ambiental e o desconhecimento da maioria da população sobre a mesma. Logo, o trabalho tem como objetivo analisar o Plano de Gestão do Delta do Parnaíba sob a lógica da educação ambiental e do turismo sustentável, destacando o

município de Tutóia e seu potencial turístico, propondo formas de melhorar a qualidade ambiental da área através do turismo utilizando como ferramenta a educação ambiental.

2. Metodologia

Neste trabalho, discute-se sobre as estratégias de desenvolvimento do turismo sustentável no município de Tutóia, tendo em vista, a utilização de práticas fundamentadas na educação ambiental visando a conservação e preservação da área, conseqüentemente, contribuindo para a qualidade de vida da comunidade e qualidade ambiental da área.

Para alcance dos objetivos expostos nesta pesquisa, se fizeram necessários a utilização das técnicas a seguir citadas que subsidiaram nos seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento e análise de material bibliográfico sobre a educação ambiental aplicada ao turismo, documento oficial relacionado ao desenvolvimento do ecoturismo em unidades de conservação como o Plano de Gestão da APA do Delta do Parnaíba (1998) sendo utilizado como objeto de estudo e autores como Louzeiro, Ramos, Reigota, Libano e Pereira, Oliveira e Frota, entre outros, e estudos de casos em diferentes áreas que envolvem a prática em educação ambiental que auxiliem no desenvolvimento do turismo de forma ordenada e preservando o local.

- Análise da Cartografia, a nível de conhecimento da delimitação da APA do Delta do Parnaíba e a localização do município de Tutóia-MA, com vistas na identificação da área de estudo e sua localização privilegiada que auxilia nos seus atrativos naturais.

- Jornadas de campo para observação direta da área e entrevistas informais com a população local, visando informações sobre as práticas do turismo, sobre o comportamento dos turistas e da população diante dos atrativos naturais e sobre a atuação do poder público em relação à atividade turística a fim de perceber as implicações mais visíveis na área de estudo.

3. Localização geográfica

O município de Tutóia está localizado no nordeste do estado do Maranhão, inserida segundo o MDA (2005) na microrregião denominada Baixo Parnaíba, entretanto os dados do IBGE (1990, p. 32) deduzem que o mesmo município se localiza também na microrregião dos Lençóis Maranhenses (Figura 01). A área do município de Tutóia tem 1.429,8 km², compreendendo parte da APA do delta do Parnaíba e da APA dos Pequenos Lençóis, onde são compostas por dunas, lagos e lagoas, mangues, restingas, rios e pequenas cachoeiras. Seus limites municipais são ao norte o Oceano Atlântico, ao sul o Município de Santana do Maranhão, a leste o Município de Água Doce do Maranhão e a oeste o Município de Paulino Neves (ALVES, RABELO E SOUZA, 2015, p. 4).

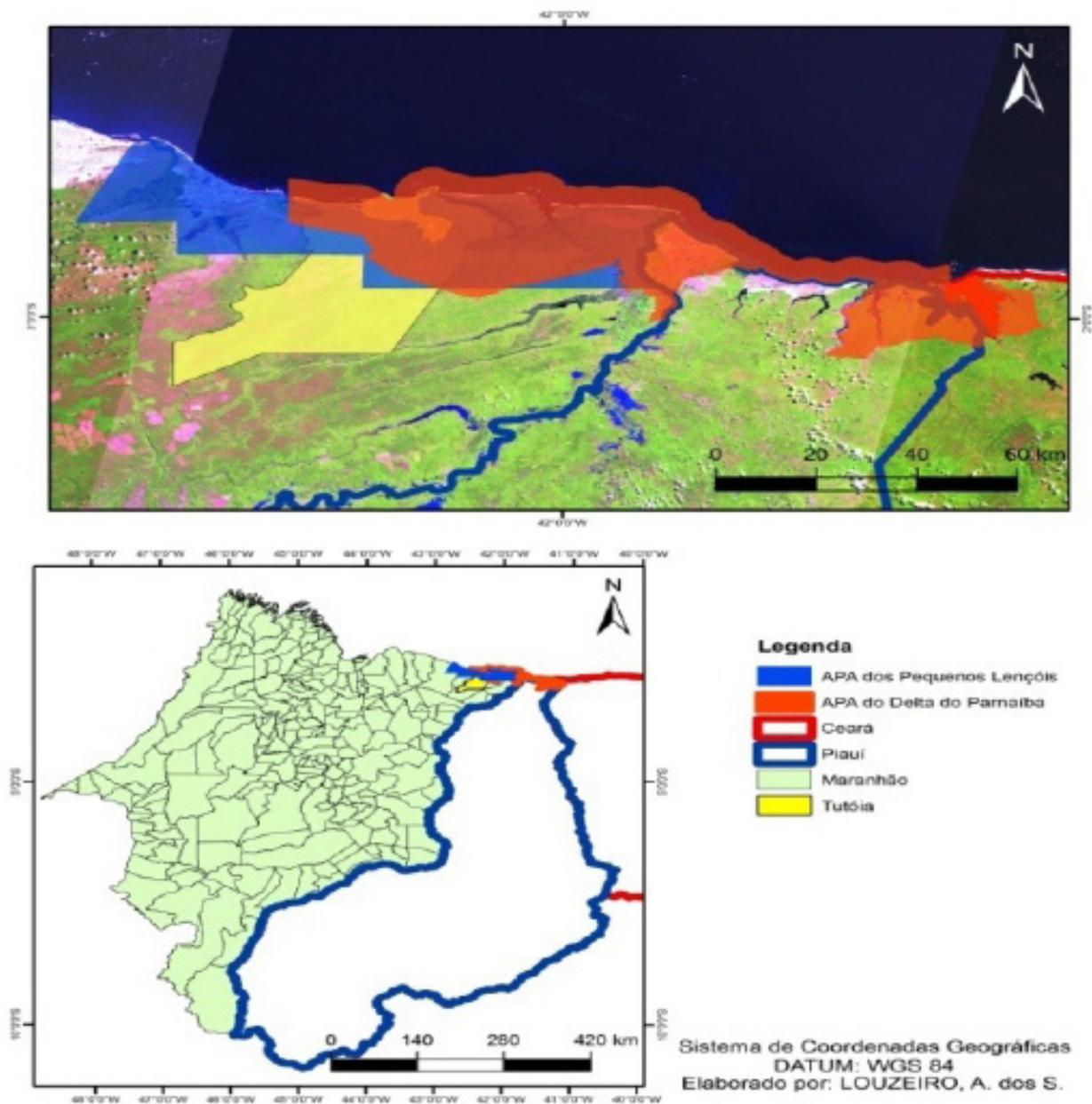


Figura 01 - Mapa de localização do município de Tutóia - MA.
Fonte: IBGE, 2010; MMA, 2007.

3.1 Características físicas e socioculturais

O município de Tutóia possui diversos atrativos paisagísticos que são responsáveis pelo seu potencial paisagístico. No que se refere à geologia, Tutóia está localizada na bacia cretácea de Barreirinhas, sendo constituída de folhelhos escuros, contendo raramente corpos lenticulares de areia dispersos, sua deposição é pró-deltaica. Quanto à geomorfologia Oliveira e Frota (2011, p. 5) afirmam que, o relevo moderado, com exceção do litoral onde estão às dunas e no morro do sarnambi e da ponta da Andreza.

Outra característica predominante do relevo é a planície litorânea que engloba a faixa de

praia, os campos de dunas e a planície fluviomarinha. Segundo Oliveira e Frota (2011, p. 6), a área litorânea sofre grande influência do delta do rio Parnaíba, sendo que uma das desembocaduras forma a baía de Tutóia. Há também a formação de ilhas, em Tutóia temos sete, são elas: Ilha de Igonhon, Cajueiro, Melancieira, Pombas, Caeira, Coroatá e Ilha Grande do Paulino.

O clima da área é influenciado pelo tropical úmido, sendo predominante em toda faixa litorânea. O total anual de chuvas varia de 1400 a 1600 mm, com duas estações: a chuvosa, de janeiro a junho e a seca, de julho a dezembro. A temperatura máxima é de 38°C e mínima 22°C, com muitos ventos soprando na direção leste-oeste. Sofrendo influência do solo e clima, sua vegetação é composta por cerrado, caatinga, mata dos cocais e vegetação litorânea (OLIVEIRA e FROTA, 2011, p. 9).

Quanto ao seu contexto histórico, Tutóia foi ocupada primeiramente pelos índios Tremembés, seguindo-se os portugueses e posteriormente, os brasileiros oriundos dos estados do Piauí e Ceará, que foram motivados ou atingidos por secas rigorosas. O processo de ocupação do município, dentre outros fatores, ocorreu principalmente influenciado pelas condições geográficas regionais (IBGE, 2014).

Segundo o IBGE (2014) primeiramente, com a denominação de Viçosa, foi elevada à categoria de Vila em 1758, onde atualmente é conhecido com Tutóia Velha. Em 1871, por seu pouco desenvolvimento, a Vila foi transferida para Barreirinhas. Em 1890, foi desmembrada de Barreirinhas, para constituir Município autônomo. Em 1901, a sede mudou-se para o povoado de Porto Salina, este foi elevado a vila com a denominação de Tutóia, sede definitiva do Município

De acordo com Louzeiro (2014, p. 25), as atividades humanas desenvolvidas pelos primeiros moradores da área eram condicionadas à sobrevivência dos grupos, constando de caça e coleta simples de recursos da flora, mais tarde essas atividades foram aperfeiçoadas com a manipulação de instrumentos para a pesca, a agricultura e a pecuária (Figura 02).



Figura 02 - Pescadores na praia da Barra, em Tutóia.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

3.2 O turismo no município de Tutóia

O contexto histórico de determinada área influencia diretamente em suas características no decorrer do tempo, no caso de Tutóia, seus traços históricos são captados na arquitetura do muni-

cípio, tem-se como exemplo a antiga igreja Nossa Senhora da Conceição situada em Tutóia Velha, esta possuindo bens tombados pelo IPHAN, outros exemplos são as praças, a igreja matriz de Nossa Senhora de Nazaré, o prédio onde funciona a prefeitura do município, entre outros.

As manifestações religiosas e populares também são atrativos do local, tem-se como exemplo: a dança do caroço, dança de São Gonçalo, tambor de crioula, bumba-meu-boi, festa da Padroeira da cidade "Nossa Senhora de Nazaré", festa de São Bernardo, festa de São Francisco, festa de São Sebastião, festa de São Pedro, entre outros, que movimentam a cidade de Tutóia. A herança cultural do município tem origem na sua colonização, atualmente a maioria dos fiéis de Tutóia são católicos (Figura 03).



Figura 03 - Fiéis na procissão de São Pedro que ocorre na data de 29 de junho.
Fonte: PIMENTEL, N., 2015.

A antiga economia do município também colabora com seus atrativos socioculturais. Na praia da Barra é possível observar o navio cargueiro Aline Ramos que trazia em seus porões uma grande quantidade de sal para o estado do Maranhão. O navio ia em direção a antiga empresa salina que estava localizada na ilha de Igonrhon no município de Tutóia, mas ao errar a rota e encalhar a tripulação o abandonou, este foi rebocado de próximo da ilha do Caju para a praia da Barra. Atualmente, encontra-se semi-submerso há mais de vinte anos no litoral de Tutóia (Figura 04).



Figura 04 - Navio cargueiro Aline Ramos.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Tutóia está localizada no litoral oriental do estado do Maranhão, fazendo parte da área maranhense do delta do Parnaíba e dos pequenos lençóis, diante deste fator, apresenta ambiente natural diversificado, oferecendo aos turistas atrativos tais como: praias, ilhas, dunas, rios e lagos, estes com belezas singulares influenciadas pelas características físicas da sua localização (Figura 05).



Figura 05 - Litoral de Tutóia

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Compreendendo grande potencial paisagístico, desperta a atração de uma quantidade considerável de visitantes para o local, que por sua vez, tem como principais exploradores empresas privadas. Estas empresas oferecem passeios, hospedagem e alimentação, mas poderiam ser me-

lhores desenvolvidos a partir de ações sustentáveis e serem explorados não só pela iniciativa privada, mas pelo poder público e população local, onde a educação ambiental poderia ser utilizada como ferramenta para a sensibilização ambiental e capacitação das comunidades, visando a qualidade de vida e a qualidade ambiental da área. Com isso, gerando empregos, retorno econômico e preservando o potencial natural do município.

3.3 Turismo sustentável e educação ambiental

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), "o princípio norteador para o desenvolvimento do turismo sustentável consiste em gerenciar os recursos naturais e humanos, a fim de maximizar o divertimento dos visitantes e os benefícios locais, minimizando, ao mesmo tempo, os impactos negativos sobre a comunidade do local de destino e a sua população" (OMT, 2003, p.109).

Atualmente, a sustentabilidade adquiriu grande importância no ramo do turismo, preocupando-se com a conservação e preservação dos recursos naturais, tendo além do retorno econômico, a qualidade ambiental e qualidade de vida das comunidades inseridas na área. Segundo a OMT o turismo sustentável é definido como aquele que "atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro" (OMT, 2003, p. 35).

Nesta perspectiva, para que haja desenvolvimento sustentável de determinada área, utiliza-se ações pautadas na educação ambiental. Portanto, educa-se o indivíduo para lidar com o ambiente em que vive. Desse modo, de acordo com Reigota (2006), a educação ambiental deve orientar-se para a comunidade, incentivando o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto de realidades específicas.

Segundo o artigo 1º da lei federal de 9.795 (BRASIL,1999), entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade controlem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

3.4 Propostas de ações sustentáveis para o desenvolvimento do turismo ambiental em Tutóia

Alguns ramos da atividade turística utilizam o ambiente como atrativo principal. A apropriação dos recursos ambientais pelo turismo leva muitas vezes a degradação ambiental, desde que seja feito de forma não planejada e se não for pensado de maneira sustentável. É nesta perspectiva de conflito entre turismo e conservação ambiental, que surge o conceito de desenvolvimento sustentável, representando uma tentativa de busca da qualidade de vida para a sociedade atual e para gerações vindouras e um desenvolvimento socioeconômico equitativo (LIBANO e PEREIRA, 2006, p. 3).

Visto que Tutóia está localizada numa área de proteção ambiental, é necessário enfatizar preocupação em conservar seus recursos ambientais. Logo, para que ocorra uma proposta de atividade turística adequada às condições atuais do município, devem haver investimentos públicos para o desenvolvimento do turismo sustentável no local, utilizando os recursos de comunicação para difundir entre os moradores os benefícios da preservação da área, campanhas de conscientização e sensibilização a respeito da preservação, desenvolver cursos técnicos para atuar no ramo do turismo que disponibilize na grade curricular a disciplina de educação ambiental.

De acordo com Libano e Pereira (2006, p. 11) é necessário que os moradores percebam a

importância de preservar o meio ambiente. Uma comunidade mais consciente estará mais preparada para receber o turista e cobrar dele o mesmo respeito que é dado pelos habitantes do local.

Logo, o turismo de base comunitária do município de Tutóia poderia explorar de forma sustentável o seu potencial natural a partir da confecção de artesanatos por via do extrativismo vegetal, valorização da culinária local através dos pescados e mariscos, investimento em infraestrutura relacionada aos locais de hospedagem e alimentação. Ou seja, práticas que venham a valorizar os atributos naturais do município, potencializando as riquezas socioambientais de Tutóia a partir da atividade turística visando a conservação ambiental.

No que diz respeito as empresas de turismo do município, é necessário que haja o investimento e maior preocupação em estratégias da atividade turística que desenvolvem mais pautadas em práticas sustentáveis que tenham como objetivo não apenas o retorno econômico mas também a conservação da área, como por exemplo, durante os passeios oferecer um local em que os turistas possam colocar seu lixo e organizar caminhadas, trilhas ao invés de utilizar carros na faixa de areia e dunas, investir na divulgação dos potenciais naturais do município juntamente com a importância de preservá-los.

4. Conclusão

Tutóia está inserido em uma região de importância ambiental para o estado do Maranhão e na área de proteção do delta do Parnaíba, que possui dentre as diretrizes do seu Plano de Gestão a elaboração de um plano diretor para o desenvolvimento e divulgação do potencial turístico da área.

Porém, este potencial não vem sendo explorado de maneira adequada, visto que existem muitas ações de uso dos recursos naturais, como desmatamento, extração animal e vegetal; que ocorrem de forma desordenada na área o que afeta diretamente o potencial natural do município para desenvolvimento do turismo.

Os atrativos naturais, sociais e culturais mencionados neste trabalho poderiam ser melhor abordados não só pela iniciativa privada, mas também por parte do poder público e da população local, visto que estes dependem diretamente dos recursos naturais presentes no município e poderiam utilizar o turismo como mais uma fonte de renda e também para conservação do patrimônio natural local.

Para que o turismo sustentável seja potencialmente desenvolvido no município, é necessário que haja o emprego de ações na área, por parte do Poder Público, que façam uso dos recursos de comunicação para difundir entre os moradores os benefícios da preservação do local, campanhas de conscientização e sensibilização ambiental a respeito da preservação da natureza, fazendo uso da educação ambiental como ferramenta nessas atividades; desenvolver cursos de capacitação para a população atuar no ramo do turismo, desenvolvendo uma atividade de base comunitária formando a população como guias locais e incentivando o uso do seu potencial local a partir da atividade para fins de alimentação e hospedagem para os visitantes; visando a melhoria na qualidade de vida e a conservação socioambiental da área.

Referências

ALVES, D. de A. A.; RABELO, T.O. e SOUZA, U.D. **Turismo Comunitária em Tutóia – MA: viabilidades e potencialidades locais.** Anais do IV Simpósio Nacional de Turismo Sertanejo. São Luís, Maranhão. UFMA. 2015.

BRASIL. **Diário Oficial. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. República

Federativa do Brasil. Brasília, 1999.

DOSTOIEVSKI, F. DESCOBERTAS DO BRASIL. In: Ministério da Educação e Desporto. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. 1º ed. Brasília – DF 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2014. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/5DL1>>.

Instituto Maranhense de estudos Socioeconômico e Cartográficos. **Situação Ambiental da Região dos Lençóis Maranhenses**. São Luis: IMESC, 2013.

LIBANO, R. V.; PEREIRA, V. A. **Educação Ambiental e sua Importância para a Conservação do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.abes-df.org.br>>. Acesso: 20/03/ 2016.

LOUZEIRO, Andreza dos Santos; FEITOSA, Antonio Cordeiro. Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba no Município de Tutóia: **Um olhar a partir da comunidade local**. Relatório apresentado ao PIBIC-UFMA, São Luis- MA, 2014.

MDA- Ministério de Desenvolvimento Agrário e SDT- Secretária de Desenvolvimento Agrário. **Território Baixo Parnaíba**. São Luís, 2005.

Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre, Ed. Bookman. 2003.

OLIVEIRA, Wellington; FROTA, Patrícia. **Caracterização Socioambiental do Município de Tutóia – Maranhão**. XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina. Costa Rica. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2670>

RAMOS, Rita. **O que é Turismo Sustentável?**, 2013. Disponível em <<http://www.sustentavel-turismo.com/2011/04/o-que-e-turismo-sustentavel.html>> . Acesso em: 19 de março. 2016.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTIAGO, Cristiane Maria Cordeiro. Org- **Desenvolvimento do Turismo e Seus Impactos Na APA do Delta do Parnaíba**. PIBIC-2010.

SOAVINSKI, Ricardo José. Plano de Gestão e Diagnóstico Geoambiental e socioeconômico da APA do Delta do Parnaíba. Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais da UECE-IEPS, 1998. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2246-apa-delta-do-parnaiba.html>>.

SNUC - **Sistema Nacional de Unidades de conservação**: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2ª edição ampliada, 2000. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_18_2ed.pdf>.

CARACTERIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TASSO FRAGOSO – MA, COMO PLANEJAMENTO DE GEOCONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO

**ANTONIA REJANE CAVALCANTE MORAIS
CLAUDIO EDUARDO DE CASTRO**

Resumo

A configuração do cenário paisagístico reflete na fisionomia da paisagem e manifestos históricos, arqueológicos, entre outros, constituindo elementos que se categorizam por condição de existência, seja para a história do lugar, assim como o de sua constituição. Nesta contribuição se faz presente à condição de Patrimônio Geológico, a qual deve ser gerenciada em vista da manutenção de seus elementos que influenciam na adaptação das condições de vida do cenário ambiental. Desse modo, propõe-se para este trabalho caracterizar a Geodiversidade, que muito condiciona para a sua existência e perfaz na harmonia do ambiente. Nesse sentido, caracterizar a dinamicidade do lugar permite o entendimento da representação fisionômica em meio aos eventos de natureza, com um ambiente que proporciona um cenário constituído por elementos que influenciam na vida faunística, florística e permite o mistério a partir da representação de artefatos históricos, representados por marcas históricas ou registro de natureza cronológica. A relação natural apresenta condições suscetíveis à fragilidade, isto porque sua adaptação está condicionada a eventos de caráter natural que configuram as formas geológicas, que influenciam na adaptação da fauna. Logo, este fator remete ao que representam suas estruturas, que conduzem nas formas de mesetas, testemunhos, declivosas e na constituição do potencial espeleológico. Este fator apresenta as mesmas condições naturais de formação, mas conduz feições com características variáveis. O fato atrelado à condição de adaptação é o que representa dentro das cavidades, como a vida faunística, cujo estabelecimento são das espécies fixas, predadoras, com relações variáveis de sobrevivências. Desse modo, o estudo remete à interpretação histórica e ambiental, em subsídio à conservação do cenário do Maranhão, assim como do país.

Palavras-chaves: Geoformas; Espécies predadoras; Potencial Espeleológico; Registro arqueológico.

Abstract

The configuration of the landscaped setting reflects the landscape physiognomy and historical manifestos, archaeological, among others, constitute elements that categorize a condition of existence, is for the history of the place, as well as its constitution. This contribution is present the condition of Geological Heritage, which must be managed in view of the maintenance of its elements that influence the adaptation of the living conditions of the environmental scenario. Thus, it is proposed for this work to characterize the geodiversity that very condition for its existence and amounts to the environmental harmony. In this sense, characterize the dynamics of the place allows the understanding of physiognomic representation among the nature of events, with an environment that provides a scenario consisting of elements that influence the faunal life, flora and allows the mystery from the representation of historical artifacts, represented by historical marks or chronological nature record. The natural relationship in conditions susceptible to fragility, because this adaptation is subject to natural character of events that shape the geological forms, which influence the fauna adaptation. Therefore, this factor refers to representing their structures, which leads in the forms of plateaus, testimonies, steep and the constitution of the speleological potential. This factor the same natural training conditions, but leads features with variable characteristics. The fact linked to the adaptation condition is what is inside the cavities, such as faunal life, the establishment of which are fixed species, predators, with varying relations survivals. Thus, the study refers to the historical and environmental interpretation in subsidy to the conservation of Maranhão scenario, as well as the country.

Keywords: Landforms; Predatory species; Speleological potential; Archaeological record.

1. Introdução

A representação do cenário paisagístico vem de modo a refletir grandemente o aspecto da paisagem natural. Este fato configura uma paisagem que exhibe suas formas, que de diferentes modos permite visualizar a sua configuração. Logo, as características da paisagem compõem um cenário único, que se apresenta como parte da Geodiversidade, está um entrelaçamento do complexo e harmônico. Este fato é apresentado por Cavalcanti *et al.* (2012, p. 19) quando afirma que:

Os mecanismos que permitem a manutenção desta megadiversidade dependem da delicada relação entre inúmeras variáveis: clima, relevo, umidade etc. Este “quebra-cabeças” ecológico forma o mosaico ideal no qual a interação das peças promove mais diferenciação biológica.

A representação paisagística permite a manutenção de seus elementos naturais, cuja condição está atrelada aos eventos de natureza que concorrem para a sua existência, considerando-se a adaptação e sobrevivência das espécies. Desse modo, são suscetíveis aos elementos que estabelecem a vida florística, faunística, além de sua interrelação para a sobrevivência, em vista da disponibilidade dos recursos naturais. A ocorrência desta relação permite a existência da megadiversidade como uma relação entre a exibição da paisagem, capaz de influenciar na essência da vida no cenário próprio paisagístico.

As características da paisagem refletem na exuberância de um panorama que nos permite o entendimento da forma natural que ali se estabelece. Neste sentido, trata-se de apresentar neste trabalho as condições de existência e o fator interrelacional da manutenção da paisagem no município de Tasso Fragoso-MA, pensando em refletir dentro dos parâmetros que conduzem à sua existência, para assim estabelecer a preservação dentro dos mecanismos de sobrevivência e permanência da Geodiversidade. Como condições ambientais naturais, a região apresenta: “(...) clima tropical da zona equatorial, com 4 a 5 meses secos, com chuvas anuais que possibilitam existência de cerrados das mais variadas composições, distribuídas conforme os locais de solos, altitudes e declividades”. O fator climático vem influenciar na configuração das feições que constituem as unidades geomorfológicas, cuja representação reflete no cenário com a existência dessa variabilidade. Correia Filho *et al.* (2011, p. 23), apresenta a decorrência deste fator. “Por estar localizada numa área de transição, apresenta feições topográficas amazônicas na porção ocidental, feições aplainadas, sertanejas, no setor leste-sudeste, além de relevo subtabular que constitui as cuestas da porção central da bacia” IBGE (2000, s/p).

Dentro do estabelecimento de estruturação, a geomorfologia se constitui em suas características baseada na constituição litoestratigráfica que advém da representação das formas geológicas apresentadas. Segundo Correia Filho *et al.* (2011) a sequência litoestratigráfica é representada: (...) pelo Grupo Balsas, representadas pelas formações Piauí, do Carbonífero e Pedra de Fogo, do Permiano. Dentro dessas formações, os aspectos litoestratigráficos vêm definir as características que se desenvolvem das formações apresentadas:

“Litologicamente a formação Piauí consiste de uma seqüência essencialmente arenosa, com níveis de siltitos e folhelhos, além de intercalações de calcário. (...) a formação Pedra de Fogo apresentam sequenciais de siltitos, folhelhos e calcários, arenitos predominando na seção média. É comum, nos níveis de arenitos, estratificação cruzada, enquanto nos níveis de folhelhos e siltitos ocorrem fragmentos de conchas e impressões de restos vegetais. São freqüentes estruturas de escorregamento (*slumping*) em “pequenos dobramen-

tos”, causados por acomodação de estratos de diferentes competências. Ocupa uma vasta área, aflorando praticamente em todos os quadrantes do município de Tasso Fragoso”. (CORREIA FILHO *et al.* 2011, p.23)

Logo, a percolação da água no relevo vai contribuir para a sua modelação e estruturação, além de apresentação dos depósitos aquíferos, bem como constituindo as formações espeleológicas na região. Baseadas nas mesmas condições de percolação da água no relevo, que se constitui diferentes aspectos estruturais graças às características de porosidade das rochas. Neste sentido, as condições litoestratigráficas são condicionados dos efeitos de percolação que recebe esta influência expondo fragmentos representados por afloramentos das rochas na região.

Neste sentido apresentamos as estruturas espeleológicas, cujo fator de formação atrela-se aos efeitos naturais que atingem as estruturas geológicas. Afirmo Cavalcanti *et al.* (2012, p. 20) que: “a formação de uma caverna resulta das ações físicas e reações químicas sobre a rocha”.

Os efeitos característicos nas estruturas geológicas compõem aspectos definidos pelas variações dos eventos naturais como a insolação, regimes pluviométricos, sazonalidade, mudanças cíclicas das condições climáticas em tempos de milhares de anos, dentre outras condições. Desse modo, sua função tem por:

“(…) representação de um sistema com pequenos níveis de biomassa, um contato reduzido com o meio exterior, temperatura e umidade relativamente constantes e ausência permanente de luz. Com essas características, cria-se um ecossistema único e frágil, que em grande parte, depende do meio externo para a obtenção de energia, já que não possui luz ou produtores primários (plantas). Por outro lado, o meio subterrâneo (hipógeo) apresenta vantagens em relação ao meio externo (epígeo), pois além de oferecer abrigo permanente, representa um refúgio protegido contra a maioria dos predadores e contra mudanças climáticas extremas. Cavalcanti *et al.* (2012, p. 40)

A condição estabelecida das geoformas permite a representação de variadas estruturas, além da constituição do potencial espeleológico que estão configuradas pelos mesmos efeitos, mas que cada elemento atribui diferentes funções em seus condicionantes naturais. A adaptação do ambiente permite a existência da fauna, flora e de outros recursos naturais. Muitas espécies acabam por se abrigar nas cavernas a partir da condição dos efeitos naturais que influi na forma de vida e na sua relação. Este fator está relacionado na forma de adaptação das espécies, mesmo as de ambiente externo se abrigam nas cavidades, no intuito de buscar abrigo. A relação mútua entre predadores de ambiente externo e interno permite a diversidade faunística. O ambiente em si condiciona fragilidades, superadas por meio das formas adaptativas das espécies ali inseridas em seus diversos níveis tróficos.

Ressalva-se que serão apresentadas as características de variabilidade geológica, espeleológica, faunística e florísticas de Tasso fragoso – MA. Além disso, apresentam elementos históricos marcados nas estruturas geológicas fatos de eventos de natureza, além de sua utilização como modo de sobrevivência, dentre os recursos que se apresentam como artefato histórico, visando uma da representação da Geodiversidade.

Em Tasso Fragoso, são evidenciados os grafismos a partir da constatação de Pivetta (2004, s/p) que: “(…) são os abrigos e cavernas em rocha os quais apresentam a maioria dos grafismos e inscrições nessa região”. Desse modo, sua constatação evidencia em meio à literatura os registros de grafismo que representa a influência dos eventos de natureza, da relação de adaptação à diversidade ambiental na vida do homem em meio às condições vividas representadas na Geodiver-

cidade daquele tempo. Estes remanescentes vêm, por sua vez“(...) passando da etapa pragmática de acumulação e registro das fontes meramente arqueológicas, para a seguinte, com utilização das ciências auxiliares e valorização do objeto *in situ*, e o estudo da ocupação dos espaços e das relações sócio-ecológicas” (MARTIN, 2008, p.326).

Desse modo, o estudo remete ao raciocínio de eventuais relações do ambiente natural e o homem numa relação atrelada às condições de vida sob um dado momento. A representação destas ocorrências são percebidas em estudo *in situ* das relações desses eventos e da condição que estabelece a diversidade. Em vista da representação mosaica da região, a configuração natural reflete em monumentos históricos as quais devem ser instituídos como Patrimônio Geológico. Este fato é apontado por Peixoto (2008 p. 28), que afirma ser o “conjunto de geossítios inventariados e caracterizados numa dada área ou região denomina-se **Patrimônio Geológico**”.

Esta é a contribuição desejada, cujo estabelecimento reflete na variabilidade de elementos que influenciam nas condições de vida e estabelece sua influência de valor histórico dada ao uso do espaço por meio da sobrevivência. Ratificamos as justificativas as quais alcancem o título de Patrimônio Geológico, que se aplica como forma de gerenciamento em medida de preservação da Geodiversidade. Esta atribuição se deve ao valor de existência das características fisionômicas da Geodiversidade, cujo cenário reflete a valorização dada pelo homem. Logo, a exposição do inventário arqueológico é tratada por Bilha (2005, p. 34), que apresenta:“(...) a relação de nossos antepassados com a Geodiversidade reside na escolha dos materiais mais adequados para o fabrico de instrumentos (pontas das setas em sílex, objetos de ouro, bronze, ferro, etc.)”, o que implica nesse inventário de Geossítio e a partir desse aspecto, a condição de Patrimônio Geológico.

Além disso, o fato narra evento que confere as condições de vida do homem a este cenário, que se atribui como de valor cultural, que confere ao homem uma forte interdependência entre o seu desenvolvimento social, cultural e/ou religioso, e o meio físico que o rodeia. Neste sentido conduz a relação do homem com a natureza, que se apresenta ao longo do tempo em meio as suas manifestações por marcas, produções artesanais, utensílios de subsistência, enfim, o resgate de um passado que ajuda a desvendar a história do lugar e da paisagem natural.

A condição de patrimônio garante a manutenção da riqueza de atributos que merecem a atenção para o desenvolvimento das atividades científicas, além de propor gerenciamento desse espaço por uso cultural, atrelado ao monitoramento sob a orientação de práticas que podem ou não serem estabelecidas neste cenário. O Cecav (1988, s/p) salienta que “no artigo 23, parágrafo III deve proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”. Evidencia este fator de proteção, tendo em vista que:“(...) são constituídas com exposição natural ou artificial de um ou mais elementos da geodiversidade, bem delimitado geograficamente, que apresenta valor singular do ponto de vista científico, pedagógico, cultural ou turístico, seja por seus aspectos geomorfológicos, paleontológicos, paleoambientais, sedimentológicos, ígneos, metamórficos, estratigráficos, minerários, espeleológicos, seja pela história geológica do lugar de suas formas” (BANDEIRA, 2013 p. 116).

As reais necessidades de sua preservação estão nos fatores que condicionam suas morfologias e elementos constituídos, pois, compreende riquezas raras de grande valor ambiental, histórico e cultural. Esses fatores devem ter seu registro e catalogação de em um órgão fiscalizador, além de publicações da existência do patrimônio natural, histórico e cultural como forma de expandir estudos sob as áreas científicas a cada elemento ali estabelecido.

Logo, constituir esta representação é assumir um papel de desenvolvimento da real possibilidade que objetiva o trabalho. Neste sentido, tem-se por proposta a adoção de sistemas de gerenciamento dos artefatos naturais e históricos a partir da criação do museu no município, como

forma de respaldo a seus artefatos, remanescentes históricos, tornando-a patrimônio histórico, cultural e natural.

Desse modo, sua contribuição deve permitir de forma satisfatória a manutenção, contemplação e preservação da Geodiversidade, que reflete no cenário que caracteriza suas feições e condicionam as formas de vida que ali se estabelece, que devem ser estudados para a interpretação ambiental e conservação do cenário histórico do Maranhão, assim como do país.

2. Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos ocorreram em momentos distintos. A princípio, iniciou-se com o levantamento e leitura de referenciais bibliográficos, como dissertações, teses, documentos relativos á riqueza de um patrimônio, por meio dos aspectos de constituição da Geodiversidade, assim como a adaptação desse ambiente em seus diferentes modelos (natural, histórico e cultural). Percebe-se que o referencial teórico tem como fundamento de instituir a região como Patrimônio Geológico, por meio dos aspectos paisagísticos, dentre as demais características peculiares existentes nesta região.

A leitura vem se instituir como fundamento de implantação da região como Patrimônio Geológico, em vista da identificação e caracterização dos elementos que assim deve apresentar: Aspecto fisionômico em bom estado de conservação, elementos histórico-culturais e Potencial Geomorfológico (Estruturas Geológicas e Unidades Espeleológicas), as quais devem ser registradas por registro fotográfico em fins de catalogação. A finalidade desta pesquisa constitui-se na identificação da região como um patrimônio histórico-cultural, que condicionam a preservação e monitoramento destes ricos patrimônios. As instituições nas quais se deve constar as catalogações são: CECAV (Centro Nacional de Cavidades), ICMBio (Instituto Chico Mendes e Conservação da Biodiversidade), além da catalogação junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional) que está em fase de implantação no município, além de mediação de outras possibilidades das ações de forma que efetive a proposta assinalada.

3. Resultados

Os resultados deste trabalho foram satisfatórios na medida em que foram levantados os arcaibouços existentes na região. Além disso, a catalogação ocorreu para a maioria dos sítios arqueológicos e o das cavidades está em implantação. Além disso, existem publicações desse trabalho em conferência, simpósio, com a publicação em anais e em e-books, entre divulgações de seu trabalho no site da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, além do noticiário na página do SBE. Esses dados constam como efetivo de informação e divulgação conforme assinala como proposta desse trabalho, referente aos requisitos que fundamentam e registram a proposta dessa pesquisa.

Em medida de desenvolvimento da pesquisa, a expedição concorreu com a construção da representação mosaica de Tasso Fragoso - MA (a Figura 01 apresenta o mapa de localização do município).

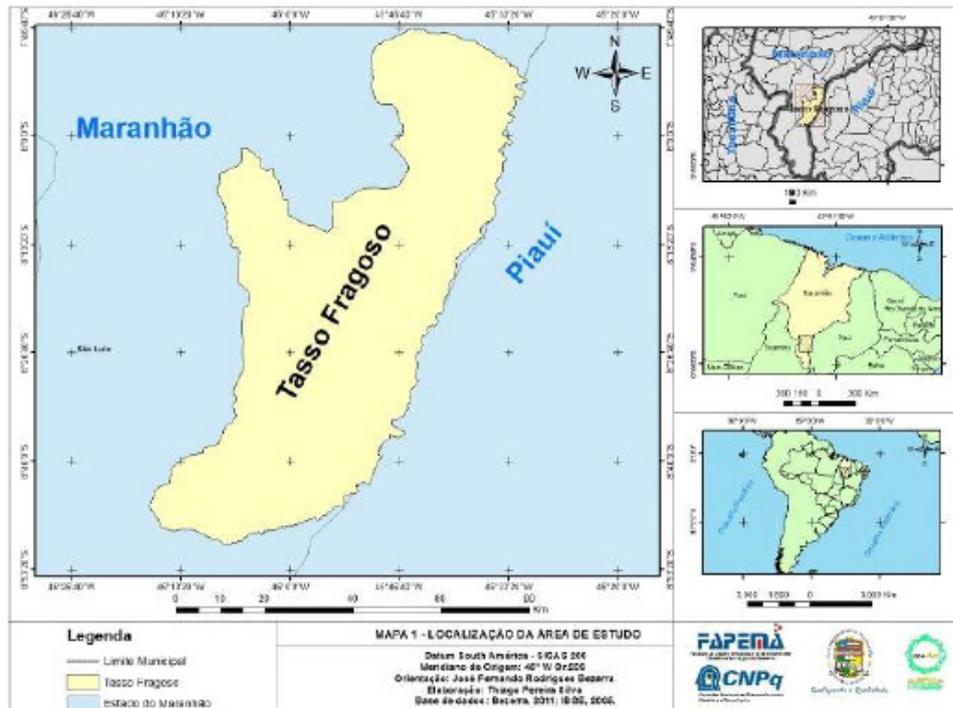


Figura 01 - Localização do município de Tasso Fragoso - MA.

Fonte: SILVA, Thiago Pereira. Base de dados de Bezerra, 2011 e IBGE, 2005.

O modelo aplicado ao registro das informações exhibe e fundamenta de modo efetivo a ocorrência do que a literatura aponta como Patrimônio Geológico, cuja configuração reflete um cenário por diferentes aspectos naturais que o conduz e caracteriza sua dimensionalidade. Cavalcanti *et al.* (2012, p. 19) assinala que a condição é estabelecida: "(...) pelas características climáticas, geográficas e geológicas, que desenharam ao longo de eras uma exuberante diversidade biológica estimada entre 15% a 20% das 1,5 milhões de espécies encontradas na Terra".

Nesta ressalva se apresenta o fator de desenvolvimento dos aspectos exuberantes da paisagem, além de estabelecer as relações naturais que permite a existência e sobrevivência do bioma característico. Logo, o município de Tasso Fragoso conduz para que esta representação ocorra, a partir do cenário representado na Figura 02 (A e B) a qual assina as feições geomorfológicas, geológicas e espeleológicas, cuja condição esteja atrelada pelos efeitos naturais que conduz as representações assinaladas.

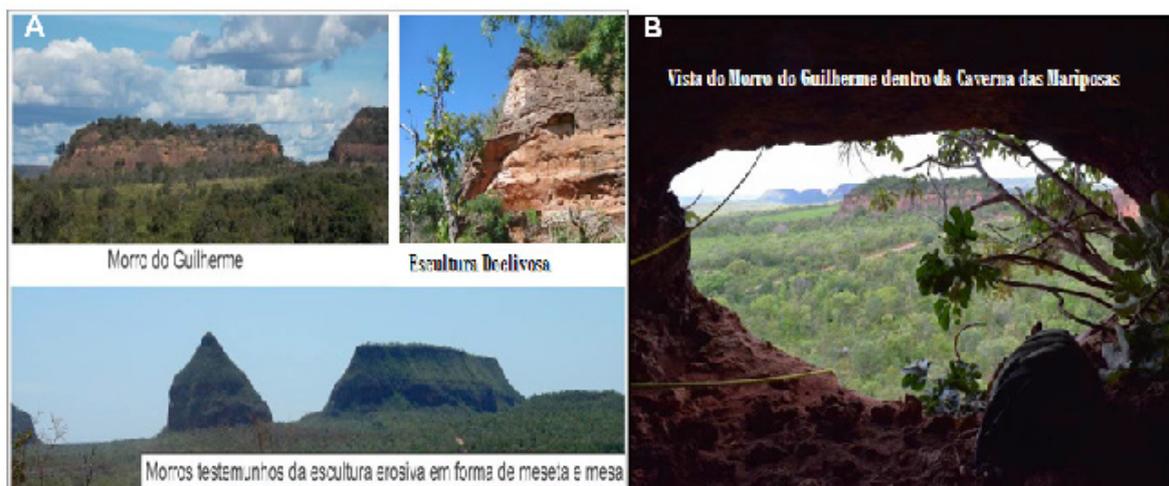


Figura 02 - Formas geomorfológicas nos aspectos (A – Morros, Declives, Testemunhos C- Espelológicas)
Fonte: MORAIS, *et al.*, 2016.

Este fator permite o vislumbramento das características fisionômicas estabelecidas por condições naturais. O potencial espeleológico estabelecido nas estruturas geomorfológicas conduz para a existência dos mecanismos de adaptação das espécies, que ali se estabelecem em meio às relações múltiplas das condições ditadas ao meio. A Figura 03 (A e B) constata essas evidências.

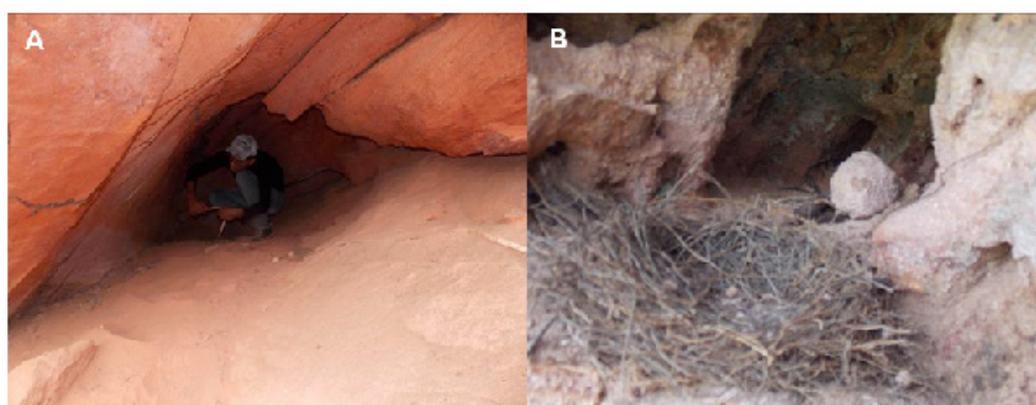


Figura 03 - Indícios da fauna cavernícola (A – Presença de Guano e Coquilho, B – Reprodução de aves).
Fonte: MORAIS; CASTRO., 2016.

Ligadas a este fator, o estabelecimento de espécies nas cavernas representam variáveis fatos, como as condições climáticas, espécies fixas, predadoras, entre outras condições naturais. Todo este estabelecimento conduz para a representação faunística do ambiente. Segundo Cavalcanti *et al.* (2012 p. 40) este fator se estabelece quando: "(...) as espécies buscam ambientes para a sua condição de sobrevivência, que se apresentam como refúgio protegido contra a maioria dos predadores e das mudanças climáticas externas", o que além de promover equilíbrio, condiciona na presença de muitas espécies no meio externo e no próprio ambiente cavernícola. Além disso, "(...) as condições de espécies nestas cavidades são múltiplas, umas que vivem diretamente na parte interna das cavernas, outras, que servem como abrigo noturno, e que esta multiplicidade condiciona na manutenção de vida de espécies permanente nas cavernas".

Os animais noturnos apresentam fezes que servem de alimentos para espécies internas, e isto condiciona a relação de sobrevivência da biota no ambiente cavernícola. Desse modo, o estabe-

lecimento da proposta de titulação da região como Patrimônio Geológico é dado graças à representação mosaica da Geodiversidade apresentadas neste resultado, tendo estas como existência e resistência as condições adversas do ambiente estudado. Dentre estes fatores, apresenta-se na região o estabelecimento de registro arqueológico e com árvores fossilizadas, marcas históricas, entre outros elementos de representação cronológica.

Os registros arqueológicos configurados na paisagem são constituídos como eventos de sobrevivência humana, dada ao fabrico de lanças, lascas, entre outros, como forma de adaptação às condições de sobrevivência em meio às explorações de recursos naturais. Além disso, apresentam as marcas históricas como registro de cronologia de eventos naturais. A CPRM, (2008, p. 22) assinala a condição que estabelece os registros arqueológicos encontrados: “É através dessa ciência que são analisados os registros fossilíferos que refletem as mudanças da flora e da fauna, as extinções em massa e as mudanças climáticas ocorridas ao longo do tempo geológico”.

Desse modo, o estudo estabelece que haja o desvendamento de eventos ambientais, assinalados nas marcas históricas que revelam eventos naturais de dado período histórico. Além disso, os eventos naturais deixam resquícios de fósseis que indicam extinção da fauna e flora. As árvores fossilizadas ali presentes evidenciam esse fator, o que favorece a intencionalidade da proposta de Patrimônio.



Figura 04 - Registros arqueológicos no município de Tasso Fragoso - MA:

A - Árvore fossilizada no Vale do Babilônio; B - Pedra Lascada encontrado na Estiva;

C - Lascamentos nas proximidades da Caverna; D - Inscrições rupestres no Sítio do 1º Irmão.

Fonte: MORAIS, *et al.*, 2016.

Todos esses fatores possibilitam a implantação de Patrimônio Geológico, a partir da constituição de artefatos históricos, formas raras de vida, e toda a representação geomorfológica ali estabelecida. A grande importância se dá pela condição atribuída a cada elemento estabelecido, que além de representar o mosaico da Geodiversidade, elencam como valiosas preciosidades dadas à condição que ali se estabelece cada elemento encontrado.

4. Considerações finais

Ultimando este trabalho pressupomos sobre as características do cenário paisagístico de Tasso Fragosos – MA. Esta representação além de evidenciar os fatores narrados desses eventos que configuram a paisagem, estabelecem condições de existência, além de resquícios para estudos das eventualidades naturais apresentadas. Diante disso, considera-se a real necessidade e condições para a manutenção desta diversidade, em vista da: “(...) caracterização de processos geológicos, expressão cênica, bom estado de conservação, acesso viável e existência de mecanismos ou possibilidade de criação que lhe assegure condições de preservação, conservação e manutenção” (BANDEIRA, 2013 p. 59)

Estas condições, além de representar um mosaico de diversidade ecológica, apresentam fatores que incidem na fragilidade, o que ratifica a condição de preservação do cenário ambiental ali estabelecido. Em referência clássica e constatação em campo, podem-se destacar as ações que exibem o cenário ali constituído, onde a condição estabelece formas de vida, feições que propiciam as condições adaptativas da fauna, representação da beleza cênica dos aspectos Geomorfológicos, além da representação dos artefatos históricos que servem como monitoramento ao estudo da paisagem. Os resquícios arqueológicos tem como resgate a complexidade que define o cenário natural, além de indicar o uso natural como manifestação cultural e dependência do ambiente para a sobrevivência. Desse modo se destaca a real necessidade de implantar ações efetivas de proteção, para que possa então manter e instituir a região como Patrimônio Geológico.

Referências

BANDEIRA, Iris Celeste Nascimento. **Geodiversidade do Estado do Maranhão/ Levantamento da Geodiversidade**. Programa Geologia do Brasil: CPRM. Teresina– PI: 2013; 294 p. Disponível em: www.cprm.gov.br. Acesso em: 10/05/2014.

BILHA, José. **Patrimônio Geológico e Geoconservação: A conservação da natureza na sua vertente biológica**. Editora Palimage: Braga, agosto de 2005. Apoio: Universidade de Lisboa - Museu Nacional de História Natural, Parque Biológico de Gaia. ISBN: 972-8575-90-4. Acesso em: jan/2016.

CAVALCANTI, Lindalva Ferreira; *et al.* **PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO NAS ÁREAS CÁRSTICAS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO**. Instituto Chico Mendes de conservação e biodiversidade. Série Espécies Ameaçadas nº 27, Brasília, 2012, 140 p.

CECAV. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Presidência da República Casa Civil e Subchefia para Assuntos Jurídicos: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º de 1988. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cecv/downloads/legislacao.html>. Acesso em: 20/07/2014.

CORREIA FILHO, Francisco Lages; GOMES, Érico Rodrigues; NUNES, Ossian Otávio e LOPES FILHO,

José Barbosa. **Relatório diagnóstico do município de Tasso Fragoso.** Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, no estado do Maranhão- Teresina: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2011. CDD 551.49098121.

CPRM. **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro.** Editor: Cassio Roberto da Silva. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. 264 p.: il.: 28 cm. CDD 551.0981

IBGE. **Atlas Estatístico do Brasil, 1997.** Diretoria de Geociências Brasília: IBGE, 2000.

MARTIN, Gabriela. **Pré História do Nordeste do Brasil.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

PEIXOTO, Luciana de Jesus dos Santos. **O patrimônio Geomorfológico – Glaciário do Parque Nacional da Peneda Gerês: Proposta de Estratégia de Geoconservação.** Dissertação designada ao Mestrado em Patrimônio e Geoconservação. Universidade do Minho – UM: Escola de Ciências, 2008.

PIVETTA, Marcos. **Pré-história ilustrada: Pinturas e gravuras revelam a diversidade de formas e estilos da arte rupestre nacional.** Revista Fapesp, n. 105. São Paulo: Fapesp, 2004.

GEOTURISMO: UM OLHAR SOBRE A POTENCIALIDADE NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ESTRADA PARQUE DE PIRAPUTANGA, AQUIDAUANA - MS

VALDECY SOUSA OLIVEIRA
CLEITON MESSIAS RODRIGUES ABRÃO
LUCIMARA JOSÉ DA SILVA
LUCY RIBEIRO AYACH

Resumo

Este trabalho teve como objetivo, apresentar as potencialidades geoturísticas da paisagem na Área de Proteção Ambiental Estrada Parque de Piraputanga (APA), dentro do modelo descritivo proposto, onde a paisagem ambiental e geoturística foram representadas a partir da realidade observada em campo. A área de estudo está localizada nos municípios de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti em Mato Grosso do Sul, com uma área de aproximadamente de 101,16 km². A metodologia adotada constituiu em realizar o percurso da Estrada Parque, fotografando, observando e registrando as potencialidades geoturísticas da paisagem. Onde foi utilizado o GPS, para coletar as coordenadas de cada ponto e máquina fotográfica para registrar a imagens, com potencialidades para o geoturismo. No trabalho de escritório foi utilizado imagens de satélite Landsat 8/ OLI, para representar a área da APA e espacialização dos pontos. Esses procedimentos foram feitos no software ArcGIS versão 10.2. Com os resultados encontrados e concluída a leitura das bibliografias específicas foi possível constatar que a APA apresenta uma grande potencialidade para o ecoturismo e o geoturismo, com a presença de belezas cênicas com afloramentos geológicos, escrituras rupestres e vegetação nativa do cerrado em estado de boa conservação. Sendo assim, é importante o conhecimento dessas áreas para incentivar o turismo na APA, agregando renda a população local, bem como a necessidade de elaboração de um plano de manejo.

Palavras-chaves: Percepção Ambiental; Potencial turístico; Geossítios; Área de Proteção Ambiental; Cerrado

Abstract

This paper had as objective to introduce the potential geotouristic of the landscape in the Environmental Protection Area Ambiental Estrada Parque de Piraputanga, in the descriptive model proposed, where environmental landscape and geotouristic foil was represented from the reality observed in the field. The study area is located in municipalities of Aquidauana and Dois Irmãos do Buriti in Mato Grosso do Sul, com with an area of approximately 101,16 km². The methodology adopted was realized making the route of Estrada Parque, photographing, observing and recording potentialities geotouristic of landscape. Where the GPS was used, to collect the coordinates of each point and the camera to record images, with potential for geotourism. On office work it was used satellite images Landsat 8/ OLI to represent the Area of environmental protection and spatial distribution of points. These procedures were performed on software ArcGIS version 10.2. With the results completed the reading of the specific bibliographies it was possible corroborate that the Area of environmental protection has a great potential ecotourism and geotourism, with the presence of scenic beauty with outcrops geological, rock scriptures and native vegetation cerrado in a state of good conservation. Therefore, It is important to know these areas to encourage tourism in Area of environmental protection, adding income to the local population, and the need to elaborate a management plan.

Keywords: Environmental Awareness; Tourism Potential; Geosites; Environmental Protection Area; Cerrado.

1. Introdução

Quando discutimos a paisagem e o meio ambiente, nos remetemos aos anos de 1971, a reunião de Founex, onde estava em voga o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, dentro de um contexto preparativo para a primeira Conferência das Nações Unidas, que ocorreu em junho de 1972 em Estocolmo onde o tema em pauta era o meio ambiente (SACHS *et al.*, 1998).

Durante a década de 1970 duas correntes já se colocavam no centro das discussões. A primeira corrente defendia o crescimento a qualquer preço, vendo o meio ambiente como capricho da burguesia ociosa, ou apenas um fator de impedimento ao desenvolvimento. Já a segunda corrente, compostas por extremistas, estava dividida em duas classes, sendo uma defendendo que o crescimento econômico deveria parar a qualquer preço, devido o esgotamento dos recursos naturais em um curto prazo. A outra classe a catastrófica acreditava que em consequência do desmatamento geraria uma poluição excessiva.

Neste contexto, tanto a reunião de Founex como a Conferência de Estocolmo, não deu vazão as idéias extremistas, mas utilizou os pontos positivos destas correntes. Criando assim um caminho intermediário entre o ecologismo absoluto e o economicismo arrogante, isto é criando o ecodesenvolvimento. Mais tarde devido às expectativas criadas, deu origem à cúpula da Terra e a Agenda 21, ambas em 1992, onde o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e as questões sociais foram resoluções firmadas neste evento (SACHS *et al.*, 1998).

Em torno desta discussão do avanço econômico e os impactos de sua materialização, Cavalcanti (1998) reflete sobre o desenvolvimento e indaga: para que, para quem, e a que custos, visíveis e ocultos deste avanço econômico.

Portanto para Portuguez (2001):

[...] não se trata somente do que consumir, mas de onde e a partir de quais estímulos, considerando ainda o papel dos lugares na configuração dos estrados sociais...onde de início, um elemento importante é o caráter tempo espacial do consumo. Ele está estrategicamente associado a signos: realiza sonhos e desejos em lugares específicos, lidando com a satisfação momentânea dos indivíduos (PORTUGUEZ, p. 07, 2001).

O turismo é uma das atividades que tem como um de seus fatores o consumo do espaço, tempo, associado a signos, que objetiva realizar sonhos, em conhecer lugares específicos, com atividades que satisfaçam as necessidades dos indivíduos. Neste contexto, a proposta deste trabalho é apresentar as potencialidades geoturísticas da Área de Proteção Ambiental (APA) da Estrada Parque de Piraputanga, sobre a paisagem natural e antrópica proposto por Capdevila (1992), onde a paisagem ambiental e geoturística será representada a partir da realidade observada dentro da área de estudo.

A APA Estrada Parque de Piraputanga foi criada pela lei nº 9.937 de 05 de Junho de 2000, ano este do advento da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que foi instituído pela lei 9.985 de 18 de Julho de 2000, com o objetivo de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação em todo o território brasileiro. A atividade geoturística, no Brasil ainda é muito recente, inclusive é pouco desenvolvida em APAs. Nesse sentido, para que esse segmento do geoturístico seja explorado, pesquisas em áreas com presença de belezas naturais e com forte potencial é uma alternativa para divulgação dos atrativos locais.

Thomas Hose em 1997 fez a primeira definição científica de geoturismo:

a provisão de serviços e facilidades interpretativas que permita aos turistas adquirir conhecimento da geologia e da geomorfologia de um sítio (incluindo sua contribuição para o desenvolvimento das ciências da terra) além de mera apreciação estética

Em 2000 após longas discussões sobre o tema ele altera o significado, onde geoturismo é:

a provisão de facilidades interpretativas e serviços para promover o valor e os benefícios sociais de lugares e materiais geológicos e geomorfológicos e assegura sua conservação, para uso de estudantes, turistas e outras pessoas com interesse recreativo ou de lazer.

Para Capdevila (1992), a paisagem é uma interação dos elementos da estrutura geológica e geomorfológica da estrutura socioeconômica formando unidades homogêneas num processo de evolução destes elementos. De acordo com Santos (1997), as paisagens são arranjos naturais e artificiais, onde as formas ou artefatos de uma paisagem são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente, que refletem os diferentes tipos de estrutura, revelando as diferentes formas, naturais e artificiais. Porém, Cruz (2003) de forma resumida, diz que as paisagens são a porção visível do espaço geográfico e por isso, desempenha importante papel na constituição dos lugares turísticos e no direcionamento dos fluxos turísticos.

A paisagem do cerrado brasileiro, constitui uma das regiões de maior biodiversidade do planeta, cobrindo 25% do território nacional, com formação do tipo savana tropical, tendo extensão de cerca de dois milhões de km² no Brasil central, e uma pequena inclusão na Bolívia (BRASIL, 2007).

No Mato Grosso do Sul, o cerrado ocupa 61% do estado. Suas belezas naturais oferecem, em suas terras, ecossistemas diferenciados e de grande importância ambiental e social: o cerrado, o pantanal, a formação calcária da serra da Bodoquena entre outros (BRASIL, 2007).

O bioma cerrado é um dos mais ricos em plantas medicinais e frutíferas, onde dentre elas podemos citar, algumas espécies encontradas na área de estudo, como: o jatobá (*Hymenaeacourbaril*), o barbatimão (*Stryphnodendronadstringens*), o chico magro (*Guazumatomentosia*), a guavira (*Campomanesiaadamantium*), o pequi (*Caryocar brasiliense*), o cumbarú (*Dipteryxalata*), a pimenta de macaco (*xylpia aromática*) entre outros (LORENZI, 2000).

A área da Estrada Parque de Piraputanga possui fauna e flora exuberante, uma imensa riqueza cultural e de diversidade étnica, além de variadas fisionomias de relevo composto por planaltos, planície e depressão. Em meio a todas esses atrativos, destaca-se as belezas naturais dos rios, principalmente os que nascem no planalto de Maracaju – Campo Grande, onde existem diversas cachoeiras. A atividade turística aparece como uma atividade econômica viável e pode ser praticada de maneira sustentável pelas comunidades locais, através dos seus segmentos, os quais: turismo rural, de pesca, o ecoturismo, o geoturismo entre outras. Além disso, pode complementar a renda das comunidades tradicionais, que geralmente sobrevivem da coletas de frutas, raízes e ervas medicinais.

Tanto o Pantanal, quanto o cerrado vem passando por transformações lentas nas últimas décadas (BRASIL, 2007), devido ao uso e a ocupação antrópica destas áreas de maneira desordenada para a agricultura, pecuária, construção de estradas, a expansão das cidades vem causando problemas ambientais, como perda da biodiversidade, erosão de solos, assoreamento de rios, e poluição através de agrotóxicos, de resíduos sólidos entre outros.

As iniciativas públicas como as do Ministério do Meio Ambiente, de Organizações não Governamentais (ONG) como o Instituto EcoBrasil, a WWF e empresas privadas entre 1996 e 2001

tem apoiado projetos de preservação e conservação a biomas e regiões. Onde nas últimas décadas, vem realizando uma grande discussão sobre o meio ambiente, e como protegê-lo. Uma dessas iniciativas é a criação de Áreas de Proteção Ambiental, cuja lei n. 9.985 de 18 de Julho de 2000 em seu Art. 15, define como:

uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as APAs são definidas dentro das categorias das Unidades de Conservação (Ucs).

Dentre as classes de APAs estão as denominadas estradas parque que para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF, 1982) e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN, 1982 *apud* SORIANO, 2006, p.49) é

compreendida a totalidade ou parte de rodovias de alto valor panorâmico, cultural ou recreativo. Os limites são estabelecidos de tal modo que incluam as terras adjacentes a ambos os lados da rodovia, com o fim de atender a proteção da integridade panorâmica, dos recursos conexos e das atividades de recreação e educação.

A definição de estradas Parque para a Fundação S.O.S Mata Atlântica (2004) é:

é um Museu Permanente de Percurso que atravessa Unidades de Conservação ou áreas de relevante interesse ambiental e paisagístico, implantado com o objetivo de aliar a preservação ambiental ao desenvolvimento sustentável da região, através do fomento ao ecoturismo e às atividades de educação ambiental, de lazer e culturais

Soriano (2006) discute o contexto da APAs, Estradas Parques no Brasil e no mundo, colocando as dificuldades e as discordâncias que são encontradas para definir estradas parques e sua utilização para exploração turística, bem como a preservação e conservação da paisagem natural e a paisagem construída pelo homem.

2. Procedimentos metodológicos

2.1 Caracterização e localização da área de estudo

A APA Estrada Parque de Piraputanga foi criada pela lei estadual nº 2.193, de 18 de dezembro de 2000. É composta por uma paisagem de estrutura natural geológica com presença da formação Aquidauana e Botucatu. Está localizada no município de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti - MS (Figura 01), ocupando uma área de 101,16 km² de cerrado entre a serra de Maracaju e o rio Aquidauana. Dentro da APA existem três distritos, sendo dois pertencendo a Aquidauana (Camisão e Piraputanga) e um a Dois Irmãos do Buriti (Palmeiras).

Até os anos de 1895 este distrito era chamado de vila de Pinheiro, mas com a nova configuração territorial altera-se a denominação da Vila Pinheiro para Vila de Icoaraci, e se reiteram os seus limites, bem como dos demais distritos que compunham o município de Belém (LIMA, 2008, p

120).

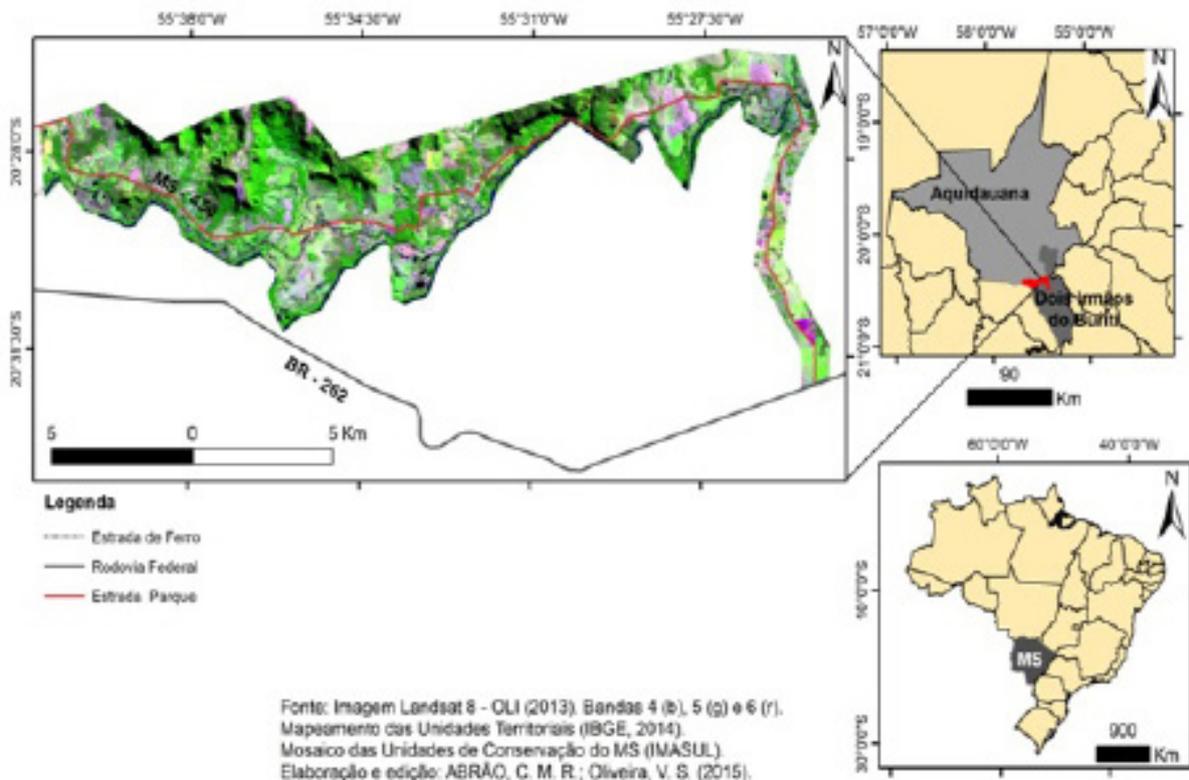


Figura 01 - Mapa de localização da APA Estrada Parque de Piraputanga.

A área de estudo está inserida no bioma cerrado, caracterizado no local por uma formação arbórea densa – margeando o planalto Maracaju – Campo Grande – árvores, arbustos baixos com florestas de galeria – às margens do rio Aquidauana e de seus afluentes – circundada por pastagens nativas e exóticas.

2.2 Materiais e métodos

Inicialmente foi realizada a coleta de materiais bibliográficos e geocartográficos pertinentes ao tema e a área de estudo. Logo em seguida utilizou-se imagens de satélite Landsat 8/OLI bandas 4(b), 5(g) e 6 (r) com resolução espacial de 30 metros, ortorretificada, extraída do banco de dados do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS, 2015). Realizou-se composição colorida com as bandas, na qual foi utilizada para ilustrar a área que a APA abrange nos municípios de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti, bem como reconhecer os tipos de uso da terra e cobertura vegetal. Para manipular esses dados e elaborar o layout dos mapas, foi utilizado o software ArcGIS 10.2.

Foram realizados trabalhos de campo para identificar e coletar pontos com GPS (*Global Positioning System*) para localizar os geo pontos com potencial geoturístico na APA, de acordo com as características geográficas locais. Na tabela 01 estão os pontos, descrição com suas respectivas coordenadas geográficas.

Ponto	Descrição	Latitude/Longitude
1	Foz do rio Morcego com rio Aquidauana	S 20°29'00"/W 55°38'28"
2	Campo de Matacões	S 20°27'41"/W 55°37'08"
3	Cachoeira do córrego Paxixi	S 20°27'12"/W 55°36'34"
4	Florestal Estacional Semidecidual	S 20°27'17"/W 55°36'34"
5	Mata de Galeria	S 20°27'41"/W 55°36'20"
6	Marcas de Ondas	S 20°29'19"/W 55°36'11"
7	Seixos Facetados	S 20°29'38"/W 55°36'16"
8	Formação Aquidauana	S 20°27'21"/W 55°29'17"
9	Pinturas Ruprestres	S 20°27'17"/W 55°29'16"
10	Teoria dos Refúgios	S 20°27'23"/W 55°29'05"

Tabela 01 - Pontos coletados de áreas com potencial para geossítios localizados na APA Estrada Parque de Piraputanga.

Fonte: Os Autores (2016).

3. Resultados e discussão

Segundo Rodrigues; Silva e Carvalho (2015) a área de vegetação de cerrado perdeu nos últimos 15 anos, na APA da Estrada Parque de Piraputanga, 19,6% de sua área, que foram convertidas em pastagens. Os resultados do mapeamento realizado (Figura 02) pelos autores supracitados apontaram que "a área de pastagem na APA Estrada Parque de Piraputanga em 2000 era de 43%, já a área de vegetação era de 52,2%. No ano de 2014 a pastagem passou a ocupar 61,6 %, enquanto o cerrado caiu para 32,6%". Neste contexto, a natureza perde em biodiversidade e, conseqüentemente o ser humano em qualidade de vida; assim como o turismo perde o seu potencial agregador do ecoturismo e do geoturismo.

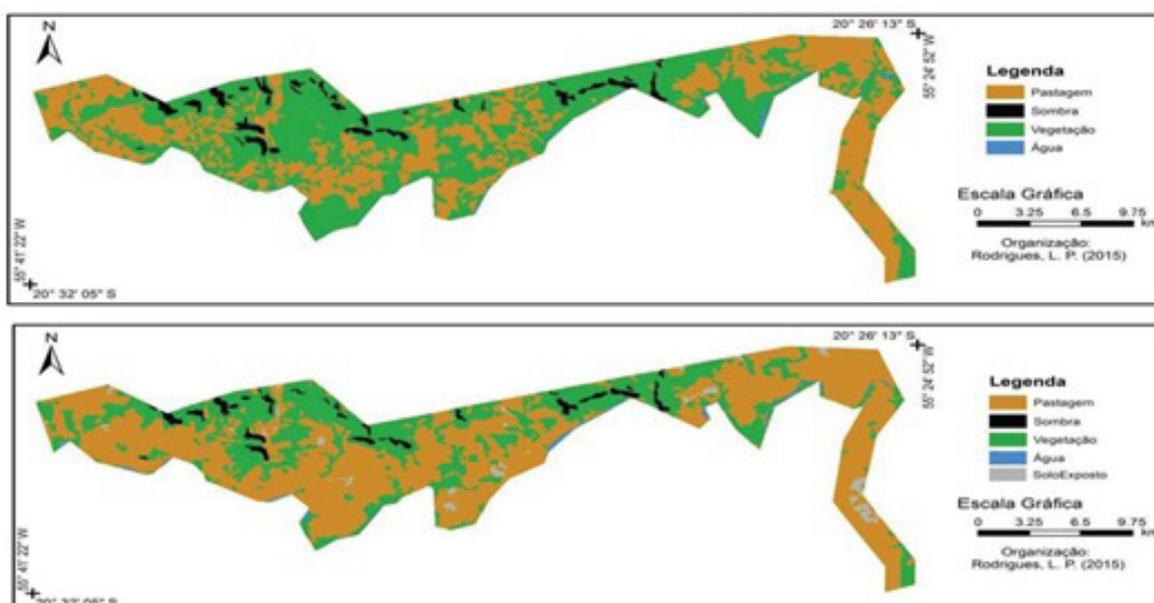


Figura 02 - Mapa de uso da terra. A) Ano de 2000 Landsat 5. B) Ano de 2014 Landsat 8.

Fonte: adaptado de: Rodrigues; Silva; Carvalho, 2015.

O relevo na área de estudo é caracterizado por escarpas com declividades superiores a 30% (Rodrigues; Silva e Carvalho, 2015). Nessa área há afloramentos da Formação Aquidauana, datadas do período perno carbonífero (GESIK, 1997), cujos vestígios deixados ao longo do tempo e a ação do intemperismo formou-se cavernas e abrigos de pequenos e grande animais silvestres. Os abrigos foram utilizados por povos antigos que deixaram suas marcas em forma de desenho nas paredes do arenito Aquidauana. Há presença de cachoeiras em rios que nascem nas áreas mais elevadas da APA da Estrada Parque de Piraputanga.

Segundo Ribeiro (2005) os distritos de Palmeiras, Piraputanga e Camisão tiveram suas origens através dos garimpos de diamantes, nos anos de 1934 a 1938. A população tradicional é composta por nordestinos, nos distritos e uma comunidade baiana, localizada na região das furnas dos baianos – como é conhecida. Tendo como fatores socioeconômicos as produções das pequenas chácaras, onde seus proprietários utilizam para agricultura familiar, pastagens, criação de gado (de corte e leite) e de pequenos animais, como: porcos, carneiros, galinhas. Outra fonte de renda são as atividades ligadas ao turismo como: pesca, trilhas, canoagem, rapel, entre outras, com uma pequena infraestrutura turística de apoio, como: restaurantes, pequenas pousadas, áreas de campi e segunda residência. Tendo como proposta apresentar locais com potencial geoturísticos da APA Estrada Parque de Piraputanga, foi elaborado um mapa (Figura 3) com os pontos em sequência.

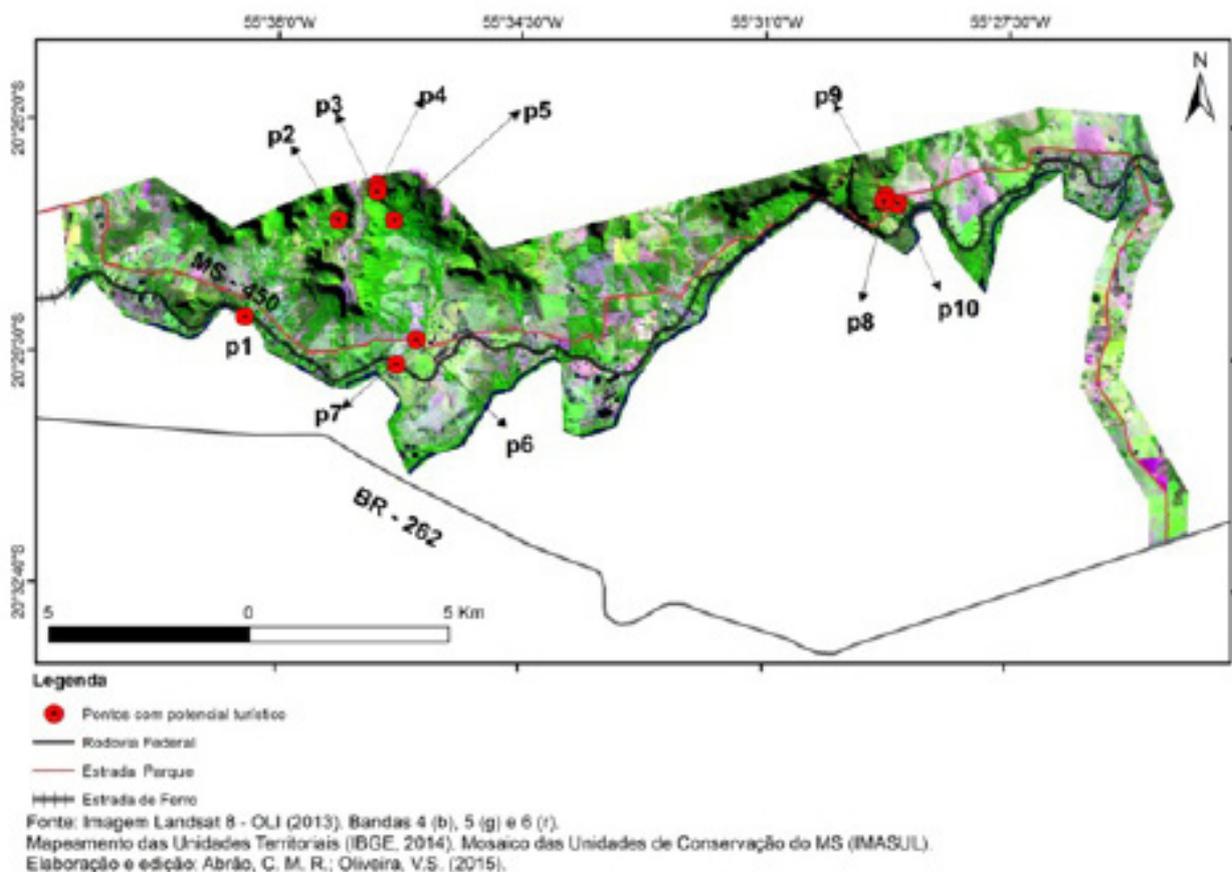


Figura 03 - Mapa com pontos representando áreas com potencial turístico dentro da APA Estrada Parque Piraputanga.

Na Figura 04, estão representados os locais em sequência, sendo o p1 o encontro do córrego Morcego com o rio Aquidauana e suas corredeiras em um ponto onde há um estreitamento, tendo à sua esquerda mata de galeria e à direita rochas do arenito Aquidauana. O p2 representa a visão da paisagem natural, tendo ao fundo a serra de Maracaju de formação do arenito Aquidauana, ponto este definido como Campo de Matacões, os quais podem ser observados entre a savana arborizada. No p3 é mostrada a cachoeira do córrego Paxixi, juntamente com a quebra do relevo sobre arenito Aquidauana. O p4 é um dos mirantes onde se pode contemplar a paisagem natural do bioma cerrado denso e a vegetação ciliar aluvial (arbórea, arbustiva, herbácea) ao longo dos flúvios.



Figura 04 - Pontos com potencial de geossítios.

Fonte: Os autores 2016.

A Figura 05 apresenta pontos com potencial geoturísticos representando locais com aspectos geológicos e vegetação ciliar da APA Estrada Parque de Piraputanga. O p5 retrata o córrego Paxixi e no seu leito seixos sobre uma mata de galeria. No p6, podemos observar vestígios de marcas de ondas flúvio-lacustre deixadas ao longo do tempo em rochas da formação Aquidauana. O p7 representa argilitos da formação Aquidauana em ambiente flúvio-lacustre no córrego Paxixi. A foto do p8 demonstra um fisionomia do relevo caracterizado pela Formação Aquidauana. Em relação a defesa e segurança, os pescadores artesanais apelam as autoridades mais atenção e criar meios para fiscalização e reforçar o policiamento, porque os sujeitos estão expostos a assaltos frequentes, e os assaltantes levam todo o material de pesca e a produção do dia, deixando empobrecido os sujeitos que sobrevivem desta atividade.



Figura 05 - Pontos com potencial de geossítios com formação geológicas.
Fonte: Os autores 2016.

Na Figura 06, no p9 é observado uma gravura rupestre em formato de um signo, ideograma figurativo de vestígios de povos antigo na rocha avermelhada da formação Aquidauana. O p10 representa um geossítio onde se observa solo raso em toda a sua extensão, com afloramentos rochosos da Formação Aquidauana de coloração amarelada sobre a base avermelhada. Com o passar do tempo e com ação do intemperismo, o material mais frágil das rochas foram removidos e formaram vários sulcos, painéis, pilões de diversos tamanhos, entre torres esculpidas com tamanhos variando entre 10 a 15 centímetros (cm).

Ressalta-se a presença de espécies de vegetais composta por cactos (*cactaceae*), bromélias (*bromeliaceae*), arumita (*Acaciafarnesiana*), angicos (*Anadentherafalcata*) e musgos (*Bryophyta*). Este tipo de vegetação reflete a mudanças das condições paleoclimáticas ocorridas, onde para Ab'Saber (2006) é entendida como teoria dos refúgios e redutos que traz considerações atualizadas dos espaços geoecológicos inter e subtropicais, associados a conhecimentos sobre a estrutura superficial de suas paisagens dentro do cenário de processos ocorridos no Quaternário antigo, devido aos arranjos e dinâmicas de distribuição da flora e da fauna.



Figura 06 - Pontos com potencial de geossítios com pinturas rupestres e afloramentos rochosos.
Fonte: p9: MARTINS, 2015. p10: Os autores 2016.

4. Considerações finais

Como pode ser visto, existem diversos locais com potencial geoturístico dentro da APA para serem explorados dentro do ecoturismo e do geoturismo. Porém, essas atividades devem ser praticadas com uma consciência ecológica, de forma que os impactos ao meio ambiente seja o menos agressivo possível. Além disso, pesquisas realizadas apontam que após a criação da APA em 2000, houve uma redução na cobertura vegetal e o avanço da pastagem sobre as áreas com remanescentes do cerrado e vegetação ciliar, o que é considerado crime ambiental.

Para que o potencial da APA passe a ser um atrativo turístico é preciso que haja um avanço nas parcerias entre as comunidades locais, a Associação de Desenvolvimento do Turismo da Estrada Parque de Piraputanga (Atupark) e o Poder Público. A APA ainda não possui plano de manejo, o qual deveria existir sendo que o mesmo normatiza as atividades desenvolvidas dentro da APA. A inexistência do plano de manejo dificulta o desenvolvimento das atividades geoturísticas e ecoturísticas da região, localizadas em pequenas propriedades, sendo que, essas atividades tem grande potencial para desenvolver esses segmentos e agregar renda para a comunidade local e seu entorno.

Referências

AB`SABER, A. N. **Brasil: paisagens de exceção - o litoral e o Pantanal Mato-grossense - patrimônio básicos**. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2006. 182.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente Biodiversidade do Cerrado e do Pantanal: Áreas e Ações Prioritárias para conservação/ Ministério do Meio Ambiente/ Brasília- MMA 2007.**

BRASIL. **Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, jul. 2000.

CAPDEVILA, M. El Geossistema, Modelo teórico Del Paisaje : in. CAPDEVILA et al. **Manual de Ciencia Del Paisaje: Teoria, métodos y Aplicaciones**. Ed. manson, s.a 1992.

CRUZ, R. C. A. **Introdução á Geografia do Turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003

INSITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (IBDF); FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (FBCN) **Plano dos Sistema de Unidades de Conservação do Brasil: II Etapa**. Brasília, 1982.

FUNDAÇÃO S.O.S MATA - ATLÂNTICA. **Estrada-parque:** conceitos, experiências e contribuições. São Paulo, 2004. 60p.

GESICKI, A. L. D. **Geologia da Formação Aquidauana (Neopaleozóico, Bacia do Paraná) na porção Centro-Norte do estado de Mato Grosso do Sul.** Dissertação de Mestrado (USP). 1997

LORENZI, H. **Árvores brasileiras:** manual de identificação e cultivos de plantas arbóreas nativas do Brasil. vol. 2, editora Nova Odessa: Plantarum, 2000.

MARTINS, G. R. **Sítios Arqueológicos - Complexo Aquidauana.** Muarq - UFMS, 2015.

PORTUGUEZ, A.P. **Consumo e Espaço:** Turismo, lazer e outros temas. São Paulo:Roca 2001.

RIBEIRO, C. N. **Piraputanga de Ontem.** 1ª edição, Scanner`s gráfica editora. 2005

RODRIGUES, L. P; SILVA, J. P; CARVALHO, E. M. Análise Multitemporal do uso e cobertura da terra da área de proteção ambiental Estrada Parque de Piraputanga - Aquidauana/MS. In: **Anais...** XVI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Teresina. 2015.

SACHS, I; VIEIRA, P. F. RIBEIRO, M.FRANCO, R. M. CORDEIRO, R.C.**Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil:** a contribuição de IgnacySanchs / Paulo Freire Vieira, Maurício Andrés Ribeiro, Roberto Messias Franoe Renato Caporali Cordeiro. Porto Alegre :Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SORIANO, A. J. S. **Estrada-parque:** proposta para uma definição. 2006. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro. terra da área de Proteção ambiental Estrada parque de Piraputanga - Aquidauana/MS.

LEVANTAMENTO DA GEODIVERSIDADE, DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E GEOMORFOLÓGICO DA “CIDADE DE PEDRAS”, PIAUÍ, PARA FINS TURÍSTICOS E EDUCACIONAIS

JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO SILVA
CLÁUDIA MARIA SABÓIA DE AQUINO
DIEGO SILVA DE OLIVEIRA
GLÁCIA LOPES ARAÚJO

Resumo

Nas últimas décadas, temáticas como geodiversidade, patrimônio geológico e geomorfológico, geoconservação, geoturismo, dentre outras, tem ganhado destaque no cenário internacional. No Brasil, porém, apesar da tamanha geodiversidade apresentada, ainda há grande carência de estudos sobre a área. É sobre a geodiversidade e o potencial geológico e geomorfológico da “cidade de pedras”, localizada na zona rural dos municípios piauienses de São José do Piauí e São João da Canabrava que este trabalho irá tratar. Os objetivos deste estudo são realizar um levantamento da geodiversidade e fazer uma avaliação da “cidade de pedras” como potencial área de interesse geológico-geomorfológico, bem como propor a utilização da mesma, como local potenciador de atividades ligadas à educação ambiental e ao geoturismo. Busca-se ainda com este trabalho diminuir a carência de literatura sobre o tema e o lugar estudado. O foco desta pesquisa é o turístico e o didático pela intenção de juntar o valor geoturístico do local à educação ambiental o que trará ganhos diretos para o desenvolvimento da geodiversidade. A metodologia utilizada para a quantificação desse estudo foi a seguida no trabalho de Oliveira e Rodrigues (2014) os quais se basearam nos estudos de Brilha (2005), Pereira (2006), Lima (2008), Pereira (2010) e Medina (2012). Por meio desta metodologia pôde-se constatar que o local analisado possui alto potencial para uso didático e geoturístico.

Palavras-chaves: Avaliação; Geoconservação; Potencial.

Resumen

En las últimas décadas, cuestiones tales como geodiversidad, patrimonio geológico y geomorfológico, geoconservación, geoturismo, entre otros, han ganado importancia en el ámbito internacional. En Brasil, sin embargo, a pesar de tamanha geodiversidad presentado, todavía hay una gran falta de estudios sobre el área. Es sobre la geodiversidad y el potencial geológico y geomorfológico de la “ciudad de piedra”, situado en la Zona rural de los municipios piauienses de São José do Piauí y São João da Canabrava que este trabajo va a tratar. Los objetivos de este estudio son realizar un levantamiento de la geodiversidad y hacer una evaluación de la “ciudad de piedra” como un área potencial de interés geológico y geomorfológico y proponer su uso como un local potenciador de actividades relacionadas con la educación ambiental y el geoturismo. Se busca también con esto trabajo disminuir la falta de literatura sobre el tema y el lugar estudiado. El objetivo de esta investigación es el turístico y el didático por la intención de unirse el valor geoturístico a la educación ambiental lo que traerá beneficios directos para el desarrollo de la geodiversidad. La metodología utilizada para la cuantificación de este estudio fue seguido en la obra de Oliveira y Rodrigues (2014), los cuales se basan en los estudios de Brilha (2005), Pereira (2006), Lima (2008), Pereira (2010) y Medina (2012). A través de esta metodología se pudo verificar que el sitio analizado tiene un alto potencial para el uso educativo y geoturístico.

Palabras clave: Evaluación; Geoconservación; Potencial.

1. Introdução

O Brasil apesar de possuir uma enorme geodiversidade ainda é carente de estudos sobre esta temática e demais a ela relacionadas tais como patrimônio geológico e geomorfológico, geoconservação, geoturismo, dentre outras, embora as mesmas venham ganhando cada vez mais destaque no cenário internacional. Portanto, são necessários alguns esclarecimentos acerca de tais termos e outros correlatos, tratados neste trabalho.

Para o Serviço Geológico do Brasil - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - (CPRM), Geodiversidade é definida como:

A natureza abiótica (meio físico) constituída por uma grande variedade de ambientes, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, solos, fósseis e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico (CPRM, 2010)

Para Brilha (2005), Patrimônio Geológico é entendido como o conjunto de geossítios inventariados e caracterizados pertencentes a uma determinada área ou região. O mesmo autor ainda ressalta que o patrimônio geológico “integra todos os elementos notáveis que constituem a geodiversidade” (BRILHA, 2005, p. 53).

Já Patrimônio Geomorfológico é, para Pereira (2006) citado por Oliveira, Pedrosa e Rodrigues (2013), o conjunto de locais que apresentam interesse geomorfológico e para os quais foram atribuídos um ou mais valores, e para avaliação desse patrimônio, aborda cinco valores principais: Valor científico, valor ecológico, valor cultural, valor estético e valor econômico.

Geopatrimônio é um termo mais abrangente e engloba todos os demais termos vistos anteriormente.

O conceito de Geopatrimônio, como equivalente do termo inglês Geoheritage, tem de ser entendido como o conjunto de valores que representam a Geodiversidade do território. Será, assim, constituído por todo o conjunto de elementos naturais abióticos existentes à superfície da Terra (emersos ou submersos) que devem ser preservados devido ao seu valor patrimonial. Nesta definição pela positiva, o Geopatrimônio inclui o Patrimônio Geológico, o Patrimônio Geomorfológico, o Patrimônio Hidrológico, o Patrimônio Pedológico e outros já referidos. (RODRIGUES; FONSECA, 2008, p. 6).

Geodiversidade e Geopatrimônio formam a base para a geoconservação a qual envolve atividades tais como proteção legal das feições geológicas e geomorfológicas, valorização da geodiversidade e do geopatrimônio, educação geocientífica e o geoturismo.

Geoturismo por sua vez é “o turismo que sustenta e incrementa a identidade de um território, considerando a sua geologia, ambiente, cultura, valores estéticos, patrimônio e o bem-estar dos seus residentes” (UNESCO, 2015, citado por NASCIMENTO, MANSUR; MOREIRA, 2015, p.1).

É sobre a geodiversidade e o potencial geológico e geomorfológico da “cidade de pedras”, área pertencente a zona rural dos municípios piauienses de São José do Piauí e São João da Canabrava (conforme localização na Figura 1) que este trabalho irá tratar.



Figura 01 - Mapa do Piauí com São José do Piauí e São João da Canabrava em destaque.
Fonte: Adaptado pelo autor do site Wikipédia.

Os dois municípios são visitados constantemente por universitários que se deslocam até o local a fim de conhecer a “cidade de pedras” formada por geofomas de rara beleza, fruto, principalmente da erosão eólica e pluvial. Apesar da excepcional beleza dessas geofomas que resulta em feições erosivas impressas nos arenitos da Formação Cabeças, o local é carente de estudos, o que reforça a relevância e pertinência desta pesquisa.

Embora não seja comum a utilização do termo geofomas na geomorfologia, neste trabalho será utilizado para designar toda e qualquer forma de superfície produzida por processos geomorfológicos e geológicos, dotadas de alguns valores. Para Brilha (2005) esses valores podem ser intrínseco, cultural, estético, funcional, educativo ou turístico.

No caso das geofomas da “cidade de pedras”, as mesmas são dotadas de valor didático/educativo e turístico, tendo em vista que são frequentemente visitadas, principalmente por universitários, atraídos tanto pela beleza cênica quanto pela possibilidade de entendimento dos processos geológicos e geomorfológicos do local. Essas características tornam oferecido lugar potenciador de atividades ligadas a educação ambiental e ao geoturismo, assim como ratifica Pereira (2006) ao afirmar que o patrimônio geomorfológico é formado por locais de interesse geomorfológico aos quais foram atribuídos um ou mais valores e que estes locais, também conhecidos como geomor-

fossítios, “são vistos como elementos da cultura e potenciadores de atividades ligadas à educação ambiental ou ao geoturismo” (PEREIRA, 2006, p. 34).

É preciso ainda destacar que os geomorfossítios são além de belos, fontes para o entendimento da origem e evolução da Terra, o que faz com que sejam merecedores de serem protegidos da ação humana por meio de estratégias de geoconservação, principalmente o geoturismo.

2. Material e Métodos

A metodologia para elaboração deste trabalho consistiu em duas etapas. Inicialmente foi feita uma vasta pesquisa bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses, além de sites que tratam da temática. A segunda etapa foi a realização da pesquisa de campo através da observação, levantamento fotográfico, caracterização e avaliação do local por meio de fotografias, imagens de satélite e pesquisa sobre a geologia e geomorfologia da região.

Como já dito, Pereira (2006) aborda valores para avaliação do Patrimônio Geomorfológico, para ele são cinco os valores principais: científico, ecológico, estético, econômico e cultural, no entanto, ressaltamos serem várias as metodologias de avaliação.

A metodologia de avaliação para quantificação desse estudo foi a seguida no trabalho de Oliveira e Rodrigues (2014), os quais se basearam nos estudos de Brilha (2005), Pereira (2006), Lima (2008), Pereira (2010) e Medina (2012). Como já citado, o foco deu-se nos critérios turístico e didático devido ao grande potencial da área e da possibilidade de usar este potencial para fins educacionais.

No valor turístico estão presentes os seguintes parâmetros: acessibilidade, aspecto estético, estado de conservação, condições de observação e associação com elementos culturais. No didático, aqui também entendido como educativo, estão presentes: potencial didático, diversidade e valores da geodiversidade.

Assim como no trabalho de Oliveira e Rodrigues (2014), para cada um dos referidos parâmetros atribui-se valores entre 1 e 3, valores estes que representam características do parâmetro, conforme pode ser visto na tabela 1, a seguir, e para se obter o resultado final, somou-se os valores atribuídos, assim, quanto maior a soma, maior o potencial do local.

De acordo com a classificação definida por Oliveira e Rodrigues (2014, p. 6) “os geomorfossítios com valor final de 8 a 16 são considerados com baixo potencial, os geomorfossítios com valor de 17 a 19 são considerados com médio potencial e os geomorfossítios com valor final de 20 a 24 são considerados com alto potencial”.

Outra pesquisa que utilizou metodologia análoga para a quantificação dos geossítios, também se baseando nos estudos de Pereira (2010) foi a de Lopes, Araújo e Nascimento (2012) sobre os valores de uso turístico dos Geossítios de Sete Cidades (PI). A referida pesquisa também usou notas, estas entre 0 e 4, baseadas em características dos geossítios para quantificar cada parâmetro.

Como se pode perceber a metodologia de quantificação baseando-se de acordo com as características do geomorfossítio é bastante utilizada, porém, com adaptações a cada caso. É preciso deixar claro, entretanto, que a metodologia de quantificação apresenta caráter subjetivo, visto que a atribuição de valores ao geossítio depende da observação e considerações feitas pelo próprio pesquisador.

3. Resultados e Discussões

Através dos estudos realizados acerca da “cidade de pedras” ficou claro que o local apresenta

alto potencial turístico e didático/educativo visto que apresenta valor entre 20 e 24, resultado obtido a partir da observação e constatação dos autores deste estudo, conforme demonstra a tabela 1 e as figuras 2, 3, 4, 5 e 6 a seguir, uma vez que o mesmo apresenta a maior parte das condições necessárias nos critérios avaliados.

<p>Critério: Valor Turístico.</p> <p>Parâmetros:</p> <p>1. Acessibilidade – Indica o grau de acesso ao local. Valor 1 = Dificuldades de acesso. Valor 2 = Acessibilidade moderada. Valor 3 = Excelente acessibilidade.</p> <p>2. Aspecto estético – Relativo ao aspecto beleza cênica do local. Valor 1 = Sem relevância estética. Valor 2 = Possui algum elemento com apelo estético. Valor 3 = Grande aspecto estético</p> <p>3. Associação com elementos culturais - Indica se o local possui algum tipo de associação com elementos culturais. Valor 1 = Não existem associações. Valor 2 = Vínculo indireto (ruínas, pinturas rupestres). Valor 3 = Vínculo direto (festividades religiosas, folclore)</p> <p>4. Condições de observação - Indica o grau de facilidade de observação do geomorfossítio. Valor 1 = Presença de obstáculos que impedem totalmente a observação. Valor 2 = Presença de obstáculos que dificultam a observação de alguns elementos. Valor 3 = Facilmente observável.</p> <p>5. Estado de conservação - Indica o grau de deterioração do geomorfossítio. Valor 1 = Altamente deteriorado. Valor 2 = Deterioração moderada. Valor 3 = Conservado, sem registro de deterioração.</p>
<p>Critério: Valor Didático.</p> <p>Parâmetros:</p> <p>1. Potencial didático - Indica a possibilidade de realizar atividades didáticas, ilustrando elementos ou processos da geodiversidade. Valor 1 = Sem relevância didática. Valor 2 = Passível de ser utilizado para fins didáticos por um público especializado. Valor 3 - Passível de ser utilizado para fins didáticos por público de qualquer nível.</p> <p>2. Diversidade - Indica outros tipos de elementos geomorfológicos com interesse científico. Valor 1 = Sem diversidade de elementos geomorfológicos. Valor 2 = Dois elementos geomorfológicos. Valor 3 = Mais de três elementos geomorfológicos</p> <p>3. Variedade da geodiversidade - Indica a quantidade de interesses e elementos da geodiversidade associados (solo, água, rochas, relevo, etc). Valor 1 = Pouca diversidade. Valor 2 = Diversidade moderada. Valor 3 = Alta diversidade.</p>
<p>Valor Final = 20</p>

Tabela 01 - Matriz de quantificação da “Cidade de Pedras”.

Fonte: Adaptado de Oliveira e Rodrigues (2014)



Figura 02 – Acessibilidade: Trajeto para a “cidade de pedras” com acessibilidade moderada devido a existência de algumas subidas.

Fonte: Pesquisa direta, 2015.



Figura 03 – Aspecto estético: Local de rara beleza cênica devida as geoformas existentes.

Fonte: Pesquisa direta, 2015.



Figura 04 – Associação com elementos culturais: Vínculo indireto com elementos culturais devido a presença de pinturas rupestres na área.

Fonte: Pesquisa direta, 2015.



Figura 05 - Estado de conservação: Deterioração moderada devido a interferência humana nas pinturas rupestres.

Fonte: Pesquisa direta, 2015.



Figura 06 – Condições de observação: Local facilmente observável.

Fonte: Pesquisa direta, 2015.

As figuras acima mostram também claramente o valor didático/educativo e os parâmetros a ele atribuídos: potencial didático, diversidade e variedade da geodiversidade.

Dessa maneira, fica claro que as geofomas da “cidade de pedras” são dotadas de valor didático/educativo e turístico, e, portanto, potenciadores de atividades ligadas à educação ambiental e ao geoturismo.

4. Considerações Finais

A pesquisa atingiu os objetivos propostos, uma vez que evidenciou o quão rica é a geodiversidade da “cidade de pedras”, bem como mostrou que a avaliação da referida área, embora utilizando uma metodologia adaptada, mostrou que o local tem alto potencial para uso didático e geoturístico. Além disso, por ser o primeiro estudo sobre a área, espera-se que sirva de incentivo a outros e com isso amenizar a carência de estudos sobre o local, pois por ser de rara beleza cênico-paisagística e de elevado valor didático, propostas de utilização do mesmo com vistas a geoconservação e o uso sustentável serão sempre necessárias.

Referências

BRILHA, J. **Patrimônio geológico e geoconservação. A conservação da natureza na sua vertente geológica.** Braga: Palimage, 2005. 190 p.

CPRM – **SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL.** 2010. Disponível em < <http://www.cprm.gov.br/>> Acesso em: 12 de Agosto de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE. Cidades.** 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?hl=ptR&tab=ww&gws_rd=ssl#hl=pt&q=IBGE+Cidades>. Acesso em: 10 de Agosto de 2015.

LOPES, L.S.O; ARAUJO, J.L.L; NASCIMENTO, M.A.L. **Valores de Uso Turístico dos Geossítios de Sete Cidades (PI).** Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ Vol. 35 – 1, p. 209-221, 2012

OLIVEIRA, P.C.A de; PEDROSA, A. de S.; RODRIGUES, S.C. **Uma abordagem inicial sobre os conceitos de geodiversidade, geoconservação e patrimônio geomorfológico.** 2013. Disponível em <ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/view/30083>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

PEREIRA, P.J. da S. **Patrimônio geomorfológico: Conceptualização, avaliação e divulgação. Aplicação ao Parque Nacional de Montesinho.** 2006, 395f. Tese. (Doutorado em ciências – Geologia) Universidade do Minho. Portugal, 2006.

OLIVEIRA, P.C.A. de; RODRIGUES, S.C. **Proposta de avaliação do patrimônio geomorfológico de vazante-MG.** 2014. Disponível em: < <http://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/ane-xos/Paula%20Cristina%20Almeida%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em 25 de Agosto de 2015.

RODRIGUES, M.; FONSECA, A. **A Valorização do Geopatrimônio no Desenvolvimento Sustentável de Áreas Rurais.** Colóquio Ibérico de Estudos Rurais – Cultura, Inovação e Território, Coimbra. 2008.

NASCIMENTO, A.L. do N.; MANSUR, K.L; MOREIRA, J.C. **Bases conceituais para entender geodiversidade, patrimônio geológico, geoconservação e geoturismo.** 2015. Disponível em <www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/download/3643/2119> Acesso em 20 de Agosto de 2015.

LEVANTAMENTO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO DO MANGUE/RN PARA FINS DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO

*JÚLIA RÉLENE DE FREITAS RODRIGUES
WENDSON DANTAS DE ARAÚJO MEDEIROS*

Resumo

O município de Porto do Mangue está localizado na mesorregião Oeste Potiguar e na microrregião Vale do Açu. É um dos municípios que compõe o Polo Costa Branca de turismo. Este estudo teve como objetivo identificar aspectos e impactos ambientais em áreas de interesse turístico do município, visando subsidiar ações de planejamento turístico e gestão ambiental no âmbito local. Os métodos estão pautados em pesquisa bibliográfica e trabalho de campo para levantamento dos impactos ambientais que foram apresentados em um check-list. Os resultados apontaram para uma série de aspectos e impactos ambientais nas áreas de interesse turístico demonstrando a necessidade do município em adotar ações voltadas ao planejamento e gestão ambiental adequadas com fins de garantir a manutenção da qualidade ambiental de suas paisagens e promover o turismo sustentável.

Palavras-chaves: Planejamento; Gestão ambiental; Turismo.

Abstract

The city of Porto do Mangue is located on the West Potiguar mesoregion and Açu Valley micro region. It is one of the cities that are part of the White Coast Polo, which is responsible for the tourism development in small scale, but aiming to make it more effective, by having a positive impact in a bigger concentration as well as a negative one in a smaller proportion; and above all, looking for a process of valorizing landscape natural elements and also cultural traits of native population. This work has been developed through literature review, check list appliance and interaction matrix, all done considering the aspects and impacts seen in loco. The results pointed to a number of environmental aspects and impacts in the areas of tourist interest demonstrating the need for the municipality to adopt actions to environmental planning and management appropriate for purposes of maintaining the environmental quality of its landscapes and promote sustainable tourism.

Keywords: Planning; Environmental management; Tourism.

1. Introdução

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003) define o turismo como sendo a atividade de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que nelas permaneçam por não mais que um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos. Caracteriza-se por ser um fenômeno socioeconômico e cultural, pois envolve o contato com pessoas e com culturas diferentes, como abordou Moreira (2011). Segundo Cruz (2003), o turismo é uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas no espaço. Esta prática é responsável por produzir alterações, por vezes significativas, no meio ambiente dos espaços receptores de turistas. Estas alterações se traduzem em impactos ambientais diversos, que se não forem bem conhecidos e geridos, podem contribuir para a derrocada do turismo.

A atividade turística surgiu no Brasil por volta do século XX como uma alternativa para alavancar e dinamizar economias estagnadas, através de um modelo de turismo convencional, desenvolvido durante todo o processo de tentativa de entrada do país no circuito turístico mundial, como citou Romero (2003, p. 53). Inicialmente, o turismo era marcante apenas em grandes capitais brasileiras, especialmente aquelas que estavam dotadas de estruturas necessárias para a recepção do turista, isto é, aquelas que possuíam aeroportos, vias de acesso estruturadas e rede hoteleira. Somente a partir da década de 1990 é que se inicia um processo de “interiorização” do turismo, passando a surgir como espaços receptores, várias cidades da região Nordeste, como fruto do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR/NE. E como consequência, já nos idos dos anos 2000, vieram as atividades de planejamento do turismo em municípios interioranos, distantes das capitais receptoras. Um desses exemplos foi criação do Polo Costa Branca (Decreto nº 18.145/2005) de Turismo no estado do Rio Grande do Norte, que abrange 17 municípios situados na faixa litorânea setentrional do estado e alguns municípios estratégicos situados no interior. Um desses municípios é Porto do Mangue, objeto deste estudo.

O município de Porto do Mangue localiza-se na mesorregião do Oeste Potiguar, limitando-se com os municípios de Areia Branca e Serra do Mel (a oeste), Carnaubais (a sul) e Macau (a leste) (Figura 01):

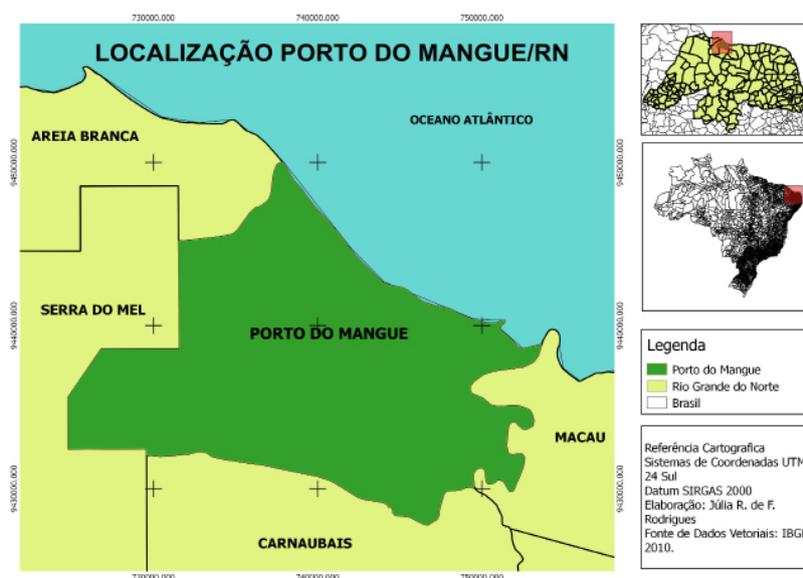


Figura 01 - Localização da área de estudo.

Situado na zona costeira da Costa Branca, o município de Porto do Mangue possui características singulares, tanto do ponto de vista natural quanto sociocultural, fazendo com que se tornem atrativos turísticos em potencial. Entre estas características, um vasto campo de dunas móveis, praias praticamente desertas, ambiente de estuário e áreas de mangue tornam-no uma área dotada de fragilidade ambiental que requer atenção especial quanto ao uso e ocupação do solo e, sobretudo para o desenvolvimento do turismo, tendo em vista os impactos ambientais normalmente associados a esta atividade.

Dessa forma, ações estratégicas de planejamento e gestão ambiental visando à minimização dos impactos ambientais são de extrema necessidade no local. Uma dessas ações diz respeito à realização de uma Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), nos moldes propostos por Medeiros (2013), que encara a AIA como um instrumento de política ambiental e de ordenamento territorial não vinculado diretamente ao licenciamento ambiental.

Nesse contexto, esse trabalho teve como objetivo identificar aspectos e impactos ambientais em áreas de interesse turístico do município de Porto do Mangue, visando subsidiar ações de planejamento turístico e gestão ambiental no âmbito local.

2. Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido em 02 (duas) etapas, envolvendo pesquisa de campo e bibliográfica. A pesquisa de campo foi realizada nos meses de outubro e março com o objetivo de identificar aspectos e impactos ambientais *in loco*, levando em conta as principais unidades de paisagem com interesse turístico. As unidades escolhidas foram: dunas do Rosado, rio das Conchas, orla marítima, e a área portuária do município.

Para fins deste estudo, adotou-se a definição de impacto ambiental prevista na Resolução CONAMA nº 001/1986:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afeta: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986).

Quanto aos aspectos ambientais, estes se referem aos mecanismos através dos quais uma dada ação humana pode provocar impactos ambientais (SANCHEZ, 2006).

Para o levantamento e identificação dos impactos, fez-se uso de uma listagem em *check-list*, conforme proposto por Sanchez (2006).

Uma vez elaborada a listagem em *check-list*, procedeu-se a uma breve discussão dos impactos em cada uma das unidades de paisagem turística.

3. Resultados e discussão

3.1 Dunas do Rosado

As dunas do Rosado integram uma Área de Proteção Ambiental (APA), em processo de implantação e regulamentação pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA/RN). A APA Dunas do Rosado irá corresponder á 16.593,76 hectares, abrangendo territórios dos municípios de Porto do Mangue e Areia Branca.

Esta APA envolve um complexo campo dunar que é caracterizada pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável - PDITS (2011) como uma das áreas mais frágeis do Polo Costa Branca e com notável beleza cênica, como pode ser notado na Figura 02.



Figura 02 - Aspectos das Dunas do Rosado.

Na pesquisa *in loco*, foram identificados os seguintes aspectos e impactos ambientais (Tabela 1):

Presença de pecuária extensiva
Ausência de Fiscalização ambiental
Acúmulo de Resíduos sólidos
Pouca ocupação humana
Vias de acesso
Presença de sinalização para a APA
Proximidade de campos de produção de energia eólica

Tabela 01 - Aspectos e impactos ambientais na área das Dunas do Rosado

Com base no *check-list*, nota-se que apesar de ser uma área predominantemente natural, com pouca ocupação humana, alguns elementos a fazem uma área que necessita atenção especial. A ausência de fiscalização ambiental associada a uma prática extensiva da pecuária e à proximidade de campos de produção de energia eólica, bem como a uma possível especulação imobiliária de terrenos próximos às dunas podem desencadear impactos ambientais negativos significativos, contribuindo para uma degradação ambiental das dunas que hoje constituem o principal atrativo turístico do município. Isso é reforçado pela ausência de leis visando à regulamentação da APA, que apesar de possuir um Posto do IDEMA na área, este se encontra em situação de quase “abandono” e com sua estrutura bastante deteriorada (figura 03).



Figura 03 - Estrutura do Posto da APA Dunas do Rosado em estado de depuração.

Com base nos dados levantados no local é possível notar que a área ainda apresenta-se conservada. Apesar de conter construções no local (caracterizadas por residências de pequeno porte) e a criação de animais, as Dunas do Rosado ainda se mantêm com um aspecto natural bastante conservado, necessitando que os órgãos ambientais continuem no processo de criação da APA para que a área possa ter uma proteção mais efetiva e agregar mais valor ao turismo local. Os segmentos turísticos que se encaixam nessa área estão relacionados ao turismo de natureza, ecoturismo e geoturismo.

3.2 Rio das Conchas

O município de Porto do Mangue tem dois rios “principais”, o rio das Conchas e o rio Doce. O Rio das conchas é um rio que atravessa o trecho urbano e não diferente da maioria dos rios urbanos brasileiros, recebe uma grande quantidade de poluentes, provindos muitas vezes de residências, atividades próximas ao local e dos próprios visitantes, que porventura, acabam descartando resíduos no local. Além dos descartes indevidos, o rio também sofre com o processo de ocupação desordenada, tendo sua área de Preservação Permanente (APP) ocupada por residências e outras estruturas urbanas, potencializando riscos e impactos ambientais.

Os aspectos e impactos ambientais identificados estão listados na Tabela 2:

Ocupação desordenada da APP
Poluição ambiental
Acúmulo de Resíduos Sólidos
Ligações clandestinas ao Rio por parte da população
Degradação da Área de Preservação Permanente (APP)
Assoreamento do canal principal
Ausência de fiscalização ambiental

Tabela 02 - *Check-list* na área do rio das Conchas

Com base no *check-list*, pode-se verificar que o rio das Conchas apresenta aspectos e impactos ambientais de diferentes proporções contribuindo para um quadro de degradação ambiental preocupante. O lançamento indevido de resíduos (Figura 04) de toda a natureza no rio contribui para a manutenção do quadro de poluição ambiental já destacado, que pode vir a se intensificar diante da situação atual do assoreamento do canal principal. Tudo isso somado ao desmatamento de áreas de APP irregularmente ocupadas contribuem para uma maior degradação ambiental nesta área.

Esses aspectos e impactos podem produzir contribuir para possíveis casos de inundações da área urbana, decorrente de enchentes em períodos chuvosos, provocando transtornos de toda a ordem à população urbana. Além desses a problemática da falta de sensibilidade e conscientização ambiental, faz com que a própria sociedade do município seja responsável por impactos preocupantes, como o descarte de resíduos sólidos e líquidos diretamente no rio. Nota-se que não há fiscalização ambiental no município.



Figura 04 - Descarte de efluentes direto no Rio.

É necessário abordar que este rio é um dos principais atrativos turísticos do município, pois possibilita o desenvolvimento de passeios de barco que permitem ao turista apreciar a beleza do estuário, com algumas áreas de mangues e a presença de uma ilha arenosa, bem no meio do canal principal.

3.3 Orla marítima terrestre

A orla marítima é a faixa contida na zona costeira que compreende a interação constante entre a terra e o mar. O Decreto nº 5.300/2004, em seu art. 23, II define os seus limites terrestres em

[...]cinquenta metros em áreas urbanizadas ou duzentos metros em áreas não urbanizadas, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acrescidos (BRASIL, 2004).

Esta área compreende as faixas de praias e dunas adjacentes que, na área de estudo, apresen-

taram presença de ocupação com usos diversos, com residências, atividade comercial de pequeno porte (bares, restaurantes e bodegas) e atividade pecuária marcada pela presença de alguns pequenos currais. Nesta área foi possível identificar os seguintes aspectos e impactos ambientais (Tabela 03):

Ocupação desordenada
Degradação das dunas adjacentes
Ocupação irregular de áreas da união na faixa de praia
Ausência de atividades de significativo potencial poluidor
Descarte inadequado de Resíduos Sólidos

Tabela 03 - Check-list nas áreas de Praias

Nota-se a presença de diversos aspectos importantes como na maioria das ocupações instaladas, que além de não seguirem qualquer planejamento territorial, ainda estão instaladas irregularmente, inclusive em faixas de praias (Figura 05) que são áreas de domínio da União. Nesta questão, destaca-se um pequeno surto de crescimento imobiliário, provavelmente relacionado à especulação em torno do turismo, que tem intensificado este processo de ocupação desordenada, principalmente em área de dunas, contribuindo para a sua degradação.

Apesar de não terem sido identificadas atividades com significativo potencial poluidor, as pequenas atividades instaladas podem se tornar preocupantes tendo em vista a ausência de sistemas de saneamento básico. Somando-se esta preocupação à presença de resíduos sólidos indevidamente descartados e em locais inadequados, a poluição ambiental poderá ser intensificada com o advento do turismo.



Figura 05 - Presença de residências em área da União.

3.4 Área portuária

A área portuária abriga o porto que dá nome ao município: Porto do Mangue. Este possui

importância econômica e social, pois possibilita o desenvolvimento de atividades produtivas significativas, como a pesca que é responsável por ocupar boa parte da população economicamente ativa. No quesito ambiental a área mostra ser uma das que mais apresentou aspectos para causar respectivos impactos de cunho negativo (Tabela 04).

Acúmulo de resíduos sólidos
Descarte de resíduos líquidos
Despejo de restos (pesca e outros) nas águas do porto
Contaminação superficial
Afloração de mangue na área
Atividades poluentes no porto
Licença ambiental

Tabela 04 - Aspectos e impactos ambientais na área portuária

De acordo com o *check-list*, constatou-se que a área apresenta problemas ambientais significativos. A existência de estabelecimentos comerciais na área do porto, bem como a proximidade da área urbana, impulsiona o lançamento indevido de efluentes diversos, seja das residências, dos empreendimentos ou de outras fontes não identificadas diretamente no rio, provocando poluição ambiental. Além desse descarte, presenciou-se o acúmulo de resíduos sólidos, tanto de origem urbana como relacionados a atividade pesqueira na margem esquerda do rio (figura 6), em área frequentemente inundada pelas marés. Isto é, além de poluir a margem do rio, estes resíduos são levados pela ação das marés atingindo o rio e, possivelmente, o mar. Somando-se isto à poluição provocada pelas embarcações, e a ausência de fiscalização e controle destes lançamentos, esta área se mostra bastante impactada ambientalmente.

Todos esses impactos devem receber atenção especial, pois esta é uma área de grande interesse turístico tendo em vista a instalação algumas estruturas para recepção de turistas, ainda não em pleno funcionamento.



Figura 06 - Aspectos da poluição na margem esquerda do rio.

4. Considerações finais

O município apresenta aspectos ambientais que acarretam ou podem vir a acarretar impactos ambientais de diferentes tipos, magnitudes e escalas e estes podem ser agravados e intensificados caso não sejam adotados mecanismos de controle e fiscalização ambiental. Apesar de ser um estudo básico, ele demonstra que existem situações que precisam ser monitoradas e demandam planejamento e medidas de gestão ambiental adequadas para garantir a manutenção da qualidade ambiental das paisagens de interesse turístico e a efetividade dos sistemas ambientais.

Diante da pesquisa realizada, percebeu-se a premente necessidade de um planejamento para poder comportar e melhor gerir o turismo no local. Para isso, a avaliação de impactos ambientais nos moldes da avaliação ambiental estratégica mostra-se um importante instrumento de contribuição.

Ressalta-se também a necessidade da fortificação de políticas públicas relacionadas à proteção dos ambientes e ao desenvolvimento turístico de modo sustentável. Só assim, será possível consolidar esta atividade de modo a maximizar os seus benefícios (sociais, econômicos e ambientais) em detrimento à minimização dos seus impactos ambientais.

Referências

BARBIERI, José Carlos. **Avaliação de Impacto Ambiental na Legislação Brasileira**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.2, p. 78-85, mar/abril, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a10v35n2>>. Data de acesso: 25 de Agosto de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 7 de Dezembro de 2004.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986.** Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Brasília. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> . Data de acesso: 18 de Setembro de 2015.

CPRM, Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea.** Diagnóstico do município de Porto do Mangue, estado do Rio Grande do Norte. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/rgnorte/relatorios/PDMA112.PDF?ref=HadiZayifla.Com>>. Data de acesso: 15 de Agosto de 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado de Turismo. PDITS, **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.** Polo Costa Branca. 2011. Disponível em: <<http://www.maisrn.org.br/uploads/midias/documentos/Plano%20de%20Desenvolvimento%20Integrado%20do%20Turismo%20Sustent+%C3%ADvel%20Polo%20Costa%20Branca.pdf>>. Data de acesso: 15 de Outubro de 2015

IDEMA, Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Perfil do seu município:** porto do mangue. V. 10. P. 1-23. 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Porto do Mangue:** Rio Grande do Norte. S/D. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedonorte/portodomangue.pdf>>. Data de Acesso: 01 de Dez de 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 5º ed. – São Paulo: Atlas 2003.

MORAES, Clauciana Schmidt Bueno. **Planejamento e Gestão Ambiental: uma proposta metodológica.** São Carlos. 277 p. Tese (Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2006.

MOREIRA, Iara Verocai Dias. Avaliação de Impactos Ambientais no Brasil: antecedentes, situação atual e perspectivas futuras. In: **Manual de Avaliação de Impactos Ambiental.** 1. Ed. Curitiba: SUREHMA/GTZ, 1992. P. 1- 4

MOREIRA, Jasmine Cardozo. Turismo em áreas naturais e geoturismo. **Geoturismo e interpretação ambiental.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011. p.19-36

ROMERO, Silvia Helena de Menezes. Aproveitamento de Oportunidades através da Gestão Participativa em Icapuí. In: **Planejamento e gestão em turismo.** – São Paulo : Roca, 2003. P. 53- 64

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.** São Paulo : Oficina de Textos, 2008.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá. A importância do território na prática do planejamento turístico: reflexões acerca do Brasil. In: RUSCHAMNN, Doris Van de Meene. SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento turístico.** Barueri, SP: Manole, 2006. P. 45-65

PLANEJAMENTO AMBIENTAL E O TURISMO ESPELEOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE CAROLINA-MA

*ELISON ANDRE LEAL PINHEIRO
GISSELY POLIANA SANTOS MUNIZ
CLÁUDIO EDUARDO DE CASTRO*

Resumo

Esse artigo apresenta as principais características do turismo espeleológico, segmentação do Ecoturismo, e algumas bases para o planejamento da atividade. O ecoturismo baseia-se na vivência do homem com a natureza, evidenciando assim aspectos naturais característicos de cada destino, nesse artigo relevam-se as cavernas, ambientes que se tornaram atrativos e deram origem ao espeleoturismo (turismo de cavernas). O espeleoturismo tem como principal objetivo a integração dos visitantes com ambientes cársticos, propiciando assim uma vivência desses ambientes, garantindo a integridade dessas formações e como forma de interpretação e educação ambiental, devido à suscetibilidade e a necessidade de preservação dessas cavernas. Nesse contexto, objetivou-se analisar o contexto de visitação de cavernas no município de Carolina-MA e as principais potencialidades e fragilidades desse tipo de turismo. Destacando ainda, algumas proposições para o planejamento do uso desses atrativos.

Palavras-chaves: Ecoturismo; Cavernas; Interpretação Ambiental.

Abstract

This article presents the main characteristics of the Speleological tourism, Ecotourism, segmentation and some bases for the planning of the activity. Eco-tourism is based on the experience of man with nature, showing thus natural aspects characteristic of each target, in that article within the caves, environments that have become attractive and gave rise to the cave tourism (tourism of caves). The cave tourism has as main objective the integration of visitors with karstic environments, thus an experience of these environments, ensuring the integrity of these training and as a means of interpretation and environmental education, due to susceptibility and the need for preservation of these caves. In this context, aimed to analyze the context of visitation of caves in the municipality of Carolina-MA and the main strengths and weaknesses of this type of tourism. Highlighting still, some propositions for planning the use of these attractions.

Keywords: Ecotourism; Caves; Environmental interpretation.

1. Introdução

O turismo tem se desenvolvido de forma relevante e atualmente é considerado como um dos grandes setores que movem a economia, perdendo apenas para as indústrias de petróleo e armamentos. De acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT (2001) o turismo é definido como atividade realizada por pessoas durante as viagens e estadias em lugares diferentes do seu de moradia, em um período inferior a um ano, com finalidades de lazer, negócios, culturais e outras.

No Brasil, releva-se que o turismo é uma das atividades que mais cresceu nos últimos anos no país, gerando uma receita, em 2013, de US\$ 18.632 milhões (BRASIL, 2014). O Ministério do Turismo (2005) elaborou um documento que trata dos marcos conceituais do turismo, definido assim segmentações para a atividade de acordo com a demanda de visitação, dentre essas, enfatiza-se o Ecoturismo, entendido com “as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental” (BRASIL, 2005, p. 11).

O ecoturismo baseia-se na vivência do homem com a natureza, evidenciando assim aspectos naturais característicos de cada destino, dentre eles a fauna, a flora, recursos hídricos e formações geológicas, neste último, releva-se as cavernas, ambientes que se tornaram atrativos e deram origem ao espeleoturismo (turismo de cavernas).

O espeleoturismo tem como principal objetivo a integração dos visitantes com ambientes cársticos, propiciando assim uma vivência desses ambientes, garantindo a integridade dessas formações e como forma de interpretação e educação ambiental, devido à suscetibilidade e a necessidade de preservação das cavernas. Ressalta-se a importância de um planejamento voltado para o ordenamento da visitação, de modo a garantir a integridade desse patrimônio natural que é de extrema fragilidade e que necessita receber o manejo adequado.

De acordo com o Cadastro Nacional de Cavernas (CNC), a região Nordeste possui 1.135 mil cavernas registradas, o estado da Bahia possui o maior número de cavernas cadastradas (727). O Maranhão está no 5º lugar totalizando em seu território 45 cavernas, dentre estas, 3 estão localizadas no município de Carolina, durante trabalho de campo, foram identificadas e topografadas mais 2 cavernas no município não cadastradas no CNC.

Diante do que foi exposto, destaca-se que o município de Carolina - MA tem sido um dos principais polos de recepção de atividades ligadas ao ecoturismo no estado do Maranhão, dentre os diversos atrativos, destacam-se as cavernas existentes no município, presentes na paisagem e que oferecem uma percepção diferente a quem as visita. Nesse contexto, objetivou-se analisar o contexto de visitação de cavernas no município de Carolina-MA e as principais potencialidades e fragilidades desse tipo de turismo, destacando ainda, algumas proposições para o planejamento do uso desses atrativos.

Para tanto os procedimentos metodológicos para elaboração desse artigo foram: levantamento bibliográfico (incluindo periódicos, livros, monografias, dissertações e teses) e cartográfico (bases do IBGE, Ministério do Meio Ambiente e Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais); levantamento documental em que foram priorizados os oficiais, a exemplo do Plano Maior (2000 e 2020); trabalho em campo realizado no período de 19 a 23 de novembro de 2016; entrevistas abertas, não padronizadas, com atores envolvidos na atividade: donos de agências, de pousadas, guias de turismo e comunidade local com o objetivo de entender o papel que o ecoturismo desempenha no município; seleção, análise e interpretação dos dados e informações obtidos.

2. O Espeleoturismo e o Planejamento Ambiental: proposições para o manejo dos recursos

Alves e Sales (2010) ressaltam que a atividade turística (re)produz espaços e causa impactos positivos e/ou negativos dentro de um contexto social, ambiental e econômico. Nesse contexto, ressalta-se a importância do planejamento voltado para ordenamento da atividade:

[...] como quase toda atividade humana, o turismo também gera relativos impactos positivos ou negativos em cada área envolvida, de acordo com a forma como é planejado, administrado e realizado. O planejamento turístico – que visa atender às necessidades dos indivíduos e contribuir para o desenvolvimento das localidades, gerando melhoria na qualidade de vida – baseia-se no princípio da sustentabilidade, ou seja, de fazer uso dos recursos da superfície terrestre de forma equilibrada, gerando o menor número de impactos possíveis no meio em que é realizado (ALMEIDA et al, 2007, p.8).

O planejamento turístico tem como objetivo principal ordenar as atividades que serão executadas em um determinado território, de modo a garantir a preservação e/ou conservação do meio ambiente, caso contrário os impactos gerados podem provocar a destruição ou redução dos atrativos (RUSCHMANN, 1997) e como consequência a degradação dos recursos disponíveis para a população residente dos destinos receptores.

Atualmente, a atividade turística é dividida em segmentações, de acordo com o Ministério do Turismo (2005, p.3), “a segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda”.

Convém ressaltar que segundo Masina (2002), a oferta turística se refere a bens e serviços oferecidos ao visitante. A demanda consiste na motivação da viagem, impulsionada pelo que o indivíduo busca para seu prazer e necessidade pessoal (RODRIGUES, 1999; PEARCE, 2003).

Nesse contexto é possível planejar o turismo, a partir do perfil traçado dos visitantes e as características de cada destino, identificando assim quais serão os atrativos e quais as medidas serão tomadas para o ordenamento da atividade, de modo a preservar o ambiente e as comunidades envolvidas.

Dentre as diversas segmentações, destaca-se o ecoturismo, entendido como uma “[...] atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2008, p.16).

“O ecoturismo assenta-se no tripé interpretação, conservação e sustentabilidade” (BRASIL, 2010, p. 19), isso permite a aproximação das comunidades, visitantes e o ambiente, numa relação pautada na interpretação do ambiente, implantação de práticas de educação ambiental e melhoria de indicadores socioeconômicos, pois possibilita a geração de emprego e renda. Todo esse contexto pautado na conservação ambiental, através da gestão consciente dos recursos.

O ecoturismo tem como característica a possibilidade da aproximação do homem com a natureza, tendo assim o visitante um contato direto com a fauna e flora, além de conhecer ambientes abióticos. Ao mesmo tempo em que o ecoturismo auxilia na manutenção de ambientes naturais, pode também estimular sua degradação, isso ocorre devido à fragilidade de alguns ecossistemas onde a atividade é praticada, devido à falta de compromisso por alguns usuários e gestores (NOGUEIRA; IMBROSI; RIOS, 2003).

Dentre os diversos atrativos do ecoturismo destacam-se as cavernas, objeto desse estudo,

que são definidas como:

todo e qualquer espaço subterrâneo penetrável pelo ser humano, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como caverna, gruta, lapa, toca, abismo, fuma e buraco, incluindo seu ambiente, seu conteúdo mineral e hídrico, as comunidades bióticas ali encontradas e o corpo rochoso onde as mesmas se inserem, desde que a sua formação tenha sido por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou do tipo de rocha encaixante (RESOLUÇÃO CONAMA Nº 347, DE 10 DE SETEMBRO DE 2004).

A Espeleologia é o estudo da exploração e proteção de cavernas, estando também relacionada com o ecoturismo, à proteção dos ambientes cársticos é importante, pois se trata de ambientes frágeis e delicados, com fluxos de energia permanente, sendo necessário cuidado com intervenções humanas (BRASIL, 2011), nesse caso o turismo pode ser altamente degradante e causar impactos irreversíveis.

Conhecer os impactos ambientais negativos pode ser a chave para um planejamento e gestão sustentáveis no espeleoturismo. Tendo-se o conhecimento prévio das consequências indesejáveis da visitação, muitas delas podem ser evitadas tanto na fase de planejamento quanto de gestão do turismo. Todavia, é importante não perder de vista que os impactos ambientais causados pelo espeleoturismo em hipótese alguma serão totalmente mitigados. (...) Assim, é preciso considerar o monitoramento constante da visitação, sobretudo porque em diversos lugares, esta ocorre em grande escala (LOBO; PERINOTTO; BOGGIANI, 2008, p.75).

O espeleoturismo ou turismo de cavernas, “busca atingir de forma equilibrada a conservação das cavidades naturais, a conscientização e satisfação de todos os envolvidos no processo turístico e o desenvolvimento econômico local” (LOBO, 2006, p.62). Como atrativo ecoturístico as cavernas se tornam uma paisagem com características distintas e que provocam a curiosidade nos visitantes, o que fez com que o espeleoturismo tenha crescido no Brasil, se pode citar como exemplo, a gruta de São Miguel e a gruta de Lago Azul ambas no município de Bonito – MS.

A visitação em cavernas sem o planejamento e gestão adequados pode provocar impactos diretos a fauna e flora desses ambientes, além de contribuir com problemas no entorno desse ambiente, são introduzidos materiais estranhos não típicos das cavernas, como restos de alimento, organismos externos dentre outros; externamente é possível ocorrer à compactação do solo por pisoteio excessivo, aberturas de trilhas que podem provocar morte e reprodução de plantas especializadas, modificação no habitat da fauna típica da região, doenças por micro-organismos e alterações nos cursos d’água (SANTOS, 2008).

O espeleoturismo tem na paisagem seu principal objeto de consumo, as cavernas propiciam uma experiência de contato com o meio ambiente. Dessa forma a paisagem é considerada como expressão materializada do espaço e sua observação remete a diversas heranças encontradas entre o homem e a natureza (SANTOS, 1996).

Nota-se que a paisagem pode ser percebida por meio dos sentidos e dos diversos olhares; nessa lógica o turismo tende a transformar o espaço e as paisagens nele contidas, podendo causar inúmeros impactos sejam eles negativos ou positivos, sem que ocorra um planejamento adequado.

“A paisagem é um notável recurso turístico. Tendo em vista que o turista busca na viagem a mudança de ambiente, o rompimento com o cotidiano, a realização pessoal (...), quanto mais exótica for à paisagem, mais atrativa será para o turista” (RODRIGUES, 1999, p.75).

Cruz (2003) destaca que as paisagens possuem papel importante para o turismo e na sua constituição como lugar, além de direcionarem para os fluxos turísticos, sendo que algumas paisagens são mais valorizadas que outras. Essa valorização pode ser um ponto importante para trabalhos voltados à educação e interpretação ambiental, de modo a contribuir para a preservação de diversos ambientes, no caso das cavernas, por serem ambientes frágeis, programas voltados para sensibilização quanto ao uso turístico são subsídios para a gestão adequada da visita, podendo assim mitigar impactos severos a essas unidades.

Atividades de Educação Ambiental, como parte dos programas de ecoturismo, devem levar os visitantes a uma compreensão e apreciação mais profunda dos recursos naturais e culturais das áreas visitadas, possibilitando comportamento mais consciente. (...) Interpretação Ambiental é uma tradução da linguagem da natureza para a linguagem comum dos visitantes, fazendo com que os ecoturistas sejam informados em vez de distraídos, e educados, além de divertidos (VASCONCELOS, 2003, p.262).

Assim, a percepção da paisagem é feita a partir dos sentidos de cada observador, da relação que este exerce com o meio, a interpretação oriunda dessa percepção pode auxiliar no ordenamento da atividade turística, desde que o planejamento contemple ações voltadas para esse fim.

Diante do que foi exposto, nota-se que o turismo se bem planejado pode ser incluído de forma adequada as limitações dos diferentes ambientes, a exemplo, das cavernas. O espeleoturismo está se desenvolvendo em diversas regiões, sendo necessário uma atenção maior para os pontos positivos e negativos que este pode gerar para que assim seja possível uma gestão equilibrada e adequada desse recurso.

3. O Espeleoturismo no município de Carolina-MA: características, fragilidades e proposições para o planejamento

O município de Carolina está localizado no sul do estado do Maranhão (Figura 1), elevado à categoria de cidade em 1859, pela lei provincial nº 527, seu território possui uma área de 6.441,603 km² e população estimada para 2015 de 23.866 hab. O município se limita ao norte com os municípios de Estreito, São Pedro dos Crentes e Feira Nova do Maranhão; ao sul e a oeste com o estado do Tocantins; a leste, com o município de Riachão (IBGE, 2015).

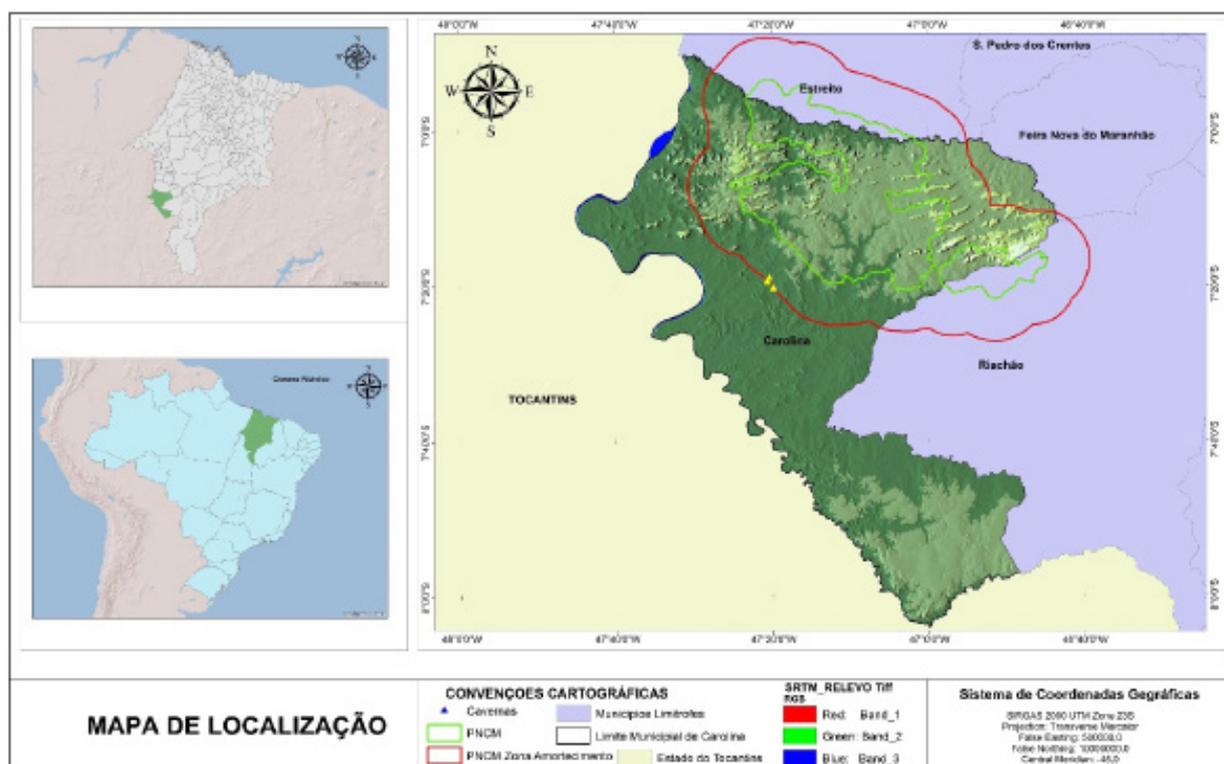


Figura 01- Localização município de Carolina-MA.

Fonte: CPRM, 2011; IBGE, 2015. Adaptação Leal, 2016.

De acordo com regionalização do turismo feita pelo Governo Estadual, o município pertence ao Polo Chapada das Mesas que foi criado em 2000 (MARANHÃO, 2012). O Polo Chapada das Mesas é formado pelos municípios de Tasso Fragoso, Imperatriz, Riachão, Carolina, Estreito, Balsas, São João do Paraíso e Porto Franco.

De acordo com Maranhão (2012):

Toda a beleza e riqueza dos cerrados maranhenses podem se desfrutadas neste Polo, de terras férteis, com suas paisagens exuberantes de chapadas vermelhas, formações rochosas, cavernas, sítios arqueológicos, savanas e rios de águas cristalinas que possuem praias fluviais e dezenas de cachoeiras espalhadas pelo anonimato do sertão, contraponto com as paisagens agreste e as florestas de buritizais (MARANHÃO, 2012).

O relevo local apresenta uma diversidade de atrativos importantes tanto para o setor turístico como para fins de pesquisas, sendo uma área de relevos acentuados, com altos declives, com morros testemunhos, platôs, e variáveis cursos d'água que formam belas cachoeiras com extensas quedas d'água e uma gama expressiva de cavernas o que torna cada vez mais atrativa ao ponto de vista turístico (BRASIL, 2011).

O município de Carolina apresenta uma formação vegetal bem característica da região central do Brasil, o cerrado, vegetação que está associada a outros fatores ambientais, tais como o clima, temperatura, precipitação, umidade relativa do ar e outros. De acordo com estes fatores ambientais apresenta clima sub-úmido, classificação adotada do Thorntwait (1948), com temperatura mínima de 24° e máxima de 35°, precipitação anual de 1.800mm com deficiência hídrica

principalmente no segundo semestre, chegando até 200 mm no mesmo período.

É importante frisar que essas características ambientais são fatores que indicam períodos com maior visitação no município, em períodos que a ocorrência de chuva é menor o fluxo turístico é maior, pois os atrativos, a exemplo das cachoeiras estão com uma vazão menor e possibilitam assim a visitação, sendo que duas das cavernas catalogadas possuem quedas d'água em seu interior.

O município está inserido nas formações do Grupo Piauí/Poti, ambas do período Carbonífero (Pensivaniano) e a Formação Pedra de Fogo do período Permiano e Sambaíba, essas unidades geológicas estabelecem a formação estrutural do local bem como as relações que influenciam as camadas estruturais como a biosfera, hidrosfera e atmosfera, traçando assim um processo evolutivo dessas unidades geológicas. Elas compõem-se as intercalações de arenitos, siltitos, evaporitos e pequenas espessuras de calcário, além de conter afloramento de estruturas siliciclásticas.

A formação Piauí se constitui em ambiente deposicional de clima semiárido a desértico que originaram deposição cruzada, acanelada e linear. A Formação Pedra de Fogo apresenta uma granulometria média, segundo Caldas e Mussa (1989), ela é de um ambiente de transição por apresentar areia de praia e dunas além de argilite intercalados.

A partir da observação das estruturas geológicas, paleontológicas, geomorfológicas e espeleológicas, identificou-se nesta área alto valor paisagístico. Em se tratando de cavernas verificou-se que três estão no CNC, sendo que duas estão susceptíveis a visitação, a gruta do Amor e a gruta Pedra Caída, formadas em calcário e arenito respectivamente, já gruta da Passagem Funda é formada por calcário (BRASIL, 2011) e não são feitas visitas para fins turísticos no local (Figura 01).

Apesar da gruta de Passagem Funda não ser atrativo turístico, destaca-se que os usos intensivos em áreas próximas a essa unidade podem causar impacto a caverna, pois a poluição de cursos d'água pode transportar substâncias nocivas para elas. Se a gruta entrar no roteiro do turismo da Chapada das Mesas, terá que ser feito um monitoramento e controle do uso, de forma a garantir o controle de ruídos e na temperatura do ambiente, visto que a caverna é habitat de morcegos e outros animais.

As grutas do Amor e de Pedra Caída apresentam uma fácil dissolução em contato com água, formadas por arenitos têm seu início na ação erosiva do escoamento das águas superficiais meteoricas (*runoff*) ao longo das paredes, provocando remoção de grãos das paredes do arenito que originam buracos ou *tafonis*, evoluindo então para depressões, tocas e até abrigos (MONTEIRO; RIBEIRO, 2011).

A evolução desses abrigos para formar grutas há que se observar alguns fatores considerados essenciais, 1. Um grande desnível entre o lençol freático e o nível de base local, proporcionado pela cuesta; 2. Presença de fraturas profundas, dado pelo intenso sistema de faturamento; e 3. Clima chuvoso, fator este atendido pela distribuição anual de chuva (GALAN & LAGARDE 1988 apud CORRÊA NETO et al., 1997, p. 113).

Ao contrário da gruta de Passagem Funda, as grutas do Amor e de Pedra Caída são utilizadas para visitação, estando localizadas no maior complexo turístico de Carolina, nesse caso é necessário o Monitoramento de Impacto de Visitação (MIV) a partir de levantamento de indicadores de limitação e impacto. Um dos fatores a serem analisados é a hidrografia do local, com observância direta a contaminação e poluição causadas pelo turismo, como descarte de lixo; além do controle de visitas que podem ser feitas no local.

O Complexo de Pedra Caída adota a visita guiada, não podendo assim grupos se direcionarem as grutas sem acompanhamento de um monitor, com tempo específico para visitação. Algumas passarelas foram construídas para evitar o pisoteio em pequenos riachos que são formados

no entorno de acesso a essas cavernas, ademais são realizadas palestras que mostram o valor da paisagem objetivando a Educação Ambiental e interpretação do ambiente.

Em levantamento feito em campo, foram encontradas mais duas cavernas, uma em propriedade particular que não é permitida visitação para o turismo, apenas para fins turísticos e outro localizado numa Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, com denominação de RPPN Mansinha. Esta última está em uma área de nascente (Figura 02) e sua visitação é permitida com acompanhamento de guias e com número reduzido de visitantes, mas requer estudos específicos para sua estruturação turística e capacidade de carga permitida.



Figura 02 - Caverna RPPN Mansinha, Carolina - MA.

Fonte: MUNIZ, 2016. Imagem em 20 de novembro de 2015.

O levantamento cartográfico feito através de cartas topográficas, imagens de satélite, imagens de radar – SRTM e questionários, foram utilizados para fazer a caracterização e identificação das áreas com ocorrência de cavernas, notou-se que algumas cavernas possuem água em seu interior (RPPN Mansinha) e outras sem  gua. Destaca-se que nesse último, foram identificados alguns animais tais como: morcegos e animais peçonhentos escondidos entre as rochas (cobras).

Os estudos voltados para o planejamento ambiental e turístico dessas unidades precisam levar em consideração aspectos referentes ao período com maior visitação, observando assim as características pluviométricas que se tornam um fator de limitação para o turismo. De acordo com Cigna e Burri (2000) a análise de impactos gerados pelo espeleoturismo precisam identificar os seguintes parâmetros: efeitos da iluminação; calor gerado pelo corpo dos turistas; aumento nas taxas de gás carbônico; poeira e partículas transportadas nas roupas, pele e cabelos; e impactos físicos.

O planejamento para essas unidades precisa levar em consideração a capacidade de suporte turístico, para que seja possível identificar o quanto de uso é permitido sem impactar severamente o ambiente. De acordo com Mitraud (2003) o planejamento ecoturístico precisa levar em consideração o controle de impacto de visitação, esse controle é importante para prevenir que a ação humana provoque um desequilíbrio ambiental e ordene o uso dos diferentes atrativos.

Tratando-se das cavernas a capacidade de carga é o fluxo máximo de visitantes que pode ser suportado, sem que ocorram modificações em seu ambiente natural. Nesse caso sua capacidade de resiliência é um dos principais fatores de limitação, logo o estudo voltado para esse fator é necessário para a implantação do manejo para cada unidade, de modo a diminuir os impactos negativos que o turismo pode ocasionar (LOBO; PERINOTTO; BOGGIANI, 2009).

Ressalta-se a necessidade de estudos voltados para o manejo desses ambientes e a aplicação de políticas públicas voltadas para a manutenção desses ecossistemas. Algumas metodologias são adotadas para identificar os parâmetros necessários para o monitoramento das cavernas, dentre eles destaca-se a Capacidade de Carga de Cifuentes (1992) que tem objetivo verificar o quanto de uso é permitido para um determinado atrativo, através de fórmulas numéricas que determinam a Capacidade de Carga Física – CCF (máximo de visitas permitidas que uma determinada área pode acomodar), Capacidade de Carga Real – CCR (diminui a CCF através de fatores de limitação do ambiente) e Capacidade de Carga Efetiva (considera outros fatores na área, além da visitação, tais como: infraestrutura e pessoal permanente) (CIFUENTES, 1992; MITRAUD, 2003).

A interpretação aliada à educação ambiental também precisa ser ponto chave para a atividade, o uso de placas de sinalização e de pontos para parada e interpretação são primordiais para vivência do turista com o ambiente. Programas de educação ambiental, a exemplo de palestras e oficinas nos pontos de apoio de cada atrativo, permitem que o visitante tenha noção da relevância de cada ambiente e de como a fragilidade destes (cavernas) precisa ser respeitada.

Todas essas proposições são relevantes para o planejamento do espeleoturismo no município. O turismo que atualmente ocorre em Carolina é do tipo massificado e a divulgação intensa dos atrativos municipais tem crescido em âmbito nacional e internacional, diante disso gestores e população local precisam de atenção para a preservação dos recursos disponíveis que são também fonte de sobrevivência local.

Destaca-se que o município de Carolina tem grande potencialidade para o ecoturismo, mas tal prática tem sido implantada de forma desorganizada, tendo como agravante a aplicação de políticas públicas e da organização civil, o que tem gerado impactos negativos ao ambiente. O turismo é uma oportunidade de geração de renda, mas o uso intensivo do ambiente pode causar conflitos entre a população local e o turista, logo uma gestão pautada nos princípios de sustentabilidade pode ser fator mediador para possíveis impactos de ordem social e econômica, e assim minimizar os problemas gerados a nível municipal.

4. Considerações finais

Observa-se a potencialidade municipal para o Ecoturismo, mas a necessidade imediata de

estudos mais específicos para cada atrativo. A adoção de políticas municipais e estaduais é de extrema valia para o desenvolvimento consciente do turismo, para que assim seja possível uma relação cordial entre população, visitante e ambiente.

O espeleoturismo requer atenção para a fragilidade dessas cavernas, sejam já as utilizadas ou as que podem vir a ter um uso turístico. Sugerem-se mais estudos referentes aos ambientes cársticos, proporcionando assim o cadastro na Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) e o Centro Nacional de Cavidades (CECAV-MMA), tendo em vista a elaboração de políticas públicas específicas para o manejo desses ambientes, para que assim seja possível identificar o potencial espeleológico municipal, levando em consideração os aspectos geológicos, geomorfológicos e bioespeleológico para o planejamento ambiental e turístico dessas unidades.

Referências

ALMEIDA, Regina Araújo de. et al. **Geografia e Cartografia para o turismo**. São Paulo: IPSIS, 2007.

ALVES, Flamorion Dutra; SALES, Elias Júnior Câmara Gomes. **O Estudo do Turismo na Ciência Geográfica: Propostas Teórico-Metodológicas**. Anais do VI Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul. Caxias do Sul- RS, 2010. ISSN 1806-0447. 11p.

BRASIL. **Marcos Conceituais, 2005**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o.../Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

_____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o.../Livro_Ecoturismo.pdf>. Acesso em: 07 de dezembro de 2015.

_____. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. – Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2016.

_____. **Plano de Regionalização do Turismo**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo>. Acesso em: 10 de agosto de 2014.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **III Curso de Espeleologia e Licenciamento Ambiental**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cecav/images/download/Apostila%20Curso%20de%20Espeleologia%20e%20Licenciamento%20Ambiental.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

_____. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão: relatório diagnóstico do município de Carolina / Correia Filho, F. L. Gomes, E. R.; Nunes, O. O.; Lopes Filho, J. B.**. Teresina: CPRM-SGB, 2011.

_____. **Plano de ação nacional para a conservação do patrimônio espeleológico nas áreas cársticas da Bacia do Rio São Francisco**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao/pancavernas/livro_cavernas.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades: Carolina - MA**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=210280>>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

_____. **Cadastro Nacional de Cavernas.** Disponível em: <<http://cnc.cavernas.org.br/CavernasBW/RegioesBrasil>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

CALDAS, E. B; MUSSA, D; **Nota sobre a ocorrência de uma floresta petrificada de idade permiana em Teresina, Piauí.** Bol. IG-USP, nº7. São Paulo: IG-USP, 1989.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 347 de 10 de setembro de 2004.** Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=452>>. Acesso em: 19 de abril de 2016.

CIFUENTES, Miguel de. **Determinacion de Capacidad de Carga Turistica em areas protegidas.** Costa Rica: CATIE/WWF, 1992.

CIGNA, Arrigo A.; BURRI, Ezio. **Development, management and economy of show caves.** International journal of speleology. Bologna, v. 29 n. 01, p. 01-27, 2000.

CORRÊA NETO, A. V.; ANISIO, L. C. C.; BRANDÃO, C. P.; CINTRA, H. B. 1997. **Gruta das Bromélias (MG042), Serra do Ibitipoca, município de Lima Duarte, MG:** uma das maiores cavernas em quartzito do mundo. Espeleo-Tema, SBE, v. 18, p. 1-12.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo.** 2ª ed. São Paulo: Roca, 2003.

LOBO, H.A.S. **O lado escuro do paraíso:** espeleoturismo na Serra da Bodoquena, MS, Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006. 132f.

LOBO, A.S.L.; PERINOTTO, J.A.J.; BOGGIANI, P.C. **Espeleoturismo no Brasil:** panorama geral e perspectivas de sustentabilidade. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.1, n.1, 2008, pp.62-83.

_____. **Capacidade de carga turística em cavernas:** estado-da-arte e novas perspectivas. Revista Espeleo-Tema. v. 20. nº 1/ 2. 2009. Disponível em: <http://www.sbe.com.br/espeleo-tema/espeleo-tema_v20_n1-2_037-047.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Turismo. **Plano Maior - Maranhão 2020.** "Turismo a certeza do futuro". Maranhão, 2012.

MASINA, Renato. **Introdução ao estudo do turismo:** conceitos básicos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MITRAUD, Sylvia. Monitoramento e controle de impactos de visitação. In MITRAUD, Sylvia (org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, 2003. ISBN: 85-86440-12-4.

MONTEIRO, R. C; RIBEIRO, L.F.B. **Espeleogênese de Cavernas Areníticas:** algumas considerações aplicadas à Província Espeleológica da Serra de Itaqueri, Estado de São Paulo, BRASIL. DF. In 13th International Congress of Speleology 4th Speleological Congress of Latin América and Caribbean 26th Brazilian Congress of Speleology, 2011.

NOGUEIRA, J.M; IMBROISI, D; RIOS, R. M. **Ecoturismo e conservação da diversidade biológica:** uma avaliação econômica de potenciais complementaridades. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/453.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

Organização Mundial do Turismo - OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PEARCE, Douglas G. **Geografia do Turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço**: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. Ed. Hucitec: São Paulo, 1999.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Rodrigues Alves. **Espeleoturismo na caverna Lapa Doce**: potencialidades para um turismo sustentável no município de Iraquara – Bahia. Revista Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas, 1(2), 2008. Disponível em: http://www.sbe.com.br/ptpc/ptpc_v1_n2_131-144.pdf. Acesso em: 19 de abril de 2016.

THORNTWAITE, C. W. **An approach towards a rational classification of climate**. Geographical Review. London, 1984.

VASCONCELOS, J. M. DE O. Interpretação ambiental. In MITRAUD, Sylvia (org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, 2003. ISBN: 85-86440-12-4.

PLANEJAMENTO AMBIENTAL E TURISMO: O POTENCIAL NATURAL DA ÁREA MARANHENSE DO DELTA DO RIO PARNAÍBA

THIARA OLIVEIRA RABELO
NAYARA MARQUES SANTOS
ANDREZA DOS SANTOS LOUZEIRO

Resumo

A Geografia é uma importante aliada da atividade turística. Aspectos desta ciência como a análise geoambiental e a contribuição cartográfica são instrumentos relevantes para o desenvolvimento do turismo em uma determinada área. O Maranhão possui um potencial ecoturístico diversificado e exótico que abrange desde ambientes como a baixada maranhense, mata dos cocais, o sertão maranhense até o delta do Parnaíba. Apesar de possuir potencial para o desenvolvimento do ecoturismo a região maranhense do delta do rio Parnaíba ainda não possui um planejamento para o desenvolvimento de uma atividade turística que explore de forma sustentável os atributos naturais desta região e traga um padrão de renda de qualidade para suas comunidades. Com esta pesquisa, busca-se evidenciar a contribuição da geografia para a identificação das potencialidades naturais para o desenvolvimento do turismo sustentável na área. A pesquisa teve como principais procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e cartográfica referentes à área de estudo, e utilização de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento para identificação das áreas e jornadas de campo. Nos últimos vinte anos é possível perceber nitidamente a evolução das formas de uso e ocupação da terra e dos recursos naturais na área maranhense do delta; principalmente próximos aos recursos hídricos, visto que são áreas propícias para o desenvolvimento da agricultura mecanizada que vem aumentando nesta região, assim como outras atividades como a carcinicultura, pesca predatória, extrativismo vegetal exacerbado e extração de recursos minerais.

Palavras-chaves: Geografia; Ambiente; Maranhão.

Abstract

Geography is an important ally of tourism. Aspects of this science and geo-environmental analysis and cartographic contributions are important tools for the development of tourism in a given area. The Maranhão has the potential diverse and exotic Ecoturístico that ranges from environments such as Maranhão marshland, woods of coca crops, the maranhense hinterland to the delta of. Despite having potential for development of ecotourism in Maranhão region of the Parnaíba River delta does not have a plan for the development of a tourist activity that exploits a sustainable manner the natural attributes of this region and bring a standard of quality income for their communities. With this research, we sought to highlight the geography's contribution to the identification of the natural potential for the development of sustainable tourism in the area. The research had as main methodological procedures to literature and cartographic regarding the study area, and use of remote sensing and GIS to identify areas and field days. In the last twenty years can clearly see the evolution of the forms of use and occupation of land and natural resources in Maranhão area of delta; especially close to water, as are favorable areas for the development of mechanized agriculture is increasing in this region, as well as other activities such as shrimp farming, overfishing, exacerbated plant extraction and extraction of mineral resources.

Keywords: Geography; Environment; Maranhão.

1. Introdução

O aumento das novas formas de organização humana e a intensificação das formas de exploração da natureza vem causando intervenções que nem sempre são sadias para a natureza. Para garantir a continuidade da espécie humana é essencial que haja o controle dos desequilíbrios ambientais. Neste contexto a ciência geográfica tem papel importante na identificação, mapeamento e compreensão dos processos que atuam sobre o ambiente e na busca por soluções.

Dentre as várias atividades humanas, destacamos as atividades turísticas, que ocorrem em parcelas significativas da superfície terrestre, influenciando e modificando o espaço geográfico. Sabe-se que as atividades turísticas geram deslocamentos humanos e criam espaços diferenciados, baseando-se em atividades que utilizam e modificam os recursos naturais.

A Geografia é uma importante aliada da atividade turística. Aspectos desta ciência como a análise geoambiental e a contribuição cartográfica são instrumentos relevantes para o desenvolvimento do turismo em uma determinada área. Imagens de satélites, cartas e mapas são exemplos destes instrumentos, imprescindíveis para o auxílio no planejamento turístico, principalmente para elaboração de rotas, trilhas e definições de usos do espaço turístico.

O Maranhão possui um potencial ecoturístico diversificado e exótico que abrange desde ambientes como a baixada maranhense, mata dos cocais, o sertão maranhense até o delta do Parnaíba. O delta do Parnaíba é o terceiro maior delta do mundo e com uma diversidade de florestas de manguezais, praias, carnaubais e uma riquíssima fauna. Apesar de possuir potencial para o desenvolvimento do ecoturismo a região maranhense do delta do rio Parnaíba ainda não possui um planejamento para o desenvolvimento de uma atividade turística que explore de forma sustentável os atributos naturais desta região e traga um padrão de renda de qualidade para suas comunidades.

Com esta pesquisa, busca-se evidenciar a contribuição da geografia para a identificação das potencialidades naturais para o desenvolvimento do turismo sustentável na área maranhense do delta do Parnaíba a partir da identificação análise do potencial natural e dos processos que atuam no ambiente; com vistas para planejamento e gestão da área a partir da conservação dos recursos naturais.

2. Procedimentos metodológicos

Para alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, se fizeram necessários o apoio do método fenomenológico (Tuan, 1980; Kaplan, 1975), técnicas a seguir citadas que subsidiaram nos seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento e análise de material bibliográfico de documentos oficiais o Plano de Gestão da APA do Delta do Parnaíba (1998) e autores como Aranha e Guerra, 2014 e estudos de casos em diferentes áreas que envolvem a prática de ações que auxiliem no desenvolvimento do ecoturismo a partir da conservação ambiental, assim como destacando uma gestão integrada entre o poder público e a sociedade civil, como as pesquisas de Louzeiro, 2015; SANTOS,NETO, SOUZA e FEITOSA, 2014; RABELO, 2015; SANTOS, 2015 e FEITOSA, 2015, o que auxiliaram a discussão sobre o assunto;

- Levantamento de Material cartográfico, a nível de conhecimento da delimitação da área maranhense do delta do Parnaíba e a localização das comunidades situadas no seu entorno, com vistas na identificação de sua situação geográfica e caracterização paisagística;

- Compatibilização das escalas dos mapas, cartas DSG e imagens de satélite disponibilizadas pelo INPE e pelo Google Earth da área de estudo para a escala de trabalho em 1:50.000, para a

região e 1:25.000 ou maior para conhecimento da povoação populacional da área estudada e sua evolução visando compreender a influencia deste aspecto no desenvolvimento do turismo na área;

- Jornadas de campo para observação do potencial natural da área, fluxo turístico, participação da comunidade nas atividades relacionadas ao turismo da área e a atuação do poder público em relação à atividade turística a fim de perceber as implicações mais visíveis na área de estudo;
- Representação, análise e interpretação dos dados das fontes primárias, obtidos através das atividades de campo, e secundárias, relativas à área estudada e à temática abordada.

3. Resultados e discussões

3.1 Localização da Área de Estudo

A área maranhense do delta do rio Parnaíba (Figura 01) totaliza 7.238,746 km², com população total de 177.117 habitantes. Dentre todos os municípios, Paulino Neves, Tutóia, Água Doce do Maranhão, Araioses, Santana do Maranhão, São Bernardo e Magalhães de Almeida, apresentam densidade demográfica superior a 20 hab./km², destacando-se o de Magalhães de Almeida com densidade superior a 40 hab./km² (IBGE, 2010).

A área de estudo compreende o extremo nordeste do estado do Maranhão, compreendendo a Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba e faixa de amortecimento que enquadra todo o trecho de influência do rio Parnaíba, e seus tributários na parte pertencente ao estado do Maranhão, sendo que o delta compreende desde parte do litoral oriental do Maranhão até o litoral do Ceará, sendo que aproximadamente 75% pertencem ao estado do Maranhão.

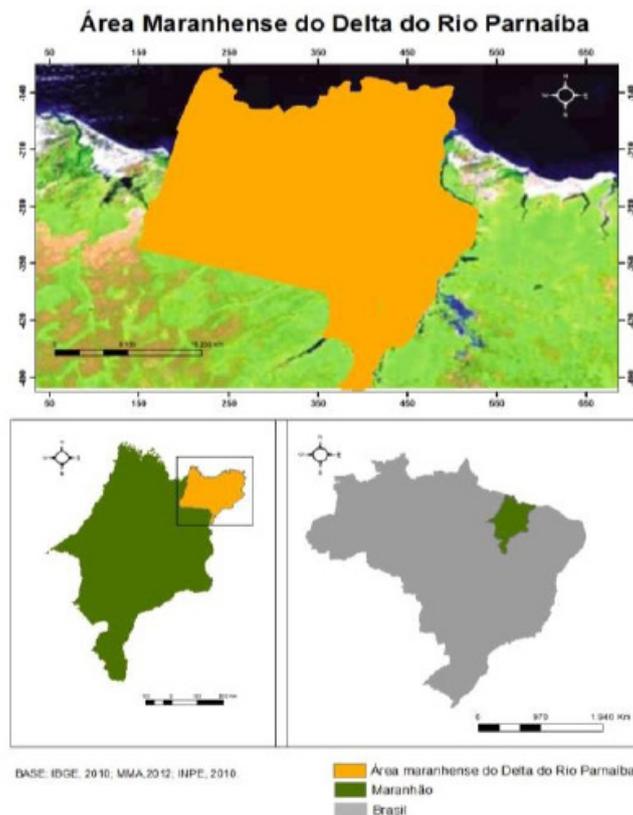


Figura 01 - Localização da área maranhense do delta do rio Parnaíba.

3.2 Características geoambientais

3.2.1 Geologia e Geomorfologia

No que concerne a Geologia, a área de estudo apresenta características das bacias sedimentares de Barreirinhas e do Parnaíba; formadas por sedimentos de origem marinha e flúvio-marinha.

Os depósitos de leques aluviais da Formação Barreiras, formados por arenitos e conglomerados com intercalações de siltitos e argilitos, ocupam uma faixa paralela à costa e estão associados a relevos tabulares, designados regionalmente de tabuleiros (CAVALCANTE et al 1983; CEPRO, 1996; CORREIA FILHO, 2006).

Quanto aos sedimentos do quaternário, estes estão representados por depósitos eólicos na forma de paleodunas e dunas constituídas de areias quartzosas e quartzo feldspáticas homogêneas, cobrindo ou não os tabuleiros, e por depósitos em leques aluviais e terraços marinhos (CORREIA FILHO, 2006).

Geomorfologicamente, a área de estudo está inserida no complexo lençóis maranhense (FEITOSA; TROVÃO, 2008), possuindo como características principais a ocorrência de poucos setores elevados e com cotas altimétricas de aproximadamente 26 m.

De acordo com El Robrini et al (2006), a área de estudo possui como características setores retilíneos e sub-retilíneos, com formações de dunas, praias arenosas e baías. Nesta área apresentam-se como feições geomorfológicas: planície fluvio-marinho inundável; com mangues, onde predomina depósitos fluviomarinhas e que está sob a influência direta das marés.

3.2.2 Clima e Pedologia

A área em questão, está inserida em uma zona de clima sub-úmido e sub-úmido seco, com temperatura média anual de 29° C, que segundo Cavalcante (1996), é amenizada pela ação constante dos ventos de NE, que é intensa ao longo do ano; enfatizando ainda a média pluviométrica em torno de 1.150 mm e apresenta grande variabilidade interanual.

Os solos litólicos e concrecionários têm maior ocorrência, sendo revestidos por cerrados e cerradões, além de áreas que evidenciam condições de tensão ecológicas. A área caracteriza-se por compartimentos morfoestruturais, perpendiculares ao vale do rio Parnaíba, refletindo o controle estrutural das formais sedimentares do Grupo Parnaíba, localmente, cortado por diabásios e basaltos. Os altos estruturais truncados por uma superfície aplainada recoberta por latossolos, conservam elevações e saliências rochosas nos interflúvios e nas vertentes das bacias, onde predominam solos litólicos e concrecionários (MINISTÉRIO MEIO AMBIENTE, 2002).

3.2.3 Hidrografia e Vegetação

Quanto a hidrografia a área maranhense do delta do rio Parnaíba, além de ter o Parnaíba como rio principal, ainda há diversos rios e lagoas importantes em sua região a citar: o rio Bom Gosto, rio Magu, rio Buriti, rio Santa Rosa, lagoa Santo Agostinho, lagoa do Bacuri, etc.; além de possuir municípios na faixa litorânea do estado, como é o caso de Tutoia, no extremo nordeste.

É possível observar ao longo das margens dos corpos hídricos desta área a presença de brejos e banhados característicos da região, onde a hidrodinâmica de baixa energia favorece a proliferação de diversas plantas aquáticas. Em alguns outros locais da região, a declividade favorece o surgimento de córregos perenes (FEITOSA, 2015).

No que se refere a vegetação, esta área apresenta as seguintes unidades fitogeográficas: ve-

getação pioneira de dunas ocorre de forma irregular e descontínua ao longo da linha de costa; vegetação de tabuleiros, composta por espécimes de mata seca, caatinga, cerrado e cerrado; mangues estão dispostos ao longo de toda área do delta próximo aos cursos d'água e restinga (CAVALCANTI, 2004; GALINA, 2006, p. 81).

A vegetação mais expressiva da área é o mangue, que segundo Feitossa (2015) apresenta-se sob três formas distintas, são elas bosque de porte arbóreo, mais comum em grandes várzeas inundáveis, o bosque arbustivo, em áreas arenosas e secas e o mangue de bolota (*Comacarpus erectus*).

3.3 O Potencial Turístico da área maranhense do delta do Parnaíba

A área maranhense possui elevado potencial turístico, no que se refere as suas potencialidades naturais, visto que apresenta ambientes de praias, dunas, paleodunas, mangues, rios e lagoas (Figura 02) que compõe um imenso potencial paisagístico ainda pouco explorado, se comparado aos estados do Piauí e Ceará.

Aranha e Guerra (2014) destacam que para o turismo, a paisagem é vista como um atrativo que é eminentemente observado, vivido e sentido. Dessa forma, é possível atribuir a ela valores na forma de um produto importante cuja expressão ocorre por meio da percepção da morfologia resultante das diferentes formas de ocupação e configuração de um território ao longo do tempo.

O ambiente natural correspondente a área do delta do Parnaíba é diversificado e propício à prática do ecoturismo. No Maranhão, é possível observar áreas de florestas de manguezais, praias, carnaubais e uma riquíssima fauna (Figura 02) que dá suporte para ações que visem potencializar o turismo nesta região.



Figura 02 - A) Lagoa do Bacuri, Magalhães de Almeida; B) Praia Andreza, Tutóia; C) Beira-rio do município de Araiões; D) Pedra dos Milagres, Milagres do Maranhão.

Porém, mesmo possuindo potencial para a prática do ecoturismo, grande parte destes mu-

nicipios não está contemplada pelas estratégias e ações da Secretaria Estadual de Turismo do Estado do Maranhão, visto que apenas os municípios de Araióses e Tutóia são inseridos no Polo Turístico Delta das Américas.

Embora a maioria destes municípios apresentem deficiência de infraestrutura básica para a recepção de turistas como hospedagem, alimentação, serviços de transporte e hospitalares, roteiros turísticos definidos; o potencial natural destes municípios atraem os olhares de visitantes, principalmente os municípios de Tutóia, Araióses e Paulino Neves.

Nesta região, o turismo é explorado principalmente por empresas de iniciativa privada, que dão suporte principalmente nos serviços de hospedagem, alimentação e passeios turísticos, que nem sempre são pensados de forma sustentável, como é o caso de resíduos sólidos acumulados em passeios turísticos referentes a trilhas e caminhadas.

O investimento por parte do poder público destes municípios é inexistente, pois em suma esta atividade não é vista como importante por parte dos seus gestores e conseqüentemente não traz retorno às comunidades da área visto que desconhecem o potencial que possuem para a prática do ecoturismo.

Alves, Rabelo e Souza (2015) destacam esta realidade no município de Tutoia, enfatizando que as comunidades da área não compreendem o potencial turístico como contribuição em sua fonte de renda, fato que decorre da falta de investimentos de ações e de orçamento financeiro que viabilize o desenvolvimento desta atividade na área. A comunidade desconhece seu potencial turístico e sua localização em uma unidade de conservação, com isso desconhece os benefícios que a atividade turística pode trazer para os mesmos.

Alguns locais desta região já receberam iniciativas que buscaram enfatizar o potencial turístico natural da área para estas comunidades, como é o caso do Projeto Turismo Sustentável na comunidade do Bacuri: inclusão social na conservação da lagoa do Bacuri, município de Magalhães de Almeida, estado do Maranhão, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA) do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. Porém, estas iniciativas ainda são poucas na região, sendo de suma importância ações e projetos nessa perspectiva.

3.4 Alterações ambientais e o desenvolvimento do turismo

No que se refere ao uso dos recursos naturais pelas comunidades locais, a relação-homem ambiente pode ser considerada sustentável na área visto que as atividades socioeconômicas praticadas pelas populações baseiam-se basicamente na agricultura familiar, pesca e em último caso o comércio.

Porém, nas últimas duas décadas é necessário enfatizar as alterações que vem sendo trazidas pela chegada da agricultura mecanizada na área, sob forma principalmente da monocultura da soja e das plantações de eucalipto nesta região. Feitosa (2015) ainda destaca como causa destas alterações a extração e dragagem de recursos minerais, como areia, para fins de construção civil (Figura 03) principalmente para em obras públicas relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Figura 03 - E) Plantação de soja, Magalhães de Almeida; F) Área de extração de areia, Tutóia.

Outras atividades como a carcinicultura, pesca predatória, extrativismo vegetal também contribuem para as alterações ambientais da área e podem comprometer o cenário paisagístico da região, alterar a dinâmica dos ecossistemas e sua capacidade de resiliência e consequente afetar o potencial natural para o desenvolvimento do turismo na região.

O investimento e desenvolvimento do turismo na região é uma estratégia viável tanto economicamente quanto para a conservação da área posto que a região é grande fornecedora de recursos naturais para as populações maranhenses, servindo inclusive como suporte fundamental para a alimentação, renda e lazer para todas as comunidades que vivem em naquela área, além de possuir aspectos geoambientais bem específicos.

4. Considerações finais

A área maranhense do delta do rio Parnaíba possui potencial natural necessário para desenvolver segmentos do turismo como: sol e praia, ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura e etc., propostos pelo Plano Maior de Turismo do Estado do Maranhão (2010-2020). Porém, é necessário que haja um interesse mútuo por parte do Poder Público, das populações da região e da iniciativa privada para o desenvolvimento do turismo local.

Para que haja o desenvolvimento de uma proposta de turismo adequada às condições atuais da área é necessário que haja readequação estratégica por parte, principalmente, do Poder Público para o desenvolvimento do turismo na região que seja fundamentada em um planejamento sustentável das potencialidades naturais da região para o turismo.

A falta de incentivo dos órgãos competentes e a não efetivação das políticas públicas voltadas para o melhoramento da infraestrutura local e para o incentivo do turismo impossibilita a geração de renda da população e a oportunidade de emprego, visto que a maior parte das comunidades residentes na área não veem o turismo como fonte de renda atrelado a conservação ambiental do ambiente em que vivem.

O conhecimento, mapeamento e diagnóstico mais detalhado dos diferentes ambientes desta região dos seus processos ajudam na análise da situação ambiental assim como no planejamento turístico, pensando em ferramentas, como o ecoturismo e o turismo comunitário, por exemplo, como um instrumento de planejamento para a preservação dos recursos naturais e uma via para o desenvolvimento social e econômico das comunidades da área maranhense do delta do Parnaíba.

Além do conhecimento de suas potencialidades e fragilidades ambientais, para que haja o desenvolvimento de um turismo pautado na sustentabilidade nesta região é necessário que haja investimento na infraestrutura da área e também valorização das estruturas existentes nas comunidades nativas, na capacitação e sensibilização da população local por meio da educação am-

biental, divulgação dos atrativos naturais e socioculturais do município, visando além da geração de empregos para a comunidade, a melhoria na qualidade de vida e a conservação ambiental da área.

Referências

ALVES, D.de A. A.; RABELO, T.O. e SOUZA, U.D. **Turismo Comunitária em Tutóia – MA: viabilidades e potencialidades locais.** Anais do IV Simpósio Nacional de Turismo Sertanejo. São Luís, Maranhão. UFMA. 2015.

ARANHA, Raphael; GUERRA, Antonio.org. **Geografia Aplicada ao Turismo.** 1º Ed. São Paulo: Oficina de Textos. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Relatório Completo – Zoneamento Ecológico-Econômico do Baixo Parnaíba.** 2002. Disponível em: <<http://mma.gov.br/component/k2/item/8195>> Acesso em: 20/03/16.

CAVALCANTI, Agostinho. Brito. **Caracterização e análise das unidades geoambientais na planície deltaica do rio Parnaíba / PI.** Dissertação de mestrado. Rio Claro: UNESP / IGCE. 120p, 1996.

CAVALCANTI, A. P. B. **Análise integrada das unidades paisagísticas na planície deltaica do rio Parnaíba - Piauí/Maranhão.** Mercator - Revista de Geografia da UFC, 3(6): 105-118, 2004.

KAPLAN, Abraham. **A Conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento.** São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

CORREIA FILHO, F. L. (org.) (2006). **Mapa geológico do estado do Piauí, escala 1:1.000.000.** Programa Integração, Atualização e Difusão de Dados da Geologia do Brasil, Subprograma Mapas Geológicos Estaduais, CPRM, 1 carta.

EL-ROBRINI, M.; MARQUES, J. V.; SILVA, M. A. M. A.; EL-ROBRINI, M. H.; FEITOSA, A. C; TAROUCO, J, E. F.; SANTOS, J. H. S dos. e VIANA, J. R. 2006. Maranhão in: MUEHE, D. (org.). **Erosão e propagação do litoral brasileiro.** 1º Ed Brasília: Ministério do Meio Ambiente

FEITOSA, Antonio Cordeiro e TROVÃO, Jose de Ribamar. **Atlas escolar do Maranhão: espaço geo-histórico e cultural.** João Pessoa: Editora Grafset, 2007.

FEITOSA, A. C. **A Sustentabilidade na relação homem-ambiente na área maranhense do Delta do rio Parnaíba.** Relatório Técnico apresentado a Fundação de Amparo a Pesquisa, Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão. FAPEMA. 2015.

IBGE, instituto Brasileiro de Geografia e estatísticas. IBGE CIDADES. **Censo demográfico de 2010.** Disponível em: www.ibge.com.br/cidadesat/top. Acesso em 10/05/2015.

LOUZEIRO, A. dos S. **Situação Ambiental do município de Tutóia – MA frente ao processo de planejamento e gestão da Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba.** Monografia apresentada ao curso de geografia da Universidade Federal para obtenção de grau de bacharel e licenciatura em Geografia. UFMA. 2015.

MARANHÃO. Secretaria Estadual de Turismo. **Plano Maior de Turismo do Estado do Maranhão.** 2010-2020. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/palestras/iseminariointernacio>>

nal2011/jurandirferrolagolho.pdf>. Acesso: 25/03/15.

RABELO, T. O. **O Índice de Vulnerabilidade Ambiental (IVA) como instrumento para o planejamento ambiental da Lagoa do Bacuri – MA.** Monografia apresentada ao curso de geografia da Universidade Federal para obtenção de grau de bacharel e licenciatura em Geografia. UFMA. 2015.

SANTOS, N. M.; NETO, O. M.; SOUZA, U. D. V. e FEITOSA, A. C. **Turismo Sustentável no povoado do Bacuri, Magalhães de Almeida, Ma.** Anais do V Simpósio Nacional de Turismo Sertanejo. João Pessoa, Paraíba. UFPB. 2014.

SANTOS, N. M. **Dinâmica da Paisagem: o uso do índice de vegetação para indicar alterações na cobertura vegetal na área de entorno da lagoa do Bacuri – MA.** Monografia apresentada ao curso de geografia da Universidade Federal para obtenção de grau de bacharel em Geografia. UFMA. 2015.

SOAVINSKI, Ricardo José. **Plano de Gestão e Diagnóstico Geoambiental e socioeconômico da APA do Delta do Parnaíba.** Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais da UECE-IEPS, 1998. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2246-apa-delta-do-parnaiba.html>>.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL NA ORLA MARÍTIMA DE PARIPUEIRA, ALAGOAS

*EDILSA OLIVEIRA DOS SANTOS
JAMES RAFAEL ULISSES DOS SANTOS
SHEYLLA PATRÍCIA GOMES DO NASCIMENTO
TAMIRES APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA
JOSEFA ELIANE SANTANA DE SIQUEIRA PINTO*

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo avaliar as diferentes formas de uso e ocupação da orla marítima de Paripueira – Alagoas, com o intuito de compreender o planejamento e a gestão territorial em bases ambientais. Para tanto se propõe a verificar as iniciativas de ordenamento territorial a partir das reflexões sobre o Plano de Gestão Integrada (PGI) implantado na área de estudo. Uma vez que, a orla marítima apresenta recortes diversos na paisagem, seja em virtude dos processos naturais que modelam esse ambiente, ou alterações atreladas às atividades antrópicas desenvolvidas de forma irregular, que aceleram aos processos erosivos e a degradação ambiental. Neste sentido, a zona costeira merece atenção e estudos especiais em temas relativos a gestão ambiental, visto que, esses espaços são altamente ocupados, utilizados e modificados pelo ação do homem. Para a construção dessa pesquisa, adotou-se como metodologia em base teórica, com levantamento bibliográfico e cartográfico, relacionados com o objeto de estudo e saídas de campo para o reconhecimento da área proporcionando uma aproximação entre o pesquisador com sua proposta. Em gabinete, fez-se o cruzamento de dados cartográficos, sendo produzido o mapa de localização, assim como o tratamento dos dados iconográficos. Os resultados encontrados apontam as diferentes formas de uso e ocupação, e os receptivos conflitos socioambientais, dando ênfase para as questões ambientais, problemas de erosão, acúmulo de lixo na faixa de praia e construção em áreas irregulares constatadas em toda orla do município. Portanto, o município vem passando por um ordenamento territorial, mas espera-se que com a urbanização da orla possibilite um gerenciamento integrado de forma coletiva que envolva a participação da população através da conscientização para uso racional e consciente dos recursos naturais costeiros, sem negar que a participação do poder público é essencial no planejamento territorial e turístico de um local, pois este tipo de atividade causa grandes modificações locais.

Palavras-chaves: Conflitos Ambientais; PNGC; Ordenamento Territorial.

Abstract

This study is aimed at evaluating the different forms of use and occupation of the seafront of Paripueira – Alagoas, in order to understand the planning and management territorial environmental bases. Therefore it is proposed verifying the spatial planning initiatives from reflections on the Integrated Management Plan (PGI) implemented in the study area. Since the seafront has several cutouts in the landscape, is in virtue of natural processes that shape this environment, or alterations linked to human activities developed in an irregular manner, that accelerate erosion and In this sense, the coastal area deserves special attention and studies on issues related to environmental management, environmental degradation. Since these areas are highly occupied, used and modified by human action. For the construction of this research methodology adopted was as in theoretical basis, with bibliographic and cartographic survey related to the object of study and field work to the recognition of the area affording an approach between the researcher with the proposal. On cabinet, did- the crossing of cartographic data, being produced the location map, as well as the treatment of iconographic data. Found results point out the different forms of use and occupation, and the receptive environmental conflicts, with emphasis on environmental issues, erosion problems, accumulation of garbage on the beach strip and irregular construction in areas identified throughout the city waterfront. Therefore, the municipality is going through land use planning, but it is expected that with the urbanization of the rim enables an integrated management form news that involves participation of the population through awareness for rational and responsible use of coastal natural resources, without denying that the participation of public authorities is essential in territorial and tourist planning a location, as this type of activity causes great local modifications.

Keywords: Environmental Conflicts; PNGC; Land Management.

1. Introdução

O processo de ocupação na zona costeira brasileira teve início desde período da colonização com a chegada dos portugueses ao Brasil. De acordo com Amorim (2011), a apropriação das áreas costeiras seguiu uma lógica, inicialmente ocuparam as planícies costeiras, porque são áreas que facilitavam não só a comunicação com a metrópole, como também apresentavam abundância em recursos, tais como o Pau Brasil - árvore endêmica da Mata Atlântica altamente explorada.

Para tal, Amorim (*op.cit.*) acrescenta que os portugueses determinaram a posse do litoral com a divisão do território brasileiro em capitânias hereditárias. Ao longo da evolução político-administrativa do Brasil, elas foram divididas em sesmarias, províncias e, posteriormente, em municípios. Nos séculos XIX e XX, as áreas costeiras tiveram uma dinamização de suas atividades socioeconômicas, levando a uma fragmentação maior do território e como consequência, ocorreu o desmembramento para a criação de novos municípios.

No entanto, em meados do século XX, os municípios litorâneos sofreram uma transformação socioeconômica, por exemplo, as atividades voltadas para a pesca, o extrativismo vegetal e o desenvolvimento da agricultura de subsistência, foram sendo substituídos por atividades industriais e exploração turística, delineando uma nova moldura à região. Neste contexto, Amorim (2011, p. 2) reitera que “a implantação de novas formas de uso da terra nos ambientes costeiros ocorreu, na maioria das vezes, sem o devido planejamento que considerasse as questões ambientais”.

Atualmente o litoral brasileiro é uma unidade territorial que se estende por mais de 8.500km, e abrange 17 estados e cerca de 400 quatrocentos municípios litorâneos. De acordo com Moraes (2007, p.101), “hoje, metade da população brasileira reside a não mais de duzentos quilômetros do mar, o que equivale a um efetivo de mais de 70 milhões de habitantes, cuja forma de vida diretamente impacta os ambientes litorâneos”.

Para Araújo e Moura (2007, p.107):

A zona costeira tem sido alvo ao longo dos séculos de um processo de uso e ocupação da terra que, a rigor, não tem levado em conta a variável ambiental. Tal situação resultou, e ainda tem resultado, em impactos ambientais graves, atingindo, por exemplo, as matas das encostas, a vegetação das margens cursos d'água, a vegetação de restinga, dunas, cordões litorâneos, várzeas, praia, recifes e manguezais. Apesar da preocupação com a questão ambiental nas últimas décadas e da intensificação do debate sobre os problemas ambientais, e de noção de desenvolvimento sustentável, ainda não houve um avanço significativo na gestão do processo de exploração dos recursos ambientais na zona costeira nordestina, em relação a todos os tipos de atividades socioeconômicas—inclusive o turismo—o que tem levado ao comprometimento ambiental de extensas áreas privilegiadas, como a faixa litorânea, devido à sua valorizada proximidade do mar.

A procura por novas áreas nas proximidades do litoral pode ser evidenciada mundialmente desde o século XIX, quando morar em regiões litorâneas era questão de status, tornando em ponto de atração que se amplia cada vez mais. Mediante a essa busca, faz com que o litoral apresente variados usos sociais e econômicos configurando esse espaço, seja para repouso, recreação, lazer, práticas esportivas, atividades industriais entre outras.

Essa valorização para com esses espaços aplica-se devido a grande diversidade dos recursos naturais ali encontrados. Por outro lado, tem favorecido ao longo dos anos a ocupação e, intensificado o uso indevido desses ambientes, por isso sendo fortemente impactado, que na visão de Moraes (2007):

E a forma de vida amplamente predominante no Brasil contemporâneo é a citadina, com quase, com quase 80% da população vivendo em meios urbanos. Dada magnitude das carências de serviços urbanos básicos, como visto, tais áreas vão se construir nos principais espaços críticos para o planejamento ambiental da zona costeira do Brasil, em sua ação corretiva. (p. 101).

No entanto, à medida que aumenta a ocupação sem planejamento na zona costeira, crescem os relatos sobre os impactos ambientais. Segundo Muehe (2007), a orla representa também uma faixa na qual a degradação ambiental por destruição da vegetação e construção de edificações torna-se extremamente evidentes por modificar, geralmente para pior, a estética da paisagem e até mesmo intervir no processo de transporte sedimentar, tanto eólico como marinho, provocando desequilíbrios no balanço sedimentar e conseqüentemente, na estabilidade da linha de costa.

Para melhor elucidar Costa e Melo e Souza (2010), acrescenta que, os ambientes costeiros constituem-se de formação geológica recente e de grande variabilidade ambiental, a zona costeira apresenta ecossistemas em geral fisicamente inconsolidados e ecologicamente imaturos e complexos. Essas circunstâncias lhe conferem características de vulnerabilidade as alterações das variações ambientais.

Neste sentido, a zona costeira merece atenção especial em temas relativos a gestão ambiental, visto que, esses espaços são altamente ocupados, utilizados e modificados pelo ação do homem. Essa apropriação do litoral traz reflexos antrópicos dos diferentes usos, acarretando em transformações e danos irreversíveis, a exemplo, erosão, supressão da vegetação entre outros danos que interferem na dinâmica costeira.

Nas últimas décadas os problemas ambientais ganharam proporções alarmantes e preocupantes. Neste contexto, os estudos na zona costeira são relativamente recentes, principalmente pesquisas voltadas para gestão ambiental, onde se busca o ordenamento territorial, visto que, a presença do homem tem intensificado as alterações da paisagem litorânea, devido às práticas inadequadas no uso e ocupação da terra na zona costeira que sem levar em consideração as questões ambientais.

Infere-se, portanto, com a crescente ocupação do espaço costeiro e sua utilização econômica, cuja somatória tende a provocar alterações levando à degradação da paisagem e dos ecossistemas, podendo chegar à inviabilização das atividades econômicas, despertando na sociedade o reconhecimento da necessidade de, através de pesquisas científicas e de ações de gerenciamento e monitoramento encontrar uma situação de equilíbrio entre o uso e preservação do meio ambiente costeiro. (MUEHE, 2003).

Esta apropriação das áreas litorâneas nos remete a pensar em planejamento, onde vislumbre o ordenamento territorial e ambiental. Neste sentido, planejar adequadamente o seu uso é uma tarefa imprescindível, estabelecendo um limite entre a utilização e a vulnerabilidade dos ambientes naturais.

Em concordância, Carvalho (2014, p.58) ressalta que, "o planejamento constitui-se num instrumento de melhoria de qualidade de vida, devendo estar inserido na perspectiva de uma nova relação sociedade e natureza, na qual o homem e o meio não sejam polos excludentes".

Assim, no que concerne ao planejamento e/ou ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) é visto como uma ferramenta relevante. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que o PNGC foi instituído pela Lei 7.661, de 16 de maio de 1988 e expressa um importante compromisso com o desenvolvimento sustentável da zona costeira.

Wanderley (1998) acrescenta que o PNGC é um dos mais importantes segmentos técnico-ad-

ministrativos para geração de informação e de conhecimento sobre a zona costeira e talvez a mais completa das propostas institucionais de gestão do território em bases ambientais sustentadas.

Para tal entendimento Freitas (2011, p, 47) aponta a necessidade do PNGC instituir uma proteção socioambiental da zona costeira, tratando conjuntamente as questões ambientais com as culturais e as sociais e levando em conta o ser humano, uma vez que interage diretamente com o meio ambiente natural. Gomes Júnior (2014) corrobora que:

Atualmente, no Brasil, está sendo implementado o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), através da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Lançado pelo Governo brasileiro em 2004. A ação tem como principal objetivo implementar uma política nacional que harmonize e articule as práticas patrimoniais e ambientais com o planejamento de uso e ocupação dos espaços litorâneos sob domínio da União, visando a sustentação natural e socioeconômica da zona costeira. (GOMES JÚNIOR, 2014, p.6).

Ao mesmo tempo, o Projeto Orla introduz uma ação sistemática de planejamento da ação local visando repassar atribuições da gestão deste espaço, atualmente alocadas no governo federal, para a esfera municipal, incorporando normas ambientais na política de regulamentação dos usos dos terrenos acrescidos de marinha, buscando aumentar a dinâmica de mobilização social neste processo. (PROJETO ORLA, MMA 2006). Os seus objetivos estão baseados nas seguintes diretrizes:

Fortalecer a capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço. Desenvolver mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada. Valorizar ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos. (MMA, PROJETO ORLA, 2006).

Entretanto, considerando os pressupostos, esse trabalho tem por objetivo avaliar as diferentes formas de uso e ocupação da zona costeira de Paripueira – AL, com o intuito de compreender o planejamento e a gestão territorial em bases ambientais. Para tanto se propõe a verificar as iniciativas de ordenamento territorial e ambiental do município citado, a partir das reflexões sobre o Plano de Gestão Integrada (PGI) implantado na orla marítima da área de estudo.

1.1 Área de estudo

A pesquisa foi desenvolvida no município de Paripueira, litoral norte de Alagoas, com uma distância de 27km da capital. Pertence a microrregião de Maceió, região leste do estado, limitando-se ao norte com o município de Barra de Santo Antônio, ao sul e oeste com Maceió e a leste com o Oceano Atlântico. (Figura 01).

Sua área territorial é de 92,71km², representando 0,33% do estado de Alagoas com uma população em torno de 11.347 habitantes (IBGE 2010), predominantemente em área urbana. Em relação a sua altitude é de aproximadamente 5m em relação ao nível no mar, na sede do município. Está inserido entre as coordenadas geográficas de 09°27'54,0' de latitude sul e 35°33'07,2' de longitude oeste. (CPRM, 2005).

Paripueira faz parte da Região Metropolitana de Maceió, sendo detentor de um potencial

turístico bastante expressivo, devido aos seus atributos naturais, a exemplo das suas belas praias com piscinas naturais. Além da presença das unidades de conservação protegidas por lei: APA Costa dos Corais e o Parque Municipal Marinho de Preservação do Peixe-Boi, sendo nesse recanto ecológico que se refugia o peixe-boi, espécie em extinção.

O referido município é banhado pelos rios que compõem as bacias do Sapucaí, ao norte, e a bacia do Sauaçuí ao sul, sendo drenado também pelo riacho da Feira que deságua próximo ao acampamento Batista. Seu litoral tem uma extensão de aproximadamente 6 km, apresentando aspectos morfológicos costeiros marcantes, com praias constituídas de sedimentos arenosos (neossolos quatzarênicos), e de águas calmas

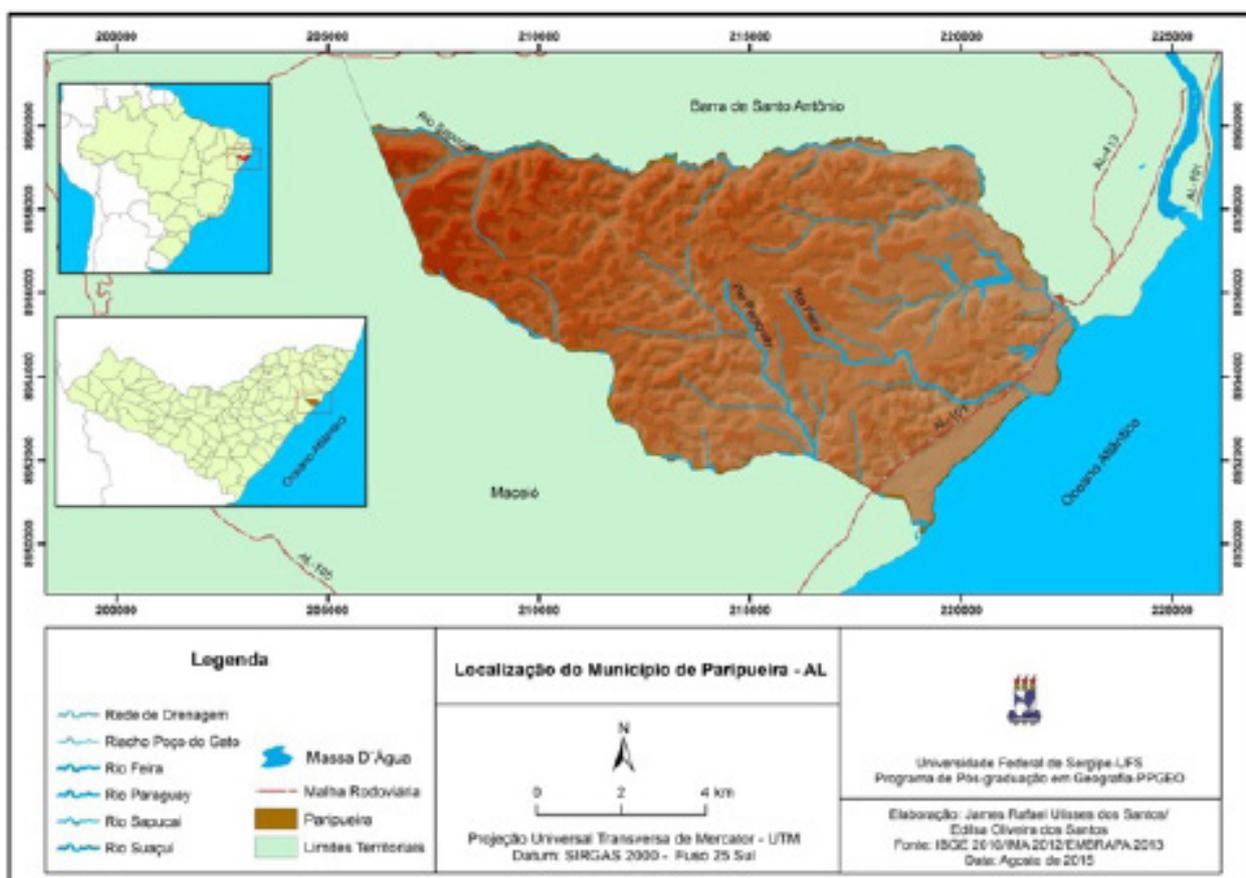


Figura 01 - Localização do município de Paripueira.

Fonte: SANTOS e SANTOS, 2015.

2. Materiais e métodos

De acordo com Gil, (2002) para classificar a pesquisa com base nos objetivos “é sabido que toda e qualquer classificação se faz mediante algum critério. Com relação às pesquisas, é usual a classificação com base em seus objetivos gerais. Assim, é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas”. (GIL, 2002, p. 41). Para melhor elucidar a metodologia optou-se em sistematizá-la, compartimentando-a em diferentes etapas, listadas abaixo:

- Primeira etapa – (nível exploratório) - levantamento dados e informações

A primeira etapa da pesquisa iniciou-se com o nível exploratório, que consistiu em levantamento de dados e informações. Nessa fase inicial foram realizadas leituras pertinentes a temática escolhida, por meio da revisão bibliográfica e documental, com base em material já elaborado, como livros, enciclopédia dos municípios alagoanos do ano 2014, artigos científicos, dissertações e teses.

Para questões voltadas às leis, utiliza-se o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Tais leituras subsidiaram o desenvolvimento do estudo, servindo para o embasamento conceitual acerca da temática em questão, sendo de fundamental importância, pois permitiu um maior aprofundamento e consolidação da contextualização teórica.

Para analisar os aspectos físico-naturalistas de realizar o trabalho de campo foram feitas pesquisas preliminares em sites como o – Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Relatório do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) Agência Nacional de Águas (ANA); Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH /AL), procurando obter informações sobre os elementos naturais que compõem a paisagem da área de estudo.

Em relação aos aspectos socioeconômicos foram feitos levantamentos de dados juntos aos órgãos públicos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG / Alagoas em dados), buscando colher informações socioeconômicas.

- Segunda etapa – (nível descritivo) - coletas de dados

O nível da pesquisa descritivo estabelece o contato direto entre o pesquisador com sua área de estudo. Esse momento é concretizado com trabalho de campo, essencial e imprescindível para verificar as transformações e dinâmicas paisagísticas do ambiente que ocorrerá a pesquisa.

Esse contato direto com área de estudo exige do pesquisador a coleta de dados, para tanto foi necessário o auxílio de equipamentos técnicos como; câmara fotográfica para o registro do material iconográfico, GPS para a coletar as coordenadas geográficas dos pontos que se pretende georreferenciar, utilizados para confecções dos mapas, materiais cartográficos e cadernetas, com o intuito de identificar os atributos naturais e sociais que compõem a paisagem.

- Terceira etapa – (nível explicativo) - análise e tratamento dos dados

Nessa fase trabalhou com o terceiro nível de pesquisa, o explicativo, consistindo na transformação os dados qualitativos obtidos das etapas anteriores e em gabinete realizar a análise e o tratamento dos mesmos, em busca de chegar aos resultados pretendidos, foi o momento do cruzamento dos dados cartográficos, incluindo, bases de dados e imagens de satélites, os pontos georeferenciados que foram trabalhos no software ArcGIS 10.1, com auxílio das técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto dentro do ambiente dos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs).

E por fim em gabinete elaborou-se o mapa temático de localização, além disso, foi analisado o material iconográfico registrados nas investigações de campo. E diante das análises dos dados verificou-se as diferentes formas de uso e ocupação, e os impactos existentes, como por exemplo, os problemas de erosão, supressão da vegetação, acúmulo de lixo e construção em terrenos de marinha.

Portanto, é preciso que nessas localidades se adote uma gestão integrada e participativa, sensibilizando a comunidade local, no que concerne a proteção e manutenção dos recursos naturais da zona costeira, focando no uso racional e consciente do litoral.

3. Resultados e Discussões

A ocupação populacional estende-se de forma desordenada ao longo dos anos na linha de costa, para os mais diversos fins, o que pode se considerar um fenômeno mundial e contemporâneo em áreas litorâneas. Apresentam-se os múltiplos usos e ocupações quase sempre sem planejamento, ocupando o terreno acrescido de marinha¹, sem haver resguarda do que determina a lei em termos de não ocupar, resultando em impactos que causam consequências para o equilíbrio ambiental e transformações na linha de costa.

De acordo com a lei 7.661/88 de Gerenciamento Costeiro, no art. 10, inciso 1º, proíbe tal prática “que não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo da zona costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado”. Na visão de Freitas “entre os problemas que se verificam com mais frequência na zona costeira é especificamente preocupante, a invasão da praia e até mesmo de dunas e restingas para construções de obras ou atividades as mais diversas, sem normas claras que as disciplinem”. (FREITAS, 2011, p. 103).

Voltando a atenção para a área de estudo, observa-se que o mesmo não diverge da dialética acima citada, em termos relativos à apropriação dos espaços costeiros. São evidentes os mesmos conflitos em relação a uso e ocupação da terra da zona costeira. Constatou-se que, na porção estudada a ocorrência de tipos de usos, por exemplo, os bares, quiosques, as pousadas, as casas de veraneio, localizados a beira-mar compõem a paisagem.

Desta forma, a Figura 02 ilustra os distintos formatos de uso e ocupação da terra, que em alguns casos essa utilização é para benefícios econômicos próprios, utilizando área destinada para o uso comum. Acrescenta Freitas (op. cit.) que, [...] utilizam a faixa de areia das praias para estender sua propriedade até mesmo com a colocação de guarda-sóis, mesas e cadeiras, atrapalhando a locomoção das pessoas desfrutarem do local (p.98).



Figura 02 - Registros do uso e ocupação das terras na região da Planície Costeira de Paripueira. (a, b, c e d) e barracas do restaurante Mar e Cia e Bares e barracas em área de uso comum (e, f).

¹Segundo os artigos 2º e 3º do Decreto-Lei nº 9.760/46, são terrenos de marinha aqueles em uma profundidade de 33 metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831, situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés; assim como aqueles que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés. São terrenos acrescidos de marinha, os que se tiverem formados, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha.

A orla do referido município apresentou em diferentes pontos outro aspecto que merece atenção acerca dos usos dos estabelecimentos comerciais (bares, restaurantes) que privatizam área de uso comum. De acordo com Freitas (*op.cit*, p. 97) “o fechamento de praia para uso de condomínio não é única forma de apropriação desse público”. Ao mesmo tempo, reconfiguram a paisagem, devido, a supressão da vegetação nativa para instalações dos mesmos (figuras e, f), resultando em mudanças na dinâmica praial, e em sua estética.

Na porção da área de estudo, outro problema detectado na orla marítima do município citado durante o trabalho de campo foi o lixo acumulado na vegetação de praia e esgoto a céu aberto lançados em riachos que desembocam diretamente no mar, que contribuem para alterar à balneabilidade das praias causando impactos negativos para esse ambiente, pondo em risco a qualidade ambiental da orla marítima de Paripueira. (Figura 03).

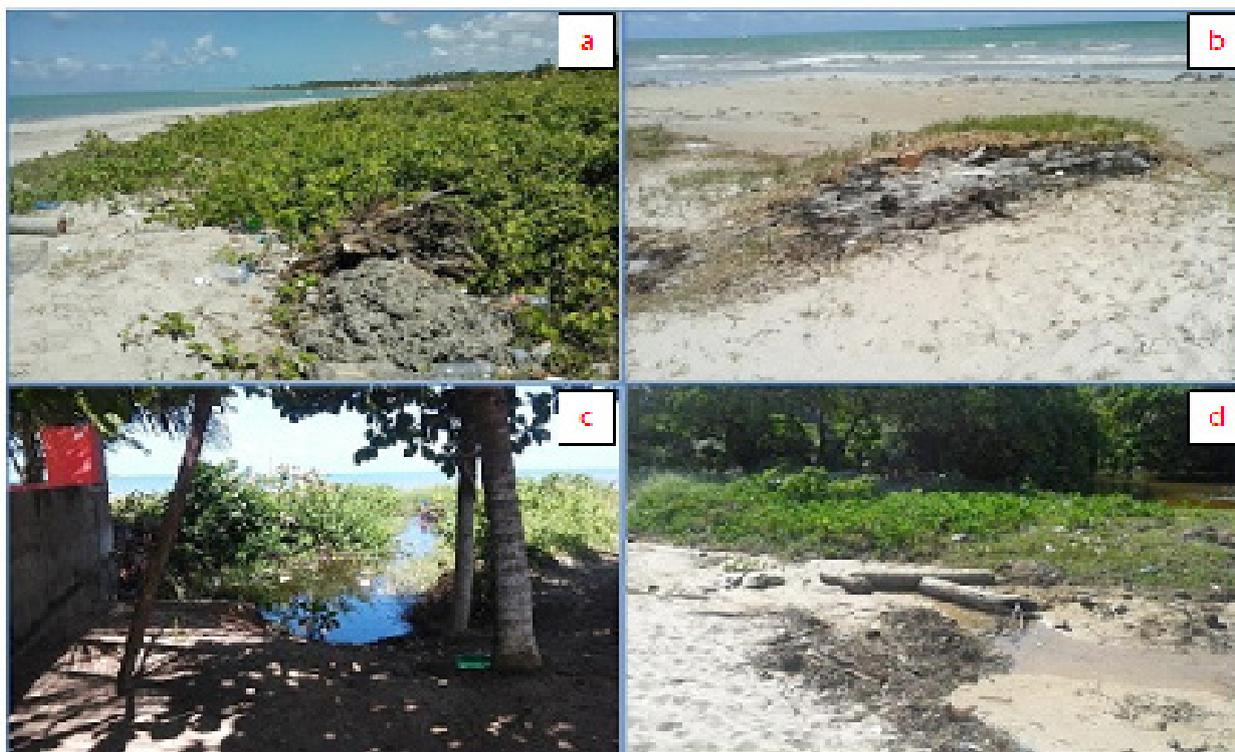


Figura 03 - Registros do lixo na vegetação de praia (a, b), esgoto de água servida de bares e restaurantes (c) e degradação ambiental no leito do riacho (d).

A deposição de resíduos no solo acarreta uma série de problemas socioambientais, a exemplo, contaminação do solo e das águas, com isso, se faz necessário conscientizar as pessoas, para que estas repensem sobre a sua responsabilidade individual em relação ao lixo, tornando-se importante que o usuário da praia reveja sobre o hábito de poluir, sendo um dever básico do cidadão, além de promover qualidade de vida para os usuários.

As diferentes ocupações têm modificado a paisagem local, afetando o cenário natural, além de acarretar desequilíbrio e desconforto ao ecossistema. Essa ocupação está relacionada com o potencial turístico do lugar, que induz a essa prática, por se tratar de uma praia balneária, de águas mansas, além disso, o município possui terrenos vazios situados a beira mar, e dessa forma, sendo bastante visados pela especulação imobiliária, aumentando a valorização dos espaços costeiros.

Algumas iniciativas estão sendo tomadas para tentar minimizar e regulamentar novas prá-

ticas inadequadas visando o uso sustentável para a zona costeira, um exemplo, é o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla). Para melhor compreensão, vale ressaltar que esse projeto é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP). Os seus objetivos estão baseados nas seguintes diretrizes:

- Fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço;
- Desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada;
- Valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos.

Outrossim, busca o estabelecimento de critérios para destinação de usos de bens da União, visando o uso adequado de áreas públicas, a existência de espaços estratégicos (como portos, áreas militares) e de recursos naturais protegidos também se configura em desafios para gestão da orla brasileira.

Vale ainda elucidar que, o Plano de Gestão Integrada (PGI) do município de Paripueira, decorreu de um processo participativo, onde as discussões se deram no âmbito municipal com a participação dos principais atores envolvidos diretamente com a gestão da orla, bem como com todos aqueles interessados no desenvolvimento sustentável do município, mobilizados pela Prefeitura (PROJETO ORLA, 2012).

Infere-se, portanto que, a construção do Plano teve suas ações voltadas ao ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União e na área de abrangência legal da orla, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade (PROJETO, 2012).

Durante a implementação do Projeto Orla, foram identificados os principais problemas de uso e ocupação: fragilidades dos ecossistemas, processos erosivos e impactos, além da ausência de fiscalização ambiental atuante, as normas urbanísticas locais, de um Plano Diretor e Códigos de Obras e Urbanismo. A zona costeira do município foi dividida em quatro unidades de paisagem: Praia da Costa Brava, Praia de Paripueira, Praia do Sonho Verde/Ponta do Mangue e Enseada do Sonho Verde. A implantação do Projeto Orla em Alagoas iniciou-se em 2009, através do Decreto 4.098, de 14/01/2009.

No relatório do Projeto Orla (2012) vários problemas foram identificados em todas as quatro unidades de paisagem, os quais foram representados nas figuras acima.

- Ausência de fiscalização ambiental atuante e de normas urbanísticas locais, Plano Diretor e Códigos de Obras e Urbanismo, que disciplinem a ocupação urbana;
- Degradação ambiental causada pela presença de lixo na praia, deixado pelos frequentadores ou trazidos pelos rios, onde é indevidamente jogado pela população. A presença do comércio informal, ambulantes, na praia e a falta de lixeiras também concorrem para essa degradação;
- Privatização de áreas de uso comum do povo (praia e rio), com fechamento de acessos já existentes, como no caso dos loteamentos, condomínios e de algumas residências;
- Ocupações irregulares e desordenadas de bares, barracas e equipamentos de lazer e de turismo em área de uso comum.

Todos esses problemas foram percebidos em 2014 nas visitas ao campo e registrados através de fotografias que já foram exemplificadas. Atualmente, na orla marítima de Paripueira está sendo realizada a primeira etapa de urbanização da orla, no trecho urbano da área de estudo, ação descrita no Projeto Orla.

Segundo Gomes Júnior (2014), a primeira análise do processo de elaboração, no período (abril de 2012 – abril de 2013) primeiro ano de vigência de implementação do Plano de Gestão da Orla Marítima de Paripueira, não obteve êxito. [...], no dia 15 de janeiro de 2013, a Prefeitura Municipal assinou um convênio específico com a Caixa Econômica para liberação de R\$ 6 milhões (seis milhões de reais) com o objetivo de cumprir a obra de para a urbanização da orla, entretanto, em diferentes datas, em trabalhos de campo no mês de outubro de 2014 e outra no dia 01 de outubro de 2015, pode-se observar com a realização da primeira etapa de urbanização a implementação prevista para o ordenamento descrito no Projeto Orla do município.

Pode-se observar na orla marítima de Paripueira, a realização da primeira etapa de urbanização da orla, sendo uma obra de implementação prevista para o ordenamento descrito no Projeto Orla do município. (Figura 04).



Figura 04 - Registros do Início da obra de urbanização da Orla Marítima de Paripueira (a) e primeira etapa em conclusão prevista no PGI (b).

Para tal, espera-se que essa intervenção do poder público no município através do PGI, melhore as condições ambientais da zona costeira, incluindo o uso moderado nos recifes de corais e pesca; acesso irrestrito às praias através de ruas; implantação do projeto paisagístico na orla, padronizando as construções e restabelecendo a morfologia praial e sensibilização da comunidade nos descartes de seus resíduos, promovendo assim uma gestão ambiental e o uso sustentável.

4. Considerações Finais

A partir desse estudo pode-se inferir que o ambiente costeiro vem passando por mudanças significativas ao longo desses últimos 50 anos, tendo sido intensificado seu crescimento, devido à ação antrópica, decorrentes das construções desordenadas na zona costeira e seus mais variados usos, fato esse, que se propagou em todo litoral brasileiro, com ênfase ao município de Paripueira, no litoral norte de Alagoas, que apresenta esse tipo de problema.

Contudo, todo esse processo na área estudada é resultante da ação humana que de maneira direta e/ou indiretamente tem influenciado para uma mudança e desequilíbrio ambiental. No entanto, é preciso que se pense em medidas que visem à conservação e a proteção desses ambientes, como por exemplo, abrigando à costa da erosão, conservando as praias, preservando

seu aspecto natural, permitindo a exploração, porém do ponto de vista cênico e recreativo, sem modificar drasticamente o cenário dessas áreas litorâneas.

Constatou-se que o principal agente motivador do processo de ocupação da orla marítima do município citado, tem sido o potencial para as atividades turísticas, através das construções que são direcionadas para a prática de veraneio (segunda residência), resultando no crescimento ocupacional desordenado nessas áreas.

No entanto, percebe-se que a participação do poder público é essencial no planejamento territorial e turístico de um local, pois este tipo de atividade causa grandes modificações locais, todavia, a forma de atuação das políticas públicas tem um papel importante e influenciador na estrutura da região costeira.

Portanto, pôde-se analisar durante o desenvolvimento da pesquisa que o município vem passando por um ordenamento territorial, ações previstas no projeto de intervenção do Projeto Orla, e espera-se que com a urbanização da orla marítima do município, além desse ordenamento, possibilite um gerenciamento integrado de forma coletiva que envolva a participação da população através da conscientização para uso racional e consciente dos recursos naturais costeiros.

Referências

AMORIM, R. R. **Análise geoambiental como subsídio ao planejamento no uso e ocupação das terras da zona costeira da região Costa do Descobrimento (Bahia)**. 2011.303 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2011.

ARAÚJO, L. M.; MOURA F.B.P. A expansão do turismo na zona costeira nordestina: crescimento econômico, degradação ambiental erosão cultural. In: CORIOLANO, L.N.M.T. VASCONCELOS, F.P.(Orgs.). **O turismo e a relação sociedade/natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: Editora Eduece, 2007. pp. 94-114.

VILAR, J. W. Carvalho; ARAÚJO, H. M. de. **Território, Meio Ambiente e Turismo no Litoral Sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

CARVALHO, M. **Um olhar geográfico sobre as águas no Vaza Barris sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

COSTA, J. de J; MELO E SOUZA, R. Derivações antropogênicas e dinâmica do sistema praia-duna do litoral norte de Sergipe. In: **Território, Meio Ambiente e Turismo no Litoral Sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FREITAS, M. A. P. de. **Zona costeira e meio ambiente**. / Mariana Almeida Passos de Freitas. / 1ªed. 2005, 5ª reimpressão. / Curitiba: Juruá, 2011.232p.

GOMES JÚNIOR, E. R.. Estudo de Caso da Elaboração e Implementação do Plano de Gestão. In: **III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo**. Belém: UFPA, 2014.p.87.

MUEHE, D. Geomorfologia Costeira. In: GUERRA, Antônio José Teixeira e Sandra Baptista da Cunha (Org.). **Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos**. 7ª ed. – Rio de Janeiro.

2007.

MUEHE, D. O litoral brasileiro e sua compartimentação. In: **Geomorfologia do Brasil**. Ed. GUERRA, A.J.T; CUNHA, S, B.(orgs). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. / Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2007.

PNGC. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Lei Federal nº 7.661, Art. 5º de 16 de maio de 1988, Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceama/material/legislacoes/gerenciamento/lei_7661_1988.pdf>

PROJETO ORLA: **Fundamentos para gestão integrada**. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2006. 74p.

PROJETO ORLA: **Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima do município de Paripueira**. Brasília: MMA/2012.77p.

WANDERLEY, L. de L., **Litoral sul de Sergipe: uma proposta de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável**. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO TURISMO EM PACARAIMA-RR: DIMENSÃO E POSSIBILIDADES

BRUNO DANTAS MUNIZ DE BRITO

Resumo

A gestão territorial e o planejamento participativo são desafios complexos para gestores públicos nos diversos municípios brasileiros. Congregar interesses múltiplos, e tantas vezes antagônicos, acaba sendo evitado pelos agentes políticos, tendo em vista a natureza divergente de opiniões e posicionamentos de seus munícipes. No entanto, em algumas áreas estratégicas como o turismo, esses interesses podem ser orientados para uma convergência, sobretudo com vistas à promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica da atividade. Nesse sentido este estudo trata do planejamento participativo no município de Pacaraima, extremo norte do estado de Roraima. O objetivo do trabalho consiste em discutir os aspectos relacionados a gestão territorial participativa voltada para o turismo em Pacaraima. Os dados apresentados aqui foram obtidos a partir da análise S.W.O.T. do destino (diagnóstico) e, após esta, a construção da Matriz de Posicionamento do Destino (prognóstico) por meio da técnica de grupo focal, de forma a materializar as ações de reflexão do cenário vigente e projeção de uma plataforma de desenvolvimento do turismo participativo para o município. Os resultados apresentados demonstram que o planejamento participativo é peça importante na construção da gestão territorial voltada para o turismo, sobretudo em pequenos municípios que congregam diversos cenários de conflitos e múltiplos interesses como Pacaraima. O turismo constitui-se numa atividade extremamente dinâmica e complexa. Por conta disso é que deve ser trabalhada tendo em vista atender aos anseios e expectativas de toda sociedade, oportunizando a construção de cenários socioeconômicos, culturais e ambientais articulados e democráticos.

Palavras-chaves: Planejamento participativo; Gestão territorial; Turismo; Pacaraima; Desenvolvimento.

Resumen

La gestión del territorio y la planificación participativa son complejos desafíos para los gestores públicos en los distintos municipios. Montaje de múltiples intereses, y con frecuencia los extremos opuestos siendo evitado por los políticos, dada la naturaleza divergente de opiniones y posiciones de sus ciudadanos. Sin embargo, en algunas áreas estratégicas como el turismo, estos intereses pueden ser dirigidas hacia la convergencia, en particular con el fin de promover la sostenibilidad ambiental, social y actividad económica. En este sentido, este estudio es la planificación participativa en el municipio de Pacaraima, muy al norte del estado de Roraima. El objetivo es discutir los aspectos relacionados con la gestión participativa de la tierra centrada en el turismo en Pacaraima. Los datos presentados aquí se obtuvieron del análisis S.W.O.T. destino (diagnóstico), y después de esto, la construcción de la Matriz de Posicionamiento (pronóstico) a través de la técnica de grupos focales, con el fin de materializar la reflexión stock del escenario actual y la proyección de una plataforma de desarrollo de turismo participativo para el municipio. Los resultados muestran que la planificación participativa es parte importante en la construcción de la gestión territorial centrado en el turismo, sobre todo en los pequeños municipios que reúnen a diversos escenarios de conflicto y múltiples intereses como Pacaraima. Turismo es una actividad muy dinámica y compleja. Debido a que se trata de ser trabajado con el fin de satisfacer las necesidades y expectativas de cada sociedad, proporcionando oportunidades para la construcción de escenarios socio-económicos, culturales, ambientales, democráticos y articulados.

Palabras clave: Planificación participativa; Gestión de la tierra; Turismo; Pacaraima; Desarrollo.

1. Uma breve argumentação

Na medida em que a sociedade conscientiza-se de seus problemas e desafios surgidos por força do crescimento, diversidade e desenvolvimento econômico, cabe ao setor público articular-se com vistas à promoção de políticas capazes de buscar a promoção e direcionamento de atividades que satisfaçam o mercado e a sociedade, compatíveis com o avanço promovido pela articulação governamental, empresarial e social.

Surge, nesse escopo, o contexto do planejamento participativo (GANDIN, 2001) que se dispõe a contribuir com a construção de uma realidade social mais justa, sustentável e voltada aos interesses de todas as camadas da população, direcionando ações de modo a oportunizar uma gestão territorial de bases democráticas e que viabilize o desenvolvimento.

Concomitante a isso a gestão territorial, nas palavras de Zapata (2009), surge como peça importante na formação de novas institucionalidades capazes de redirecionar os anseios da sociedade, amparado pela perspectiva de importantes segmentos locais que sirvam como vetores de desenvolvimento regional.

É nessa tônica que o turismo se insere, por se tratar de uma vertente reconhecidamente interdisciplinar, de atuação e configuração capaz de se associar a perspectiva do planejamento participativo voltado para a gestão territorial.

As políticas públicas assumem um nível de articulação cada vez mais intenso, sistêmico e dinâmico. A intervenção possui uma característica importante, já que as políticas direcionadas ao planejamento e desenvolvimento do turismo devem estar coesas com outras políticas, que podem ser ligadas diretamente ao turismo, ou a ele relacionadas, como transporte, meio ambiente, saneamento básico, saúde, educação, segurança, fomento de atividades produtivas, cultura e economia, entre outras.

O nível de complexidade, sob esta égide, é enorme e interrelacionado com outros setores, marcadamente caracterizados pela ótica economicista e mercadológica. Assim, o surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento nos municípios brasileiros vem proporcionando um olhar diferenciado sobre diversos paradigmas possíveis. Entre eles a atividade turística ganha grande dimensão por diversos aspectos: envolvimento com dezenas de setores econômicos vizinhos, fortalecendo a matriz produtiva local; aproveitamento do potencial ambiental para uso sustentável; ampliação das experiências entre grupos sociais distintos; valorização da cultura, dos costumes e dos saberes entre os povos.

Esses aspectos (e tantos outros, associados) podem vir a tornar-se peça de atuação social, econômica, cultural e ambiental de extrema importância para os municípios, garantindo o aproveitamento das especificidades locais e projetando a construção de uma sociedade mais forte e capaz de buscar seu próprio desenvolvimento através das matrizes hábeis de serem construídas pela atividade turística. Apesar da importância da intervenção do Estado no turismo, é válido destacar que a simples ampliação da demanda turística (por meio de campanhas de *marketing* pagas para aumentar o fluxo turístico, por exemplo) não garante a distribuição de renda e nem a redução das desigualdades sociais. Isso se explica pela concentração da riqueza que existe no Brasil, que por si só já limita a participação de parcelas mais pobres da população no mercado turístico, sejam como consumidores, sejam como trabalhadores, sejam mesmo tomadores de decisão e partícipes do processo de gestão.

O turismo tem trazido tantos benefícios econômicos e sociais aos destinos que é difícil encontrar um país no mundo que não queira atrair turistas. Não basta apenas “desejar” trazer novos visitantes, mas sim estabelecer diretrizes, programas, metas e estratégias para que os turistas venham ao destino em questão.

Atualmente muitos destinos turísticos têm procurado trabalhar estrategicamente esse escopo. Considerando essa realidade, o município de Pacaraima, situado no extremo norte do estado de Roraima, precisa buscar seu alicerce seguro e suas bases conceituais próprias para empreender essa jornada, alinhando planejamento participativo e gestão territorial do turismo. Também faz-se mister considerar que a construção desse processo só é possível mediante o debate, o compartilhamento de experiências, impressões, práticas e a mensuração dos reais interesses almejados pelos seus atores direta e indiretamente envolvidos, sujeitos ativos e comprometidos com o fomento às práticas exitosas de trabalho aliadas a sua qualidade de vida.

Nesse sentido, a convergência desses elementos em Pacaraima, bem como sua efetiva concretização, resulta na promoção de um cenário que possa objetivar a aproximação entre esses distintos públicos envolvidos no âmbito socioeconômico municipal, de modo a traçar as linhas gerais desse panorama, construindo por meio de um processo democrático, participativo e dinâmico, permitindo o empoderamento desses atores e garantindo-lhes o pleno exercício da participação democrática. O contexto epistemológico adotado utilizou-se das bases metodológicas propostas por Boaventura (2004), Marconi e Lakatos (2001), Sampieri, Collado e Lucio (2006) e Santos (2004). De forma prática, cada aspecto metodológico analisado nestas obras subsidiou a modelagem de uma referência e proposição técnico-científica frente a construção dessas matrizes.

A partir desta proposta, construíram-se as bases necessárias ao fomento do turismo participativo, de modo a garantir a reflexão sobre as ações emergenciais que precisam ser trabalhadas com mais atenção por todos, bem como as oportunidades econômicas potenciais que podem surgir, fruto da iniciativa empreendedora do povo de Pacaraima.

Entre as questões que justificam a iniciativa empreendida por este documento estão: a cidade serve de rota para a entrada na Venezuela, promovendo um estilo de viagem caracterizado tanto como excursionismo (voltado para compras na cidade venezuelana de Santa Elena de Uai-rén, tida como gêmea a Pacaraima) quanto como rota de passagem para os destinos turísticos do litoral venezuelano, de modo que essa relação não gera maiores oportunidades socioeconômicas e turísticas para Pacaraima, apesar do potencial turístico existente.

Considerando o potencial de atratividade turística regional de Pacaraima, frente aos diversos públicos atuais e potenciais, podemos constatar que o destino é capaz de captar turísticas deste o vizinho estado do Amazonas até parte de muitas cidades venezuelanas. Este dado revela que existe um grande mercado a ser trabalhado e que pode viabilizar o desenvolvimento turístico regional. Também é perceptível que muitos desses visitantes potenciais não aproveitam melhor o destino por falta de estruturação do seu produto.

Dispostas estas informações, a formulação de contextos para o desenvolvimento do turismo de Pacaraima contemplou os seguintes objetivos:

- Estruturar grupos de prioridades como base nos seus pontos fortes e fracos, bem como suas oportunidades e ameaças, estes voltados ao aproveitamento do potencial turístico local;
- Viabilizar a implantação de políticas públicas capazes de ordenar no território a atividade turística;
- Contribuir para a prática de um planejamento participativo voltado para a gestão territorial do turismo que aglutine os anseios dos atores locais interessados no desenvolvimento do segmento turístico.

Objetivando esses cenários desejados, as linhas traçadas neste documento foram construídas por meio de dois procedimentos metodológicos empregados, os quais oportunizaram o debate, a reflexão, a construção, análise e o devido registro de cenários de desenvolvimento projetados

para as diversas áreas da atividade turística no município de Pacaraima (Figura 01).

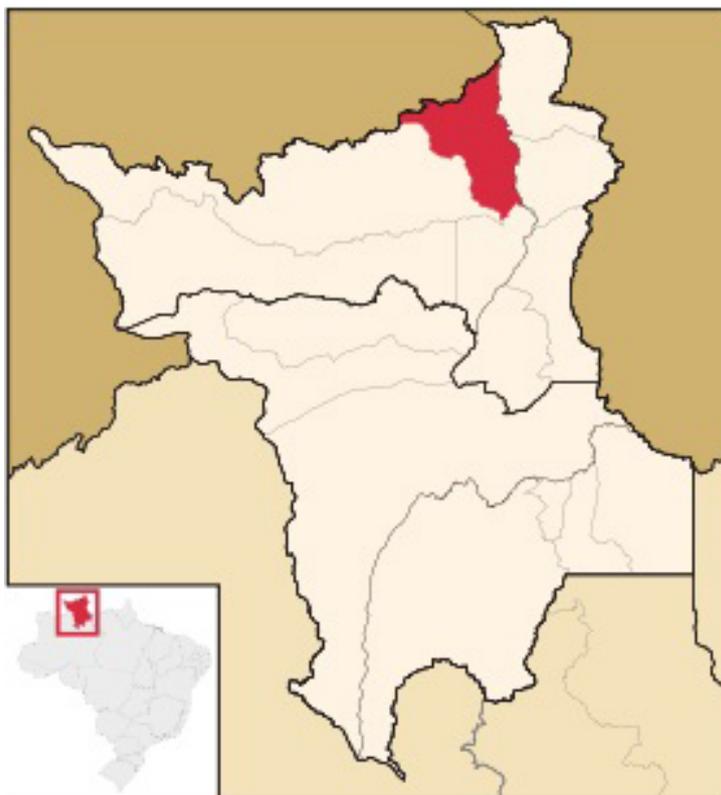


Figura 01 – Município de Pacaraima-RR.

Fonte: IBGE, 2014.

Foram tomados como princípios balizadores do processo os seguintes contextos: participação; democracia; sustentabilidade; respeito, e; eficiência. A *participação* demandou interação e apoio da sociedade, que foi convidada para protagonizar as discussões. Já o princípio da *democracia* consistiu na proposição livre de temas e o debate aberto sobre os aspectos ora apresentados, buscando obter o consenso dos grupos envolvidos. A *sustentabilidade* permeou, de maneira transversal, todo trabalho, despertando a responsabilidade pela preservação de todo patrimônio (material, imaterial e ambiental) por meio de sua utilização racional. Já o *respeito* é uma prática inerente ao contexto da atenção quanto as diferenças, aos pontos de vista divergentes e a aceitação dos mesmos por todos. Por fim, a *eficiência* conduz ao trabalho produtivo e capaz de produzir resultados satisfatórios que busquem convergir os interesses e anseios de toda sociedade, tendo no turismo mais uma perspectiva de desenvolvimento.

A metodologia empregada para captação de dados deu-se por meio do Grupo Focal (GATTI, 2005; GOMES, 2005), onde realizou-se o trabalho com três grupos, o qual consistiu num quadro de procedimentos tecnicamente selecionados, entre eles a Matriz S.W.O.T. (do inglês, pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças), elencando uma série de categorias de pesquisa. A análise dos dados se deu por meio de escalas de representatividade, de modo que para cada tema abordado foi feita uma constatação dos pontos que apareceram e que foram debatidos pelos grupos focais. O tema que aparecesse nos três grupos receberia prioridade 01; já o tema que aparecesse em apenas dois grupos receberia prioridade 02; por fim, os demais temas que apareceram de maneira individual nos grupos receberam prioridade 03. Essas escalas de representatividade conduziram

à construção de diretrizes participativas que podem auxiliar as propostas de desenvolvimento turístico em Pacaraima.

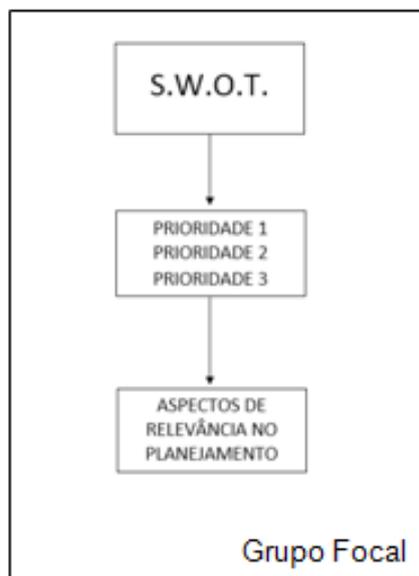


Figura 02 – Proposição metodológica para a construção das prioridades.

2. Caracterização do campo de estudo

De acordo com dados obtidos junto a Freitas (1998 e 2001), o município de Pacaraima (situado na região fronteira conhecida pelo marco BV-8) está a 215 km de distância da capital Boa Vista e dispõe de um território de 8.028.463 km², localizado na porção setentrional do estado de Roraima.

Limita-se ao norte com a República Bolivariana da Venezuela (junto a cidade gêmea venezuelana chamada Santa Elena do Uairén, no Estado de Bolívar), ao sul com os municípios de Boa Vista e Amajari (com este último ainda a oeste) e a leste com os municípios de Normandia e Uiramutã. A população total, segundo dados do censo (IBGE, 2010), é de 10.433 habitantes, sendo 4.514 residentes na cidade. A principal atividade econômica da cidade consiste no comércio e na administração pública municipal.

Magalhães (1986) afirma que o termo *pacaraima*, de origem indígena, significa “cesto”. No entanto, nem sempre este foi o nome dado à localidade, que era conhecida como *paracaima*, que na língua indígena significa “rios”, “matas” e “serras”. A mudança foi empreendida por conta de mera adequação fonética adotada para fins de registro oficial, já que a própria palavra Pacaraima está presente no hino do estado de Roraima.

Já no que se refere ao contexto do turismo local, Fernandes e Senhoras (In: VERAS E SENHORAS, 2012) constatam que Pacaraima vem servindo apenas como mero coadjuvante no cenário turístico local, tendo grandes desafios frente ao seu desenvolvimento turístico, a exemplo da oferta turística (rede hoteleira, serviços e produtos de apoio ao turista) e do acesso aos principais atrativos da região (entre eles o Monte Roraima) que só podem ser feitos adentrando o território venezuelano.

Alguns projetos promovidos pelo Ministério do Turismo (MTUR) já foram desenvolvidos no município, a exemplo do FRONTUR – Turismo de Fronteira 2004-2010, o qual estabeleceu ações prioritárias para o desenvolvimento turístico local, tendo como pano de fundo o cenário de cida-

de fronteira. Os principais aspectos que foram debatidos na ocasião (e encontram-se registrados) fazem menção à necessidade de leis, regulamentos e infraestruturas diferenciadas por parte do setor público e privado. Também foram destacados aspectos que se referem a saúde, tráfico de menores e exploração sexual de crianças e adolescentes por turistas.

Outro importante aspecto que deve ser considerado se refere às questões relativas ao uso do espaço turístico situado em área indígena que, até o presente momento, não encontram amparo legal e, por conta disso, dificultam qualquer tipo de mediação sobre a utilização do mesmo, ao ponto de se gerarem conflitos inerentes à perspectiva de aproveitamento daquela região pelo turismo.

A ausência de dados ou levantamentos capazes de mensurar a movimentação econômica na região não desmerece seu potencial perceptível, de modo que Pacaraima por si só é capaz de consolidar importantes segmentos turísticos para a região, a exemplo do turismo cultural (por meio do etnoturismo), turismo histórico, ecoturismo, turismo gastronômico e turismo de aventura.

É a partir deste potencial fronteiriço que o destino Pacaraima precisa contemplar maiores perspectivas de desenvolvimento turístico, de forma a promover o ordenamento da atividade e a consolidação de oportunidades que fortaleçam a economia local e o desenvolvimento sustentável do seu turismo.

3. Diagnóstico da gestão territorial

Com o objetivo de focar estrategicamente uma síntese dos cenários encontrados no destino turístico Pacaraima atualmente (voltado para a análise de mercado e análise competitiva), elaborou-se a matriz S.W.O.T. sintetizando os pontos fortes (*strengths*), pontos fracos (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) como ferramenta para o diagnóstico situacional da gestão territorial.

Através dos elementos identificados por esta ferramenta de diagnóstico foi possível se projetar as seguintes metas:

- Estabelecer metas de melhoria ou aperfeiçoamento dos itens que tenham sido considerados prioritários e de baixo desempenho;
- Estabelecer metas relacionadas à forma de atuação no que diz respeito ao aproveitamento de oportunidades;
- Estabelecer quais as ações que serão importantes para evitar os efeitos de eventuais ameaças.

Estas metas propõem-se a servir como base do planejamento de atividades da destinação, considerando um período temporal de 10 anos. A partir dos resultados obtidos com os pontos fortes identificados pela realização do grupo focal, constata-se que:

PRIORIDADE 01

Artesanato; Meio ambiente; Cultura; Eventos; Cidade fronteira; Clima; Sítios arqueológicos.

PRIORIDADE 02

Comércio; Diversidade de atrativos turísticos; Espaços voltados ao aproveitamento turístico; Hospitalidade; Centros formadores de mão-de-obra local; Comunidades indígenas.

PRIORIDADE 03

Boa estrada (BR 174); Articulação junto ao Conselho Municipal de Turismo; Hospital; Hotel; Segurança; Transporte; Produção orgânica; União dos países na iniciativa privada.

Com isso, conclui-se que faz-se importante construir ações que contemplem o âmbito cultural do município (artesanato, cultura, eventos e sítios arqueológicos), de forma a permitir um amplo crescimento do segmento turístico e seu aproveitamento sustentável. Em igual medida é imprescindível a criação e consolidação de políticas que visem a proteção do meio ambiente, garantindo sustentabilidade e utilização racional tanto pelo turismo quanto pelas demais atividades econômicas que se utilizam da natureza. O fato de ser uma cidade fronteira também precisa ser melhor trabalhado, sobretudo por proporcionar públicos potenciais de ambas as partes, permitindo que as ações fortaleçam o turismo local, estadual e internacional.

Já no que se refere aos pontos fracos que surgiram, é importante salientar que o planejamento participativo do turismo em Pacaraima precisa se voltar para ações que busquem priorizar o desenvolvimento e a sustentabilidade turística, o que envolve um amplo campo de outras áreas. A escala de prioridades está disposta da seguinte forma:

PRIORIDADE 01

Câmbio; Abastecimento de combustível; Qualificação da mão-de-obra local; Parcerias; Comunicação; Conhecimento sobre o turismo; Infraestrutura básica e turística; Apoio político; Turismo nas comunidades tradicionais; Visão empresarial; Espaços de lazer; Apoio e promoção ao artesanato local.

PRIORIDADE 02

Mobilidade e fiscalização entre as fronteiras; Carência de políticas públicas voltadas para o turismo; Atendimento no comércio; Cultura do turismo; Equipamentos comunitários e turísticos; Estruturação do centro de informações turísticas; Fornecimento de energia elétrica nas comunidades.

PRIORIDADE 03

Educação ambiental; Paisagismo e urbanismo; Autorização para acesso em áreas indígenas, Transporte do município para as comunidades tradicionais; Pavimentação de estradas e vicinais; Inventariação dos produtos, serviços e atrativos turísticos; Domínio de idiomas; Poucos roteiros turísticos; Feira livre; Modal aéreo de alto custo; Animais nas ruas.

Com base nos dados obtidos observa-se um grande número de aspectos que ultrapassam a alçada municipal, chegando até a aspectos de cunho internacional. Tendo em vista essa especificada, constata-se que é de fundamental importância a estruturação de ações voltadas à qualificação dos atores direta e indiretamente envolvidos com a atividade turística. Faz-se necessária uma ampla ação voltada ao fortalecimento e valorização da atividade turística como parte intrínseca e singular em Pacaraima, de modo que todos possam ter uma opinião sobre a atividade e possam formar base de discussão e estruturação permanente visando o desenvolvimento local.

É imprescindível o apoio tanto das instituições públicas quanto da iniciativa privada para o progresso e fortalecimento do turismo. Sem parcerias formalizadas e visão sistêmica da atividade o enfraquecimento de ambos dificulta o acesso a novas perspectivas de desenvolvimento turístico. O fortalecimento do turismo inicia-se com a valorização da qualidade de vida e da cultura de

sua população. Por isso os espaços de lazer e o fortalecimento de atividades produtivas, a exemplo do artesanato, são itens essenciais na busca pela identidade local. Diversas ações tidas como prioritárias envolvem um amplo número de parcerias e parceiros, considerando que o turismo pode ser definido também como uma ampla teia de mobilização de atores, com interesses diversos, voltados ao desenvolvimento local. Tendo em vista isso, muitos dos aspectos apresentados nas demais prioridades devem ser trabalhados de maneira plural e democrática com o maior número de parcerias possíveis. Muitas dessas prioridades demonstram, com clareza, que se faz necessário um órgão, entidade ou setor que atue exclusivamente na convergência de ações e na promoção de políticas voltadas ao segmento turístico em Pacaraima.

Com relação as oportunidades identificadas, vale afirmar que as mesmas devem primar pelo grau de importância para o planejamento participativo do turismo em Pacaraima por conta da geração de novas frentes produtivas de trabalho e de sustentabilidade turística, permitindo que a comunidade possa se apropriar e dinamizar o volume de postos produtivos de trabalho, de geração de riquezas e de dinamicidade da economia local. A escala de prioridades está consolidada da seguinte forma:

PRIORIDADE 01

Cultura indígena; Localização e acesso com proximidade dos mercados emissores (Boa Vista, Venezuela e Amazonas); Ampliar programas de qualificação profissional (língua estrangeira, atendimento ao público e condutores locais); Informação turística; Promoção de eventos; Estruturação e promoção de roteiros turísticos (eventos, observação de aves, cachoeiras, etnoturismo, entre outros).

PRIORIDADE 02

Parque municipal voltado à preservação ambiental; Monte Roraima; Retomada da Rota 171 Manaus – Caracas; Transporte local voltado ao aproveitamento do potencial turístico (estruturar).

PRIORIDADE 03

Observatório da paisagem no Sorocaima II; Deslocamento do ponto extremo do Brasil para o Caburáí; Áreas para pousadas; Circuito arqueológico; Aproveitamento do potencial das culturas agrícolas e degustação de produtos regionais, além da instalação de técnicas para desidratação e comercialização de frutas regionais; Promoção turística a partir da Gran Sabana; Fomentar a instalação de agências emissivas e receptivas.

De acordo com os dados analisados fica claro que existem diversas oportunidades de desenvolvimento de pequenos negócios e empreendimentos capazes de serem fomentados pela população. É importante considerar que há necessidade de um maior trabalho junto à consolidação da cultura empreendedora junto a sociedade. Com base nisso, admite-se que o trabalho de valorização e fortalecimento da cultura indígena deve ser um dos pilares do desenvolvimento turístico de Pacaraima. Identificar o potencial das comunidades, apresentar os propósitos do desenvolvimento com base no turismo, preparar as comunidades para receber os visitantes, estruturar os produtos, serviços e a sensibilização turística fazem parte do contexto que deve ser permanentemente almejado pelos atores responsáveis pela gestão do turismo local. A localização de Pacaraima é um ponto fundamental na busca pelo seu desenvolvimento, tanto por ser um ponto de passagem quanto pelo seu contexto fronteiriço. Tendo em vistas essas características, é de fundamental relevância a construção de ações e estratégias que contemplem desde os excursionistas

até os turistas de fim de semana. Outra questão de abrangência local consiste na qualificação profissional. Os aspectos que se referem ao atendimento ao público e a abertura de novas frentes produtivas relacionadas direta e indiretamente ao turismo veem na qualificação uma demanda premente e indispensável.

O fortalecimento da informação turística é um aspecto que se apresenta como de maior relevância para o desenvolvimento do produto turístico, tanto em nível local quanto no que se refere à promoção do destino. Ações voltadas à estruturação da informação turística devem ser tomadas com a maior brevidade nestes dois âmbitos. A promoção de eventos para Pacaraima consiste numa vocação do turismo local. Diante disso, ações de relevo devem ser implementadas na localidade visando o fortalecimento nesta que é uma grande oportunidade para o desenvolvimento do turismo. Evidente que o setor de eventos devem ser pensado de forma complementar a todo potencial turístico local, já que o evento é uma ação temporal, planejada para um período específico e que demanda um maior volume de recursos e ativos para sua execução.

Já consoante aos roteiros turísticos, faz-se necessário promover uma ampla inventariação da oferta visando um melhor planejamento e estruturação do seu potencial local. No que se refere as demais prioridades, é imprescindível a atuação de uma instituição ou fundação que possa se voltar para o turismo, com o intuito de tratar exclusivamente dos aspectos relativos as necessidades e especificidades que foram contempladas, visando o desenvolvimento e fortalecimento das demais áreas que se prestam a consolidação do produto turístico local.

A partir da análise dos elementos que se referem as ameaças ao desenvolvimento turístico de Pacaraima, temos a seguinte escala de prioridades:

PRIORIDADE 01

Cooperação regional (tanto no âmbito municipal quanto regional); Instabilidade social (mudança de temperamento nas comunidades); Queimadas; Limpeza pública.

PRIORIDADE 02

Falta de oportunidades para os jovens; Falta de investimento no setor; Desarticulação Institucional com o Órgão de Turismo Estadual e com o Ministério do Turismo.

PRIORIDADE 03

Dependência do Brasil com relação à Venezuela (energia, gasolina, gás etc.); Ausência de produtos formatados; Educação sem tempo integral; Exclusão social de famílias no lixão; Pouca ou ausente promoção de Pacaraima como destino turístico; Prostituição infantil; Alcoolismo; FUNAI – turismo em áreas indígenas (formular legislação para visitas); Falta de qualificação continuada para o trade turístico; Drogas/tráfico; Não regularização da área urbana do município; Alto custo de acesso ao estado de Roraima; Ausência de agências e operadoras na cidade (receptivo); Ausência de capacidade de carga no patrimônio ambiental; Poluição das nascentes; Preços abusivos.

Considerando os aspectos analisados em tela, observa-se que existem diversos fatores limitantes ao desenvolvimento turístico em Pacaraima que se encontram subdivididos em diversas responsabilidades e envolvendo um numeroso leque de atores sociais. Os aspectos relevantes vão desde as competências envolvidas com os gestores públicos municipais até atores relacionados com a iniciativa privada. Com base nisso constata-se que o estabelecimento de parcerias nas ações regionais, voltadas ao desenvolvimento do turismo, é de extrema relevância para a susten-

tabilidade em Pacaraima.

A construção de acordos bilaterais entre os municípios da região, focados no turismo, e entre os próprios empresários e demais envolvidos com o turismo regional fortalecem as perspectivas de uma rede de parcerias em nível local. As comunidades precisam receber atenção especial no que tange a atuação junto ao turismo, por conta das instabilidades na recepção dos visitantes (faz-se necessário conhecer a razão desses acontecimentos, bem como formas de mitigar essa ideologia). Isso deve ser demonstrado por meio de programas de sensibilização e de qualificação. Deve ser apresentada, ainda, a proposição de que o turismo não pode ser a única ou exclusiva atividade a ser trabalhada pelos mesmos, mas, em algo que possa vir a acrescentar ao cotidiano sem prejudicar as demais ocupações produtivas dessas comunidades. As questões que se referem as queimadas e a limpeza pública devem ser tratadas diretamente com as entidades municipais e estaduais responsáveis diretas por esses setores. As demais prioridades precisam ser tratadas em campos e aspectos distintos, tendo em vista a multiplicidade e amplitude das dimensões encontradas.

Com base nas constatações apresentadas até este ponto (obtidas por meio do diagnóstico empreendido), chegamos às seguintes conclusões, com relação as necessidades prioritárias identificadas pelo diagnóstico do turismo em Pacaraima:

- Formalização de uma ampla política cultural que contemple as especificidades do setor frente ao potencial turístico deste em Pacaraima;
- Formalização de uma política ambiental que possa assegurar o bem estar público, a qualidade de vida, a proteção e assistência à saúde permanentemente;
- Construção de ações e estratégias que dinamizem a economia local a partir do cenário fronteiriço peculiar a Pacaraima;
- Estruturação de programas, políticas e parcerias que visem a promoção da qualificação profissional dos atores direta e indiretamente envolvidos com o turismo;
- Promoção de ações voltadas à disseminação, fortalecimento e valorização da atividade turística como parte intrínseca e singular do cotidiano para o desenvolvimento do turismo em Pacaraima;
- Promoção de parcerias entre as instituições públicas e a iniciativa privada para o progresso e fortalecimento do turismo local;
- Construção e manutenção de espaços de lazer que promovam o fortalecimento de atividades produtivas, a exemplo do artesanato e da gastronomia, enquanto itens essenciais na busca pela identidade turística;
- Delegação de funções, estratégias e projetos ao instituto ou fundação de turismo, responsável exclusivamente pela condução das políticas e ações voltadas ao desenvolvimento do turismo em Pacaraima;
- Promover estratégias que contemplem o papel da localização do município como condição essencial para captação de públicos, eventos e realizações diferenciadas, com o intuito de ampliar o leque de possibilidades de seu produto turístico;
- Promoção de ações voltadas exclusivamente para os aspectos concernentes à informação turística (tanto em âmbito local, atendendo ao fluxo turístico, quanto na sua promoção nacional e internacional);
- Construir e atuar diretamente numa política de estruturação, captação, dinamização e promoção de eventos, com o intuito de fortalecer o papel de Pacaraima frente ao turismo de eventos local;
- Inventariação da oferta turística de Pacaraima bem com a formatação e aplicação permanente de pesquisas com o intuito de identificar os diversos públicos que visitam a destinação;

- Formatação de roteiros turísticos integrados envolvendo todos os produtos turísticos do município e suas comunidades tradicionais, atuando de forma sustentável e permitindo que os ganhos com isso possam ser amplamente socializados entre todos os envolvidos de forma justa e democrática.

Diante destes princípios balizadores para o fomento do turismo em Pacaraima é possível verificar que a viabilidade de projetos e ações voltadas ao desenvolvimento do turismo local passa por uma série de elementos voltados à gestão territorial. Para tanto, fazem-se necessários ainda maiores detalhamentos em setores específicos que demandam especial atenção.

4. Conclusão

Considerando estes aspectos, conclui-se que um dos elos responsáveis pelo fortalecimento da atividade turística refere-se ao fato deste ser percebido como um importante agente promotor de desenvolvimento local. O campo das viagens desponta pelo forte contexto econômico que o envolve, sendo tratado como um dos mais importantes geradores de emprego e renda da atualidade, fazendo desta a principal bandeira de promoção do turismo. Muitos outros aspectos deveriam também serem tratados com a mesma atenção, a exemplo da cultural, do meio ambiente e da própria sociedade.

A mudança no paradigma do desenvolvimento regional se assenta na retórica e na iniciativa das instituições e seus agentes que atuam no sentido de buscar maior robustez na formatação de contextos que engendrem o maior número possível de atores sociais e organizações, isto em seus diversos contextos. Com base nos modelos de desenvolvimento contemporâneo observa-se que os mesmos assentam-se naqueles de outrora, sugerindo o que Oliveira (1993) classifica como o processo de homogeneização pelo qual as instituições primam e insistem em manter. É importante considerar a diversidade dos espaços no território, o que por sua vez se coaduna com a lógica plural nas ações e conotações em diferentes esferas pelas quais o desenvolvimento pode ser pensado, sobretudo no plano participativo da sociedade.

Os desafios encontrados pelos pensadores do desenvolvimento vislumbram-se em desnaturalizar e crer num modelo de promoção regional que a muito alavancou diversas regiões pelo globo e construiu um cenário de crescimento econômico, social, cultural e político, os quais não foram idênticos em outras realidades territoriais. A construção de vetores do desenvolvimento, por sua vez, criam espaços e territórios recortados que acabam por se tornar verdadeiras ilhas de prosperidade. A concentração das riquezas não expande seu escopo, o que por sua vez promove o surgimento das zonas de inércia do desenvolvimento. Assim é que tais regiões acabam por estarem condicionadas ao propósito das forças das instituições, que entre áreas de grande adensamento exploratório criam um manto de prosperidade que não abraça todo recorte local.

Uma sociedade forte somente consegue galgar seus objetivos quando é investida pelo seu poder pátrio, balizada pelos princípios da democracia, do respeito, da responsabilidade social e do comprometimento para o desenvolvimento do turismo local. Nesse intuito é que o município de Pacaraima, no extremo norte do estado de Roraima, precisa promover as condições propícias e que possam se voltar ao desenvolvimento sistêmico, tendo no turismo uma perspectiva plural e possível que venha a somar no seu desenvolvimento.

Referências

ANDRADE, José Vicente. **Turismo**. São Paulo: Ática, 1997.

- BARRETTO, M. **Planejamento e organização de turismo**. Campinas: Papyrus, 1998.
- BOAVENTURA, E. **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru, Edusc, 2002.
- BENI, Mário C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. S.P.: Aleph, 2006.
- COOPER, Cris et al. **Turismo: Princípios e práticas**. 2 ed. S.P.: Bookman, 2002.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.
- FERNANDES, Rodrigo Baldin; SENHORAS, Elói Martins. **Notas sobre a geografia do turismo em Pacaraima**. In: VERAS, Antônio T. Rezende; SENHORAS, Eloi Martins (orgs.). Pacaraima: Um olhar geográfico. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011.
- FREITAS, Aimberê. **Estudos sociais – Roraima** (Geografia e História). São Paulo, SP: Corprint, 1998.
- _____. **Geografia e história de Roraima**. Boa Vista: DLM, 2001.
- GANDIN, Danilo. **A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção da realidade**. In: Currículo sem fronteiras, v.1, n.1, pp. 81-95, 2001.
- GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.
- GATTI, Bernardete A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber, 2005.
- GOMES, Sandra R. **Grupo focal: Uma alternativa em construção na pesquisa educacional**. In: Cadernos de Pós-Graduação, v.4, pp. 39-45, 2005.
- HALL, C. Michael. **Planejamento Turístico**. São Paulo: Contexto, 2001.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- MAGALHÃES, Dorval. **Roraima: Informações históricas**. 4 ed. São Paulo, SP: Projefilm, 1986.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MOLINA, Sérgio. **Turismo: Planejamento integral**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- NETTO, A.; TRIGO, Luiz. **Cenários do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- OLIVEIRA, Antônio P. **Turismo e desenvolvimento**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- PETROCCHI, Mario. **Turismo, planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.
- RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável**. Campinas: Papyrus, 1997.

SAMPIERI, Roberto Hernández, COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGrawHill, 2006.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, Maria G. L. **Cidades Turísticas**. São Paulo: Aleph, 2004.

ZAPATA, Tânia (org.). **Desenvolvimento local e a nova governança**. Recife, IADH, 2009.

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS COMO VANTAGEM COMPETITIVA EM EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

REBECA COSTA FERREIRA
ANTÔNIA MARIANE FERREIRA LEVEL
CLEZIANE DIAS ARAÚJO
JOSINETE NARA CADETE DE ASSIS
PAMELA DOS SANTOS CRUZ

Resumo

A cada dia que passa surgem mais empresas no mercado, e a preocupação cresce: como destacar-se diante tantos concorrentes? Este artigo tem por objetivo demonstrar como as práticas sustentáveis podem ser a chave para desenvolver valores, a marca e a imagem de empreendimentos turísticos, tornando-as um diferencial e competitivas no mercado. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica como metodologia, para embasar teoricamente definições-chaves da pesquisa, tais como: vantagem competitiva, práticas sustentáveis e o marketing do turismo. As empresas podem adotar modelos já existentes, ou adaptar à realidade de cada negócio. Como resultados observa-se que a sustentabilidade gera benefícios tanto internos quanto externos para a empresa. A imagem que o empreendimento transmite depende de seus valores, e a que público deseja conquistar. Ter práticas sustentáveis nas empresas, do setor turístico ou não, tornou-se mais que modismo, um dever para com as presentes e futuras gerações.

Palavras-chaves: Práticas sustentáveis; Vantagem competitiva; Estratégia; Sustentabilidade; Empreendimentos turísticos.

Abstract

Every day there are more companies in the market, and concern grows: How to stand out on so many competitors? This paper aims to demonstrate how sustainable practices can be the key to developing values, the brand and the image of tourist enterprises. Bibliographical research as methodology was used to support theoretically key definitions of research, such as competitive advantage, sustainable practices and the tourism marketing. Companies can adopt existing models, or adapt to the reality of each business. As a result it is observed that sustainability generates both internal and external benefits for the company. The image that conveys the venture depends on your values, and that the public want to win. Have sustainable practices in business, the tourism industry or not, has become more than a fad, a duty to present and future generations.

Keywords: Sustainable practices; Competitive advantage; Strategy; Sustainability; Tourism projects.

1. Introdução

Todos os dias as empresas buscam uma maneira de se destacar no mercado no qual estão inseridas. Buscam diferenciar-se perante seus concorrentes, e auferir lucros cada vez maiores. A competitividade surge quando duas ou mais pessoas esquadrinham o mesmo objetivo, esta abordagem é um dos grandes dilemas atuais.

No século XVIII, Adam Smith e David Ricardo, renomados economistas clássicos, já discorriam sobre a competitividade, ou livre concorrência, trata-se de um dos princípios da economia liberal, no qual (ADRIOLI, 2003) descreve: “podemos notar que a ideia básica da livre concorrência é a fé depositada na ideia de que as pessoas, uma vez competindo entre si, automaticamente estariam contribuindo para o progresso geral da sociedade.”

A grande questão está em: o que um empreendimento deve fazer para torna-se competitivo em meios a tantas empresas, negócios e pessoas? Especificando ainda mais, como um empreendimento do setor turístico deve portar-se para destacar-se dentre inúmeros concorrentes? Pode uma empresa do ramo turístico adotar práticas sustentáveis para ganhar assim uma parcela nesse mercado?

A preocupação com a natureza e o meio em qual vivemos também é uma questão bastante abordada atualmente, a evolução do termo desenvolvimento sustentável, grandes conferencias internacionais, políticas públicas voltadas com a preocupação ambiental. O fato está em como cada empreendimento pode beneficiar-se com atitudes sustentáveis para sua empresa, e fazer disso uma ferramenta para seu sucesso.

Práticas sustentáveis vão além da coleta seletiva de seus resíduos e seu descarte consciente, inicia-se do próprio relacionamento entre colaboradores e do atendimento ao público. As boas práticas sustentáveis geram benefícios tanto internas, como conscientização de valores da empresa, quanto externas, como o público ver a imagem da empresa.

A presente pesquisa tem por objetivo demonstrar como as boas práticas sustentáveis podem ser estratégias competitivas para empreendimentos turísticos. Utilizando a pesquisa bibliográfica como metodologia, parte-se da lógica das vantagens competitivas, da conceituação e definição de práticas sustentáveis até a definição de marketing do turismo.

1.1 Vantagem competitiva

Face às definições aqui correlacionadas a respeito de vantagem competitiva, em termos gerais, o mesmo está atrelado à vantagens que o setor (produtos e serviços) possui comparado aos outros setores. A diferenciação entre as organizações está atrelado as inúmeras atividades que a empresa executa, porque qualquer atividade de valor é uma fonte de singularidade. Vantagem competitiva é a ocorrência de níveis de performance econômica acima da média de mercado. Bethlem (2009, pg. 35), fala que a vantagem competitiva é o núcleo de qualquer estratégia, e que para obter vantagem competitiva a empresa terá que fazer uma escolha, entre custos mais baixos e diferenciação no mercado.

Contudo, discutir acerca de vantagem competitiva deve ser submetido o conceito de competição, termo este utilizado para compreender o termo em epígrafe. De acordo com Rodermel (2011, p.97 e 98), “a competição supõe a existência de uma série de outras empresas, que, por sua vez, também traçam suas estratégias esperando sobreviver nesse estado de competição”.

As organizações, criam uma expectativa em buscar o lucro em seu negócio, o que gera um desejo maior e um crescimento na competitividade no mercado. No entanto, mais do que apenas possuir expectativas, faz-se necessário que as empresas detenham algumas capacidades para

transformar as expectativas em realidade (LEMOS e NASCIMENTO, 1999).

Estar equiparado as metas, objetivos, visão e missão de uma organização, seja ela como destino ou empreendimento, a torna competitiva visto estar querendo estar acima ou melhor que outros. Porém, estas organizações devem buscar e optar por ações estratégicas de cunho vantajoso às concorrentes. Porter (1989) afirma que a vantagem competitiva sustentável provém do modo como as atividades se ajustam entre si e se reforçam mutuamente fazendo com que a configuração de uma atividade aumente o valor competitivo de outras atividades.

A organização que possua estratégias inclusas em sua gestão, irá adquirir vantagens, estas que irão se tornar o diferencial. Esta afirmação se encontra a partir do momento em que Barney (2011, p.9) relata que “uma empresa possui vantagem competitiva quando é capaz de gerar maior valor econômico do que suas concorrentes, se destacando muitas vezes em detalhes, atraindo oportunidades e se destacando a ponto de se sobressair a concorrência.”

Conforme Lemos e Nascimento (1999, p.26-46):

A expectativa das organizações, ditada principalmente pelo desejo de buscar o lucro e pelo desejo de conviver, satisfatoriamente, com as incertezas inerentes ao negócio, tem na busca da competitividade a justificativa de sua existência. No entanto, mais do que apenas possuir expectativas, faz-se necessário que as empresas detenham algumas capacidades para transformar as expectativas em realidade. (LEMOS E NASCIMENTO, 1999, p.26-46)

Os fatores críticos de sucesso sustentam os indicadores de gestão a serem medidos e monitorados. “a análise dos dados por meio de séries temporais permite a prospecção de modelos de previsão para os indicadores de desempenho” (BANDEIRA 2007, p.4). Em suma, os empreendimentos e destinos estão dentro destas análises, podendo estas, utilizarem indicadores para a avaliação e análise de desempenho para o acompanhamento da gestão dentro do eixo de práticas sustentáveis ou gerencial como um todo.

1.1.1 Modelo de gestão competitiva

Quando se refere aos fatores que atuam sobre a competitividade de um empreendimento seja ele turístico ou não, uma das maiores contribuições para o entendimento das competições foi o modelo de análise estrutural das forças competitivas e cadeia de cada valor, estes que foram propostos pelo autor Michael Porter na década de 80.

Conforme Porter (1989), a vantagem competitiva procura explorar o papel de produtos ou serviços complementares na competição e vantagem competitiva em outros setores. As atividades constituem também como a ferramenta básica para a análise das vantagens e desvantagens competitivas da diversificação.

Segue abaixo uma breve definição das cinco forças competitivas, segundo Porter (1986):

Entrantes Potenciais	Novas empresas que entram na indústria trazendo nova capacidade; Reduz rentabilidade;
Pressão dos Produtos Substitutos	Empresas que mantêm a competição através de produtos substitutos;
Poder de Negociação dos Compradores	Fazem com que o grupo de compradores gozem de um poder diferente e realizem uma competição na indústria.
Poder de Negociação dos Fornecedores	As empresas que não conseguem formular estratégia, poderá perder a rentabilidade.

Tabela 01 - Definições das 5 forças competitivas de Poter

Fonte: (POTER, 1986); Adaptado pelos autores (2015).

A sustentabilidade é um fator determinante para inovar e reduzir os custos da empresa, consequentemente, estando em vantagem às demais no que se refere a economia e isto está interligado ao conceito de Vantagem Competitiva, visto que, o resultado da capacidade da firma de realizar eficientemente o conjunto de atividades necessárias para obter um custo mais baixo que o dos concorrentes ou de organizar essas atividades de uma forma única, capaz de gerar um valor diferenciado para os compradores. Ainda ratificando:

As normas ambientais elaboradas de forma adequada podem desencadear inovações que reduzem os custos totais de um produto ou aumentam seu valor. Essas inovações permitem que as empresas utilizem uma gama de insumos de maneira mais produtiva – abrangendo matéria prima, energia e mão-de-obra – compensando assim, os custos da melhoria do impacto ambiental e resolvendo o impasse (PORTER, 1999, p. 372).

Porter (1992, p.39), afirma que “a gerência de recursos humanos afeta a vantagem competitiva em qualquer empresa... Em algumas indústrias, ela é a chave para a vantagem competitiva”. Portanto, toda o qualquer decisão afetar o desempenho competitivo. Ainda conforme o autor, dois fatores determinam a vantagem competitiva: as condições iniciais e a escolha dos dirigentes.

1.2 Práticas sustentáveis em empreendimentos turísticos

Durante anos a sustentabilidade tem sido discutida por acadêmicos, docentes, profissionais de diversas áreas, gestores de diversos países, e sociedade em geral, todos com a preocupação do uso dos recursos naturais de forma consciente, pois o consumo em demasia pode levar a destruição da natureza.

Organizações de todos dos tipos estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho ambiental correto, controlando os impactos de suas atividades, de seus produtos ou serviços, levando em consideração sua política e seus objetivos ambientais. (SEBRAE 2012, p.05)

O desenvolvimento sustentável está associado à necessidade de gerir os recursos naturais em longo prazo, seu conceito abrange uma dimensão ambiental, social e econômica. O desenvolvimento sustentável é entendido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento como: um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos

investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CMMAD 1991, p. 49 apud RUSCHUMANN, 2001, p.109).

As práticas sustentáveis são de suma importância, e podem ser facilmente adotadas no dia-a-dia, tanto pela sociedade em geral, quanto pelas empresas, nessa última pode ser altamente lucrativa, pode levar ao aumento da competitividade no mercado e contribuir com a saúde do planeta. De acordo com o SEBRAE (2012, p. 3), “implantar nas empresas a responsabilidade com o meio ambiente e com a sociedade, na grande maioria das vezes, amplia a margem de lucro e aumenta o valor das empresas e de seus produtos”.

Com a intensificação das atividades turísticas cresce também o quantitativo de empreendimentos turísticos. Esse aumento pode representar uma ameaça à natureza, logo a preocupação que os impactos negativos podem gerar ao meio ambiente, deve ser considerada dentro do horizonte de investimento das empresas. Ruschmann (2001, p. 111), “o meio ambiente é a base econômica da atividade turística e apresenta oportunidades e limitações”.

O processo de desenvolvimento deve estar calcado nos princípios da sustentabilidade, é necessário harmonia entre a natureza e o homem, a fim de satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a necessidade das futuras gerações. O consumo é intrínseco ao ser vivo, porém o consumo excessivo leva ao desequilíbrio da natureza. Os crescentes problemas ambientais tem possibilitado a reflexão de uma parcela da população quanto ao consumo consciente, e estes tem preferido empresas com a preocupação ambiental.

A gestão social e ambiental são fatores tão importantes quanto à administração financeira e mercadológica para uma organização na atualidade, o mercado consumidor está consciente de seus direitos, estando cada vez mais decidido e exigente, novos valores tem surgido e influenciado os consumidores pela compra de produtos de empresas com um sério posicionamento em relação ao seu comprometimento com o bem-estar da comunidade no qual se insere e seu meio ambiente, (RUSCHMANN E SOLHA, 2004).

Posturas compatíveis com o desenvolvimento sustentável constituem-se em vantagem competitiva para as empresas e visa à manutenção do meio ambiente. Algumas prioridades podem ser adotadas pelas empresas, pois conforme (RUSCHMANN, SOLHA, 2004, p.104):

minimização do desperdício; conservação e gestão de energia; gestão de recursos hídricos; gestão de águas residuais; gestão de substâncias perigosas; gestão do transporte; planejamento e gestão do uso do solo; envolvimento dos públicos interno[...] e externo [...] em questões ambientais; design para a sustentabilidade; desenvolvimento da sociedade para o desenvolvimento sustentável.(RUSCHMANN, SOLHA, 2004, p.104)

O desenvolvimento de atitudes sustentáveis é responsabilidade tanto das empresas, quanto da população, as práticas devem ser exercidas por toda a sociedade. Agir com base na sustentabilidade contribui para um futuro melhor, é vantajoso para as empresas que adotam tais atitudes, reduzindo custos, bem como tal postura poderá ser um diferencial frente a outras empresas.

1.3 Marketing turístico

Inúmeros autores definem o marketing turístico. A maioria adota a ótica do produtor, que busca a obtenção de resultados em troca da satisfação de necessidades e desejos que seus produtos e/ou serviços oferecem aos seus consumidores, neste contexto, (KRIPPENDORF, 1989, p.18), define como:

A adaptação sistemática e coordenada da política das empresas de turismo, assim como da política turística privada e do Estado, sobre o plano local, regional, nacional e internacional, visando a plena satisfação das necessidades de grupos de determinados consumidores, obtendo, com isso, um lucro apropriado. (KRIPPENDORF, 1989, p.18)

Em seus princípios básicos, o marketing turístico não difere daquele utilizado para qualquer outra mercadoria. Os profissionais da área tem melhorado a performance de seus negócios utilizando técnicas que D.J.Jeffries qualifica de pioneiras nos setores mais avançados de bens de consumo. As palavras mais utilizadas são: mercados, distribuição, propaganda, promoção, produto e várias outras.

De forma semelhante, um dos pioneiros no estudo de marketing turístico nacional, (GERALDO CASTELLI,1984), cita vários autores de definem o marketing no turismo como um conjunto de atividades que engloba a criação, o aprimoramento, a distribuição de bens, produtos e serviços turísticos à disposição do consumidor (turista) no momento que ele demandar.

Machin (1997) coloca que o marketing na área de serviços sempre fica à margem das empresas do setor industrial, devido, em grande parte, ao dimensionamento dado, considerando-o algo pouco útil e excessivamente caro, compreendendo-o erroneamente como promoção pura e simples. Com o crescimento da demanda turística e com as novas condições e exigências do mercado, a incorporação das ferramentas de marketing na gestão empresarial se apresenta como um fator indispensável para a competitividade e a sobrevivência das organizações.

Em suma, todas as definições analisadas colocam como fator primordial do marketing a prestação de serviços turísticos, visando a satisfação de necessidades e desejos dos consumidores, independentemente das motivações que os levam a realizar suas viagens.

Para Beni (2003), o marketing turístico é um processo administrativo através do qual as empresas e outras organizações de turismo através do qual as empresas e outras organizações do turismo identificam seus clientes (turistas), reais e potenciais, e com eles se comunicam para conhecerem e influenciarem suas necessidades, desejos e motivações nos planos local, regional, nacional e internacional em que atuam, com objetivo de formular e adaptar seus produtos para alcançar a satisfação ótima da demanda.

A EMBRATUR (1992) define o marketing turístico como um conjunto de técnicas estatística, econômicas, sociológicas e psicológicas, utilizadas para estudar e conquistar o mercado, mediante lançamento planejado de produtos, consistindo numa estratégia dos produtos para adequar seus recursos às novas oportunidades que o mercado oferece. Podemos observar que os autores em suas definições deixam claro que o que se procura no marketing turístico é identificar e conhecer seus clientes para que possa desenvolver produtos que satisfaçam suas necessidades.

2. Metodologia, métodos(s) e técnica(s)

O campo abordado, foi selecionado, visto a necessidade do mercado, onde a sustentabilidade se torna uma alternativa diferenciada dentro de uma organização e no eixo do mercado externo, uma vantagem competitiva. Contudo, para a devida comprovação, foi necessário seguir um método específico para a busca dos resultados, onde a metodologia adotada na pesquisa é do tipo pesquisa bibliográfica, que consiste na reunião de conceitos chaves para embasar o tema abordado. Segundo Cervo (2007, p.60):

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada independentemente

ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema.

A pesquisa bibliográfica é a base para toda pesquisa científica, pois nela será edificada uma plataforma de estudos sobre um determinado assunto. Busca explicar e discutir um assunto, tema, ou problema com base em referências publicadas em livros, artigos, revistas, enciclopédias, sites, anais de congresso. (MARTINS; THEOPHILO, 2009, p.54).

Portanto, o tipo de pesquisa empregada auxiliou no levantamento da multidisciplinaridade e ofertas de conceitos e ideias existentes no contexto da pesquisa. Como afirma Fachin (2006, p.119), “a pesquisa bibliográfica é, por excelência, uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural em todas as formas do saber”.

3. Resultados e discussões

Após análise bibliográfica, verificou-se a importância das práticas sustentáveis como Vantagem Competitiva para as organizações. As práticas sustentáveis adotadas pela ecoeficiência, são opções que podem ser adotadas pela organização para efetivar a sustentabilidade empresarial. Hawken (2007) coloca que as práticas sustentáveis levam a formação de uma base surpreendente de inovação no contexto das empresas.

A inovação é uma estratégia que pode ser adotada, e a sustentabilidade é colocada por McDonough (2002) e Braungart (apud HART, 2002), onde dizem que este momento representa uma oportunidade das empresas adotarem uma nova posição diante de suas competências, visando à adoção de tecnologias sustentáveis. É estimado que o novo cenário da ecoeficiência, seja uma condição primordial para que as empresas sobrevivam num mercado que, além de competitivo, também seja altamente sustentável.

Este levantamento realizado pelos autores em epígrafe, mostram as condições atuais do cenário empresarial, fazendo com que as empresas adotem ações de forma voluntária e estratégia para o desenvolvimento de suas ações, face ao mercado competitivo, as empresas necessitam de medidas com baixos custos e ganhos econômicos e que a tornem diferente das demais. Pois conforme Porter (1999), no sentido da importância das ações inovadoras, vistas aqui como práticas sustentáveis, as normas ambientais podem gerar inovações que reduzem os custos totais de um produto ou aumentam seu valor. Essas inovações permitem que benefícios[...] – compensando assim, os custos da melhoria do impacto ambiental e resolvendo o impasse.

4. Considerações finais

Face ao levantamento bibliográfico, relacionado à práticas sustentáveis como forma competitiva, pode-se identificar que atitudes sustentáveis praticadas hoje, em empreendimentos turísticos, elevam a potencialidade dos produtos e serviços, se tornam diferenciados, com redução dos custos, e com custo benefício, sem prejudicar o setor econômico da empresa. Estas práticas/ações além de contribuir no aspecto social poderá ser um diferencial de uma empresa em relação à outra que não possui esta postura.

A partir desse delineamento adotado, o marketing turístico agrega a sua importância, visto que é uma ferramenta que busca oferecer seus produtos e serviços dando a satisfação dos seus clientes, onde as ações sustentáveis adotadas no interior da organização, permitem um grau de satisfação a estes clientes, influenciada pelo diferencial para com outras entidades, portanto, a

imagem será transmitida conforme os seus valores.

É percebido que a sustentabilidade, conforme a adoção da ecoeficiência, gera benefícios internos e externos para a empresa, e para que haja harmonia com a natureza é necessário compromisso e responsabilidade, é fundamental praticar uma produção e consumo sustentável. Empresas de várias áreas de atuação tem se mostrado mais sensíveis às causas ambientais, e adotado práticas sustentáveis, controlando e monitorando os impactos de suas atividades, essa forma de gerir as empresas com um viés sustentável, agregar valor à empresa, e atrai mais cliente, pois se revela como um fator de competitividade.

Referências

Disponível em: EMBRATUR. www.embratur.gov.br. Acessado em: 29 de Novembro de 2015.

Gestão Sustentável na Empresa/Sebrae – Cuiabá: Sebrae, 2012. (Cartilha)

ANDRIOLI, Antonio Inácio; **O Mito da Competitividade**. Revista Espaço Acadêmico, ano II, n°23, publicado em abr/2003. Men. ISSN: 1519.6186. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/023/23and.htm>> Acesso em: 08 de Dezembro de 2015.

BANDEIRA, Anselmo Alves. **Avaliação de desempenho: uma abordagem estratégica em busca da produtividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007, p. 4.

BARNEY, Jay B.; HESTERLY William S. **Administração estratégica e vantagem competitiva**. 3 ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2011, p .9.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 7ª ed. São Paulo. Editora SENAC, 2003.

BETHEM, Agrícola de Souza. **Estratégia empresarial: conceitos, processos e administração estratégica** – 6 ed. – São Paulo: Atlas, 2009, p. 35.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6º Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. São Paulo: Cultrix, 2007.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia** / 5. Ed. [ver.] – São Paulo: Saraiva, 2006.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989, p. 18.

LEMONS, Â. D.; NASCIMENTO, L. F. **A produção mais limpa como geradora de inovação e competitividade**. Revista Administração. Contemporânea. Curitiba, v. 3, n. 1, Apr. 1999, p. 23-46. Acesso em 29 Novembro de 2015.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEOPHILO, Carlos Renato; **Metodologia da Investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989 – 35ª Reimpressão.

PORTER, Michael. **Estratégia competitiva: técnica para análise de indústrias e da concorrência**, Rio de Janeiro: Campus, 1986.

PORTER, Michael E.: **Competição** – estratégias competitivas essenciais; Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ROSE, Alexandre Turatti, de. **Turismo Planejamento e Marketing**. 1ª ed. Barueri –SP. Editora Mamole LTDA, 2002.

RUSCHUMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

RUSCHUMANN, Doris van de Meene; SOLHA, Karina Toledo (organizadoras). **Turismo**: uma visão empresarial. Barueri, SP: Manole 2004.

RUSCHANN, Doris Van de Meene. **Marketing Turístico** - Um Enfoque Promocional. 2ª ed. Campinas – SP. Editora Papirus, 1995.

RODERMEL, Pedro Monir. **Desenvolvimento Gerencial**: estratégia e competitividade. 3. v. Curitiba: IBIPLEX, 2011, p.97 e 98.

VIGNATI, Federico. **Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2008.

PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO PLANO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL AO EMPREENDIMENTO “LAGO DO ROBERTINHO”, BOA VISTA/RR

REBECA COSTA FERREIRA
FRANCISLEILE LIMA NASCIMENTO
LEILA DE SENA CAVALCANTE
MÁRCIA TEIXEIRA FALCÃO

Resumo

A interrelação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a “matéria-prima” da atividade. O uso do território pelo turismo decorre de diversas formas, intensidades e dos fluxos que passam a existir nesse local. Dois fatores principais condicionam a escolha de determinado espaço para o uso turístico: sua valorização (cultural) pela prática social do turismo e a divisão social e territorial do trabalho. A partir deste contexto, este artigo vem abordar a importância da elaboração de um Plano Turístico Sustentável para o empreendimento “Lago do Robertinho”, o mesmo não possui nenhum plano turístico sustentável para que o empreendimento permaneça no mercado. Seu produto principal é o meio natural, onde o lago é elemento importante para a sua existência. O Plano Turístico Sustentável tem como público alvo os visitantes do empreendimento. Para a elaboração do Plano Turístico Sustentável para o empreendimento levará uma escala temporal de no mínimo 05 (cinco) meses e no máximo 10 (dez) meses – fevereiro de 2016 a novembro de 2016. O Plano Turístico Sustentável será entregue em dezembro de 2016 e tem validade de 03 (três) anos. O produto final desta é pesquisa será analisar os pontos fortes e fracos do empreendimento; as oportunidades e ameaças relacionadas ao empreendimento; e por fim elaborar o Plano Turístico Sustentável do empreendimento. Esta pesquisa está em andamento, portanto essa abordagem inicial vem discutir os aportes teóricos que subsidia e sustenta a ideia central.

Palavras-chaves: Atrativo; Sustentabilidade; Roraima.

Abstract

The interrelationship between tourism and the environment is incontestable, since the latter is the “raw material” of the activity. The use of land for tourism stems from many different intensities and flows that come into being there. Two main factors determine the choice of a particular space for tourist use: their valuation (cultural) by the social practice of tourism and social and territorial division of labor. From this context, this article is to address the importance of developing a Sustainable Tourism Plan for the project “Lake Robertinho”, it has no sustainable tourism plan for the project to remain on the market. Its main product is the natural environment, where the lake is an important element for its existence. The Sustainable Tourism Plan has targeted public visitors to the resort. For the preparation of the Sustainable Tourism Plan for the project will take a timescale of at least five (05) months and a maximum of ten (10) months - February 2016 to November 2016. The Sustainable Tourism Plan will be delivered in December 2016 and It is valid for three (03) years. The final product is this research will analyze the strengths and weaknesses of the enterprise; the opportunities and threats related to the project; and finally develop the Tourism Plan Sustainable development. This research is ongoing, so this initial approach is to discuss the theoretical framework that supports and sustains the central idea.

Keywords: Attractive; Sustainability; Roraima.

1. Introdução

Os impactos sobre a cultura e sobre as paisagens dos locais frequentados pelos visitantes passaram a ser estudados em nível científico e tem sensibilizado a opinião pública a necessidade de consideração dos aspectos ambientais nas viagens turísticas (KRIPPENDORF, 1975). Para entendermos melhor o que seria cultura e paisagem, podemos destacar na visão dos autores Rocha (2004) e Terra (*et al.*, 2005) que:

Cultura:

Cultura ou civilização, no seu sentido etnográfico estrito, é este todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, leis, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (ROCHA, 2004, p. 29-30).

Paisagem:

É tudo o que vemos tudo o que nossa percepção distingue. Dependendo da relação que se estabelece com a natureza surgem sociedades diferentes, caracterizadas pela capacidade e pela forma de produzir objetos, onde essas atividades acabam resultando em espaços transformados, que se traduzem em diferentes tipos de paisagens (TERRA *et al.*, 2005, p. 69).

Com base nisso, o maior problema da ausência do planejamento em localidades turísticas reside no seu crescimento descontrolado, que leva à descaracterização e à perda da originalidade das destinações que motiva o fluxo dos turistas, e o empreendimento de ações isoladas, esporádicas, eleitoreiras e desvinculadas de uma visão ampla do fenômeno turístico. Um crescimento desordenado agride e descaracteriza o meio natural e urbano, fazendo com que os turistas busquem outras localidades, nas quais a originalidade das paisagens e a autenticidade das tradições ainda não foram afetadas pela sua adequação aos interesses comerciais da atividade (RUSCHMANN, 2012).

A interrelação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a “matéria-prima” da atividade. Grande parte dos serviços turísticos é prestada pelo setor privado da economia e os incentivos mercadológicos têm contribuído significativamente para o seu crescimento. Entretanto, os mecanismos de mercado por si só não impedem que a degradação ambiental ocorra motivada pelos seguintes fatores (RUSCHMANN, 2012):

a) O mercado não tem condições de medir as modificações que ocorrem nos múltiplos componentes que garantem a qualidade do meio ambiente, e quando possui essas informações não as revela;

b) Existem bens ambientais que devem ser preservados apesar do seu potencial para o turismo; correspondem a ecossistemas valiosos, paisagens, sítios únicos, monumentos da natureza, entre outros.

Essa interrelação do mercado com o meio natural não impede que a degradação ambiental ocorra, mas ao mesmo tempo não é impossível buscar mecanismos para que aja a minimização das ações antrópicas sobre o meio natural. Segundo o Programa Nacional de Educação ambiental (PRONEA), degradação ambiental é:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causado por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem a saúde, a segurança e o bem estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio

ambiente, a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL/PRONEA, 2004).

A partir deste contexto, este artigo vem abordar a importação da elaboração de um Plano Turístico Sustentável para o atrativo turístico o empreendimento “Lago do Robertinho” localizado na zona rural de Boa Vista no estado de Roraima. Ao longo da leitura serão destacadas as seguintes temáticas: Geografia do Espaço e Turismo; planejamento na atividade turística; Planejamento Turístico Sustentável; definição de empreendimento turístico; metodologia, método(s) e técnica(s); Plano Turístico Sustentável do Empreendimento “Lago do Robertinho” – Boa Vista/RR; e referências.

Esta pesquisa está em andamento, portanto essa abordagem inicial vem discutir os aportes teóricos que subsidia e sustenta a ideia central. Esse processo de investigação científica na área do Turismo tem como objeto de estudo o atrativo turístico do segmento do Turismo de Lazer o empreendimento “Lago do Robertinho” localizado na zona rural de Boa Vista no estado de Roraima.

2. Geografia do espaço e turismo

De forma bastante simplificada, podemos dizer que paisagens é a porção visível o espaço geográfico e, por isso, desempenham importante papel na constituição dos lugares turísticos e no direcionamento dos fluxos turísticos (CRUZ, 2003). O espaço geográfico, conforme Santos, é o resultado da ação antrópica sobre,

(...) o próprio o espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. O espaço geográfico considerado como uma porção bem delimitada do território é o teatro das ações da sociedade quanto das influências externas e até mesmo estrangeiras, cujo peso nem sempre é perceptível à primeira vista (SANTOS, 2008, p. 26).

Considerando que o turismo é, antes de qualquer coisa, uma prática social e que, portanto, tem forte determinação cultural, faz-se necessário reconhecer que os lugares turísticos são inventados culturalmente e que, da mesma forma, são os atrativos turísticos e as paisagens turísticas (KNAFOU, 1996).

A dinâmica da produção de territórios turísticos (ou seja, da apropriação dos espaços pela prática social do turismo) comporta, com a incorporação de novos espaços, o abandono parcial ou total de outros, pois, entre os fatores que determinam sua valorização, destacam-se os modismos, produzimos pela ação determinante do marketing. Nesse processo de apropriação dos espaços pela prática social do turismo está a gênese dos territórios turísticos (CRUZ, 2003). Uma reflexão melhor a partir de Souza a respeito do conceito de território seria que a compreensão do termo,

(...) não se restringe a sua situação de conceito geográfico, mas também faz parte do uso corrente de outras ciências, em que é adotado com significados diferentes. Alguns termos têm importantes associações com o conceito de território. O mais importante deles é o poder, já que os territórios são formados fundamentalmente a partir de relações de poder de determinado agente (SOUZA, 2009, p. 82).

O uso do território pelo turismo decorre de diversas formas, intensidades e dos fluxos que passam a existir nesse local. Esses fluxos são tendencialmente, determinados fora do lugar, pelas pontes estabelecidas entre o local e o global (CRUZ, 2003). Para entender-se melhor como é a dinâmica desses fluxos, Milton Santos considera que o espaço é um conjunto de “fixos e fluxos”, e

os elementos fixos são as estradas, pontes, construções, barragens (e etc.). Já os fluxos são movimentos que:

(...) são condicionados pelas ações antrópicas. Há uma interação entre os fixos e os fluxos construindo e reconstruindo o espaço, os fixos que produzem fluxos, e este que levam a reprodução de fixos e vice-versa (SANTOS, 2006, p. 38).

Dois fatores principais condicionam a escolha de determinado espaço para o uso turístico: sua valorização (cultural) pela prática social do turismo e a divisão social e territorial do trabalho. Em se tratando de territórios turísticos, são três os agentes de sua turistificação (CRUZ, 2003):

- a) Os turistas;
- b) O mercado;
- c) Os planejadores e promotores territoriais.

Os turistas são os visitantes pioneiros que estão na base da transformação de determinado local em lugar turístico. O mercado, por sua vez, representado pela iniciativa privada, pelos empreendedores do setor turístico, é hoje a principal fonte de turistificação dos lugares. Os planejadores e promotores territoriais são os agentes de turistificação dos lugares que tem uma ligação mais próxima com o lugar. Tratam-se, nesses casos, de iniciativas locais, regionais ou mesmo nacionais, assumidas pelos respectivos poderes públicos (CRUZ, 2003).

Os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à colocação de infraestruturas nos territórios para que o turismo possa acontecer como à circulação de pessoas que a prática turística promove nos lugares. O planejamento físico-territorial é o único instrumento capaz de evitar ou de minimizar possíveis impactos dessas estruturas sobre esses ambientes (CRUZ, 2003).

3. Planejamento na atividade turística

Para iniciar esse tópico, é importante destacar uma definição dentre tantos conceitos existentes sobre planejamento. Segundo os autores Barbosa e Rabaça (2001, p. 27) "planejamento é o de relacionar e avaliar informações e atividades de forma ordenada e com lógico encadeamento entre elas (a serem executadas num prazo definido), visando à execução de objetivos predeterminados". A partir desta definição é possível inter-relação a importância do planejamento para a atividade turística.

O turismo hoje apresenta diversificação cada vez maior da oferta, e cada vez se consolidam mais grupos homogêneos que configuram uma demanda diferente e um mercado cada vez mais diversificados. Essa é uma realidade que deve ser considerada em qualquer planejamento turístico, é identificar os segmentos específicos que poderão ser trabalhadores com a oferta de produtos específicos que atendam às necessidades e aos desejos e uma demanda localizada (DIAS, 2008).

A prática da atividade turística é ser consumidora intensiva de territórios, sejam espaços naturais ou urbanos e, portanto deve-se planejar seu desenvolvimento numa ótica que aponte claramente quais objetivos econômicos se deseja alcançar, quais espaços devem ser protegidos e qual a identidades que será adquirida ou fortalecida (DIAS, 2008).

O patrimônio cultural, o qual engloba o histórico e artístico, bem como patrimônio natural, incluindo bens estruturados pela natureza. Destacamos, contudo, que o termo patrimônio cultural não substitui ou anula o patrimônio artístico, patrimônio histórico e o patrimônio natural. O patrimônio natural e cultural está integrado ao território, e, portanto, qualquer iniciativa de desenvolvimento deve contemplar utilização racional dos recursos dentro de uma perspectiva de um

modelo de desenvolvimento sustentável (DIAS, 2008).

Considerando o uso do espaço, o planejamento constitui uma técnica de uso imprescindível pelas administrações que apostam no desenvolvimento do turismo. O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações (SANTOS, 2007).

Esse planejamento é necessário, porque o território é um elemento básico do desenvolvimento turístico, além de ser o espaço físico destinado à instalação dos fixos – a infraestrutura, equipamentos que irão atender aos fluxos dos visitantes (DIAS, 2008).

4. Planejamento turístico sustentável

A experiência acumulada pelo turista e a nova consciência socioambiental ampliaram a percepção dos elementos que verdadeiramente integram o produto turístico. Constituída de outros elementos, como a qualidade territorial, sociocultural e ambiental do destino turístico. A pesquisa de mercado turístico coleta e analisa dados para suprir a falta de informações de gestores, empresários e pesquisadores. Dessa maneira, eles tornam conhecimento das características da população local, do turista, do território e da oferta turística (VIGNATI, 2012).

Os recursos naturais e patrimoniais encontram-se no ponto de partida de toda a atividade turística, constituem a origem da razão de ser das experiências e, por isso, é a matéria-prima tanto para o setor quanto para os turistas, pois (VALLS, 2006):

a) Proporcionam os elementos indispensáveis para que, uma vez combinados e convenientemente completados os recursos, os produtos turísticos se estruturam a partir de sua autenticidade;

b) Desencadeiam a decisão de compra do destino pelos turistas;

c) Fixam os traços de personalidade e diferenciação.

O critério de planejamento sustentável do território e do patrimônio tem por objeto a manutenção ou a recuperação do valor original do território e do patrimônio como bem público, aumentando todo o valor que oferece ao longo do tempo, a serviço da satisfação do turista. A sustentabilidade desse bem público está intimamente ligada à evolução do ciclo de vida do destino e, portanto, ao seu planejamento (VALLS, 2006).

O planejamento estratégico de um destino turístico é um instrumento que define as condições gerais do desenvolvimento harmônico do território em um prazo de tempo longo. A identificação das oportunidades e mercados; a capacidade de satisfazê-las melhor que outros destinos, graças à existência de vantagens competitivas; a presença de agentes públicos e privados que permitem alcançar o consenso; a fixação de objetivos de crescimento harmônico e sustentável; a definição das políticas e atuações que se seguirão; e a seleção dos instrumentos de gestão para desenvolver as ações requeridas e o controle do processo (VALLS, 2006).

O território, a população e o estágio de desenvolvimento e cada destino são alguns dos fatores que influenciam na escolha da metodologia e nos objetivos do planejamento. Mesmo assim, existe um consenso sobre a estrutura básica de um plano, seus diferentes objetivos e os estudos técnicos necessários para realizá-lo (VIGNATI, 2012).

O planejamento de destinos turísticos não obedece a uma metodologia única. Além disso, o plano de um destino turístico não pode ser copiado para ser executado em outro lugar (mas, depende de qual segmento turístico, do lugar, público alvo, para que o planejamento possa servir como base ou até mesmo adaptar para aquele lugar) (VIGNATI, 2012).

O desenvolvimento turístico exige altos níveis de coordenação política e social, que deve ser pactuada em processos públicos e nas reuniões de desenvolvimento participativo. Quanto mais

peças participam do planejamento turístico, maior será a legitimidade pública do trabalho realizado e o compromisso do estado para com a execução das ações previstas. Contudo, essa esperança requer mudança radical às atitudes de muitos agentes (VIGNATI, 2012).

O gestor de destinos turísticos muitas vezes define o futuro de milhares de pessoas com base nas decisões tomadas diariamente. Por meio dessa reflexão central, foi analisada a importância da pesquisa do mercado turístico, onde se juntou conceitos e pesquisa turística básica (VIGNATI, 2012).

Portanto, o planejamento de destinos turísticos é um dos temas mais nobres da gestão do turismo. O gestor tem um papel essencial na liderança dos processos de planejamento e uma responsabilidade única em facilitar sua execução. O planejamento é uma das fases mais interessantes, desafiantes e complexas da gestão de destinos turísticos. A experiência acumulada no último século nos leva a questionar, de uma perspectiva mais madura, nossa responsabilidade como consumidores, empresários e políticos. A crescente preocupação e a demanda das pessoas por fontes de energia renováveis, produtos integrais e sem agrotóxicos, e pela preservação ambiental, são só algumas das evidências da sensibilidade adquirida pela demanda. Se de um lado interesse empresarial por certificações de qualidade ambiental e por práticas vinculadas ao conceito de “responsabilidade social empresarial” tem crescido, do outro lado, a demanda parece cada vez, mais exigente por essas práticas empresariais. Tudo isso serve para ilustrar que a lógica do desenvolvimento sustentável vem sendo assimilada pouco a pouco, tanto pelo consumidor final, como pela iniciativa privada de todas as indústrias (VIGNATI, 2012).

5. Definição de empreendimento turístico

Os Empreendimentos turísticos são estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares. A unidade de alojamento é o espaço delimitado destinado ao uso exclusivo e privativo do utente do empreendimento. Podem ser quartos, suítes, apartamentos ou moradia consoante o tipo de empreendimento turístico (IDERAM, 2016).

O “Lago do Robertinho” é um empreendimento de turismo da natureza.

Empreendimentos de turismo da natureza: destinem a prestar serviço de alojamento a turista em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas e equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental, podem ser reconhecidos como turismo de natureza ou associados a uma marca nacional de áreas classificadas, pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., de acordo com os critérios definidos por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da conservação da natureza e do turismo (IDERAM, 2016).

6. Metodologia, método(s) e técnica(s)

Dentro dos procedimentos metodológicos serão apresentados os componentes que integram a metodologia que contempla a pesquisa. O primeiro tópico trata-se das definições de metodologia e métodos; o público – alvo da pesquisa; a escala temporal (da pesquisa e do plano turístico); os métodos da pesquisa: pesquisa exploratória e análise mista; as etapas da pesquisa - levantamento primário e levantamento secundário: uso de bibliografias; as técnicas de coleta de dados; os instrumentos de pesquisa; o produto final; as etapas da análise dos dados: dinâmica e

mapeamento do lago; aplicação de questionário e diagnóstico através de inventário.

6.1 Definições de metodologia e métodos

Entenda-se por “metodologia” o processo que implica na utilização de métodos e técnicas. Portanto, desde a fase inicial em que se escolhe o tema de pesquisa até a fase final com a análise dos dados coletados e as considerações finais, com possíveis recomendações, é o que se pode denominar de metodologia. Este processo requer a opção por um método para a operacionalização da pesquisa que se pretende realizar e a utilização de técnicas para coleta e análise de dados (OLIVEIRA, 2011).

A metodologia trata de estudos e pesquisas através da utilização de métodos, técnicas e discursos, sendo um conjunto de operações sistematizadas e raciocínio encadeado (MAREN, 1995).

Dentre as diversas definições de métodos, entende-se que o método é o caminho que se deve percorrer para atingir os objetivos predeterminados e a busca de possíveis respostas para os questionamentos iniciais ao se delinear a problematização e/ou objeto de estudo (OLIVEIRA, 2011).

6.2 Público – alvo

O Plano Turístico Sustentável tem como público alvo os visitantes do empreendimento “Lago do Robertinho”. Por se tratar da elaboração de um plano, não foi detectada nenhuma concorrência.

6.3 Escala temporal

Para a elaboração do Plano Turístico Sustentável para o empreendimento “Lago do Robertinho” levará uma escala temporal de no mínimo 05 (cinco) meses e no máximo 10 (dez) meses – fevereiro de 2016 a novembro de 2016. O Plano Turístico Sustentável será entregue em dezembro de 2016 e tem validade de 03 (três) anos.

6.4 Métodos da pesquisa

6.4.1 Pesquisa exploratória

Esta pesquisa classifica-se no modelo exploratório, fazendo uso de levantamento bibliográfico analisando obras que incrementarão a base teórica sobre os cemitérios urbanos e suas consequências de saúde pública. Devido sua importância, essa será adotada durante o decorrer de toda a pesquisa.

Este tipo de pesquisa desenvolve estudos que ao uma visão global ou fenômeno estudado. Em regra geral, um estudo exploratório é realizado quando o tema escolhido é pouco trabalhado, sendo difícil a formulação e a operacionalização de hipóteses (OLIVEIRA, 2011, p. 54).

Este tipo de pesquisa tem como objetivo aproximar o problema tornando-o mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico;

(b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

6.4.2 Análise mista

A pesquisa dar-se-á por análises mistas. “Uma avaliação qualitativa dedica-se a perceber tal problemática para além dos levantamentos quantitativos usuais, que nem por isso deixam de ter sua importância” (DEMO, 2008, p. 17).

Dentre as diversas definições de métodos, vamos considerar o que existe de mais objetivo para se entender que o método é o caminho que se deve percorrer para atingir os objetivos predeterminados e a busca de possíveis respostas para os questionamentos iniciais ao se delinear a problematização e/ou objeto de estudo (OLIVEIRA, 2011, p. 19).

Pois esse tipo de análise depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que direcionam a pesquisa, para que tenha maior conhecimento do objeto de estudo e buscando sempre maior quantidade de informações para obter-se uma pesquisa relevante, e que alcance o objetivo proposto.

O método quantitativo significa quantificar dados obtidos através de informações coletadas por meio de questionários, entrevistas, observações, assim como “o emprego de recursos e técnicas estatísticas desde as mais amplas como porcentagem, média, moda, mediana e desvio padrão, até as de usos mais complexos como coeficiente de correlação, análise de regressão” (OLIVEIRA, 2011, p. 27).

Diante de tal fato é imprescindível que, para se obter melhor desempenho de qualquer ação ou projeto que se procure desenvolver, é necessário que se conheça o objeto em questão e o contexto em que ele se encontra para assim poder propor possíveis recomendações para o trabalho de maneira geral.

6.5 Etapas da pesquisa

6.5.1 Levantamento Primário

No levantamento primário, as informações são coletadas diretamente no objeto de estudo da pesquisa. Os dados coletados diretamente do campo correspondem em visitas técnicas ao empreendimento “Lago do Robertinho” (local físico); mensuração direta de coleta dos dados: a realização de entrevista com o proprietário do empreendimento; a aplicabilidade do questionário ao público que frequenta o local – traçando um perfil do turista que frequenta o lugar; a realização do inventário do empreendimento; e levantamento de dados sobre a dinâmica de vida do lago e mapeamento da localidade.

6.5.2 Levantamento Secundário: uso de bibliografias

A metodologia está fundamentada em autores que trazem uma reflexão sobre a temática em discussão, tais como CRUZ (2003); DENCKER (1998); DIAS (2008); KNAFOU (1996); KRIPPEN-

DORF (2012); RUSCHMANN (2012); SANTOS (2006, 2007, 2008); TERRA (2005); VALLS (2006); VIGNATI (2012) e demais autores importantes citados ao longo do texto, com fins de embasar os posicionamentos dos autores sem pretensão de apresentar verdades prontas e acabadas, mas na busca de despertar para a necessidade de ordenar a atividade turística no empreendimento “Lago do Robertinho”, uma vez que o atrativo está localizado em um ambiente natural e recebe uma dinâmica humana excessiva. Para atender a essa necessidade é que se propõe a elaboração do plano turístico do empreendimento, visando especificamente à prática sustentável do turismo na localidade.

6.6 Técnicas de coleta de dados

6.6.1 Instrumentos de pesquisa

Os investimentos necessários para elaboração do Plano Turístico Sustentável para o empreendimento “Lago do Robertinho” contemplam visitas técnicas ao local; a utilização dos equipamentos como *Global Positioning System* (GPS), câmara fotográfica; fita métrica; material de consumo (papel, caneta, xerox, cartuchos de impressora, prancheta); e para a confecção dos mapas temáticos, será utilizado *software* (SIGs – *ArcGIS*).

6.6.2 Inventário

Através desse planejamento será possível inventariar a oferta turística do empreendimento “Lago do Robertinho”. O objetivo do inventário é levantar, mediante pesquisa, a oferta turística de determinado município, região, ou área, com a finalidade de efetuar diagnóstico e elaborar prognósticos. O inventário serve de base ao planejamento turístico (EMBRATUR, 2003).

6.6.3 Questionário

Traçar um perfil do turista que frequenta o empreendimento “Lago do Robertinho”, a coleta dos dados atingirá um percentual de 50% dos entrevistados. A finalidade do questionário é obter, de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, em relação a uma população ou amostra determinada. Essas informações dizem respeito, por exemplo, a quem são os turistas; o que fazem e pensam; suas opiniões; sentimentos esperanças; desejos (e etc.) (DENCKER, 1998).

6.6.4 Dinâmica e Mapeamento

Realizar um levantamento de dados sobre a dinâmica de vida do “Lago do Robertinho” e mapeamento da localidade. A multidisciplinaridade da investigação em turismo reúne um conjunto de conhecimentos científicos, assim sendo, a Geografia tem a contribuir com análise a partir da perspectiva do espaço: fluxos, redes de transporte, no entorno ambiental, além de outros aspectos físicos que fazem parte do ambiente natural e urbano (DENCKER, 1998).

6.6.5 Análise dos Dados

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	VARIÁVEIS (CATEGORIAS DE ANÁLISE)	COLETA DE DADOS	ANÁLISE DOS DADOS
a) Inventariar a oferta turística do empreendimento “Lago do Robertinho”.	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos físicos do empreendimento; Aspectos organizacionais do empreendimento; Efetuar diagnóstico; Elaborar prognósticos. 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa bibliográfica; Pesquisa documental; Pesquisa em campo (<i>in loco</i>); Agenda de campo; Entrevista; Registro fotográfico. 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização do Método exploratório; Utilização do Método misto; Construção de Tabelas; Construção de Gráficos; Construção de Quadros.
b) Traçar um perfil do turista que frequenta o empreendimento “Lago do Robertinho”.	<ul style="list-style-type: none"> Características pessoais e profissionais tais como: <ol style="list-style-type: none"> Idade; Faixa etária; Sexo (gênero); Estado civil; Renda; Faixa etária; Origem; Religião; Estado civil; Escolaridade; Origem; Profissão; Meios de transporte; Variáveis motivacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa bibliográfica; Pesquisa em campo (<i>in loco</i>); Agenda de campo; Aplicação de questionário; Registro fotográfico. 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização do Método exploratório; Utilização do Método misto; Construção de Tabelas; Construção de Gráficos; Construção de Quadros.
c) Realizar um levantamento de dados sobre a dinâmica de vida do “Lago do Robertinho” e mapeamento da localidade.	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos físicos e químicos do lago: <ol style="list-style-type: none"> Volume d’água do lago; Diâmetro do lago; Dinâmica de seca e cheia do lago no período do inverno e verão; Análise de água do lago no período do verão (principalmente em época de atividades dos banhistas) 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa bibliográfica; Pesquisa documental; Pesquisa em campo (<i>in loco</i>); Agenda de campo; Registro fotográfico. 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização do Método exploratório; Utilização do Método misto; Elaboração de mapa temático; Construção de Tabelas; Construção de Quadros; Cruzamento dos dados coletados (objetivos específicos – a, b, c) utilizando o modelo de matriz.

Quadro 1 - Análise dos dados

Fonte: elaborado por. NASCIMENTO, Francisleile Lima. 2016.

7. Plano Turístico Sustentável do Empreendimento “Lago Do Robertinho”, Boa Vista/RR

7.1 Localização da área de estudo

O acesso ao empreendimento “Lago do Robertinho” é através da BR-174 sentido ao país vizinho, Venezuela, o visitante percorre 80 km (percurso saindo de Boa Vista/RR – zona rural) cerca de 1h20min (uma hora e vinte minutos). A entrada ao empreendimento custa R\$ 15 (quinze reais) por pessoa. Crianças e idosos não pagam (Figura 01).



Figura 01 - Mapa temático: Localização e fotos do empreendimento “Lago do Robertinho”.

Fonte: NASCIMENTO, Vivian Lima. 2016.

7.2 Empreendimento “Lago do Robertinho”

Roraima ocupa o ponto mais extremo norte do país, trata-se do monte Caburá, fato desconhecido até pouco tempo, e que provoca discussões sobre o assunto, ainda mais que o ponto mais extremo, até então, era considerado como sendo Oiapoque localizada no Amapá. O estado apresenta uma das 09 (nove) unidades que integram a Amazônia Legal e que lhe confere a particularidade de possuir a maior parte de suas terras no hemisfério norte. Parcialmente encravado entre a Venezuela e a Guiana, possuindo uma área territorial de 225.116 km², equivalente a 2,64% do Brasil e a 5,84% da região Norte, possui 15 (quinze) municípios, e tem partes de seus territórios na faixa de fronteira, possui 964 km de fronteira com a República Cooperativa da Guiana localizada a leste, ao norte e a oeste, tem 959 km de fronteira com a República Bolivariana da Venezuela (PERFIL SOCIOECONÔMICO DE RORAIMA, 2003, p. 14).

Neste contexto, o estado de Roraima não possui mar devido sua localização geográfica, mas o território possui: cachoeiras, rios (água doce), lagoas, lagos, entre outros lugares que atraem moradores locais e turistas a usufruir desses ambientes naturais, além de amenizar o calor amazônico.

O empreendimento “Lago do Robertinho” localiza-se a 80 quilômetros da capital, Boa Vista/RR. Aberto ao público há pelo menos 01 (um) ano, possui uma estrutura com apartamentos, restaurante com comida caseira e esportes aquáticos (aberto aos finais de semana).

Toda a infraestrutura do empreendimento foi construída pensada no mínimo de impacto ao espaço natural. De acordo com Roberto Costa, proprietário do local, a estrutura do espaço respeita a preservação do lago, pois todo o lixo produzido é recolhido e levado para ser armazenado de forma correta na cidade. Segundo Roberto Costa, “aqui fica apenas materiais orgânicos. Todo o resto é recolhido e levado para Boa Vista. Durante todas as segundas-feiras, dois funcionários mergulham para recolher o lixo que fica no lago, mas todo instante nossos funcionários fazem a

limpeza nos arredores”.

A finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade (RUSCHMANN, 2012).

O empreendimento “Lago do Robertinho” não possui nenhum plano turístico sustentável para que o empreendimento permaneça no mercado. Seu produto principal é o meio natural, onde o lago é elemento importante para a sua existência. Segundo Ruschmann (2012), o mercado geralmente funciona com uma visão de curto prazo, ao passo que as consequências ambientais se manifestam em longo prazo.

Diante desse contexto, identificou-se a necessidade de ordenar a atividade turística no empreendimento “Lago do Robertinho”, uma vez que o atrativo está localizado em um ambiente natural e recebe uma dinâmica humana excessiva. Para atender a essa necessidade é que se propõe a elaboração do plano turístico do empreendimento, visando especificamente à prática sustentável do turismo na localidade.

A demanda por esse tipo de “produto” pode advir de empresários do mesmo segmento (turismo de lazer) que tenham interesse em planejar de forma sustentável os seus empreendimentos. Em relação ao potencial de mercado, acredita-se que esse “produto” pode ter uma boa aceitação no mercado, por se tratar de um documento gerado a partir do planejamento de atividades em empreendimentos turísticos.

Os empreendimentos voltados ao turismo de lazer no estado de Roraima não possuem nenhum planejamento que oriente suas atividades turísticas. Assim sendo, o Plano Turístico Sustentável para o empreendimento “Lago do Robertinho” será o primeiro elaborado para este tipo de empreendimento no estado de Roraima.

Referências

BARBOSA, G. G.; RABAÇA, C. A. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BRASIL. **PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed., São Paulo: Roca, 2003.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. 9. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

DENCKER, A. de F. M. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. 1. ed. 3. reimpr., São Paulo: Atlas, 2008.

EMBRATUR. Ministério do Turismo. **Inventário da oferta turística – metodologia**. Brasília, 2003.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Perfil Sócio Econômico do Estado de Roraima**. Boa Vista: SEPLAN. DEES. DEPLAE. 2003.

IDERAM. Instituto de Desenvolvimento Empresarial. FUNCHAL. **Empreendimentos Turísticos - CAE 55111 a 55119, 55121 a 55124 e 55201 a 55300**. Atualizado a 25 de março de 2014.

Disponível em: <<http://www.ideram.pt/CFE/Ficheiros/ActividadesComerciais/Empreendimentos%20Tur%C3%ADsticos.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

KNAFOU, R. **Turismo e Território**. “Por uma abordagem científica do turismo”. In: RODRIGUES, A. A. B. (org.) Turismo e geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 62-74.

KRIPPENDORF, J. *Die Landschaftfresser. Lang. Bem, 1975*. In: RUSCHMANN, D. V. de M. Turismo e Planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 16. ed., Campinas, SP: Papyrus, 2012.

MAREN, J. M. V. *Méthodes de Recherche Pour l'Éducation. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1995, 506 p.* In: OLIVEIRA, M. M. Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 5. ed. [ver.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses**. 5. ed. [ver.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. 1. ed., São Paulo: Pioneira, 1997.

ROCHA, E. P. G. **O que é Etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 16. ed., Campinas, SP: Papyrus, 2012.

SANTOS, M. 1926-2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA, M. J. L. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**, IN. CASTRO, I. E. de. *et al.* Geografia: Conceitos e temas. 12. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 77-116.

TERRA, L.; COELHO, M. de A. **Geografia Geral e Geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico**. 1. ed., São Paulo: Moderna, 2005.

VALLS, J. F. **Gestão Integral de Destinos Turísticos Sustentáveis**. Trad. Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VIGNATI, F. 1975. **Gestão de Destinos Turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países**. Rio de Janeiro: SENAC, 2012.

TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO LITORAL NORTE DA BAHIA E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

MARCUS HENRIQUE OLIVEIRA DE JESUS
ANÍZIA CONCEIÇÃO CABRAL DE ASSUNÇÃO OLIVEIRA

Resumo

A zona costeira é um espaço onde se desenvolvem várias formas de uso e ocupação que, cada vez mais, acentuam o mosaico de desigualdades alimentando um modelo de exploração que repousa na intensificação dos usos e na degradação de muitos ecossistemas. A diversidade de atividades diagnosticadas ao longo da zona costeira, como as de cunho agrícola, comercial, industrial, as relacionadas ao turismo, ao transporte, à exploração petrolífera, favorece a existência de usos exclusivos voltados a interesses de atores hegemônicos. Diante disso, pode-se verificar uma crescente valorização de múltiplos espaços costeiros de acordo com suas funcionalidades ligadas ao mercado nacional e internacional, o que os tornam locus da (re)produção humana e econômica. No Litoral Norte baiano, destacam-se atividades de cunho modernizante que pretendem trazer desenvolvimento socioeconômico a esta região. Sob esta lógica, o turismo vem se configurando como uma oportunidade para o desenvolvimento pleno e até benefícios imediatos através das estruturas fornecidas. Ao mesmo tempo, usos indevidos e processos de ocupação que se dão sem planejamento passam a vigorar nos espaços costeiros. Por tais condições, observamos uma expansão das atividades turísticas ao longo desta região, incorporando cada vez mais novos trechos, no entanto, outros processos ocorrem simultaneamente. A industrialização e a agricultura também transformam a paisagem costeira do Litoral Norte. E a confluência dessas atividades, em coexistência com as populações tradicionais ocupantes deste território, tem criado um cenário de conflitos socioambientais. Em Conde, os impactos já se fazem sentir, ora na ocupação inadequada do seu litoral, nas atividades turísticas de pequeno e médio porte ou nas transformações de ordem natural, como as relacionadas à erosão costeira. Portanto, cresce a necessidade de se (re)pensar a lógica dos planejamentos do Litoral Norte baiano, que devem ser voltados a usos sustentáveis e a preservação, conservação e recuperação de ecossistemas, principalmente na direção da participação das comunidades que são os principais afetados pelas transformações.

Palavras-chaves: Zona costeira; Conflitos socioambientais; Turismo.

Abstract

The coastal zone is a space where they develop various forms of use and occupation that increasingly emphasize the mosaic of inequalities feeding a model that lies in the intensification of uses and degradation of many ecosystems. The diversity of activities diagnosed along the coastal zone such as those related to the tourism, the agricultural, the commercial, industrial, those relating to transport, oil exploration favors the existence of unique uses targeted the interests of hegemonic actors. Thus, it can be seen a growing appreciation of multiple coastal areas according to their functions linked to national and international markets, which makes the locus of human and economic output. In the Litoral Norte of Bahia, stand out modernizing of activities that aim to bring socio-economic development of this region. Under this logic, tourism is shaping up as an opportunity for the full development and even immediate benefits provided through the structures. At the same time, misuses and occupation processes that occur without planning become effective in coastal areas. For these conditions, we observed an expansion of tourist activities over this region, incorporating more and more new segments, however, other processes occur simultaneously. Industrialization and agriculture also transform the coastal landscape of the North Coast. And the confluence of these activities, in coexistence with traditional populations occupying this territory, has created a scenario of socio-environmental conflicts. In the Conde, the impacts are already being felt, related at inappropriate use of the coast, the agricultural exploitation, the tourist activities, and the transformation of the natural order. So grows the need to (re) think the logic of planning Coastal, which should be directed to sustainable uses and the preservation, conservation and restoration of ecosystems, especially to favor the participation of the communities that are most affected by transformations.

Keywords: Coastal zone; Environmental conflicts; Tourism.

1. Introdução

A zona costeira caracteriza-se como um território com grandes potencialidades ambientais e paisagísticas. Nela, observamos a implementação de múltiplas atividades e um expressivo adensamento populacional. Aliado a isso, prevalecem usos dos seus recursos de maneira indiscriminada e diversos impactos e alterações em suas dinâmicas naturais.

O Brasil se destaca por apresentar uma das maiores extensões de costa, o que lhe confere uma diversidade de sistemas naturais e também, devido as suas particularidades históricas, uma grande concentração populacional. treze das dezessete capitais dos estados litorâneos estão na zona costeira, além da presença de atividades industriais mescladas à falta de infraestrutura urbana que causam efeitos diretos aos ambientes costeiros.

A zona costeira brasileira se configura como uma zona de usos múltiplos, de atividades diversas onde há valorização diferenciada de seus espaços e que não apresenta um padrão de ocupação homogêneo. Pelo contrário, a evolução dos processos de ocupação difere ao longo da costa, de modo que áreas de expressivo adensamento populacional, predominantemente de caráter urbano, coexistem com grandes extensões de terra com povoamento disperso e rarefeito (OLIVEIRA, 2013).

A diversidade de atividades diagnosticadas ao longo da zona costeira favorece a existência de usos exclusivos voltados aos fluxos comerciais intercontinentais. Diante disso, pode-se verificar uma crescente valorização de múltiplos espaços costeiros de acordo com suas funcionalidades ligadas ao mercado nacional e internacional, o que os tornam *locus* da (re)produção humana e econômica.

Seguindo a lógica de valorização dos ambientes costeiros, o Estado surge como principal agente na (re)organização desses espaços e como pioneiro no fornecimento de estruturas para atrair novas atividades. Dentre elas, destaca-se o turismo como vetor de usos intensificados da zona costeira.

Nas últimas décadas podemos observar um intenso crescimento das atividades turísticas no litoral brasileiro e a instalação de infraestruturas para suas realizações, financiadas ora pelo capital estrangeiro, ora pelo nacional e até mesmo pelo poder público que se envolve como instrumento regulamentador e fornecedor de incentivos.

A indústria do turismo, recreação e lazer oferece aos espaços costeiros periféricos a oportunidade de vivenciar um desenvolvimento pleno e até benefícios imediatos através das estruturas fornecidas. Contudo, essas novas relações que são estabelecidas estão alterando as paisagens naturais e o cotidiano das comunidades tradicionais que vivem ao longo do litoral, gerando novos conflitos e justificando cada vez mais a necessidade de um planejamento dos usos e ocupações desses espaços.

O litoral norte baiano se encaixa perfeitamente nesse cenário, sobretudo, após a instalação de parque industrial, a construção da sua principal via de acesso a BA-099 (Linha Verde e Estrada do Coco) e o processo de metropolização de Salvador. Esses processos possibilitaram o avanço dos investimentos nacionais e estrangeiros nas atividades relacionadas ao turismo ao longo da Costa dos Coqueiros e a sua recente urbanização. Atualmente vivenciamos a existência do Complexo Hoteleiro Costa de Sauípe como principal ícone desse desenvolvimento periférico.

Conde é município pertencente ao Litoral Norte baiano e que, segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS (2003), tem a maior potencialidade natural e histórico-cultural. Com os avanços das atividades de turismo, Conde aparece como um território passível de ser incorporado as macrotendências¹ de usos e ocupações do Litoral, apesar de já de-

envolver algumas formas similares, porém não na mesma intensidade.

É nesse contexto que, frente às principais problemáticas que envolvem a zona costeira e seu processo de uso e ocupação, o presente trabalho busca realizar a investigação da configuração da paisagem costeira de Conde (Figura 01), mediante a consideração das transformações socioespaciais promovidas pelos diversos agentes sociais e econômicos, buscando, através da análise do perfil e da influência do turismo, abordar o papel das políticas de desenvolvimento e a função do planejamento territorial.

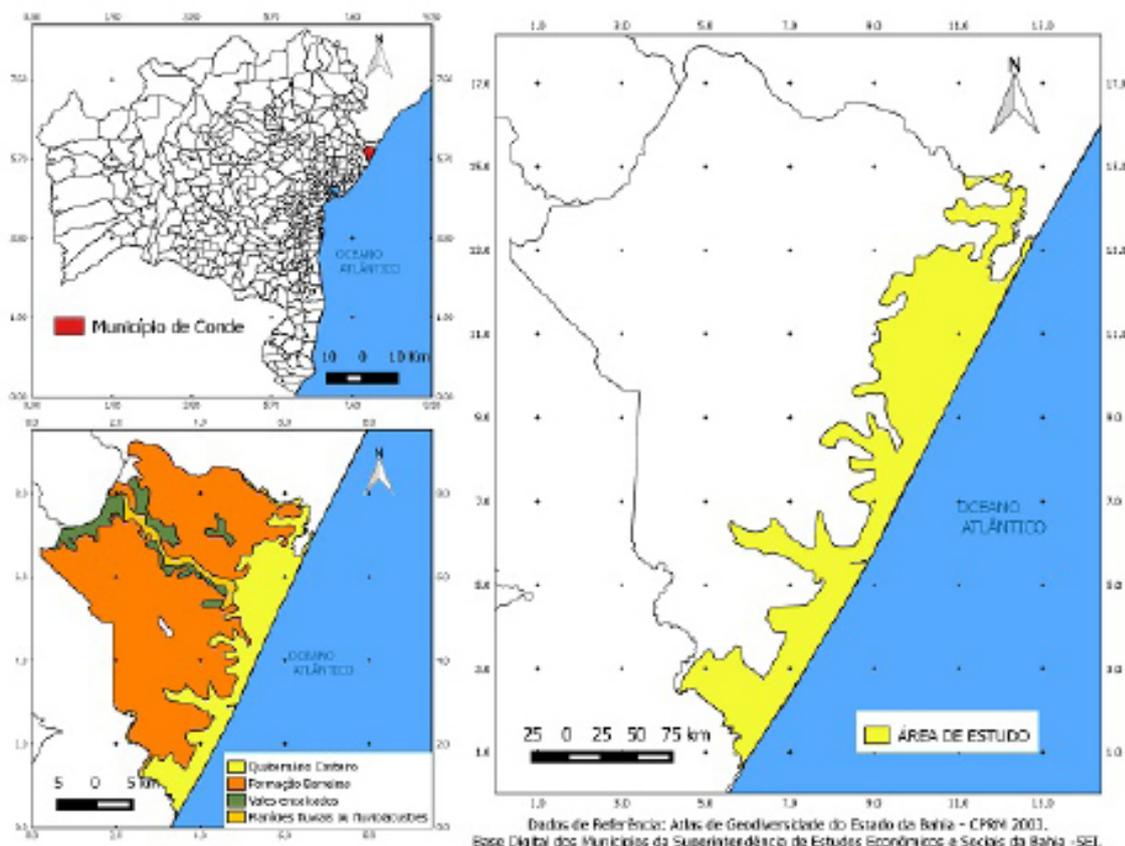


Figura 01 - Mapa da localização da área de estudo.

Fonte: VITÓRIA e OLIVIERA (2015).

2. Considerações sobre a problemática do uso e ocupação na zona costeira

As zonas costeiras se caracterizam por áreas onde são registradas várias formas de uso e ocupação. A presença de instalações de grandes complexos portuários, industriais, fluxos intercontinentais e de circulação, contribuem para justificar o grande adensamento populacional. Essas formas de uso vão conferir à zona costeira inúmeras estruturas, formas espaciais que se beneficiam das potencialidades ambientais e das vantagens econômicas existentes (OLIVEIRA & MELO E SOUZA, 2014).

Em casos de países de formação colonial, este traço será marcante, como no caso do Brasil que, em sua colonização, o território era organizado em torno de um sistema definido como “bacia de drenagem” (Moraes, 2005, p. 68). Este consistia no uso dos rios para transporte das merc-

¹Entendemos macro-tendências neste trabalho como as principais atividades desenvolvidas ao longo do Litoral Norte baiano nas últimas décadas, dentre elas se destacam o turismo e lazer, as culturas agrícolas específicas e as ligadas à produção industrial.

dorias no interior da Hinterlândia e a concentração de exportações e importações em uma cidade portuária que estava em contato com as rotas marítimas. Ou, na ausência de rios navegáveis, toda uma estruturação com rotas terrestres que viabilizassem os fluxos de pessoas e mercadorias.

Como destaque desse período, tem-se a cidade de Salvador, no litoral baiano, que durante dois séculos foi a capital do país e cidade administrativa durante o período colonial, o que condiciona toda uma forma de ocupação através do litoral.

Essas características se desdobram nos índices de concentração populacional litorânea, os quais registram que metade da população brasileira vive a pelo menos 200 km do litoral, um contingente bastante expressivo e que causa impactos diretos nos ecossistemas costeiros (Moraes, 1999). Boa parte dos parques industriais do país está localizada em municípios costeiros, assim como as maiores metrópoles, o que permitem visualizar conflitos causados pelas ações antropogênicas nesses ambientes.

Esse alto nível de concentração se direciona também para múltiplas atividades que são desenvolvidas ao longo da costa brasileira das quais podemos destacar desde a exploração petrolífera até a coexistência das atividades vinculadas à agricultura e à pecuária. Contudo, até então, se encontra em algumas partes do litoral um povoamento ainda incipiente. Também se vivencia a intensificação das atividades turísticas, de recreação e lazer que convivem simultaneamente com populações de modos de vida tradicionais que geram mais conflitos e justificam a importância de planejamento desses espaços.

Atualmente, configuram-se simultaneamente como principais usos os ligados à urbanização, industrialização e turismo, este último surgindo com características singulares que irão estruturar, como aponta Mullins (1991) *apud* Silva, *et al.* (2008, p. 194-195), uma nova forma de cidade com símbolos urbanos servindo de atrativos turísticos, com população socialmente diferente e com modelo capitalista pós industrial, caracterizado pela mão de obra flexível.

As transformações políticas, administrativas e econômicas que o Brasil sofreu no século passado possibilitou um esvaziamento do campo e processos de migrações com fluxo em direção as grandes cidades e metrópoles, as quais vivenciavam um intenso processo de industrialização e modernização. O regime militar com seu cunho desenvolvimentista, ao implementar medidas durante as décadas de 60 a 70 que visaram a criação de infraestrutura de grande porte, gerou como resultados a construção de portos, hidrelétricas, aeroportos, e rodovias que garantiram ao território uma maior fluidez no transporte e, sobretudo, para os espaços econômicos (STROHAECKERI, 2008).

Segundo Strohaeckeri (2008), todas essas transformações colocam a urbanização como um dos principais vetores de desenvolvimento e ocupação do litoral a nível nacional. Também colaboram para esse processo, a valorização da costa, os motivos históricos, culturais, econômicos e ambientais.

Limonad (2008) apresenta a tendência de urbanização no Brasil contemporâneo que se sustenta sobre duas vertentes: a dispersão e a concentrada. A concentrada consiste na aglomeração de pessoas em núcleos urbano-metropolitanos, com o desenvolvimento de múltiplas atividades e áreas urbanas e rurais bem definidas. Enquanto a dispersão se caracteriza por uma distribuição difusa de industriais e/ou outras atividades em locais pontuais ao longo do território criando uma variedade de núcleos urbanos, sendo que essas duas formas são complementares.

A mesma autora irá sinalizar também que o processo de urbanização dispersa irá ocorrer com maior intensidade no litoral brasileiro devido aos fatores históricos de assentamentos, no entanto, ocorre sobre uma postura de consumo elevado dos recursos naturais e um padrão de loteamentos e distribuição espacial de condomínios e resorts que atendem a uma demanda gerada pelo mercado turístico nacional e internacional.

Podemos também apontar sobre a nova tendência que vem surgindo nas últimas décadas a transformação da forma de se pensar o espaço, motivada pelas atividades turísticas que sofrem uma ascensão e ampliação com a revolução dos transportes, o que desloca a dimensão do consumo nos lugares para o consumo dos lugares (LEFEBVRE, 1969 *apud* LIMONAD, 2008) fortemente financiada pelos empresários estrangeiros e nacionais.

O processo de redemocratização do Brasil, no final da década 80, e o surgimento de novas estruturas possibilitaram a descentralização administrativa. Isto denota uma nova condição que possibilitou autonomia aos estados para atrair investidores e, junto a este novo cenário, mescla-se o aumento das desigualdades, a carência por infraestrutura habitacional, o avanço dos danos causados ao meio ambiente e as emancipações de municípios na zona costeira devido ao desenvolvimento oportunizado.

A industrialização surge como um vetor pontual, já que depende de fatores externos para sua instalação como a disponibilidade de recursos humanos, energéticos e estrutura capaz de ofertar uma fluidez comercial. E devido à estrutura política administrativa do país, também se torna dependente das políticas de Estado.

As instalações de indústrias transferem aos órgãos estatais a necessidade de construção ou modernização de portos, estes, ficam responsáveis por movimentar as mercadorias ao longo da costa brasileira. As estruturas portuárias e industriais criam novos conflitos socioespaciais na zona costeira, alterando sua paisagem e gerando impactos ambientais irreparáveis.

O setor de turismo, recreação e lazer surge como uma das novas tendências de atividades em ascensão no mundo globalizado, com capacidade de movimentar grandes quantidades de capital e gerar desenvolvimento econômico para locais que, até então, não o conheciam. Através da oferta de uma estrutura de serviços e paisagens culturais e naturais, atualmente se configura como uma das principais formas de inserção de áreas periféricas na economia global, atraindo investimentos nacionais e estrangeiros.

A princípio, o conceito de turismo compreende-se como:

O turismo refere-se ao deslocamento temporário de pessoas de seus lugares de residência para outros lugares, atraídos pelos recursos naturais e culturais e utilizando toda uma infraestrutura colocada à sua disposição (transportes, comunicação, hotelaria, restaurantes e serviços diversos para a consecução dos objetivos pretendidos com a viagem) (SILVA *et al.*, 2009)

Com o avanço das tecnologias e a possibilidade de fazer longas viagens, o turismo se tornou um setor com altíssima lucratividade e o único com tendência natural a incorporação de espaços periféricos.

Essa atividade tem gerado novas relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Em locais em que essas atividades se instalam, os modos de vida das comunidades locais/tradicionais são alterados criando assim um novo cenário de conflitos de interesses e a cada vez mais urge a necessidade de se (re)pensar o planejamento desses territórios.

Existem muitos impactos causados que, por um lado, podem ser positivos, ao gerar uma infraestrutura para população local, como o atendimento das necessidades básicas a construção de estradas ou melhoramento (MARCELINO, 1996, p. 178). Enquanto por outro, se tornam negativos ao inserir novos valores, influenciar na tradição, aumentar a especulação imobiliária através da valorização das terras que resulta na expulsão da comunidade tradicional, trazendo assim uma gama de efeitos perversos a essas comunidades.

Almeida e Pereira (2009, p. 91) advertem que o turismo e todas as atividades atreladas neces-

sitam de um planejamento para evitar impactos ambientais como: a elevação dos níveis da poluição; destruição de ecossistemas costeiros e marinhos; redução na disponibilidade de água doce em função do aumento da demanda; ocupação de áreas de relevante importância ambiental e impedimento do fluxo de matéria entre ecossistemas costeiros.

Entender as dinâmicas naturais, a estrutura e funcionamento da paisagem costeira é fundamental para sua recuperação e preservação, haja vista que os ecossistemas nela presentes estão expostos a inúmeras pressões antropogênicas e ambientais, fato que destaca a importância da busca pela compreensão dos processos costeiros, pelo entendimento dos mecanismos naturais e antrópicos visando perspectivas de análises integradas para o planejamento dos usos.

A costa brasileira apresenta cerca de 5.900 km de perímetro e mais de 9.200 km de linha real. Variados elementos climáticos e geológicos vão interferir ao longo da sua extensão tornando-se responsáveis por uma diversidade de feições geomorfológicas. E existem diferentes planícies costeiras “constituídas por sedimentos terciários e quaternários acumulados em ambientes continentais, transicionais e marinhos, que são melhor desenvolvidas em torno da desembocadura dos grandes rios onde tem sido maior o suprimento sedimentar de clásticos terrígenos” (VILLWOCK, 1994).

Silveira (1964), ao realizar uma compartimentação da costa brasileira em cinco setores (Norte, Nordeste, Leste, Sudeste e Sul) define que a costa baiana está situada entre os setores Nordeste e Leste, onde o primeiro tem início na Baía de São Marcos no Maranhão e se encerra na Baía de Todos os Santos, Bahia. Já a costa Leste tem início a partir da Baía de Todos os Santos e termina em Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Devido a esta setorização, a costa baiana herdou as seguintes características apresentadas: cristas de praia, dunas, restingas, tabuleiros costeiros, falésias, deltas, recifes de arenito e coralinos.

3. A formação territorial e as transformações na paisagem costeira do litoral norte

O processo de ocupação do Litoral Norte baiano remete ao século XVI com a chegada de Tomé de Souza, mas não desconsiderando que anteriormente os índios já habitavam essas porções de terra. As terras formavam o maior latifúndio do mundo que tinham suas extensões desde Itapuã em Salvador até o estado do Maranhão. Durante esse momento, ocorreu a dizimação da população autóctone e dos ecossistemas costeiros para implantação de uma produção extrativista e pecuária extensiva, assim se estabelecendo o sistema de colonização nesse território sobre a tutela do Conde García D’Ávila (MATTEDI, 2002 *apud* VALVERDE, 2007, p. 48).

Neste primeiro momento, era possível traçar um breve perfil sobre os usos desenvolvidos nesse latifúndio que consistiam na pecuária, visando abastecer a principal cidade próxima, Salvador. E a agricultura de subsistência, praticada por escravos e descendentes de índios, que comercializam assim também os excedentes da sua produção.

Após uma sucessão de acontecimentos, no século XIX, as terras do litoral norte foram adquiridas por um prussiano, naturalizado americano, cujo nome era Sigisfred Sigismundo Schindler. Ele estabeleceu a partir da sua aquisição a extração de produtos naturais e minerais, além da construção de um porto na localidade de Porto de Sauípe para facilitar o escoamento da produção para Salvador. Mesmo com as mudanças nas relações estabelecidas nessas terras, a lógica “colonial permanece sendo a concentração de terra e de renda o interesse básico do governo e do capital” (SOUZA, 2009, p. 54).

Para Souza (2009), mesmo com a permanência da lógica citada, as transformações na configuração espacial irão ocorrer dando surgimento a várias estruturas de valor histórico como casas, fazendas, engenhos, igrejas e conjuntos urbanísticos. E pequenos núcleos populacionais compos-

tos em grande parte por marisqueiras, pescadores, pequenos agricultores e artesões.

Durante o século XX, as terras são novamente vendidas por uma companhia britânica ao Banco de Londres que repassa para a construtora Noberto Odebrecht por um valor simbólico. E durante décadas, fica sem uso específico, sendo destinada apenas para especulação imobiliária. Em meados do mesmo século, os avanços da exploração petrolífera chegam ao litoral norte através da exploração no município de Entre Rios, e a região é incorporada a região de produção da Petrobrás. No entanto, as estruturas sociais pré-estabelecidas não sofrem muitas modificações e permanecem na condição de isolamento, apesar das mudanças ocorridas nas estruturas funcionais, de uso e dinâmica socioespacial com a chegada de novos equipamentos para dar suporte à produção.

Com a implantação do Complexo Industrial de Camaçari na década de 1970 e a construção da BA-099, a Estrada do Coco, que se transforma no principal eixo de transporte entre Salvador e o Litoral Norte, as transformações na paisagem costeira do norte da Bahia começam a se intensificar e como aponta Souza (2009, p. 56):

Esse processo de desarticulação e reorganização tem como motivadores três atividades novas e externas à região, implantadas por diferentes empresas nacionais e internacionais, com o incentivo efetivo ou mesmo planejamento governamental, quais sejam: a imobiliária através da ocupação das terras por parcelamentos para fins de segunda residência ou veraneio ou para especulação; a ocupação de terras para o reflorestamento homogêneo visando suprir demanda energética externa à região e produção de papéis e, finalmente, a ocupação das terras pelos interesses imobiliários articulados com os operadores do turismo, também vinculados, nacional e internacionalmente, às forças hegemônicas interessadas na reprodução do capital (SOUZA, 2009, p. 56).

Gomes (2013, p. 54) irá atentar para o processo de urbanização e industrialização que ocorreu no litoral norte de maneira diferenciada, espacialmente concentrada em alguns municípios e em algumas atividades específicas como o petróleo, a silvicultura e a celulose. Essas novas atividades irão criar uma demanda por infraestrutura viária, portos e terminais marítimos, conseqüentemente os serviços terciários e o setor imobiliário e da construção civil serão impulsionados também. E seguindo esta lógica, as atividades turísticas encontrarão um terreno fértil para sua implantação ao longo do litoral norte baiano.

A intensificação dessas atividades oportuniza cada vez mais o surgimento de novos empreendimentos que buscam fornecer uma estrutura capaz de gerar uma indústria de consumo das paisagens ambientais e culturais. Ao longo da faixa costeira norte da Bahia, a partir de Salvador, é possível notar a implantação de grandes empreendimentos hoteleiros e resorts, além da construção de condomínios de moradas permanentes e segundas residências, os quais aumentam a intensidade de ocupação da região litorânea.

Na atualidade, o litoral Norte baiano que era visto como “deserto demográfico” em um trabalho publicado pelo geógrafo Milton Santos na década de 50 (Silva, *et al.*, 2008, p. 191), vive um momento de expansão das atividades ligadas ao setor turístico. Este processo de urbanização propiciou o direcionamento para tais usos, tendo o Estado como principal empreendedor e provedor de infraestrutura. Todavia, a lógica que se estabelece com ausência de planejamento adequado está gerando novos conflitos socioambientais.

Nesse sentido, os processos latentes de urbanização, industrialização e o desenvolvimento da indústria do turismo, recreação e lazer favorecem uma maior ocupação do litoral devido as suas potencialidades ambientais e econômicas. No entanto, se visualiza um cenário repleto de confi-

tos devido aos avanços dessas atividades transformadoras, que em si não conseguem fornecer uma infraestrutura capaz de minimizar os impactos ambientais e culturais.

A urbanização se expande ocupando cada vez mais trechos do litoral, ora como um fenômeno atrelado às atividades industriais, ora com um novo modelo de cidade proposto e estruturado para as atividades turísticas. Este agente viabiliza vários processos internos, como a expansão urbana, o crescimento acelerado da população, a exploração de recursos naturais, porém, todas essas condições criam novas situações conflitantes. A carência de saneamento básico, os problemas ambientais e a elevação das taxas de violência e desemprego se configuram como resultados do adensamento deste fenômeno.

O turismo avança com o discurso que propõe a incorporação de espaços periféricos na dinâmica econômica global gerando desenvolvimento socioeconômico para os locais em que ocupa. O poder estatal aparece como um dos principais agentes no fornecimento de infraestrutura e incentivos fiscais para a expansão dessas atividades. Porém, a ausência de planejamento territorial interessado nas características ambientais e nas comunidades locais, torna esses processos problemáticos e impactantes nas dinâmicas naturais e sociais.

O Estado se configura como maior agente causador de impactos na zona costeira. Conforme aponta Moraes (1999, p. 25):

Como produtor de espaços (responsável pela edificação das grandes obras de engenharia), o Estado é – por intermédio de seus diferenciados órgãos – o maior agente impactante na zona costeira, com a capacidade de reverter tendências de ocupação e gerar novas perspectivas de uso, sobretudo pela imobilização de áreas (mediante seu tombamento) e pela instalação de grandes equipamentos ou dotação de infraestrutura (como estradas, portos, ou complexos industriais) (MORAES, 1999, p. 25).

O governo na década de 90 com o objetivo de estimular as atividades turísticas ao longo do litoral nordestino, norte de Minas Gerais e Espírito Santo, lança o Programa de Desenvolvimento do Turismo que consistia no fornecimento de infraestrutura para ampliação dessas atividades no litoral. Consequentemente, aumentou a presença de estrangeiros na zona costeira nordestina, através da ampliação de aeroportos (inserção nas rotas internacionais, concessões e adequação as necessidades do turismo internacional) e reformas de rodovias (criando uma infraestrutura voltada para essas atividades, a exemplo da Linha Verde na Bahia com sua duplicação). Gomes (2013, p. 43) destaca que entre 1991 a 2004, com base em dados da Secretária de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, o governo do estado investiu “US\$ 1,6 bilhão na criação, melhoria e ampliação das zonas turísticas, sendo que deste total, US\$ 250 milhões foram recursos advindos do PRODETUR/NE”.

O litoral norte da Bahia vivencia transformações decorrentes desses processos que vêm ocorrendo nas últimas décadas. Industrialização e turismo são os principais vetores de desenvolvimento para essa região. Gomes (2013, p. 18-19) propõe que esses processos são decorrentes de dois vetores de modernização: a metropolização da Região Metropolitana de Salvador aliado à expansão do Complexo Industrial de Camaçari e as articulações do Estado junto ao capital internacional (turístico e imobiliário) na organização e produção do espaço. As atividades turísticas agem como principal forma de uso que consome as paisagens naturais e culturais proporcionadas. No entanto, conflitos são ocasionados, como de relacionamento com as populações tradicionais, e problemas ambientais. E neste cenário, a atuação do planejamento é essencial para minimizar os impactos supracitados.

4. Município de Conde: Cenário socioambiental, conflitos e planejamento

O município de Conde tem em sua estrutura municipal uma economia fortemente baseada na oferta de serviços, agropecuária e atividades industriais. O seu produto interno bruto é pautado na seguinte composição segundo os dados recolhidos pelo IBGE (2010): serviços (48.439), agropecuária (21.286) e indústria (11.521). Com uma população de aproximadamente 23.620 habitantes e renda média domiciliar per capita de R\$ 240,91 (DATASUS, 2010), é um dos municípios integrantes do Litoral Norte baiano inserido no cenário de conflitos do desenvolvimento socioeconômico sobre a égide do turismo, urbanização e industrialização no litoral.

Conde foi eleito durante o ano de 2002 como município piloto para implantação do Projeto Orla, servindo assim de exemplo prático para os demais municípios costeiros baianos. O município possui uma parte expressiva do seu território na APA-LN (Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia), que foi criada na década de 1995 visando conter os principais impactos ambientais e as transformações socioespaciais que ocorreriam após a implantação da Linha Verde (BA-099).

Segundo os estudos realizados pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Salvador e entorno (PDITS) em 2003, Conde se destacava como município na Costa dos Coqueiros com maior potencial histórico-cultural e ambiental.

É impossível negar as potencialidades do litoral de Conde, que tem o maior trecho de linha de costa na região da Costa dos Coqueiros. De acordo com o Diagnóstico Oceanográfico, temos em suas características ambientais a sua costa com o traçado retilíneo, bordejada por cordão-duna, onde a energia da onda é de moderada a alta e as areias das praias possuem uma granulometria de média a fina, favorecendo o tipo intermediário de praia. Há também uma diversidade biológica presente em suas zonas úmidas e manguezais. No entanto, observamos também um processo de erosão em dezenas de metros presente em suas praias (BAHIA, 2003).

Referente à ocupação humana, podemos destacar a considerável distância entre a sede municipal e os fragmentos incipientes localizados em Sítio do Conde, Barra do Itariri e Siribinha. O que segue uma lógica de dispersão ao longo do território do município, com características na oferta de serviços pautados no turismo e atividades recreativas que compõem a receita arrecada. Em coexistência com esses usos, na zona costeira também são verificadas atividades relacionadas à agricultura e à pecuária e trechos extensos de área desmatada (Figura 02).

As pressões exercidas pelas atividades econômicas, a exemplo da cocoicultura e pecuária vêm contribuindo para a redução da vegetação original. O processo de ocupação com a consequente retirada da cobertura vegetal das restingas se dá, por exemplo, através da implantação de loteamentos, sendo que, conjunto de casas, segundas residências, sítios, chácaras indicam presença marcante da ação humana (VITORIA & OLIVEIRA, 2015).

Em Sítio do Conde podemos verificar maior adensamento e distribuição espacial das residências e estabelecimentos comerciais (pousadas e hotéis inclusos). A infraestrutura de certo modo tem arruamentos desenvolvidos e organizados e a presença de asfaltamento em várias vias, o que elevam a condição de fragmento urbano. No entanto, observamos que essas ocupações ocorreram de maneira inadequada sem respeitar a presença de ecossistemas costeiros, o que também é verificável em Siribinha e Barra do Itariri. Há carência de estradas asfaltadas para dar acesso aos dois povoados citados anteriormente.

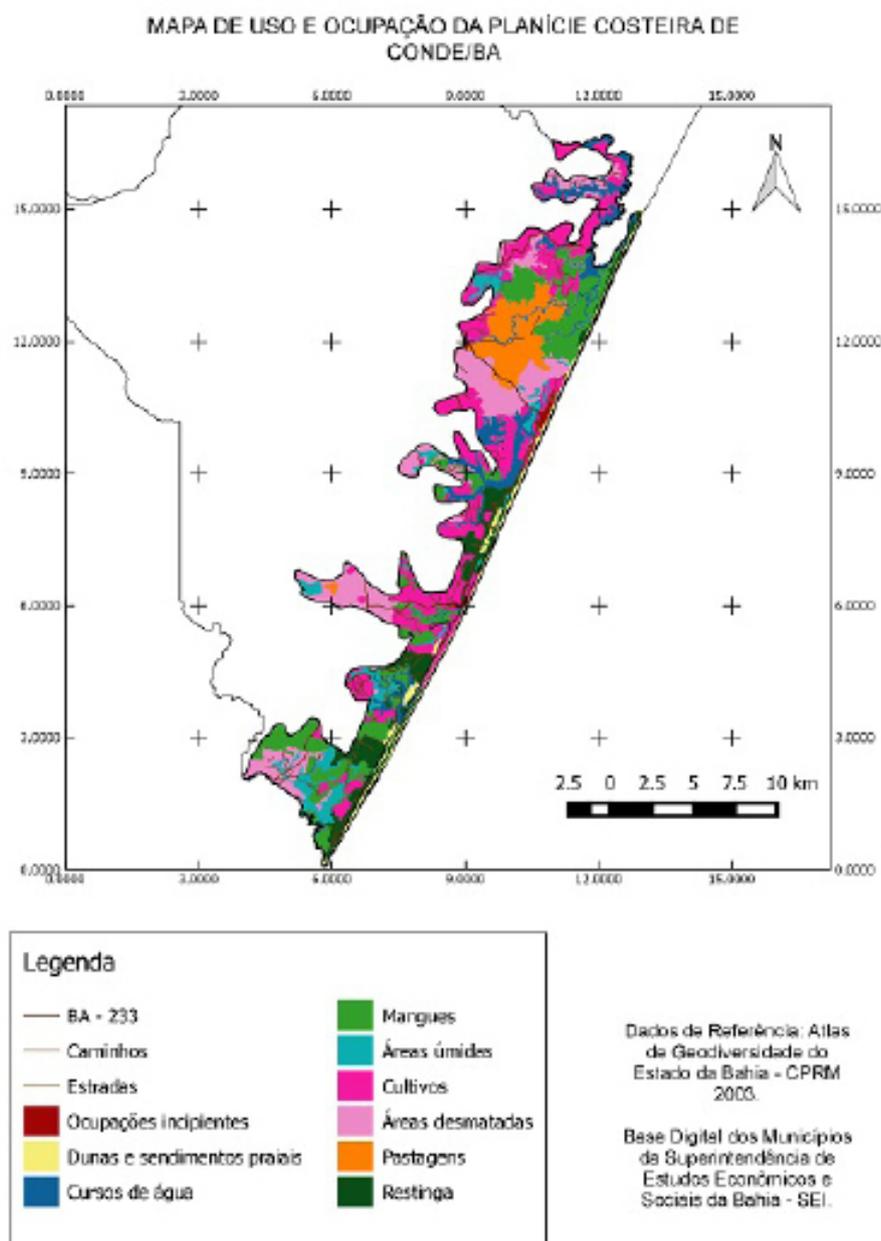


Figura 02 - Mapa de uso e ocupação da planície costeira de Conde.

Fonte: JESUS E VITÓRIA.

A exploração da cultura de eucalipto e pinus ganhou destaque devido à manifestação em décadas anteriores de processos econômicos voltados à silvicultura que proporcionaram, através da expansão e incorporação de grupos empresariais, a expulsão dos pequenos agricultores. Em virtude das condições instaladas, estes venderam suas terras a essas empresas, acentuando os índices de concentração de terras, modificando a estrutura fundiária do município. Conseqüentemente, houve o declínio das atividades agrícolas de subsistência (BAHIA, 2003, p. 49).

Ao longo da costa, tem-se a presença de cultivos relacionados a essas culturas e outras como coco-da-baía, abacaxi, feijão, banana e etc. Coexistindo com essa lógica, também é verificável a ocorrência de populações vivendo em modos de vida tradicional, onde retiram seu sustento da pesca artesanal e agricultura de subsistência.

Limonad (2007), ao tratar da atividade turística no Litoral Norte baiano, traça um perfil dos gêneros de turismos que são desenvolvidos ao longo de sua extensão. E no caso do município citado, essa atividade está fortemente atrelada ao atendimento de uma demanda de mercado interno, em que os principais usuários são da escala local e regional, como podemos identificar neste trecho:

O peso das atividades turísticas, no entanto, já se faz sentir. Embora em Conde e Jandaíra estas atividades sejam de porte local e regional e possuam um alcance limitado, respondem pela absorção de uma parcela considerável da população dos povoados de Baixio, Sítio do Conde, Barra do Itariri e Mangue Seco, e isto se evidencia em uma diferenciação entre os povoados litorâneos e os do interior, que apresentam um nível maior de pobreza (LIMONAD, 2007).

As populações das localidades listadas pela autora já são incorporadas no circuito turístico, onde são empregadas em hotéis e pousadas de pequeno e médio porte. Essas características turísticas permanecem até os dias atuais. Diante disso, o que se observa para o Litoral Norte, no momento, é a expansão dos usos ligados ao turismo, lazer e recreação de grande porte, além da expansão das instalações de condomínios de segunda residência. E mesmo com os dispositivos legais citados anteriormente, ainda não se faz presente um rigor no tratamento dos danos ambientais e conflitos sociais decorrentes destes fenômenos.

As lógicas impostas pelo capital na produção e reprodução desses espaços, ainda não foram capazes de desenvolver socialmente e economicamente os territórios que já foram incorporados pelo turismo e sua proposta de desenvolvimento periférico. Como aponta Limonad (2007), mesmo com a geração de empregos diretos e indiretos, a descentralização das atividades turísticas, a modernização e a diversificação de produção ao longo da Costa dos Coqueiros, vários enclaves impedem que benefícios para comunidades locais sejam oportunizados. Por tal, as benesses dos investimentos públicos e privados não se fazem sentir pelas seguintes atribuições: as necessidades impostas pelo capital para sua reprodução (investimentos nos empreendimentos), as condições e modos de vida das populações afetadas e a incapacidade administrativa dos municípios em regular esse processo.

Silva & Carvalho (2011) apresentam um trabalho sobre *marketing* territorial em que se verifica o grande número de anúncios de terrenos ao longo do Litoral Norte através de consultas a sites especializados e imobiliários. Inclusive a presença de anúncios em língua estrangeira visando atração de investimento estrangeiro, o que propõe uma internacionalização dos espaços. O governo estadual aparece como um promotor das atividades relacionadas ao turismo, ao participar das grandes feiras internacionais onde o tema imobiliário turístico tem destaque. Conde destaca-se como terceiro município com o maior índice de anúncio de terrenos, mais de 30.000.000 m² à venda, e uma vasta localização dos lotes ao longo da sua costa.

Com as circunstâncias, projeta-se aí um amplo processo de privatização do Litoral Norte, com a expansão dos empreendimentos imobiliários ligados ao turismo, recreação e lazer, residências secundárias e derivando desse processo a ausência de acesso público às praias desta região. E compactuando com esse cenário, a "ausência de um planejamento territorial intermunicipal. Pelo contrário, o governo do estado da Bahia está, como visto, estimulando ativamente a venda dos terrenos pela internet, além de não ter um abrangente plano diretor para o ordenamento do território" (SILVA & CARVALHO, p. 112, 2011).

A relevância dessas questões traduz-se em um cenário de conflitos que se instala e cresce ao longo do Litoral Norte baiano, sobretudo em Conde que, devido as suas particularidades am-

bientais, políticas, culturais e históricas, insere neste contexto como um território que vivencia conflitos de acordo com os processos socioespaciais já desenvolvidos e/ou em desenvolvimento.

Há uma necessidade de (re)pensar a lógica do planejamento socioambiental e desse desenvolvimento sustentável proposto pelos empreendimentos dos ramos turísticos e a sua real capacidade de incentivar o desenvolvimento periférico. Passo a passo, observamos o Estado, como principal agente promotor de ações que visam o desenvolvimento do turismo ao longo do litoral brasileiro. Pertinente também é o engajamento das comunidades nas ações do planejamento, afinal de contas são os principais afetados pelas transformações socioespaciais que ocorrem em seus territórios devido às modernizações, às diversificações de usos e aos impactos socioambientais. E como se propõe um desenvolvimento sustentável e socioeconômico, os principais afetados devem ser vistos como protagonistas neste cenário.

Levando em conta o processo de erosão costeira vivenciado na orla de Conde, as transformações na estrutura fundiária, o desmatamento crescente, as ocupações inadequadas, a expansão do turismo no Litoral Norte com riscos à manutenção do modo de vida tradicional das comunidades, é fundamental um planejamento voltado para as fragilidades e potencialidades naturais relacionada às interações sociedade - natureza, com a visão objetiva de um ordenamento territorial que direcione a usos sustentáveis e propicie políticas públicas de preservação, conservação e recuperação de ambientes naturais.

5. Considerações finais

A zona costeira configura-se como um ambiente com inúmeras potencialidades paisagísticas, ambientais e econômicas. Portanto, o processo adensado de ocupação se justifica pelos principais motivos citados. O que lhe confere assim a coexistência de múltiplos usos a serem desenvolvidas em toda sua extensão, no entanto, essas atividades têm gerado impactos na dinâmica natural e nas populações locais. Esse cenário de conflitos justifica a importância do planejamento territorial para minimizar os danos e orientar as ações a serem realizadas nesses espaços.

O Brasil em sua formação territorial tem uma lógica atrelada a ocupação do litoral desde a sua origem colonial. Registra uma diversidade de usos sobre cada trecho da sua costa, no entanto, ainda assim existem locais com povoamento rarefeito. Podemos destacar como principais atividades recorrentes no litoral brasileiro: a industrialização, a urbanização e o turismo. Este último como resultado das transformações sociais, econômicas, culturais, políticas e tecnológicas vivenciadas no mundo globalizado que possibilitaram seu pleno desenvolvimento.

O turismo surge como uma atividade no mundo globalizado com a capacidade de prover aos espaços periféricos o desenvolvimento socioeconômico e com a colaboração do poder estatal através do fornecimento de infraestrutura, o mesmo tem se intensificado no litoral brasileiro e principalmente no Nordeste. No entanto, essa relação tem causado conflitos socioambientais, pois ocorre sem planejamento adequado, o qual deve orientar as formas de ocupação e usos de acordo as singularidades ambientais e culturais de cada zona costeira.

E nesse contexto de intensa ocupação do litoral e expansão dos usos turísticos, o Litoral Norte baiano vivencia um cenário de transformações ocasionado pela metropolização de Salvador, implantação do Complexo Industrial em Camaçari e a instalação de grandes empreendimentos hoteleiros, resorts e condomínios de residências voltadas para o turismo, à recreação e o lazer.

Conde, como município integrante desta região, já vem sofrendo com conflitos sociais e ambientais de origem histórica. Porém, a intensidade de avanço das atividades turísticas, em face da disponibilidade de lotes de terra ao longo do litoral no território do município, possibilita um cenário novo e complexo, onde o avanço dos processos de erosão costeira em curso, as ocupa-

ções inadequadas, a concentração de terras nas mãos de grupos empresariais, o desmatamento da mata nativa, a expansão das culturas específicas (eucalipto e pinus), a presença de comunidades que vivem da pesca artesanal, por fim, a possível territorialização das atividades turísticas, de recreação e lazer de grande porte e a construção de condomínios de residências secundárias, podem alterar ainda mais a dinâmica local, gerando novos conflitos, em que provavelmente, pelos motivos já apresentados, os principais afetados serão as populações locais e a dinâmica biofísica.

Desta maneira, se faz necessário repensar as formas que se dão esse desenvolvimento socioeconômico e os planejamentos atrelados a essas tendências. É imprescindível que o Estado como principal agente na (re)organização socioespacial crie instrumentos eficazes que visem à conservação, à preservação e recuperação de ambientes naturais, a minimização dos impactos gerados por essas atividades no modo de vida local e que de fato o desenvolvimento social e econômico seja eficaz e persiga uma égide sustentável.

Referências

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **GESTÃO INTEGRADA DA ORLA MARÍTIMA NO MUNICÍPIO DO CONDE NO ESTADO DA BAHIA – DIAGNÓSTICO SOCIO-ECONOMICO E AMBIENTAL DO CONDE**. Projeto de Gerenciamento Costeiro. Salvador, 2003.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **DIAGNÓSTICO OCEANOGRÁFICO e PROPOSIÇÃO de DISCIPLINAMENTO de USOS da FAIXA MARINHA do LITORAL NORTE do ESTADO DA BAHIA**. Projeto de Gerenciamento Costeiro. Salvador, 2003.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Pólo Salvador e entorno**. Volume I - Diagnóstico. Salvador, abr. 2004.

BRASIL. **Projeto Orla: Fundamentos para a Gestão Integrada**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - Governo Federal, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível na Internet: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 15 de jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Informações de Renda Média Domiciliar Per Capita, 2010**. Disponível na Internet: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206>. Acesso em 15 de jan. 2016.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 9, p. 11-21, 2008.

GOMES, L. **Luzes e sombras no litoral norte da Bahia: estratégias e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais**. Salvador: EDUNEB, 2013, p. 258.

LIMONAD, E. O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros, Bahia. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. 11, núm. 245 (40), 2007.

LIMONAD, E. "Você já foi à Bahia, néga? Não! Então vá! Antes que acabe...". Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro, tendências e perspectivas. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona**, 26-30 de mayo de 2008.

- MARCELINO, A. M. T. **O turismo e a sua influência na ocupação do espaço litorâneo.** In: Adyr A. B. Balastrieri Rodrigues. (Org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 177-183.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.
- MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil.** 1ª. ed. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2002. v. 1. 200p.
- OLIVEIRA, A. C. A.; MELO E SOUZA, R. **A produção e o padrão atual de organização do espaço costeiro:** considerações sobre as transformações espaciais no litoral sul de Sergipe e o papel das políticas de ordenamento. In: I Congresso Brasileiro De Geografia Política, Geopolítica E Gestão Do Território, 2014, Rio De Janeiro. Anais Do I Congresso Brasileiro De Geografia Política, Geopolítica E Gestão Do Território, 2014. P. 520-533.
- OLIVEIRA, A. C. C. de A. **Cenários Biofísicos e Ordenamento Territorial no Litoral Sul de Sergipe.** 2013. 245 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.
- ROSS, J. **Ecogeografia do Brasil:** subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N. ; CARVALHO, S. S. de. Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves?. In: Carvalho, I.; Pereira, G.. (Org.). **Como anda Salvador.** 2ed. Salvador-BA: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 189-211.
- SILVA, S. B. de M. e S.; CARVALHO, S. S. de. Vende-se uma região: o marketing territorial público e privado do litoral norte da Bahia. **Revista Desenharia**, v. 7, p. 99-114, 2011.
- SILVA, Sylvio C. B. M. ; CARVALHO, Silvana S. de ; SILVA, Bárbara C. N. Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-BA e de sua região de influência. **Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. IV, p. 1-16, 2009.
- SILVEIRA, J. D. **Morfologia do litoral.** In: Azevedo, A. (ed) Brasil: a Terra e o Homem. Cia. Ed. Nacional, São Paulo, p. 253-305, 1964.
- SOUZA, M. de L. C. **Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia: Massarandupió e seu entorno.** 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2009.
- STROHAECKERI, T. M.. **Dinâmica Populacional. Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil** – Brasília: MMA, 242 p.: il. color. ; 42 cm. ISBN 978-85-7738-112-8. 2008.
- VALVERDE, N. P.. **Os impactos do Turismo no desenvolvimento de comunidades: O caso do município de Conde, na Bahia.** 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Salvador - UNIFACS. Salvador, 2007.
- VILLWOCK, J. A. **A Costa Brasileira:** Geologia e Evolução. Notas Técnicas Ceco Ufrgs, v. 7, p. 38-49, 1994.
- VITORIA, S. S., OLIVEIRA, A. C. A. **Análise da paisagem costeira do município de Conde-BA.** In:

Anais do XVI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada SBGFA, 2015, Teresina. 2015. p.2024-2031.

TURISMO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE SOBRE AS PROBLEMÁTICAS NO PARQUE URBANO DA LAGOA DO BEBEDOURO

R. DE O. GOMES
E. N. DOS SANTOS
G. A. RODRIGUES
R. M. S. CUNHA

Resumo

Educação Ambiental se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo participativo permanente que procura inculcar uma consciência crítica sobre a problemática ambiental. O presente artigo evidencia os principais aspectos socioambientais do Parque Urbano da Lagoa do Bebedouro localizado na cidade de Parnaíba no estado do Piauí e tem como principal objetivo analisar e discutir as problemáticas que causam desordem nos aspectos ambientais e sociais, propiciar meios de melhorias para as pessoas residentes no local, buscando trazer desenvolvimento, crescimento, revitalização, estrutura social e determinar novas formas de consciência benéficas para todos moradores. O desejo de melhorias é notório em todo o decorrer do artigo, visando conjuntamente o bem-estar social e melhorias na infraestrutura e serviços básicos. Os resultados apontaram que na área denominada Parque Urbano da Lagoa do Bebedouro a estrutura de caracterização encontra-se degradada e abandonada pelo setor público, onde o mesmo não mantém projetos e iniciativas viáveis para a solução e adequação da problemática local. Alguns fatores negativos agravam a situação do local, podemos citar: a proliferação dos aguapés em toda a extensão da lagoa, a poluição ambiental constante, a inutilização da água para consumo e lazer, a inexistência de equipamentos para se desenvolver a atividade turística. É válido também citar a marginalização dos bairros que a tornam, contribuindo assim para a imagem negativa do local e implicando na perda de sua imagem como potencial recurso turístico. O método de pesquisa utilizado foi um levantamento territorial do local com a visita a campo e entrevistas com moradores buscando analisar eventuais problemas e relatar no devido artigo.

Palavras-chaves: Degradação ambiental; Educação ambiental; Território.

Abstract

Environmental education consists of a comprehensive form of education that aims to reach all citizens through a continuing and participatory process intended to instill critical awareness about environmental issues. This paper highlights the main environmental aspects of the Urban Park of Bebedouro Pond located in the city of Parnaíba in the state of Piauí, and defines as its main objective to analyze and discuss the issues that disrupt environmental and social aspects, and provide means of improvement to the people residing on the site, aiming to bring development, growth, regeneration, social structure and promote positive environmental awareness among all residents. The desire for improvement is evident throughout the course of the article, jointly seeking the welfare and improvement in infrastructure and basic services. The results show that in the area called Urban Park of Bebedouro Pond the structure of characterizing is degraded and abandoned by public sector, where it does not maintain viable projects and initiatives for the solution and adequacy of local problems. Some negative factors aggravate the local situation, include: the proliferation of water hyacinth in the entire length of the lagoon, the constant environmental pollution, the destruction of water for consumption and leisure, the absence of equipment to develop tourism. It is worth also mention the marginalization of districts around the lagoon, thus contributing to the negative image of the site and resulting in the loss of your image as potential tourist resource. The research method used was a land survey of the site including a visit to the field and interviews with residents trying to analyze any problems and report in due article.

Keywords: Environmental degradation; Environmental education; Territory.

1. Introdução

A deterioração de ambientes urbanos e rurais é consequência de um modelo de desenvolvimento pautado no crescente aumento da produção, do consumismo, da opulência e do desperdício, iniciados com a formação do modo capitalista de produção no início do século XV, e acirrado com o advento da Revolução Industrial do século XVIII e a formação da sociedade industrial urbana nos séculos XIX e XX, que ameaçam a sobrevivência das gerações futuras. Dentre as principais consequências desse modelo de desenvolvimento podemos citar: alterações climáticas; alterações no solo; assoreamento dos rios e lagos; aumento da temperatura da Terra; erosão do solo; desertificação; escassez de água potável; perda da biodiversidade; poluição do ar, da água, do solo, sonora, visual; redução da camada de ozônio e exclusão social (SILVA, 2007).

Hoje, todos os lugares estão subordinados à condição do homem em utilizar a paisagem. Isto cria uma diversidade enorme de manifestações de estrutura no espaço, como a implantação de uma casa, a utilização do solo para a agricultura, a criação de um parque, um polo industrial ou um centro urbano. Desta forma, com essa complexidade de possíveis ações sempre provocam efeitos, sempre induzem eventos.

A Educação Ambiental e a parceria conjunta com entidades públicas desenvolvem um caráter realista das questões socioambientais, na busca de um equilíbrio entre homem e ambiente, com vista, à adequação e construção de um futuro ordenado, organizado e estruturado para o desenvolvimento de uma área, sobretudo, em geração de fins produtivos e sustentáveis.

Seguindo essa linha de pensamento, o presente artigo trata de abordar os aspectos paisagísticos, ambientais e sociais da Lagoa do Bebedouro no município de Parnaíba – PI que se encontra bastante degradada onde os maiores prejudicados são os moradores e residentes ao entorno da lagoa.

O caráter realista das atividades socioambientais nesse artigo tem como objetivo principal esclarecer as eventuais atividades realizadas e os vínculos sociais e ambientais desenvolvidos no local, fatores que caracterizam a peculiaridade dos bairros que contornam a lagoa. Estes que fazem com que os moradores não fixem residência em outro local, mesmo dada à existência do abandono, pobreza e insegurança.

Segundo a seção II do Plano Diretor que trata da preservação ambiental, art. 11 que diz:

A proteção e a valorização do meio ambiente natural e construído, particularmente aqueles de apelo turístico, serão feitas mediante:

SI - implantação efetiva das Áreas de Proteção Ambiental;

II - integração harmônica do meio ambiente natural e do meio ambiente antrópico a partir da recuperação das áreas ambientalmente degradadas e criação dos correspondentes corredores ecológicos;

IV - promoção da educação ambiental e

V - proteção dos recursos hídricos, dos recursos naturais, da fauna e flora.

A área em torno da lagoa do Bebedouro é predominantemente plana, assenta-se sob planície sujeita a alagamento e cheias decorrentes pela falta de disciplinamento e escoamento da água. A dificuldade em se estabelecer limites das micro bacias e do caminhamento das águas denota problemas das redes de saneamento, quando existentes. A várzea do rio Igaráçu, localizada ao norte da comunidade e separada desta por uma rodovia que lhe serve de dique está sujeita ao efeito da maré e se constitui como área constantemente alagada, contribuindo para uma paisagem típica do litoral nordestino farta em carnaúba e vegetação de várzea.

A lagoa apresenta algumas dificuldades quando deparadas com a visão crítica que se encontra de completo abandono, sobretudo totalmente inutilizável. O ambiente da lagoa encontra-se com sua integridade ambiental totalmente comprometida por causa de inúmeros problemas, dentre eles estão descritos: poluição hídrica, presença de lixo, desmatamento da mata ciliar, ocupação irregular das margens, construções de galerias de esgoto irregulares, degradação na fauna e flora e introdução de vegetação não endêmica.

A escolha da temática do presente artigo está diretamente ligada à preocupação com a qualidade do meio ambiente, motivado pela lembrança das características naturais do local que foram perdidos, resultante do abandono e o crescimento urbano que vêm descaracterizando os recursos naturais das cidades. Com isso pode-se pensar sobre a crise ambiental, que Enrique Leff preceitua muito bem:

A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise se apresenta a nós como um limite no real que re-significa e re-orienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. Mas também crise do pensamento ocidental: da “determinação metafísica” que, ao pensar o ser como ente, abriu a via da racionalidade científica e instrumental, que produz a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada, como forma de domínio e controle sobre o mundo.

2. Materiais e Métodos

Esta pesquisa tornou-se exploratória e descritiva, uma vez que seu objetivo foi de introduzir e adaptar de forma geral o fato estudado, e assim se utilizou de revisão bibliográfica na intenção de embasar-se do objeto a ser estudado. Tratando dos procedimentos metodológicos, teve início com a seleção do tema, do ambiente e de fundamentação teórica. Foi empregada a observação direta não participativa, ressaltando da utilização de imagens capturadas para o diagnóstico. No decorrer da pesquisa, foi de suma importância à execução de trabalhos de campo para a obtenção de bons resultados, bem como, entrevistas casuais e diálogos com os habitantes da área explorada. Em ressalva, fica-se claro que todas as entrevistas colhidas foram de total concordância dos declarantes, uma vez que os mesmos se propuseram a contribuir na elaboração através de suas informações.

Com base nas observações e nos depoimentos dos residentes da lagoa do Bebedouro, nota-se a preeminência dos aguapés, o que evidencia que a lagoa está sofrendo com o resultado da poluição das águas decorrentes dos lixos e resíduos dos próprios moradores, além do que, isso faz com que o ambiente se torne abrigo de espécies da fauna como: jacarés, cobras, sapos, garças e entre outros. Tudo isso é reflexo da situação em que se encontra a lagoa, cabendo ao território ser um dos cartões-postais da cidade de Parnaíba.

Destaca-se como esclarecimento, que a necessidade dessa pesquisa foi oriunda de um diagnóstico da situação e caracterização do território estudado, visto que faz referência sobre condutas dos órgãos fiscais de proteção e preservação do meio ambiente, bem como, também o posicionamento da sociedade local, mediante seus comportamentos.

Portanto, as informações aqui expostas têm como propósito alcançar respostas para as discussões levantadas quanto à situação do local, além dos procedimentos no que se diz respeito à execução das leis que são aplicadas em cada documento oficial de Parnaíba sobre a área da lagoa do Bebedouro.

2.1 Caracterização da área de estudo

A cidade de Parnaíba está localizada numa posição litorânea ao norte do estado do Piauí a uma latitude de $2^{\circ}54'185''$ e longitude de $41^{\circ}46'37''$. É a segunda maior cidade do estado com uma área de 435.573 km^2 e tem sua população estimada em 145.29 habitantes, tendo sua densidade demográfica de $334,51 \text{ hab/km}^2$ (IBGE, 2010). Por sua localização privilegiada, o município faz uso do turismo para aquecer a economia local e regional, mesmo não sendo um destino bem difundido nacionalmente, mas tão importante quanto qualquer outro. Como representado na Figura 01.

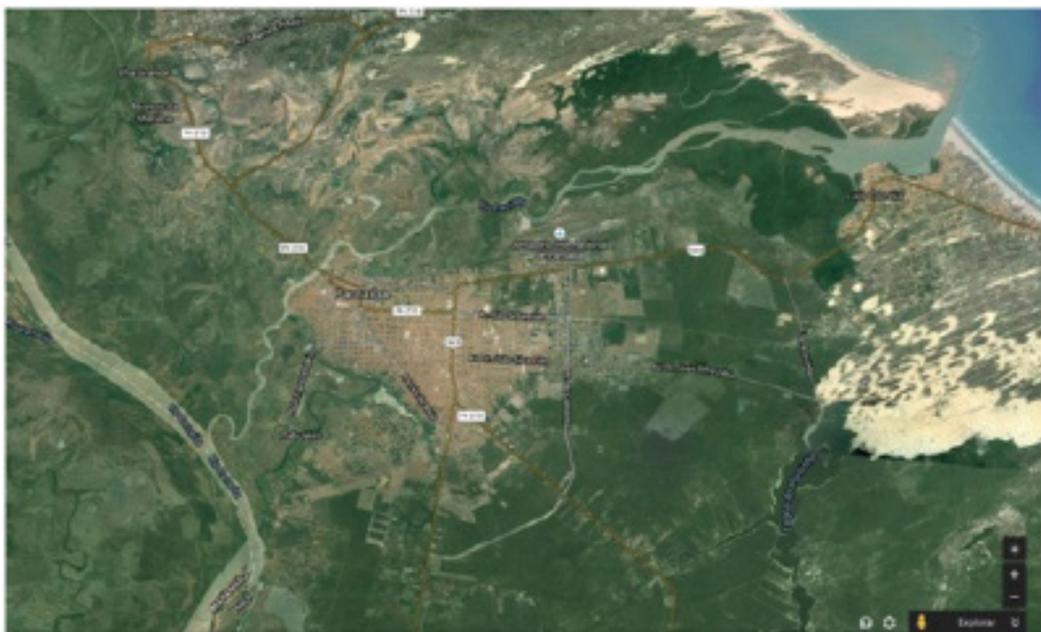


Figura 01 - Vista aérea da localização da cidade de Parnaíba.

Fonte: Google Maps (2016).

A área de estudo dessa pesquisa, o Parque Ambiental Lagoa do Bebedouro, situa-se no limite oeste da cidade de Parnaíba, abrangendo os bairros: Bebedouro, Santa Luzia e São Vicente de Paula. A área em questão possui um total aproximado em 405,45 mil hectares e 15, 712 habitantes, onde, existem casas, bares e pequenas vendas, associações, posto de saúde, dentre outros (IBGE, 2010). A lagoa recebe as águas de duas nascentes, situadas próximas a sua extremidade e de um córrego, na verdade uma barragem que se estende ao longo de uma avenida e verte o excedente das águas para a várzea do Rio Igarçu. A lagoa do Bebedouro (Figura 02) é de grande importância para manutenção ambiental do município, mas no presente momento sofre com as consequências do abandono e poluição das mais diferentes formas.

A área hoje se encontra com sua integridade ecológica totalmente comprometida por fatores naturais (contaminação por bactérias de origem fecal provenientes do carreamento de fezes de animais para o corpo hídrico via escoamento superficial e aumento da turbidez durante os períodos de cheias, resultado do transporte de sólidos para o corpo hídrico proveniente de áreas em processo de erosão na extensão da bacia de drenagem) e antrópicos (lançamento direto de esgotos domésticos e industriais nos corpos d'água, carreamento de resíduos sólidos e líquidos para o corpo hídrico mediante via escoamento superficial, contaminação dos solos devido ao vazamento de fossas sépticas e mau acondicionamento de resíduos sólidos, dentre outros).



Figura 02 - Localização da área do objeto de estudo.

Fonte: Google Maps (2016).

A Lagoa do Bebedouro, após os impactos decorrentes do lançamento de resíduos, passou a acumular águas poluídas, gerando prejuízos para o ecossistema aquático e para a população que usufruiu por um bom tempo como fonte de renda através da pesca. Atualmente, a situação balneável da lagoa se encontra em estado alarmante, impossibilitando o banho, a pesca e outras atividades que poderiam ser realizadas, devido ao alto índice de poluição, comprometendo a vida de todos os seres vivos que dela dependem. A ausência de informações sobre a qualidade dos corpos hídricos põe em risco a saúde de banhistas, moradores e crianças.

3. Resultados e discussões

Ao abordar o conceito de lagoas na Geografia deve-se partir da imagem que se têm delas como objeto, das visões de seus usuários tradicionais, dos legisladores e daqueles que pretendem defini-la cientificamente. Numa visão geomorfológica, elas podem ser vistas como uma extensão de água confinada e cercada de terra por todos os lados (GUERRA e GUERRA, 2011). Em diversas destinações turísticas, a água demonstra grande potencial para atrair turistas, seja na sua forma natural, como lagoas, cachoeiras, rios, ou artificiais, parques temáticos, barragens, reservatórios, entre outros (ANA, 2005).

A área urbana concentra a maior parte da população brasileira, implicando em uma crescente degradação nas condições de vida, em particular das pessoas que vivem as margens de rios e lagoas, desencadeando uma agravante crise ambiental. Dentre as principais consequências dos impactos ambientais gerados no entorno das lagoas, apontam-se: assoreamento, poluição hídrica, ocupação irregular, desmatamento, dentre outros (FREITAS; DE FREITAS, 2015).

O aspecto ambiental encontrado na lagoa do Bebedouro está vinculado à falta de saneamento básico, de equipamentos públicos, de ordenamento viário, de infraestrutura de habitação e lazer e a um cenário com áreas de risco e devastação, estes que por consequência contribuem para a poluição da mesma, e do rio Igarapé, bacias de drenagem das águas pluviais e dos efluentes residentes nessa zona da cidade.

Com a excessiva presença de agentes antrópicos, nota-se que o território vem em crescente escala de descaracterização biótica, deste modo à área na sua importância representa um fator central de equilíbrio socioambiental. Em parte, é visível a perda da biodiversidade original, que em contrapartida, vêm dando lugar a espécies indicadoras de poluição.

A lagoa abriga espécies da fauna como: jacarés, cobras, gambás “mucuras”, garças, “galinha-d’água” entre outras espécies e também espécies da fauna e flora aquática como as macrófitas aquáticas com 22 famílias e 38 espécies (ADÃO, 2013). As plantas aquáticas são conhecidas pelos pesquisadores como macrófitas aquáticas (macro=grande, fita=planta). São vegetais que habitam desde brejos até ambientes totalmente submersos (isto é, debaixo d’água).

Devido à poluição proveniente de esgotos não tratados lançados na lagoa essa vem sofrendo alterações bióticas, pois além da presença de espécies indicadoras de poluição foi observado desenvolvimento excessivo dos aguapés (*Eichorniacrassipes*), o que evidencia que a lagoa está sofrendo processo de eutrofização (ADÃO, 2013). O aguapé, também conhecido como baronesa, é um vegetal aquático composto por 95% de água e fica flutuando na superfície de lagos, represas ou rios. A planta serve de habitat para microrganismos ou refúgio para peixes. Mas em grande quantidade vira uma praga, é o ocorre com a lagoa do Bebedouro, “esse efeito de tapete que formou o aguapé já é agora um elemento problemático, que dentro de um impacto ambiental é negativo para a lagoa”, o aguapé é um eficiente indicador de poluição (ver Figura 03).

A eutrofização (ou eutrofização) é um processo normalmente de origem antrópica (provocado pelo homem), ou raramente de ordem natural, tendo como princípio básico a gradativa concentração de matéria orgânica acumulada nos ambientes aquáticos.

Entre os fatores impactantes, contribuindo com a crescente taxa de poluição neste ecossistema, estão: os dejetos domésticos (esgoto), fertilizantes agrícolas e efluentes industriais, diretamente despejados ou percolados em direção aos cursos hídricos (rios e lagos, por exemplo).



Figura 03 - Processo de Eutrofização na lagoa do Bebedouro.

Fonte: RODRIGUES (2015).

Durante esse processo, a quantidade excessiva de minerais (fosfato e nitrato) induz a multiplicação de micro-organismos (as algas) que habitam a superfície da água, formando uma camada densa, impedindo a penetração da luminosidade. Esse fato implica na redução da taxa fotossintética nas camadas inferiores, ocasionando o déficit de oxigênio suficiente para atender a deman-

da respiratória dos organismos aeróbios (os peixes e mamíferos aquáticos), que em virtude das condições de baixo suprimento, não conseguem sobreviver, aumentando ainda mais o teor de matéria orgânica no meio.

No artigo 10 da seção II da competência comum, da Lei Orgânica do Município faz referência que:

É de competência administrativa comum do município de Parnaíba, da união e do Estado do Piauí, observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

II – Conservar o patrimônio público;

IX – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Observa-se que as medidas citadas acima não estão sendo cumpridas. Por conta de o setor público não atentar para essa problemática, o despejo e descaso com a poluição prevalece. O pensamento a seguir enfatizado por Perinotto ressalta que:

Como se observa a atitude humana é um dos motivos mais fortes que contribuem para a precariedade do local, a falta de educação ambiental da população que vive ao seu entorno acarreta uma série de danos, podendo levar o local a se tornar uma lagoa de esgoto. A educação ambiental é um importante subsidio na preservação ambiental, pois a mobilização pública através de sua conscientização pode contribuir para a efetiva execução de medidas diminuidoras do impacto entrópico (PERINOTTO, 2008).

Em consequência, o número de agentes decompositores também se eleva (bactérias anaeróbias facultativas), atuando na degradação da matéria morta, liberando toxinas que agravam ainda mais a situação dos ambientes afetados, comprometendo toda a cadeia alimentar, além de alterar a qualidade da água, também a torna imprópria para o consumo humano.

Com uma extensa área geográfica, o território da lagoa do Bebedouro encontra-se em vulnerabilidade e exposição de degradação ambiental. A principal via asfáltica de acesso não apresenta sinalização adequada para o tráfego de veículos. A degradação em si e os altos índices de marginalização, impedem o desenvolver de atividades voltadas a áreas de lazer, cultura e socialização entre comunidades vizinhas e pela própria cidade em geral como o exercício de atividades físicas e apresentações de eventos sociais. Deste modo, foi perdido o direito de exercer e usufruir destes determinados benefícios inerentes do local.

O calçadão do seu entorno encontra-se em boa parte destruída, a poluição da água impede que esta seja usada para fins de consumo e higienização e a vegetação tomou conta dos seus arredores dificultando o acesso para a lagoa e, ainda, são recursos de esconderijo para animais perigosos e marginais em ações de delitos. No calçadão da lagoa existiam dois bares que funcionavam como atrativo, e que hoje estão destruídos, assim como a praça que foi tomada pela vegetação e pelo vandalismo.

As ruas que integram o bairro são de calçamento poliédrico com presença de residências domiciliares de características populares e de simples estruturas na sua maioria. As vielas do território e a própria via principal são recursos utilizados para a prática de prostituição, consumo e comercialização de drogas e entorpecentes. Problemas físicos estruturais do território em si, tornam-se fontes agregadas para a permanência de problemas ambientais que se fazem presentes e atuantes em toda sua extensão (Figura 04).



Figura 04 - Principal via de acesso, com calçadão para pedestre e construções irregulares.
Fonte: RODRIGUES (2015).

A Lagoa do Bebedouro encontra-se hoje em uma situação da qual se tornou inviável a prática de qualquer atividade nesse local, visto que, uma área que deveria ser destinada ao lazer e descontração dos moradores e visitantes resume-se em um cenário de devastação e precariedade ambiental. A presença de vegetação seca, bem como de aguapés são fatores de poluição visual que em conjunto com o despejo de lixo se tornam fontes de reconfiguração paisagística como mostrado na figura 05.



Figura 05 – Lixo e poluição facilmente encontrados ao entorno da Lagoa.
Fonte: RODRIGUES (2015).

Estes fatores implicam diretamente no equilíbrio ambiental do território da lagoa do Bebe-

douro sendo que no capítulo IX do artigo 263 da Lei Orgânica Municipal (1990) consta que “todos têm direito ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à adequada qualidade de vida, impondo-se a todos e, em especial, ao Poder Público, o dever de defendê-lo e preservá-lo para o benefício das gerações atuais e futuras”.

Porém com a utilização inadequada do meio ambiente pelo ser humano, as consequências ambientais vêm aumentando ao longo dos anos, sem pensar no bem-estar dessas gerações atuais e futuras. Espíndola e Arruda citam medidas fundamentais a serem tomadas para a conservação de recursos e o bem-estar social:

Se uma ação é sustentável em termos utilitários, ela pode permanecer continua na interação de não pôr em risco as atividades, o bem-estar, a água, o ar, a terra, enfim, o meio socioambiental em sua totalidade, no futuro. Para que isso aconteça é de vital importância que se estabeleçam alguns princípios para as sociedades, tais como respeitar e cuidar do meio ambiente, buscar melhorar a qualidade de vida humana, conservar a vida e a diversidade do planeta, não ultrapassar os limites que a Terra pode tolerar, alterar as práticas sociais, gerar uma estrutura nacional para aliar desenvolvimento a capacidade de do planeta e edificar uma aliança em nível mundial. Uma economia sustentável, por assim dizer, é o resultado do desenvolvimento sustentável, que por sua vez conserva as fontes naturais ao mesmo tempo em que aprimora o bem-estar social e não tira a eficácia do sistema produtivo (ESPÍNDOLA: ARRUDA, 2008).

De maneira concreta, sabe-se que a aplicação de investimentos e recursos para o ordenamento do território é de caráter emergencial, todavia que representa um avanço significativo para a questão socioambiental. Nesta vertente, com base em um Estudo de Impacto Ambiental (E.I.A.) para um levantamento complexo de todo o território, projetos de revitalização agregam condições favoráveis para todo um desenvolvimento urbano e ambiental.

Muito vem sendo discutido para a revitalização da mesma, mas até o presente momento nada saiu do papel, recentemente comenta-se muito sobre a liberação de recursos do PAC I no valor de aproximadamente R\$ 1,5 milhões para revitalização da lagoa do Bebedouro, assunto que foi matéria em vários meios de comunicação e mídia da cidade de Parnaíba, que segundo os mesmos, ficou acertado a liberação dos recursos para o ano de 2016, o projeto contempla a total revitalização das águas da lagoa e de seu entorno. A obra está licitada com empresa, aguardando apenas a liberação para assinatura da ordem de serviço (PROPARNABA, 2016).

Vemos a magnitude de urgência na revitalização do Parque Lagoa do Bebedouro, mas não poderíamos deixar de salientar um dos principais fatores causadores tanto da situação atual como de uma situação futura desejada, que é a educação ambiental ou a falta dela. Esta questão que está cada vez mais inerente nas conferências internacionais, se dá pela necessidade de desenvolver um censo crítico para as questões ambientais, fazendo com que o homem reveja suas prioridades para com o meio, e assim possa garantir a existência dos recursos por um maior período de tempo.

A educação ambiental se consolida através da implementação de programas capazes de promover a sua importância por meio da reprodução de práticas que visem a sustentabilidade e a diminuição de impactos que nossas atividades causam no meio. Sabe-se que a maneira mais eficaz de inserção dessas práticas é por meio de políticas que promovam a sua importância a partir da educação primária, garantindo que as gerações futuras cresçam com a mentalidade para a sustentabilidade e o senso crítico de inibir práticas que tragam malefícios.

Apesar da importância da educação ambiental o desafio da conscientização é muito grande,

pois deverão ser realizadas e implementadas ações para abranger todas as camadas sociais. Essas práticas devem ser apresentadas tanto para o indivíduo que pensa não estar contribuindo para a degradação de um determinado ambiente por fazer uso do local apenas para subsistência, como para o empresário que não aceita as medidas sustentáveis por receio de causar diminuição de lucros. Na verdade, através de práticas sustentáveis estaremos prolongando o prazo de validade do meio, promovendo o bem estar social, e garantindo a lucratividade por um maior período de tempo.

4. Considerações finais

Os principais fatores que acarretam para a desordem ambiental do Parque Ambiental Lagoa do Bebedouro estão ligados ao campo da gestão pública e da falta de educação ambiental dos moradores. No que diz respeito à gestão pública, devemos salientar que mesmo contando na legislação o dever dos órgãos competentes em promover as melhorias e a manutenção adequada do local para que todos tenham um ambiente saudável e possam fazer bom uso do mesmo, observa-se no presente artigo o não cumprimento dessas leis, prejudicando os aspectos naturais e sociais do local e seu entorno.

É notória a necessidade de uma conscientização ambiental por parte dos habitantes do local, já que a falta dela também foi um dos fatores que implicaram para a situação lamentável de conservação da lagoa do Bebedouro. O processo de educação ambiental requer práticas inovadoras, capazes de ampliar a percepção, promover o senso crítico, resgatar valores e produzir mudanças.

A lagoa do Bebedouro vem sofrendo com o processo de degradação ambiental ocasionado pela ação antrópica onde a causa é o processo de urbanização que modifica profundamente a ocupação do solo, essas ocorrem decorrentes da poluição em suas diferentes formas, edificações construídas irregularmente, aglomeração desordenada de moradias, aberturas de vias, dentre outros, elementos esses responsáveis pela descaracterização natural da área do parque.

Entendendo a importância dos documentos legislativos que contribuem para a manutenção do meio ambiente, deverão ser cumpridas normas pendentes cujo dever são dos órgãos competentes, para que possam firmar o compromisso constitucional com o meio ambiente e com a comunidade, propiciando o bem-estar social.

Referências

SILVA, O.V. **Sistemas Produtivos, Desenvolvimento Econômico e Degradação Ambiental**. Revista Científica Eletrônica de Turismo. Ano IV, n. 6, jan. 2007.

LEFF, Enrique (org). **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-6.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Censo demográfico da cidade de Parnaíba**. IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades.html> Acesso em: 21 maio 2015.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário Geológico-Geomorfológico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS-ANA. **Cadernos de recursos hídricos: turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos**. Brasília, 2005.

FREITAS, F. R. D.; FREITAS, V. P. **Análise da Degradação Ambiental na Lagoada Bastiana** – Município de Iguatú-CE. XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI – UFS.

ADÃO, A. LIMA et al. **Levantamento das Macrófitas da Lagoa do Bebedouro e da Lagoa da Prata**, Parnaíba-Piauí, BRASIL, 2013.

FONSECA, K. **Eutrofização**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.uol.com.br/biologia/eutrofizacao.html>>. Acesso em 25 jan. 2016.

PARNAIBA, **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA**, 05 de Abril de 1990.

ESPÍNDOLA, M. A. J; ARRUDA, D. O. **Desenvolvimento Sustentável no Modo de Produção Capitalista**. Revista Visões. 4. ed, v.1, n. 4, jan/jun. 2008.

Por Redação. **Recursos: R\$ 1,5 Milhões para a revitalização da Lagoa do Bebedouro**. Disponível em: <<http://www.proparnaiba.com/redacao/2015/12/recursos-r-1-5-mihao-para-revitalizacao-da-lagoa-do-bebedouro.html>> Acesso em 14 fev. 2016

TURISMO E OS IMPACTOS SOCIOCULTURAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

*JACILENE DOS SANTOS CASTRO
AUDIVAN RIBEIRO GARCÊS JÚNIOR
PAULO ROBERTO MENDES PEREIRA
JUAREZ SOARES DINIZ CUNHA*

Resumo

O turismo é uma prática social, que para atender os interesses de cada público fragmentou-se em diversos segmentos. Por ser uma atividade econômica, acaba por envolver diversos setores da sociedade, que busca cada vez mais acomodar o número crescente de visitantes e atender suas necessidades. Neste trabalho elencou-se os diversos conceitos do turismo, bem como sua importância na atualidade e analisou-se os potenciais turísticos de um dos quatro municípios da Região Metropolitana de São Luís - MA, que possui um significativo potencial turístico: São José de Ribamar - MA. O objetivo principal deste trabalho foi analisar os impactos socioambientais que o turismo trouxe para o referido município, e como o mesmo vem refletindo em sua dinâmica urbana. Através do estudo de caso e dos métodos indutivo e fenomenológico, iniciou-se um estudo, que juntamente com pesquisas bibliográficas, visitas a órgãos públicos, entrevistas com pesquisadores do município supracitado e análise de dados, caracterizou-se um dos principais potenciais econômicos do município, o turismo. Esta pesquisa nos ajuda a entender quais os aspectos positivos e negativos que o turismo traz para São José de Ribamar, assim como buscar alternativas para que a atividade turística ocorra de forma que os benefícios trazidos para o município seja superior aos malefícios causados pelo mesmo. Assim, tem-se no planejamento turístico e urbano uma das formas mais viáveis para o desenvolvimento sustentável do município de São José de Ribamar.

Palavras-chaves: Potenciais turísticos; Impactos; Planejamento.

Abstract

Tourism is a social practice, to meet the interests of each audience fragmented into several segments. Because it is an economic activity, ultimately involve various sectors of society, which seeks increasingly accommodate the growing number of visitors and meet their needs. In this work the various concepts of tourism up has listed, as well as its importance today and analyzed the tourist potential of the four municipalities of the Metropolitan Region of São Luis-MA, which has a significant tourism potential: São José de Ribamar-MA. The aim of this study was to analyze the social and environmental impacts that tourism brought to the municipality, and how it has reflected in its urban dynamics. Through the case study and inductive and phenomenological methods, began a study, which along with literature searches, visits to government agencies, interviews with researchers of the aforementioned municipality and data analysis, characterized one of the main economic potential of the municipality, tourism. Such research helps us understand what the positive and negative points that tourism brings to São José de Ribamar, and seek alternatives for the tourism activity takes place so that the benefits for the municipality is greater than the harm caused by it. Thus, it has in the tourist and urban planning one of the most feasible ways for sustainable development of the municipality of São José de Ribamar.

Keywords: Potential tourist; Impacts; Planning.

1. Introdução

O turismo é uma atividade crescente no mundo todo, no entanto, muitas vezes, esse crescimento desordenado tem provocado danos às paisagens e/ou às populações locais. O turismo enquanto atividade contribui para o aumento da receita de um lugar, e pode, ainda, quando planejado de maneira adequada proteger espaços naturais importantes. No entanto, quando o turismo acontece sem planejamento, de maneira desordenada, com o uso inadequado dos recursos naturais, culturais ou arquitetônicos pode provocar grandes desequilíbrios ambientais.

O município de São José de Ribamar possui vários potenciais turísticos que atraem turistas de vários municípios do Maranhão e de outros estados brasileiros. A necessidade de compreensão dos reflexos do turismo no município de São José de Ribamar - MA, ocorridos devido à intensidade da atividade turística na região, foi um dos principais motivos para a presente pesquisa. Tendo como finalidade uma análise dos impactos socioculturais, ambientais e econômicos ocorridos no mesmo. Esses impactos exercem influência nos diversos setores da economia, da cultura, do ambiente, além dessas influências, há a interação entre a população local e o turismo. Através da identificação desses impactos tornam-se mais viável apontar as maneiras de tentar enfrentar os efeitos negativos na cidade.

Como ponto de partida, tornou-se necessário fazer o levantamento das características sociais e econômica do município, a fim de entender como está organizado. O próximo ponto foi elencar as suas potencialidades turísticas e como elas estão organizadas, com destaque para o turismo religioso, que é o maior impulsionador do turismo local. Elencando assim os principais impactos positivos e negativos que ocorrem devido as atividades turísticas.

Estes impactos exercem influência nos diversos setores da economia, da cultura, do ambiente, além dessas influências, há a interação entre a população local e o turismo. Através da identificação desses impactos tornam-se mais fácil apontar as maneiras de tentar combater esses prejuízos na cidade.

2. Metodologia

A problemática e sua construção foram fundamentadas através do método indutivo com suporte fenomenológico e com viés na percepção ambiental. Enfatizando os conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica. A indução segundo Lakatos (1991, p. 47), caracteriza-se pelo processo pelo qual o pesquisador por meio de um levantamento particular chega a determinadas conclusões gerais. Portanto, o objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se baseia.

Já a pesquisa fenomenológica, segundo Coltro (2010, p. 39) parte da compreensão do viver e não de definição ou conceitos, e é uma compreensão voltada para os significados do perceber, ou seja, para as expressões claras sobre as percepções que o sujeito tem daquilo que está sendo pesquisado, as quais se expressam pelo próprio sujeito que as percebe.

Já a percepção ambiental, podemos caracterizá-la como uma atividade mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, que ocorre por mecanismos perceptivos e cognitivos (OLIVEIRA; QUEIROZ; SANTOS, 2010, p. 66). Estes autores ainda concluem que os mecanismos perceptivos são dirigidos por estímulos externos captados pelos cinco sentidos, os cognitivos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência pois a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe as sensações passivamente. Desse modo o estudo pela percepção ambiental é fundamental para a compreensão das inter-relações entre o ser humano e o meio ambiente, seu comportamento e atitudes no espaço.

O trabalho estruturou-se a partir de pesquisa bibliográfica em bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão: Núcleo de Documentação Pesquisa e Extensão Geográfica - NDPEG e Núcleo de Pesquisa e Documentação de Turismo - NPDTUR, bibliotecas municipais, visitas e entrevistas com gestores públicos, historiadores e pesquisadores da história do município.

Outro ponto que reforçou a percepção da área de estudo foram os trabalhos de campo realizados no período das grandes festividades que impulsionam o turismo local.

3. Abordagem geral sobre São José de Ribamar-MA

3.1 Localização

O município de São José de Ribamar, está situado na porção oriental da Ilha do Maranhão, fazendo parte da Mesorregião Norte Maranhense e juntamente com os municípios de São Luís, Raposa e Paço do Lumiar, pertence a Microrregião denominado de Aglomeração Urbana de São Luís, sua sede a 30 km de São Luís, capital do Maranhão (FONSECA, 2013). Localiza-se a 2° 33' 43" de latitude sul e 44° 03' 15" de longitude oeste. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico e com o município de Paço do Lumiar, ao leste e ao sul com a baía de São José e a oeste com o município de São Luís (Figura 01).

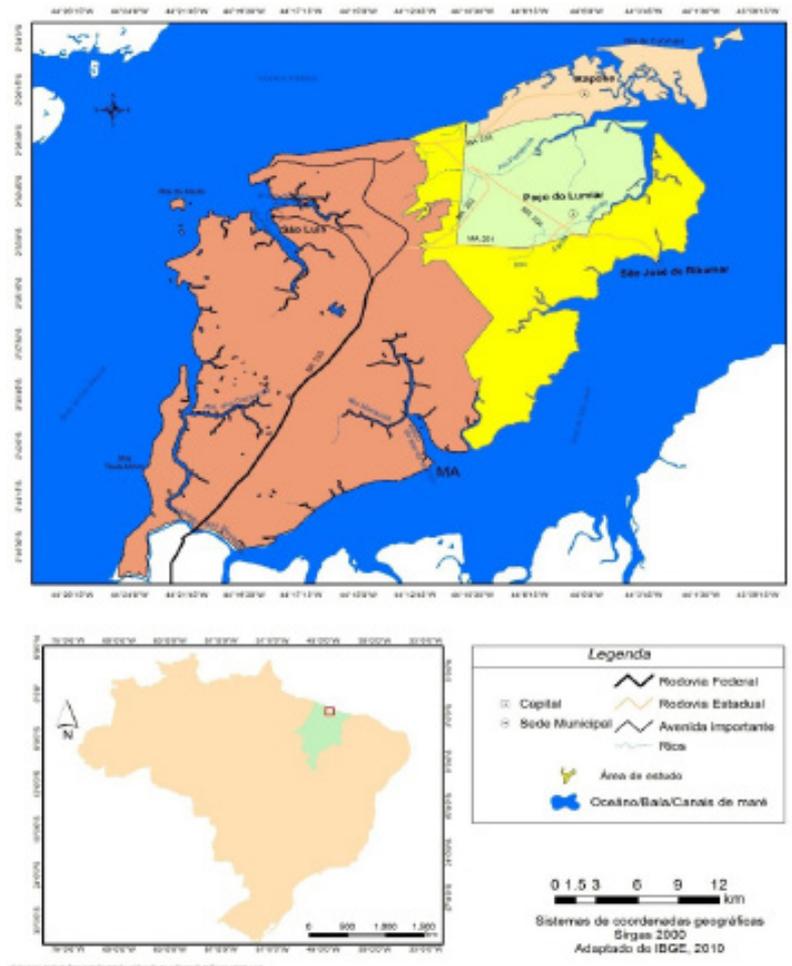


Figura 01 - Localização do Município de São José de Ribamar – MA.
 Fonte: IBGE, 2010. Adaptado por: PEREIRA, 2014.

3.2 Características socioeconômicas

O município possui uma população de aproximadamente de 163.045 habitantes, com 78.683 habitantes do sexo masculino e 84.362 habitantes do sexo feminino, sendo assim o terceiro maior em número de habitantes do estado, segundo censo do IBGE em 2010, distribuídos em 125.336 habitantes na zona rural e 37.709 na zona urbana, observamos assim uma porcentagem de moradores bastante acentuada residindo na zona rural, cerca de 76,87%, enquanto somente 23,13% residem na zona urbana, característica que Fonseca (2013) considera como:

Um fenômeno um pouco diferente do que acontece com boa parte dos municípios brasileiros, principalmente os que ficam situados nas regiões metropolitanas das capitais dos Estados onde a população urbana, em geral, é maior que a residente na zona rural; se comparado com outros municípios da Ilha, é o que apresenta maior índice de população rural (São Luís 5,6%, Paço do Lumiar 25% e Raposa 37,70%) (FONSECA, 2013, p. 65).

Uma característica que leva o município a possuir um índice elevado da população rural é o fato de que a agricultura familiar e o baixo padrão tecnológico praticada no município ainda é predominante. Podemos assim, fazer um comparativo das últimas duas décadas (1991 a 2010), onde percebemos que apesar de crescer, a população urbana não ultrapassou a rural (Tabela 01).

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	75.174	100	119.263	100	163.045	100
População residente masculina	37.089	49,34	58.060	48,68	78.683	48,26
População residente feminina	38.085	50,66	61.203	51,32	84.362	51,74
População urbana	26.044	34,64	40.280	33,77	37.709	23,13
População rural	49.130	65,36	78.983	66,23	125.336	76,87
Taxa de Urbanização	-	34,64	-	33,77	-	23,13

Tabela 01 - População total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização - São José de Ribamar - MA.d

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

Percebe-se que nos últimos vinte anos a população total de São José de Ribamar teve um crescimento de mais de cem por cento, assim como a população residente do sexo feminino sempre esteve à frente do número total do sexo masculino. Assim como a população rural em 1991 e em 2000 sempre superou a população urbana, números esses que mais que triplicaram em 2010, diminuindo a cada ano a taxa de urbanização do município. Características essas que são

confirmadas a partir dos aspectos econômicos do município, como já supracitado, e também pelo fato de que a principal atividade econômica do município é a pesca, que ainda é feita de modo artesanal.

Em se tratando de economia do município de São José de Ribamar, as principais atividades econômicas que se destacam estão centradas no setor primário: a pesca artesanal, grande potencial econômico local, agricultura de subsistência.

4. Potenciais turísticos de São José de Ribamar

4.1 Turismo cultural

As diversas combinações da cultura e do turismo configuram o segmento de turismo cultural, que é marcado pela motivação do turista de se deslocar especialmente com a finalidade de vivenciar os aspectos e situações que são peculiares da nossa cultura. Assim, a relação entre a cultura e a atividade turística não pode ocorrer sem a necessária compreensão das formas de caracterização e estruturação pertinentes ao segmento. O desenvolvimento desse tipo de turismo deve ocorrer pela valorização e promoção das culturas locais e regionais, preservação do patrimônio histórico e cultural e geração de oportunidades de negócios no setor, respeitados os valores, símbolos e significados dos bens materiais e imateriais da cultura para as comunidades.

O turismo cultural apresenta amplas possibilidades de apreciação, que vai de acordo com a área de interesse do consumidor. Em São José de Ribamar, o turismo cultural é um dos potenciais turísticos que mais se destaca no município. Durante todo o ano a cidade recebe turistas que chegam para conhecer a cultura, se divertirem nas festas populares, além de apreciar a gastronomia e o artesanato local.

4.1.1 Festividades de Lava-pratos

Uma das festas que mais se destacam no município é o Carnaval Lava-Pratos (Figura 02), que acontece sempre no final de semana após o carnaval tradicional, arrasta multidões em dois dias de muita diversão. O evento que chegou a sua 69ª edição em 2015 e inclui brincadeiras, como blocos carnavalescos e grupos folclóricos que fazem um circuito na principal avenida da cidade, a Avenida Gonçalves Dias e também shows de bandas e cantores maranhenses e nacionais, que acontecem na orla marítima.



Figura 02 - Público acompanhando os shows na festa de Lava-pratos.

Fonte: Registro da pesquisa, 2014.

O Carnaval Lava-Pratos é considerado como o primeiro carnaval fora de época do país, além de encerrar oficialmente a temporada carnavalesca no Estado. Há algumas versões sobre o surgimento dessa festa, dentre elas a que o evento tenha sido iniciado com a festa dos garçons que, sem poder aproveitar o carnaval, realizavam uma festa após a folia geral para poder comemorar. Porém, de acordo com pesquisador e escritor Antônio José Ferreira Miranda, teve sua origem no ano de 1946, no então chamado “Carnaval da Vitória”, assim batizado após a vitoriosa participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que terminou em 1945.

Segundo a bibliotecária Marli de Jesus Conceição, autora do livro “São José de Ribamar: Cidade de encantos”, a festa teve início quando a escola de samba Turma da Mangueira de São Luís, resolveu fazer uma visita à escola Batuqueiro Naval, de São José de Ribamar, em retribuição à visita desta escola àquela agremiação. A partir dessa época, outras agremiações começaram a peregrinação a São José de Ribamar, em função de terem se sagrado campeãs no Carnaval da capital maranhense. Com o passar do tempo, muitas outras Escolas de Samba e outras manifestações culturais da Ilha, como é o caso da Casinha da Roça, também começaram a se deslocar todos os anos para a sede do município.

4.1.2 Festa do Lava-bois

Outra festa de cunho cultural que acontece na cidade é o Lava-bois (Figura 03). Trata-se de um grande encontro de grupos de bumba-meu-boi de todos os sotaques, que acontece no primeiro final de semana do mês de julho.

A festa de Lava-bois, segundo o pesquisador ribamarense Antônio Miranda, teve início na década de 50, surgiu de um ritual promovido por boieiros que foram até o município pagar uma promessa à São João. Os primeiros batalhões que chegaram à cidade foram os de orquestra. Eles vieram a convite de brincadeiras locais, mas também com o objetivo de agradecer aos santos festejados no mês de junho.



Figura 03 - Apresentação do Boi de São José de Ribamar na avenida Gonçalves Dias.
Fonte: Registro da pesquisa, 2014.

A concentração das brincadeiras acontece em frente a Igreja Matriz. Os primeiros Bois que participaram da festança foram os batalhões de Axixá, Rosário, Peri-Merim, Santa Rita e São José de Ribamar. O nome Lava-bois foi dado devido ao fato do evento encerrar oficialmente a temporada junina no estado. O evento começou a ganhar maiores proporções com as participações de outros bois como Boi da Maioba, Pindoba, Iguaíba, Panaquatira dentre outros.

4.1.3 Festival de Jazz e Blues

Outro evento que começou a fazer parte do calendário turístico de São José de Ribamar desde 2014, é o São José de Ribamar Jazz e Blues Festival, que acontece no mês de dezembro. Durante três dias, na Praça da Matriz da Sede da cidade, moradores e visitantes irão apreciar gratuitamente, shows de artistas ribamarenses, maranhenses, além de atrações nacionais e internacionais. O Festival de Jazz e Blues foi concebido nos mesmos moldes dos festivais já realizados nas cidades de Barreirinhas e São Luís.

Tem como objetivos proporcionar ao público entretenimento, acesso aos diversos bens culturais, formar novas plateias, promover o intercâmbio musical entre artistas maranhenses e de outros países; gerar oportunidades de trabalho a diversos profissionais ligados à música e incrementar o turismo cultural no município. O evento conta com uma programação diversificada, composta por oficinas musicais que abrem o Festival dois dias antes do início das apresentações musicais, cortejo artístico (Figura 04) e shows de cantores locais, nacionais e internacionais.



Figura 04 - Cortejo com o Grupo Maratuque Upaon-Açu.
Fonte: Prefeitura de São José de Ribamar, 2014.

4.1.4 Artesanato

No município, ainda encontramos uma característica bastante peculiar da região, é o artesanato ribamarense: bijuterias, bolsas e chapéus feitos de palha, lembranças e objetos decorativos, artigos religiosos feitos de argila e cerâmica, dentre outros. O artesanato da região além de ser vendido durante todos os eventos que acontecem no município (Figura 05), também podem ser encontrados na loja de artesanato do santuário ao lado do monumento de São José com artigos religiosos em geral, na feira de artesanato na praça da matriz e na Associação dos Artesãos de São José de Ribamar (AASJR), no bairro Campina localizado na sede do município.



Figura 05 - Artesanato à venda durante o Festejo de São José de Ribamar.
Fonte: Registro da pesquisa, 2014.

A Associação dos Artesãos de São José de Ribamar existe desde 2000, tendo o objetivo de contribuir para o crescimento e desenvolvimento das explorações artesanais. É composta por mulheres oriundas da área rural e urbana, em sua maioria doméstica, que buscam no artesanato uma oportunidade de melhoria de vida.

Para melhorar a comercialização, as artesãs mudaram a técnica de produção para modelagem manual e fizeram a inserção da cultura local na criação das peças, nas dimensões da religiosidade, economia e manifestações populares. A associação divulga através de materiais promocionais, o artesanato que é confeccionado e também está aberta a visita com a exposição dos seus produtos. Hoje, permanecem 15 artesãs trabalhando, criando e reinventando o artesanato em cerâmica, fazendo surgir do barro o São José, os barcos de pesca, o pescador, o vendedor de coco, o vendedor de camarão, o boizinho, o brincante de boi, do tambor de crioula, festa do Divino, mulheres de pescadores, e os pregoeiros, são peças em cerâmica que revelam o cotidiano da cidade, dando vazão a cultura ribamarense.

5.2 Turismo religioso

Existem formas de expressão da cultura que são classificadas em áreas de interesse específico e que geram demandas de viagem com motivação própria, mas se configuram dentro da dimensão e caracterização do turismo cultural, como é o caso do turismo religioso que configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo, Brasil (2010). Esse tipo de segmento turístico também é caracterizado por Dias e Silveira (2003) como o turismo empreendido por pessoas que se deslocam por motivações religiosas e/ou para participação de eventos de caráter religioso.

Fazem parte desse tipo de turismo: peregrinações e romarias; roteiros de cunho religioso, retiros espirituais, festas, comemorações e apresentações artísticas de caráter religioso, encontros e celebrações relacionados à evangelização de fiéis; visita a espaços e edificações religiosas (igrejas, templos, santuários, terreiros); realização de itinerários e percurso de cunho religioso e outros. Além disso, como afirma Dias e Silveira (2003):

Um aspecto importante dos eventos de natureza religiosa é a participação envolver várias dimensões, entre as quais: espiritual, social, familiar, recreacional e até ambiental, que pode complementa-se uma a outra. No Brasil, em particular, muitos eventos religiosos envolvem práticas profanas associadas: diversões, brincadeiras, disputas, jogos e outras atividades relacionadas com recreação que facilitam a sociabilidade entre os participantes (DIAS; SILVEIRA, 2003, p. 25).

Desse modo, podemos afirmar que o turismo religioso é uma prática multifuncional, em função dos usos e motivações que o origina e por utilizar as mesmas formas de organização e infraestrutura que qualquer outro tipo de turismo.

Um dos lugares que ofertam esse tipo de turismo é o município de São José de Ribamar, um dos roteiros religiosos mais visitados do Maranhão. Todos os anos, durante o mês de setembro, a cidade se prepara para receber milhares de devotos para o Festejo de São José de Ribamar. O evento é promovido pela Paróquia e Santuário de São José de Ribamar, conta com o apoio da Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (SEMTUC), Secretaria Municipal de Transporte Coletivo, Trânsito e Defesa Social (SEMTRANS), Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças (SEMPAF), Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e Secretaria Muni-

pal de Meio Ambiente (SEMMA).

Durante dez dias são realizadas romarias, missas campais, procissões, shows e atrações culturais. Segundo o Tenente Silva, o festejo tem alcançado cerca de 200 mil visitantes, entre fiéis, peregrinos e apreciadores do evento. Um dos momentos mais esperados é a tradicional procissão terrestre que ocorre no último dia do festejo, percorrendo a avenida Gonçalves Dias e algumas ruas da cidade, seguida de uma missa campal, na Concha Acústica. A partir dessa procissão podemos dimensionar a importância do Festejo de São José de Ribamar para o Maranhão (Figura 06).



Figura 06 - Multidão aguardando a missa de encerramento do festejo.

Fonte: Registro da pesquisa, 2014.

Outro momento esperado é a grande romaria ocorrida no dia 06 de setembro de 2014, onde os fiéis percorrem de acordo com o Tenente Silva, cerca de 22 km, o que dá em média 10 horas de caminhada, saindo as 16 horas da igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Cohab, bairro do município de São Luis em direção ao santuário de São José de Ribamar (Figura 07).



Figura 07 - Devoção popular a São José.
Fonte: Registro da pesquisa, 2014.

Além de participar do festejo de São José, o turista que vai até a cidade também pode conhecer os diversos pontos turísticos que remetem à questão religiosa de Ribamar, dentre eles: a Igreja da Matriz, onde se pode conhecer um pouco da história da cidade; o caminho de São José (em frente a Igreja da Matriz, com esculturas que contam a história da peregrinação da família de Jesus; a concha acústica, monumento que tem o formato de uma Bíblia aberta.

Na concha acústica acontecem as principais comemorações religiosas e culturais da cidade; a estátua de São José, com 32,5 m de altura, onde a partir dela podemos apreciar a vista da Avenida Beira Mar; museu dos ex-votos, museu que guarda objetos e oferendas de promessas dos devotos, uma das mais fortes expressões de agradecimento pelas graças alcançadas e gruta de Lourdes, única réplica da gruta de Lourdes existente na França.

6. Turismo e os impactos socioculturais, ambientais e econômicos em São José de Ribamar

É notório o desenvolvimento urbano que o município de São José de Ribamar vem alcançando nos últimos anos. Devido aos diversos fatores que envolvem esse desenvolvimento, não se pode afirmar que somente o turismo é o causador do mesmo, porém sabemos que as atividades turísticas realizadas no local contribuem significativamente para que alguns efeitos ocorram, sejam eles positivos ou negativos, como acrescenta Machado (1998):

Os efeitos do turismo variam e podem ser favoráveis ou desfavoráveis. Contudo, as pesquisas sobre os efeitos da atividade, na maioria das vezes, concentram-se naqueles mais tangíveis e qualificados como econômicos. Evidenciam quase sempre, apenas os efeitos positivos ou benéficos, deixando de lado os custos ecológicos, sociais e culturais promo-

vidos pelo inadequado e desorientado desenvolvimento da atividade. (MACHADO, 1998, p. 21).

Esses impactos nada mais são do que as mais variáveis formas de mutações da realidade natural do destino, causada pela realização da atividade turística e de seu desenvolvimento. Dessa forma, é necessário analisar os efeitos do turismo no município de São José de Ribamar, acompanhando tanto as tendências econômicas, como também as alterações ambientais, sociais e culturais do local, tornando-se possível sugerir propostas afim de evitar ou sanar quaisquer efeitos negativos.

No turismo os impactos “referem-se à gama de modificações ou sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras” (RUSCHMANN, 2000, p. 34). Para entender a complexidade destes impactos, foi necessário estudar e analisá-los separadamente: impactos sócio culturais, econômicos e ambientais, apontado em cada um deles seus aspectos positivos e negativos.

6.1 Impactos socioculturais e ambientais

O crescimento da população ribamarense nas últimas décadas indica a forte participação humana na transformação do ambiente. Com a concentração espacial e urbanização não planejada, a sede do município, passou a não suportar tamanho crescimento, o que acabou ocasionando inadequadas formas de uso e ocupação do solo, principalmente em regiões impróprias à moradias, comprometendo assim a qualidade ambiental, seja pela intensidade dos processos erosivos nas encostas e nas margens dos rios, causando o assoreamento dos mesmos, seja pela poluição e contaminação dos manguezais.

O aumento no número de imóveis e o desenvolvimento horizontal da cidade direcionam o acelerado processo de urbanização no município, gerando também a forte especulação imobiliária na área. Com o advento do turismo em São José de Ribamar, as moradias que ficam situadas nos locais onde as atividades turísticas acontecem, acabam adquirindo um valor material maior do que as demais, o que ocasiona uma super valorização e especulação das mesmas. Essa valorização e especulação não ocorre somente com as moradias, mas também com os terrenos próximos as áreas com potenciais turísticos.

Porém, um aspecto positivo que tem relação com o crescimento natural da região e a demanda turística no local é facilidade de acesso ao município, onde melhoria das estradas e aumento no número de transportes públicos e alternativos são fatores que contribuem não só para o deslocamento dos moradores locais, como também para o aumento do fluxo de turistas e acessibilidade ao local.

No que se refere à questão sociocultural, conforme (MAFFESOLI, 1996 apud COSTA, 2012, p. 21) a cultura é um produto social e, como tal, é um processo contínuo de criação e recriação; portanto, não é estática, pode ser mutável, ou seja, valores guardados de geração em geração vão se adaptando à sociedade contemporânea com o passar do tempo. Portanto, os impactos na cultura local, provocados pelo contato entre padrões culturais diferentes, influenciam mudanças nos hábitos locais por aculturação.

No caso do município de São José de Ribamar, o turismo acaba por valorizar o artesanato e a gastronomia local, bem como as manifestações culturais. Assim como são instigadas as criações de estratégias que incentivem a preservação sociocultural, contribuindo para preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural; com é o caso das citadas no Plano Plurianual (2010-2013): preservar e restaurar os patrimônios histórico e cultural, dinamizando e democratizando seu apro-

veitamento pela sociedade; incentivar a criação e o aumento da produção artística e cultural da cidade, com vistas à consolidação da identidade e da imagem do Município; promover a democratização da prática desportivas, contemplando todos os segmentos da população; fortalecer o desenvolvimento do turismo.

Desse modo, as manifestações culturais como produto turístico contribuem para o resgate e a preservação das identidades de cada região, à valorização e divulgação dos usos e costumes característicos das pessoas que vivem na localidade. A grande preocupação é quando o turismo vai de encontro ao modo de vida dos moradores e provocar efeitos como aglomeração de gente, congestionamento do trânsito, barulho, sujeira, destruição de propriedade, poluição, alteração da aparência da comunidade, uso de drogas, prostituição, aumento nas taxas de criminalidade, além da violação e inobservância às tradições religiosas.

Neste caso, podemos destacar as problemáticas ocorridas em Ribamar nos períodos de grande concentração de turistas: Festejo, Lava-pratos e Lava-bois. Durante essa alta temporada é perceptível as alterações causadas no cotidiano dos moradores locais, seja por um número elevado de pessoas e automóveis, causando desequilíbrio ambiental, poluição visual (aumento de resíduos sólidos), congestionamentos, sem falar da poluição atmosférica e sonora.

6.2 Impactos socioeconômicos

Os efeitos econômicos se fazem sentir nas atividades através de investimentos para atender à demanda dos turistas e também de outros setores. Seguindo a linha de Ruschmann (1999, *apud* Costa, 2012), os efeitos positivos dos impactos econômicos que mais tem reflexos sobre as comunidades receptoras são: o aumento da renda dos moradores locais, melhoria do nível profissional da população; expansão do setor de construção; industrialização básica na economia da região e atração de mão-de-obra.

As modificações positivas na estrutura econômica advindas do turismo no município de São José de Ribamar, baseia-se em geração de emprego e renda para os moradores locais, nos diversos setores que contribuem para o desenvolvimento da atividade: hotéis, restaurantes, comércios, transportes e aluguel de imóveis.

O setor do comércio é o que mais se destaca nos períodos de maior fluxo de turistas, seja formal ou informal. Nesse momento os moradores locais (vendedores ambulantes) aproveitam a movimentação de pessoas para venderem suas mercadorias que na maioria das vezes são feitas de forma artesanal. Além de aproveitarem a demanda para usarem seus meios e transporte pessoal como alternativo, facilitando o deslocamento das pessoas pelo município. Catadores de materiais recicláveis (latas de bebidas e garrafas plásticas), também aproveitam o grande consumo de bebidas nesse período para recolherem os recicláveis descartados pelos turistas, durante sua estadia no município. .

Os impactos econômicos, no entanto, também podem apresentar efeitos negativos. Nesse sentido, Ruschmann (1999 *apud* Costa, 2012) menciona:

O abandono de atividades primárias pelas populações autóctones para a busca de empregos no setor turístico; a situação de dependência de alguns destinos em relação ao turismo como atividade quase exclusiva, o que pode levar ao colapso econômico no caso de uma diminuição do fluxo; a inflação e aumento abusivo de preços, além da especulação imobiliária, o que marginaliza a população local, em especial os mais carentes; e a sazonalidade da atividade turística, que provoca transtornos e desemprego nos períodos de baixa ocupação. (RUSCHMANN, 1999 *apud* COSTA, 2012, p. 22).

Em São José de Ribamar, esses efeitos também são perceptíveis, dentre eles os que mais se destacam são: a sazonalidade da demanda turística, provocada pelo grande fluxo de turista somente em determinadas época do ano e sua ausência nos outros períodos, o que compromete a rentabilidade e ocasiona o desemprego para muitos moradores. Outro efeito negativo é a pressão inflacionária provocada pela alta dos preços dos produtos (mercadorias, alimentação, hospedagem, transporte) durante a atividade turística, explorando tanto os turistas como a população local.

7. Conclusão

Ao analisar os impactos decorrentes do turismo percebe-se que toda ação possui uma reação e cabe aos órgãos responsáveis e a população tomarem iniciativas para fazerem bom uso ou minimizarem esses impactos. O município de São José de Ribamar possui grandes oportunidades para desenvolver um turismo que satisfaça tanto os turistas quanto a comunidade, basta que sejam tomadas as medidas necessárias para sanar as deficiências encontradas, sendo necessário que esses efeitos sejam constantemente supervisionados, de modo que qualquer impacto indesejável que ocorra possa ser detectado e corrigido antes de tomarem maiores proporções.

Uma maneira de minimizar ou evitar o impacto causado pela atividade turística é através do planejamento turístico com base no desenvolvimento sustentável do turismo na região. Mas, para que haja um desenvolvimento correto e sem atropelos é importante se planejar, pois com o planejamento será mais fácil atingir os resultados, já que tudo será dividido em etapas. Assim, com o desenvolvimento sustentável do turismo, o mesmo deixa de ser somente uma atividade econômica, geradora de renda para os grandes empresários e passa a ser uma atividade baseada no desenvolvimento local, trazendo benefícios para todos os agentes dessa atividade.

Referências

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas.** / – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

COLTRO, Alex. **A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade.** Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo. V. 1, nº 11, 1º TRI/2000.

COSTA, Alana Lima. **Impactos socioculturais do turismo em áreas urbanas de concentração turística: um estudo na Avenida Erivam França (Nata I – RN)/** Vanessa Freire Paiva. - Natal, RN, 2012. Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Turismo.

DIAS, Reinaldo; SILVEIRA, Emerson José Sena da. **Turismo Religioso: ensaios e reflexões.** Campinas, SP: Editora Alínea. 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** Editora Atlas S.A: São Paulo, 1991.

FONSECA, Alexandre Vitor de Lima. **Uma jornada geográfica litorânea como proposta para ensinar e aprender geografia na escola: uma experiência em São José de Ribamar-MA.** Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico.** Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

MACHADO, Gilvana Maria Fernandes. **Turismo Sustentável: Uma alternativa de desenvolvimento para São José de Ribamar.** – Monografia apresentada ao Departamento de Turismo/ Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 1998.

OLIVEIRA, Marilda Aparecida de; QUEIROZ, Deise Regina Elias; SANTOS, Manoel Lus dos. **A percepção como instrumento para a educação ambiental: estudo de caso aplicado aos moradores do bairro Tarumã em Maringá-PR.** Boletim de Geografia/ Departamento de Geografia- Universidade Estadual de Maringá. Vol 28. N 2. P. 65-81, 2010.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** São Paulo: Papirus, 2000.

SANTOS et al. **Sustentabilidade ambiental municipal: uma análise geossistêmica do município de São José de Ribamar-MA.** Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

TURISMO LOCAL E OS REGISTROS GEOGRÁFICOS EM UM ENCLAVE SUB-ÚMIDO NO NORDESTE BRASILEIRO: INVESTIGAÇÃO MULTICASOS

*RICARDO CESAR DE OLIVEIRA BORGES
THIAGO BARBOSA OLIVEIRA DE ARAÚJO
JOSÉ HELDER MACIEL DE ARAÚJO*

Resumo

O estado do Ceará é considerado como um dos maiores polos turísticos do país. Além da oferta turística natural do litoral, com a presença de dunas, falésias, coqueiros, fontes de água doce, lagoas e enseadas. Há presença de equipamentos nas serras e no sertão; localidades que garantem uma diversidade ambiental e um diferencial para os produtos turísticos. Soma-se aos atrativos naturais, a hospitalidade da população local já soejamente conhecida e divulgada, bem como o ecoturismo no interior do estado e a diversão noturna da Capital Alencarina que fazem do Ceará um dos pontos turísticos procurados tanto pelo segmento nacional como estrangeiro. O objetivo desta investigação é apresentar os registros geográficos do turismo endógeno no Maciço de Baturité, Ceará, por meio dos pontos de maior destaque das cinco cidades estudadas no chamado Corredor Verde (Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia). Metodologicamente, foi realizado um estudo exploratório por meio de levantamento bibliográfico e estudo de campo nos cinco municípios para atender o objetivo desta investigação. Como resultados das atividades de campo no objeto do estudo, os registros geográficos por meio de mapas, fotos e apontamentos no diário de campo sugerem uma dinâmica da produção de territórios turísticos; da apropriação dos espaços pela prática do turismo, comporta, com a incorporação de novos espaços, o abandono parcial ou total de outros, pois entre os fatores que determinam sua valorização destacam-se, dentre outros, os modismos produzidos pela ação determinante do marketing. Além disso, infere-se que a atividade de turismo envolve vários segmentos da atividade humana atingindo diferentes grupos de pessoas, tais como os planejadores, políticos, profissionais da área, o turista cerne principal da área e, evidentemente, a comunidade local.

Palavras-chaves: Maciço de Baturité; Geografia do turismo; Vilegiatura.

Abstract

The State of Ceará is considered as one of the biggest tourist centers of the country. In addition to the natural tourism of the coast, with the presence of dunes, cliffs, palm trees, fresh water sources, lakes and coves. There is presence of equipment in the Sierras and in the hinterland; locations that ensure environmental diversity and a differential for tourism products. Added to the natural attractions, the hospitality of the local population already well known and disclosed, and ecotourism in the state and the nightlife of Alencarian Capital that make Ceará one of the sights sought by both national and foreign segment. The purpose of this research is to present the geographic records of endogenous tourism in the Massif Baturité, Ceará, through the most outstanding points of the five cities studied the so-called Green Corridor (Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti and Palmácia). Methodologically, an exploratory study through a literature review and field study was conducted in five municipalities to meet the objective of this research. As a result of field activities in the study of the object, the geographic records through maps, photos and notes in field diary suggest a dynamic production of tourist territories; the appropriation of spaces for the practice of tourism, behaves with the incorporation of new spaces, partial or total abandonment of others, as among the factors that determine their valuation stand out, among others, the trends produced by determining the marketing action. In addition, it appears that the tourism activity involves various segments of human activity affecting different groups of people, such as planners, politicians, professionals, tourists main core of the area and of course the local community.

Keywords: Massif Baturité; Geography of tourism; Village.

1. Introdução

Em seu processo histórico a cidade de Baturité¹ tem origem indígena do Tupi *ibi-tira-eté*, que significa dizer “serra verdadeira” em sua toponímia. Tal versão, porém, não é considerada unânime segundo os estudiosos. As mais antigas referências são datadas de 1746, quando Inácio Moreira Barros e André Moreira de Moura fizeram uma petição ao Capitão-mor, Governador da Capitania do Ceará Grande, João de Teive Barreto de Menezes, para a concessão de uma sesmaria entre o rio Choró e a serra de Baturité, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).

O objetivo desta investigação é apresentar os registros geográficos do turismo endógeno no Maciço de Baturité, Ceará, por meio dos pontos de maior destaque das cinco cidades estudadas no chamado Corredor Verde (Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia). Metodologicamente, foi realizado um estudo exploratório por meio de levantamento bibliográfico e estudo de campo nos cinco municípios para atender o objetivo desta investigação.

O turismo é definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) como sendo “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Apenas para efeito de ilustração, 387 mil empregados trabalhavam no sistema turístico do estado, o que correspondia a 8,47% dos empregados em todo o Brasil (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2000; CEARÁ, 2002; IPLANCE, 2000).

2. Baturité: história, evolução e turismo local

Inicialmente permaneceu a denominação de Aldeias das Missões em 1762. Em seguida o local foi elevado à categoria de vila e assim nomeada por Palmas em 1763 (Carta Régia datada de 6 de agosto de 1763 e Portaria de 15 do agosto de 1763, e conforme Edital, publicado a 31 de março de 1784). Elevado à condição de cidade através da Lei Provincial nº 844, de 09 de agosto de 1858, trazendo o nome de Baturité.

Segundo dados do Instituto de Pesquisas e Estratégias Econômicas do Ceará (IPECE, 2011), a cidade de Baturité é constituída por um montante populacional de 33.321 habitantes (IBGE, 2010; IPECE, 2011), estando 73,34% em zona urbana e com praticamente o mesmo percentual entre homens e mulheres, com leve predominância destas, respectivamente 49,21% e 50,79%.

Na Área de Proteção Ambiental (APA) do Maciço de Baturité, também encontram-se inúmeros projetos sustentáveis para a preservação da fauna e da flora da região. Como é o caso do Projeto Cara-suja; geração de renda e conservação da biodiversidade no maciço, iniciativa da Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos (AQUASIS²) em parcerias com outras instituições, como Handara³ e Companhia Energética do Ceará (COELCE⁴). O projeto vem conduzindo ações envolvendo estudo da biologia da espécie, trabalhando com a educação ambiental e o envolvimento de políticas públicas.

Após o exposto, faz-se necessária a apresentação dos cinco municípios, objeto do estudo, onde foram coletados os dados primários desta pesquisa para atender ao objetivo da investigação conforme Mapa 01, marco territorial das sub-regiões homogêneas no enclave sub-úmido do Maciço de Baturité.

interrompido durante o carnaval com o Festival de Jazz & Blues realizado em Guaramiranga, na última semana de março em decorrência da semana do município, em junho com o Festival de Quadrilhas, em agosto com o Festival de Queijos e Vinhos, no mês seguinte com Mostra Paralela de Teatro do Maciço de Baturité e, a mais tradicional, no mês de novembro, quando acontece a Festa do Alho (MACIÇO, 2003).



Figura 01 – Preparação da terra e plantio de frutas em Aratuba.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A produção de hortaliças e frutas é a principal atividade econômica da região. O primeiro nome da cidade, Coité, já fazia referência às árvores produtoras da baga utilizada nas cuias. Além disso, Aratuba possui uma comunidade indígena reconhecida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e que comercializa artesanatos em palha e madeira.

O comércio também é movimentado em Aratuba. Seja no lombo de um jumento, sobre uma moto, dentro de um carro, a cidade oferece serviços bancários, financeiros, mercados de pequeno e médio portes, postos de gasolina, *lan houses*, lojas de confecção, lojas de informática, entre outros.



Figura 02 – Cristo Redentor na Matriz em Aratuba.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na praça da matriz há outro ponto de visitação turístico: o Cristo Redentor. Lugar de oração, contemplação, pedidos e agradecimentos por todos que vão e vem pela cidade. A história da cidade confunde-se com a história da Família Pereira. O casarão é uma construção centenária, inclusive construída por escravos, na entrada de Aratuba.

Outros pontos turísticos que merecem destaque em Aratuba são os mirantes. O Pico do Musú permite avistar Itapiúna, Caridade e Canindé. O Pico do Acarape permite uma visão panorâmica de Aracoiaba, Itapiúna e Capistrano. A cinco quilômetros da sede há o Mirante Quebra Faca onde se localiza a comunidade indígena dos Fernandes e se tem uma visão dos municípios de General Sampaio, Caridade, Canindé, Paramonti e Pentecostes. Apresento, a seguir, o segundo município do objeto do estudo.

2.2 Guaramiranga

A área em estudo compreende o município de Guaramiranga e está localizada na Macrorregião Norte-Cearense, mais precisamente na Microrregião de Baturité em um dos pontos mais altos do Estado a 4°15'48" de latitude sul e 38°55'59" longitude oeste de Greenwich conforme IPECE (2014b). De origem indígena o termo Guaramiranga significa "pássaro vermelho" no Tupi. A serra se encontrava dentro da área territorial da vila de Baturité, em uma área de difícil acesso, com recortes geográficos muito acentuados onde grande parte do seu território situava-se 800 m acima do nível do mar (PAGLIUCA, 2009).

O município possui uma área de 59,47km² correspondendo 0,04% da área do estado, de acordo com dados do IPECE (2014b). O município é constituído de dois distritos, a Sede e Pernambuco. Encontra-se na Área de Proteção Ambiental (APA) de Baturité, legalmente protegida. APA é uma unidade de conservação criada para compatibilizar o uso, a ocupação humana com a conservação e preservação do meio ambiente. Destaca-se pela sua localização como o segundo ponto mais alto do Ceará, o Pico Alto com 1.115m de altitude.

Este enclave semiúmido possui um clima Tropical Sub-quento Úmido e Tropical Quente Úmido caracterizado por temperatura média em torno de 24°C e 26°C durante o ano com períodos chuvosos nos meses de janeiro a maio IPECE (2014b). Entre julho e setembro, no período da noite pode se sentir temperaturas ainda mais amenas, beirando os 14°C e 15°C. Característica essa por estar a 600 m acima do nível do mar.



Mapa 02 – Acesso para Guaramiranga saindo de Fortaleza (CE-060)

Fonte: FAGED/UFC (*apud* PAGLIUCA, 2009, p. 35).

O acesso a Guaramiranga se dá através da CE 021 e CE 115, por Mudubim, Pacatuba, Guaiuba, Redenção, Aracoiaba e Baturité, distante aproximadamente 115 km de Fortaleza, ou pela CE 115 e CE 004, por Maranguape, Palmácia e Pacoti, distante, 86 km, ou ainda pela BR 020 e Ladeira de Pendanga distante apenas 75 km (FARIAS, 2001), conforme Mapa 2.

As edificações que merecem destaque por sua maior escala e beleza arquitetônica são a Igreja Nossa Senhora de Lourdes, construída no estilo barroco em 1892, o Convento dos Capuchinhos que se localiza na ladeira da gruta, a Biblioteca Municipal Rui Barbosa, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição construída em 1880, o Teatro Municipal Raquel de Queiroz com capacidade para 500 pessoas, palco de espetáculos artísticos como o Festival de Jazz e Blues e o Festival Nordeste (GUARAMIRANGA, 2012).



Figura 03 – Vista da cerração do Pico Alto em Guaramiranga.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Outros pontos por seu caráter turístico merecem ser mencionados como: o Parque das Cachoeiras, Pico Alto (ponto culminante do Maciço de Baturité) com 1.115 m de altitude onde se pode desfrutar de um pôr do sol e as melhores vistas da região, a Linha da Serra (trajeto que começa a 28 km da entrada de Baturité) totalizando um percurso de 15 km a 1.002 metros de altitude e o Campo Batalha que possui uma trilha ecológica de 3.600 metros voltada para a educação ambiental (GUARAMIRANGA, 2012).

A cultura nessa região é muito forte. Movimentos culturais são apoiados pela Secretaria de Cultura da cidade, quando tenham a ver com a cultura de Guaramiranga e os nativos da região possam se identificar. A Secretaria da Cultura apoia e investe em eventos locais de pequeno porte onde afirma que eventos dessa categoria podem perdurar (VIEIRA, 2011). Os eventos são realizados no decorrer de todo o ano. No mês de setembro são destacados os festivais de teatro, jazz no período do carnaval, vinho em julho, que fazem deste pequeno município uma notável atração turística.

Inclusive, o sistema de destinação final de resíduos sólidos e a falta de um sistema de abastecimento de água regular trazem transtornos de ordem social, econômica e ambiental (PAGLIUCA, 2009). De acordo Mamede e Gadelha (2009) a infraestrutura de Guaramiranga é sempre um ponto delicado. A rede hoteleira e os restaurantes, por exemplo, são bons, mas muito caros para os serviços que oferecem, deixando a desejar (VIEIRA, 2011).

Outra característica que merece destaque ainda que não seja objeto desta investigação é o setor imobiliário. A especulação imobiliária que, por vezes, gera a segregação socioespacial já é alvo de atenção por parte da ciência geográfica (ASSIS, 2010; RODRIGUES, HOLANDA, 2012; PINHEIRO; BORGES, 2012). Guaramiranga, enquanto cidade refrigerada e com um turismo que possui características de vilegiatura, detém a possibilidade real de investimento no mercado imobiliário, notadamente com o aumento do preço do espaço urbano e divisão clara entre os que podem arcar com tamanho investimento daqueles que ficam a margem do que o setor produz.

No âmbito do turismo, Ruiz (2003) destaca que os empreendimentos turísticos promovem

uma profunda mudança socioespacial acerca da especulação imobiliária. Carlos (1996) corrobora quais tais mudanças podem ser bruscas e afetar sobremaneira os moradores locais tende em vista que as cidades se transformam em espetáculos cujos espectadores são os turistas que irão consumir no espaço e o próprio espaço. Rodrigues e Holanda (2012, p. 45) citam que esta segregação social e espacial não é recente uma vez que remonta a reprodução do capital que reforça as desigualdades sociais amplamente discutidas nas obras de Lefebvre (1999; 2008), Lojkin (1997), Castells (2000), Harvey (1980), por exemplo.

2.3 Mulungu

De origem indígena, *Murungu*, ou árvore da família das *eritrinas*, que dá o nome à cidade. É uma madeira branco-amarelada e porosa abundante na região (MACIÇO, 2003). A cidade encanta por suas belezas naturais em uma vista impressionantemente bucólica.

Segundo os dados do IPECE (2014c), Mulungu possui uma área absoluta de 134,59 quilômetros quadrados e altitude de 790 metros. Com um clima tropical sub-quento úmido e temperatura média de 22° a 24° torna-se uma das mais agradáveis cidades do Maciço de Baturité. Sua população residente variou bastante saindo de 7.842 pessoas para 11.485 nos últimos três censos demográficos predominando a população rural e os homens.

“A ocupação das terras do alto do Maciço iniciou-se nas últimas décadas do século XVIII em face das grandes secas que assolaram o Ceará. Habitantes do sertão foram obrigados a procurar refúgio nas serras, em busca da própria sobrevivência” (MACIÇO, 2003, p. 146). Mulungu, um povoado incipiente, aparece neste momento como ponto de descanso dos viajantes oriundos da Baturité em direção a Canindé.

A cultura do café, igualmente nos municípios circunvizinhos, introduziu o desenvolvimento na cidade. As plantações nos sítios Bagaço e Munguaípe levaram famílias inteiras do sertão de Canindé e de Quixadá para o alto da serra. Mulungu, ainda é, sobretudo, rural. As casas de farinha produzem goma fresca e confeccionam beijus; todavia, o comércio emerge. A economia de Mulungu é movimentada por empreendimentos hoteleiros e gastronômicos, casas de veraneio e sítios antigos, além da produção de hortifrutigranjeiros.



Figura 04 – Hotel que homenageia o Padroeira de Mulungu.

Fonte: Elaborado pelo autor.



Figura 05 – Igreja em Mulungu.

Fonte: Elaborado pelo autor.

“A religiosidade dos habitantes de Mulungu é manifestada pela devoção a São Sebastião, padroeiro da cidade. [...]. Uma imponente escadaria nos conduz ao monumento através de uma via sacra com 14 imagens esculpidas em cimento” (MACIÇO, 2003, p. 147). Igrejas como Nossa Senhora de Fátima, em Catolé, e de Santa Luzia, em Lameirão, ambas construídas por padres jesuítas são exemplos de arquitetura sacra rural.

Politicamente “a criação da freguesia de São Sebastião de Mulungu ocorreu em 1895”, mas o

município “foi extinto e recriado diversas vezes ao longo dos anos, tendo obtido sua emancipação política definitiva em 1957” (MACIÇO, 2003, p. 146-147).

Registro neste momento que não encontrei uma pousada e/ou hotel de médio porte na cidade, salvo um hotel fazenda. Encontrei casarões onde se mantem piladeiras de café e engenhos de cana de açúcar. Mulungu destaca-se pelos seus sítios e sua natureza, por vezes intacta, com cachoeiras e que distam em média 12 quilômetros da sede (MACIÇO, 2003).

2.4 Pacoti

Distante da capital Alencarina em 118 quilômetros, o município de Pacoti apresenta-se, em uma primeira visão, com forte apelo comercial. Feiras, restaurantes, comércio, supermercados, boutiques, vendinhas, centro comercial, rede bancária, lojas diversas de roupa, tecnologia, sapatos, por exemplo, serviços de locação de transporte, chamam a atenção notadamente no período diurno. Possui uma altitude média de 736 metros e, como distritos, Colina, Fátima e Santana (MACIÇO, 2003).

São 181 estabelecimentos comerciais varejistas (IPECE, 2014d) na cidade. Além disso, Pacoti possui 26 indústrias, na sua maioria de transformação (23 unidades ou 88,46%) mas com presença de 2 indústrias de extrativismo mineral (7,69%) e 1 da construção civil (3,85%) segundo dados do IPECE (2014d) referente aos dados da Secretaria da Fazenda em 2013.

A 7 quilômetros da sede, no Parque São José, é possível ver as cidades de Campos Sales e Caridade. Com a mesma distância, no sítio Jardim das Areias, descortina-se Baturité, Aracoiaba. O sítio mais antigo, nomeado de São Luis no distrito de Santana localiza-se a 6 quilômetros de Pacoti (MACIÇO, 2003).

Suas origens remontam o povoado de Pendência em 1859 com os primeiros sítios no alto da serra. Emancipou-se definitivamente de Baturité em 1938 e é carinhosamente conhecida como “Princesinha da Serra”. A “sede é cercada por sítios de lazer e culturas de banana, chuchu e café. Pacoti apresenta características típicas de nossas cidades serranas: topografia irregular e casario baixo” (MACIÇO, 2003, p. 170).

Além dessa característica, a cidade possui igrejas e capelas que merecem destaque. A matriz, consagrada a Nossa Senhora da Conceição, possui um salão paroquial e foi construída em 1885 e no Conjunto Planalto há a capela de São Francisco. Na rua Irmã Ferraz encontramos a capela de Nossa Senhora das Graças e na rua Divino Salvador o Convento dos Salvatorianos (MACIÇO, 2003). Neste espaço há um centro de pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (UECE).



Figura 06 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Pacoti.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Não obstante, a “igreja” mais conhecida na cidade localiza-se na entrada de Pacoti: o Cenotáfio⁵ Donaninha Arruda. Segundo Maciço (2003, p. 174) “o comendador Ananias Arruda, importante homem público e comerciante de Baturité, fez construir para reverenciar a memória de sua esposa Donaninha Arruda, falecida no local”.



Figura 07 – Cenotáfio Donaninha Arruda, Sítio Arvoredo em Pacoti.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Além da religiosidade, Pacoti destaca-se pelo meio ambiente. O Horto Florestal na comunidade de Granja abriga o Centro de Convivência Ambiental e o escritório da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE). Neste local, há produção de mudas, ervas e hortaliças e serve

de apoio para as operações na APA.

O Turismo Rural é uma das vertentes do setor enquanto conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (OMT, 2001).



Figura 08 – Horto Florestal em Pacoti.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além do horto, a ruralidade de Pacoti apresenta mais belezas naturais. Seja a cachoeira Furada, por uma trilha íngreme de 1 quilômetro localizada em Santana no sítio Areias, seja no Poço da Veada na comunidade de Monguba a 5 quilômetros da sede localizada em uma propriedade particular (MACIÇO, 2003), o banho espetacular é garantido. “outra opção de banho é o Poço Escuro, localizado na estrada de Pacoti - Pernanbuquinho” (MACIÇO, 2003, p. 177).

A cultura é outra marca de Pacoti. Há o polo de lazer, o Teatro Municipal Luiz Pimenta, o Noart Artesanato e Galeria Raimundo Siebra. Em especial, Siebra nasceu Pacoti e é responsável pelos painéis sacros da Igreja Matriz Nossa Senhora da Palma em Baturité. Além disso, caminhando pela avenida 13 de maio onde se localiza a sua galeria fundada em 1997, os visitantes e locais podem verificar permanentemente o espaço dedicado a exposição de obras de artistas locais, cearenses e nacionais (MACIÇO, 2003). Ao final da avenida, depara-se com o Arco de Nossa Senhora de Fátima e chegada à cidade de Palmácia nosso último destino do objeto do estudo a ser apresentado a seguir.

2.5 Palmácia

Advindo de Maranguape, Palmácia é o último município a ser apresentado no objeto do estudo e o único dos quatro anteriores que não foi originário de Baturité. Como municípios limítrofes Palmácia possui ao norte Maranguape, ao sul Pacoti, Redenção e Guaiúba, ao leste Guaiúba e Maranguape e ao oeste Caridade. Sua área absoluta é de 117,81 quilômetros quadrados com altitude

superior a 425 metros (MACIÇO, 2003; IPECE, 2014e).



Figura 09 – Paisagem Serrana de Palmácia com destaca para a casa no meio rural.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sua toponímia é originado do Tupi que significa Palmeira ou Terra dos Palmeirais (IPECE, 2014e). Pode ter sido originada também de Arraial das Palmeiras (MACIÇO, 2003) e seu clima igualmente é Tropical Quente Úmido, com relevo formado por Maciços Residuais, com vegetação Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Subcaducifólia Tropical (IPECE, 2014e).

A emancipação política do município data de 1957. Antes, no início do século XIX, as primeiras aglomerações de casas foram percebidas nas encostas setentrionais do Maciço de Baturité formadas pelos dois povoados cearenses Queiroz e Sampaio (MACIÇO, 2003). No final do mesmo século, o Arraial das Palmeiras foi elevado a vila Silva Jardim mas extinto posteriormente. O nome Palmeiras bastante comum nas cidades brasileiras determinou a mudança para Palmácea a fim de evitar problemas com a tramitação postal.

A população residente de Palmácia variou 17,28% nos últimos 20 anos saindo de 10.236 pessoas para 12.005 (IPECE, 2014e). Todavia o que desperta atenção é (1) o leve aumento da ruralidade após o avanço das residências no ambiente urbano e (2) o mesmo percentual entre homens e mulheres na localidade; único entre os cinco municípios do Corredor Verde objeto do estudo. O primeiro item pode ser explicado pela utilização de terras antes não ocupadas e pelo aumento do número de pessoas.



Figura 10 – Comércio local de Palmácia.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além disso, a ruralidade está presente na atividade econômica principal do município; a agricultura, com destaque para o cultivo da banana, cana de açúcar, arroz, milho e fava. A criação de gado no campo é outra fonte de renda no município notadamente na parte baixa de Palmácia, descida da Ladeira Grande, na comunidade de Água Verde, próximo ao Casarão dos Linhares com seus antigos tonéis da fábrica de aguardente (MACIÇO, 2003).

Todavia Palmácia apresenta uma religiosidade singular com as igrejas de Nossa Senhora de Fatima Araticum e a Matriz de São Francisco de Assis criada em 1943, com sino proveniente da Alemanha e imagem advinda da Freguesia de Santo Antonio de Quixeramobim (MACIÇO, 2003).

Além desse aspecto do turismo religioso Palmácia, assim como os quatro municípios anteriores, apresenta suas belezas naturais. A pedra do Bacamarte “é respeitada pelos alpinistas por sua altura e imponência [...e sua trilha] considerada pesada com dois quilômetros de subida íngreme” (MACIÇO, 2003, p. 188-189). No alto, avista-se os municípios de Maranguape, Fortaleza, Iguape e Redenção.

O ecoturismo também está presente na pedra da Torre da Lua inclusive pela prática de esportes de aventura. Seu platô denominado “Encontro dos Ventos, o penhasco São João e a cachoeira do Chuvisco, uma nascente do rio Ceará, são atrações naturais que encantam os visitantes” (MACIÇO, 2003, p. 188). Comparada a trilha do Bacamarte, a trilha da Torre da Lua é menos íngreme e possui vestígios de mata atlântica.

O turismo cultural enquanto “formas de ocupação do tempo livre e, especialmente, de relacionamento com a cultura dos visitados” (SILVA, 2013, p. 40) é bem desenvolvido em Palmácia. “Artesãos dedicam-se à confecção de bijuterias e artigos religiosos em contas de madeira” (MACIÇO, 2003, p. 191). No município há festas populares como o carnaval, o festival de quadrilhas em julho, o forró do Xamegão em agosto e as festividades do padroeiro no final no período de 25 de setembro a 04 de outubro.

Contudo, a Fundação Serra Azul deve ser a maior responsável pelo exercício cultural e desportivo em Palmácia. O Projeto Casulo (Crianças e Adolescentes Sintonizados no Universo da Li-

berdade Ocupacional) são “grupos de teatro, dança, coral, flautas, capoeira e banda de música, (que) animam o cotidiano do município, propiciando também ocupação saudável para adolescentes envolvidos” (MACIÇO, 2003, p. 192).

3. Considerações finais: o turismo e a geografia

A preocupação no sentido de conhecer e de explicar as atitudes e os valores da população frente ao meio ambiente tem na Geografia uma das alternativas para essa abordagem. A pauta fundamental para a percepção geográfica é o espaço que, segundo Gibson (1960), não é um vazio com linhas que se conectam em ângulos retos, mas sim, o espaço em que se situam as habitações, os caminhos e as regiões. É o mesmo espaço em que os homens caminham, valorizam as paisagens, extraem riquezas e alimentos para o seu sustento e se deslocam para o lazer. A compreensão cognitiva do espaço torna-se abrangente, razão pela qual ela tem constituído a preocupação de muitos geógrafos.

O conhecimento do espaço, de seus objetos e de sua movimentação, segundo Benevides (1996), deve ser valorizado, uma vez que possibilita a sensação de segurança e permite o aparecimento de respostas em formas apropriadas, nos momentos de tomada de decisão. Através da experiência procura o homem, hoje mais consciente, conhecer seu meio ambiente. Apreende formas de ação para seu uso, sua valorização e, quando necessário, para assumir atitudes em relação a ele. É assim que o homem se integra ao seu meio ambiente.

Isso concorre para que a compreensão do espaço geográfico se torne complexa. As relações das pessoas com o meio ambiente, do qual fazem parte, processam-se, também, a partir da percepção que dele se tem, das atitudes nelas tomadas e dos valores a ele atribuídos. São extremamente variadas as maneiras das pessoas perceberem e avaliarem o meio ambiente. Do mesmo modo são inconstantes as atitudes das pessoas, pois, refletem elas variações individuais, bioquímicas, psicológicas, antropológicas e, de modo relevante, seu estilo de vida.

Quando o espaço geográfico é analisado sob a ótica do turismo outras variáveis fazem parte desse complexo e percebe uma relação de sincronismo, autonomia e dependência. Para Vera Rebollo *et al.* (1997, p. 41), “*la geografía del turismo investiga las escalas territoriales, el análisis de la diversidad ambiental, social y económica de los territorios dedicados al turismo y la articulación entre espacios emisor-movilidad-destino turístico*”. Assim todos os fatores inerentes a esse contexto devem fazer parte do estudo

Para Xavier (1999) os significados de percepção, de atitudes e de valores se superpõem e se tornam claros dentro do próprio contexto expresso em cada um desses processos. Ele ainda considera que a atitude assumida frente ao mundo é formada por longa sucessão de percepções e de experiências (XAVIER, 1999). As atitudes adotadas pelas pessoas para com o meio ambiente espelham seus interesses e seus valores e refletem sua visão de mundo. Trata-se de uma experiência conceitualizada, parcialmente pessoal e, em grande parte, social.

Sabe-se que os fatores culturais e o meio ambiente físico interferem na visão do mundo. Esses dois componentes constituem os traços fundamentais para um melhor entendimento da percepção geográfica do turismo, destacando-se a definição dos componentes naturais e culturais tidos como de valor para uma comunidade e de explicarem as relações afetivas que se estabelecem entre as pessoas e o lugar, influenciando, assim, a forma da comunidade para receber os turistas.

Como visto anteriormente, às vezes surgem os conflitos sociais na recepção deste turista. A manifestação da população local baseia-se no seu temor em relação às questões ambientais. É o caso específico do Estado do Ceará, com algumas construções, como o Acquário Ceará e os viadutos do Parque do Cocó, sobre as quais a população tem manifestado inquietações acerca dos

impactos ambientais que poderão advir com essas construções.

A mobilização social não se apresenta apenas na capital, uma vez que, cita-se, como exemplo, a ocupação da planície costeira da praia da Caponga (MEIRELES, 2008) e os impactos ambientais decorrentes das atividades da carcinicultura no litoral cearense (MEIRELES *et al.*, 2007). Não obstante, esses, na maioria das vezes, com menos repercussão midiática que aqueles outros.

De acordo com Cruz (2002), o turismo é uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo. O turismo introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Nessa ótica o espaço pode vir a ter duas concepções. Uma a partir de seus moradores que deve ser desenvolvida a partir da uma realidade prática e consciente de seus recursos. Outra, do turista, que percebe o espaço de forma diferente, mais irreal, mais poética.

Como afirma Xavier (1999) o turista tem a paisagem como se fosse para compor um quadro. Assim a percepção de seu mundo visual é acrescida de valores muitas vezes relacionados a sonhos e fantasias. Isso porque, enquanto que a população receptora vive seu cotidiano, numa realidade de trabalho, sendo o lazer uma atividade secundária, o turista, por sua vez, afasta-se de seu cotidiano, tendo o lazer como atividade principal.

E para isso é necessária a existência do espaço aqui considerado além do aspecto geográfico, as edificações, os equipamentos, as estradas, por exemplo. Apesar do crescimento do Turismo e do reconhecimento de ser uma das atividades mais importantes dentro no mundo hodierno, existem espaços ainda não descobertos pelos turistas. Dentro desse prisma o turismo pode ser considerado como instrumento para construção de novos espaços de crescimento e de desenvolvimento territorial (VERA REBOLLO *et al.*, 1997).

Nesse sentido é de se ressaltar que a experiência e a visão do mundo desempenham importante papel na percepção geográfica e no desenvolvimento local. Daí ser oportuno apontar, de acordo com Pellegrini Filho (1999) que a interação do indivíduo e o seu meio ambiente é baseada em oportunidades e contradições. Segundo o mesmo autor, as oportunidades provêm dos recursos e as contradições, por sua vez, decorrem dos riscos.

São os conflitos apontados por Knafou (1996) resultantes das diferenças de territorialidade nômade dos turistas e a territorialidade sedentária dos residentes. As lógicas que movem a apropriação dos espaços pelos atores sociais – turistas e residentes – têm naturezas muito diferentes e, por isso, muitas vezes conflitantes. “Como cada um observa com olhos diferentes devido a interesses, formações e pontos de vista diversos, é razoável afirmar que existem tantas paisagens quanto forem os observadores” (SENE, 2011, p. 120).

Por isso tudo é importante que se conheçam a conduta e as atitudes das pessoas envolvidas com o turismo, que se conheçam os valores que essas pessoas atribuem ao meio ambiente e que respostas são atribuídas ao uso dos recursos pelos turistas. O conhecimento da percepção geográfica dos lugares que recebem o turismo poderá exercer, também, grande contribuição no desenvolvimento de uma conduta ambiental do homem e da melhoria da qualidade de vida da população, bem como no conhecimento das diferentes formas de relacionamento entre os moradores e os valores locais.

4 Notas

¹ Ao nordeste do estado, com altitude de 171,2 metros e distante da capital a 79 quilômetros (em linha reta). Possui como coordenadas geográficas latitude (S) 4°19'43" e longitude (WGr) 38°53'05", seu componente ambiental é o maciço residual, com período chuvoso entre janeiro a maio e uma temperatura média (°C) de 26° a 28° (IPECE, 2011, p. 5).

² Organização não-governamental (ONG) que trabalha desde 1994 com o compromisso de conservar a biodiversidade do Nordeste brasileiro. Atualmente está envolvida com a conservação de três espécies criticamente ameaçada de extinção global no estado do Ceará: o peixe-boi marinho e duas aves, o soldadinho-do-araripe e o periquito-cara-suja.

³ Empresa do setor de confecção (jeans) cuja missão é desenvolver moda que modela com conforto, possibilitando independência financeira aos nossos parceiros (HANDARA, 2015).

⁴ Companhia Energética do Ceará cuja missão é energia orientada para um relacionamento próximo e transparente com nossos clientes, crescendo junto com o Ceará e gerando valor para os acionistas, através da satisfação e compromisso de todo o nosso time (COELCE, 2015).

⁵ Do grego kenos + taphos, é o substantivo masculino que significa monumento fúnebre erguido em memória de alguém cujo corpo não foi encontrado ou que não se encontra ali sepultado. (<http://www.lexico.pt>).

Referências

ASSIS, L. F. Especulação imobiliária e segregação socioespacial na cidade de Sobral. In: HOLANDA, V. C. C.; AMORA, Z. B. (Orgs.). **Leituras e saberes sobre o urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010. p. 165-87.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 23-41.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CEARÁ. Secretaria de Turismo. **Estudos turísticos da Setur: evolução do turismo no Ceará nº 17**. 4. ed. Fortaleza: Setur, 2009.

_____. Secretaria de Turismo. **Indicadores turísticos**. Fortaleza: Setur, 2002.

_____. Secretaria de Turismo. **Número de turistas no Ceará cresce 9,4%**. Disponível em <<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=321872&modulo=184>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional. **Plano de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.

_____. Secretaria do Turismo. **Indicadores Turísticos 1995/2013**. Fortaleza: Secretaria do Turismo, 2014. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/estudos-e-pesquisas/Indicadores%202014.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará. **Apa da Serra de Baturité**. 2010. Disponível em <<http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/apa-da-serra-de-baturite/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ. **Missão e valores**. Disponível em: <<https://www.coelce.com.br/sobrecoelce/conheca/missaovalores.aspx>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

FARIAS, F. M. A. **Nossa História de Conceição a Guaramiranga**. Fortaleza: Gráfica e Editora For-

taleza, 2001.

GIBSON, J. J. **The perception of the visual world**. Boston: Houghton Mifflin, 1960.

GUARAMIRANGA. Disponível em: <http://www.guaramiranga.ce.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

HANDARA. **A Handara**. Disponível em: <<http://www.handara.com.br/a-handara>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Baturité**: histórico do município. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=230210&search=ceara|baturite|infograficos:-historico>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DO CEARÁ. Bolsa família e o comportamento no mercado de trabalho cearense: análise das mudanças na composição da renda no período 2006-2012. **IPECE Informe**, n. 67, nov. 2013. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_67_18_novembro_2013.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Ceará em Números**. Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, 2011.

_____. **Perfil básico Municipal 2014a**: Aratuba. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Aratuba.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Perfil básico Municipal 2014b**: Guaramiranga. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Guaramiranga.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Perfil básico Municipal 2014c**: Mulungu. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Mulungu.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Perfil básico Municipal 2014d**: Pacoti. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Pacoti.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Perfil básico Municipal 2014e**: Palmácia. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Palmacia.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ. **Anuário Estatístico do Ceará**. Fortaleza: Iplance, 2000.

KNAFOU, R. **Turismo e território**: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-74.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2008.

MACIÇO de Baturité: Ceará. Fortaleza: Quadricolor, 2003.

MAMEDE, M. A.; GADELHA, R. **Economia criativa uma nova perspectiva**. Fortaleza: Expressão, 2009.

MEIRELES, A. J. A. Impactos ambientais decorrentes da ocupação de áreas reguladoras do aporte de areia: a planície Costeira da Caponga, município de Cascavel, litoral leste cearense. **Confins**, n. 2, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/2423>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

MEIRELES, A. J. A.; CASSOLA, R. S.; TUPINAMBÁ, S. V.; QUEIROZ, L. S. Impactos ambientais decorrentes das atividades da carcinicultura ao longo do litoral cearense, Nordeste do Brasil. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, v. 6, n. 12, p. 83-106, jul./dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Conjuntura econômica e emprego**. Brasília: MTE, 2000.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Trad. Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

PAGLIUCA, D. **Avaliação do marco legal da política pública de uso e ocupação do solo: implementação de condomínios e/ou loteamentos fechados na zona rural de Guaramiranga (CE)**. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

PELLEGRINI FILHO, F. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

PINHEIRO, D. R. C.; BORGES, R. C. O. Expansão imobiliária: considerações sobre a vulnerabilidade ambiental-urbana de Guaramiranga-Ceará. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE (CISO), XV., 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI; UESPI, 2012.

RUIZ, J. A. M. Empreendimentos turísticos, especulação imobiliária e segregação socioespacial em Ilha Solteira – SP. **Revista Formação**, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Campus de Presidente Prudente), São Paulo, v. 2, n. 10, p. 179-95, 2003.

SENE, E. **Globalização e espaço geográfico**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, K. M. S. **Investigação sobre o impacto do turismo no desenvolvimento local de Pacoti, CE, Brasil**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

VERA REBOLLO, J. F.; LÓPEZ PALOMEQUE, F.; MARCHENA GOMÉZ, M. J.; ANTÓN CLAVÉ, S. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

VIEIRA, C. **Guaramiranga história & política. Guaramiranga diz não a mega eventos massivos**. Fortaleza, 2011.

XAVIER, H. A dimensão do turismo no ensino da geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 5., 1999, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC/Minas, 1999.